

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	12
3.4 - Política destinação de resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos	19
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	20
3.7 - Nível de endividamento	21
3.8 - Obrigações	22
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	23

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	24
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	44
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	46
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	66
4.5 - Processos sigilosos relevantes	68
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	69
4.7 - Outras contingências relevantes	71
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	73

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	74
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	75
5.3 - Descrição - Controles Internos	77

Índice

5.4 - Programa de Integridade	78
5.5 - Alterações significativas	81
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	82
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	83
6.3 - Breve histórico	84
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	90
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	91
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	92
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista	99
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	100
7.3 - Produção/comercialização/mercados	104
7.4 - Principais clientes	147
7.5 - Efeitos da regulação estatal	148
7.6 - Receitas relevantes no exterior	163
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	164
7.8 - Políticas socioambientais	165
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	166
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	190
8.2 - Alterações na condução de negócios	191
8.3 - Contratos relevantes	192
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	193
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	194
9.1.a - Ativos imobilizados	195
9.1.b - Ativos Intangíveis	196
9.1.c - Participação em sociedades	197
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	208
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	237

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	274
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	277
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	281
10.5 - Políticas contábeis críticas	282
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	286
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	287
10.8 - Plano de Negócios	288
10.9 - Outros fatores com influência relevante	290
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	291
11.2 - Acompanhamento das projeções	292
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	293
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	305
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	308
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	309
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	310
12.7/8 - Composição dos comitês	319
12.9 - Relações familiares	324
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	325
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	326
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	327
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	330
13.2 - Remuneração total por órgão	334
13.3 - Remuneração variável	337
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	341
13.5 - Remuneração baseada em ações	346
13.6 - Opções em aberto	347
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	348
13.8 - Precificação das ações/opções	349

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	350
13.10 - Planos de previdência	351
13.11 - Remuneração máx, mín e média	352
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	353
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	354
13.14 - Remuneração - outras funções	355
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	356
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	357
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	360
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	364
14.3 - Política remuneração dos empregados	365
14.4 - Relações emissor / sindicatos	368
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	370
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	371
15.3 - Distribuição de capital	376
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	377
15.5 - Acordo de Acionistas	378
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	381
15.7 - Principais operações societárias	382
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	390
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	391
16.2 - Transações com partes relacionadas	392
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	394
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	395
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	396
17.2 - Aumentos do capital social	397
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	398
17.4 - Redução do capital social	399

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	400
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	401
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	402
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	404
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	405
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	406
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	411
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	412
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	413
18.8 - Títulos emitidos no exterior	414
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	415
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	416
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	417
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	418
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	427
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	428
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	430
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	432
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	433
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	435
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	437
21.3 - Responsáveis pela política	439
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	440

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Marina Oehling Gelman****Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**Marcelo Battistella Bueno****Cargo do responsável**

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1, DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09**

MARCELO BATTISTELLA BUENO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 171.266.448-41, portador do Documento de Identidade nº 14.360.088-6, com endereço comercial na Rua Natingui nº 862, 1º andar, bairro Vila Madalena, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05443-001, na qualidade de Diretor Presidente da Ânima Holding S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria "A" junto a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rua Natingui nº 862, 1º andar, bairro Vila Madalena, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05443-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.288.252/0001-32 ("Companhia", "Ânima", "Ânima Educação" ou "Sociedade"), atesta, por meio desta declaração, que:

- (a) reviu o formulário de referência;
- (b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- (c) o conjunto de informações contido no formulário é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



MARCELO BATTISTELLA BUENO
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1, DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09**

MARINA OEHLING GELMAN, brasileira, casada, advogada, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 251.164.408-85, portadora do Documento de Identidade nº 18.629.380-x, com endereço comercial na Rua Natingui nº 862, 1º andar, bairro Vila Madalena, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05443-001, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da Ânima Holding S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria "A" junto a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rua Natingui nº 862, 1º andar, bairro Vila Madalena, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05443-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.288.252/0001-32 ("Companhia", "Ânima", "Ânima Educação" ou "Sociedade"), atesta, por meio desta declaração, que:

- (a) reviu o formulário de referência;
- (b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- (c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



MARINA OEHLING GELMAN
Diretora de Relações com Investidores

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e da Diretora de Relações com Investidores já se encontram descritas no item 1.1. acima.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0006-26
Período de prestação de serviço	01/01/2010
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR") para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016 e 2017, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480/09, deverá ser informado o montante total da remuneração paga aos auditores com relação ao último exercício social.
Justificativa da substituição	Rotatividade dos auditores independentes a cada período de cinco anos em atendimento ao disposto no Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada ("ICVM 308/99").
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Ricardo Faria Gomez	01/01/2013	144.346.268-33	Rua Paraíba, nº 1122, 20º e 21º andares, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (31) 32697400, Fax (31) 32697470, e-mail: jogomez@deloitte.com
Antonio Marcos Lima Dultra	01/07/2016 a 31/12/2017	899.450.185-15	Rua Paraíba, nº 1122, 20º e 21º andares, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (31) 32697400, Fax (31) 32697470, e-mail: adultra@deloitte.com
Gilberto Grandolpho	01/12/2017	007.585.878-99	Rua Paraíba, nº 1122, 20º e 21º andares, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (31) 32697400, Fax (31) 32697470, e-mail: ggrandolpho@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR") para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018 e 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa aos serviços de auditoria prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, bem como de revisões do ITR para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018 e 2019 corresponde ao montante de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais) e R\$ 501.915,00 (quinhentos e um mil, novecentos e quinze reais)
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Guilherme Campos e Silva	01/01/2018 a 31/12/2018	714.114.966-04	Rua dos Inconfidentes, 911, 18º andar, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30140-128, Telefone (31) 32691509, Fax (31) 32691509, e-mail: guilherme.campos@br.pwc.com
FABIO ABREU DE PAULA	01/01/2019	935.194.436-00	Rua dos Inconfidentes, 911, 18º andar, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30140-128, Telefone (31) 32691521, Fax (31) 32691521, e-mail: fabio.abreu@pwc.com

Além das informações obrigatórias apresentadas nos itens 2.1 e 2.2, a Companhia adota determinados procedimentos para evitar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos referidos Auditores Independentes, de forma que: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Em reunião realizada no dia 21 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a contratação da PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES (" PWC BRASIL ") para atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, em substituição à empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES (" DELOITTE ").

O primeiro documento objeto da análise da PWC BRASIL foram as informações trimestrais da Companhia findadas em 31 de março de 2018.

De 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, o responsável técnico foi o Sr. Guilherme Campos e Silva, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (" CPF/ME ") sob o nº. 714.114.966-04.

A partir de 01 de janeiro de 2019, o responsável técnico passou a ser o Sr. Fabio Abreu de Paula, inscrito no CPF/ME sob o nº. 935.194.436-00.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	665.249.000,00	696.441.000,00	635.692.000,00
Ativo Total	1.446.470.000,00	1.338.152.000,00	1.387.852.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.102.457.000,00	1.045.674.000,00	960.434.000,00
Resultado Bruto	395.316.000,00	399.133.000,00	348.851.000,00
Resultado Líquido	2.251.000,00	85.152.000,00	20.845.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	77.632.254	79.756.582	80.027.482
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	8,569235	8,732081	7,943421
Resultado Básico por Ação	0,300000	1,070000	0,260000
Resultado Diluído por Ação	0,03	1,05	0,26

a. valor das medições não contábeis**b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias revisadas:**

Em 04 de outubro de 2012, a CVM expediu a Instrução nº 527, que dispõe sobre a divulgação voluntária do EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) pelas companhias abertas, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. As informações sobre o EBITDA divulgadas neste item 3.2 observam as regras da referida instrução.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA corresponde ao nosso lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação, amortização e exaustão, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é uma resultante do EBITDA e consiste na somatória dos juros e multas recebidos sobre as mensalidades pagas em atraso, equivalência patrimonial, bem como gastos de natureza não recorrente.

A tabela a seguir representa a conciliação do nosso EBITDA e do nosso EBITDA Ajustado em nossas demonstrações financeiras.

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em milhões de Reais)	2019	2018	2018	2017	2016
Lucro Líquido	18,7	20,3	2,3	85,2	20,8
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	3,7	5,4	1,7	(36,8)	(1,5)
Resultado financeiro líquido	88,1	21,5	34,7	37,9	36,8
Depreciação e amortização	90,7	40,2	54,3	51,3	42,1
EBITDA	201,2	87,5	93,0	137,6	98,2
Margem EBITDA	23,4%	10,8%	8,4%	13,2%	10,2%
(+) Multas e Juros sobre Mensalidades	7,1	9,5	11,2	11,1	11,0
(+/-) Equivalência Patrimonial	1,9	1,3	2,5	0,4	
(+/-) Hedge HSM	-	0,4	0,4	(0,3)	(0,7)
(+/-) Itens não recorrentes	22,1	43,0	62,8	25,1	43,7
- Custos e Despesas de Reestruturação	20,5	34,2	52,2	24,4	18,7
- Ajuste Contas a Receber FIES	-	(1,1)	(1,2)	(3,0)	(3,6)
- Ajuste Provisão para Contingências	-	3,8	3,8	-	-
- Baixa perda de estoque	-	-	-	1,2	-
- Baixa de ativo não operacional	-	-	-	-	4,5
- Remuneração baseada em ações	-	-	-	-	5,1

- Provisão para Impairment HSM	-	-	-	19,0	
- Programa de regularização tributária (PRT/PERT)	-	-	-	2,5	-
- Descontinuação do GIT	1,6	6,1	8,0		
EBITDA Ajustado	232,3	141,7	169,9	173,9	152,2
Margem EBITDA ajustado	27,0%	17,6%	15,4%	16,6%	16,0%
(+/-) Efeito IFRS-16	(66,9)				
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	165,4				
Margem EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16	19,2%				

Em janeiro de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS 16 – Arrendamentos, (no Brasil a norma correlata é o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)), que alterou os critérios de reconhecimento de contratos que envolvem a disponibilidade de uso de bens com a explícita finalidade de trazer a maioria dos arrendamentos de uma arrendatária para o balanço patrimonial. Além dos impactos nos saldos e na apresentação das demonstrações financeiras da arrendatária, também haverá mudanças na contabilização ao longo do prazo de vigência do arrendamento.

Na Ânima Educação, o impacto observado está relacionado aos contratos de aluguel, já que todas as nossas unidades acadêmicas e administrativas são alugadas, e a maioria delas possui valores relevantes, estando assim abrangidas pela nova norma.

No balanço patrimonial, o movimento contábil que se observa é: na conta de ativo, passamos a reconhecer o direito de uso dos ativos para todos os nossos contratos de aluguel; enquanto que, no passivo, registramos a obrigação referente ao valor presente dos mesmos contratos de aluguel.

Já na demonstração de resultado, a despesa que anteriormente era despesa de aluguel será substituída por despesas de depreciação do ativo de direito de uso e despesas financeiras decorrentes do custo do passivo de arrendamento.

Como consequência das despesas financeiras calculadas sobre o custo amortizado do passivo, as companhias irão registrar despesas maiores no início do prazo do arrendamento para a maioria dos contratos, uma vez que os pagamentos do arrendamento são fixos e as despesas de juros são maiores no início do contrato. Por outro lado, a depreciação do ativo de direito de uso tende a ser constante.

Ainda que seja uma mudança de classificação estritamente contábil, a nova regra atinge o cálculo do EBITDA, na medida em que as despesas de aluguel deixam de ser consideradas nessa métrica. Já no Lucro Líquido o impacto é negativo, uma vez que os aluguéis se desdobram em duas contas redutoras, a da depreciação do ativo de direito de uso e a das despesas financeiras do passivo.

De forma a facilitar ao mercado uma visão transparente e comparável de nossos resultados, publicamos, durante todo o ano 2019, as nossas informações excluindo o efeito IFRS-16, adicionalmente aos números que já consideram a nova classificação.

Dívida Líquida

Nós calculamos a nossa dívida líquida a partir da soma de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, líquidos dos derivativos deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Acreditamos que o cálculo da dívida líquida é uma medida que é amplamente utilizada no mercado financeiro e fornece informações importantes sobre o nosso endividamento financeiro. Não existe uma definição padrão para medir a dívida líquida e nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A dívida líquida não é uma medida de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou uma medida de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida.

A tabela abaixo mostra a reconciliação de caixa e equivalentes apresentados no balanço patrimonial, a dívida líquida como um dos períodos indicados:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2018	2017	2016
<i>(Em milhões de Reais)</i>					
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(28,0)	(23,3)	(99,5)	(33,9)	(39,6)
(-) Aplicações Financeiras	(79,9)	(222,9)	(85,9)	(82,0)	(141,9)
	(107,9)	(246,2)	(185,4)	(115,9)	(181,5)
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.006,3	399,7	396,8	275,8	377,6
- Empréstimos, financiamentos e debêntures circulante	227,0	75,8	80,5	52,5	124,1
- Empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante	779,3	323,9	316,3	223,3	253,5
(+/-) Derivativos	(4,1)	(5,7)	(2,8)	7,5	22,7
- Derivativos circulante	(4,1)	(3,3)	(1,9)	4,9	13,1
- Derivativos não circulante	-	(2,4)	(0,9)	2,6	9,6
Dívida Líquida ¹	894,3	147,8	208,6	167,4	218,8
(+/-) Efeito IFRS 16	(555,5)	-	-	-	-
Dívida Líquida sem efeito IFRS16	338,8	-	-	-	-

¹ Corresponde aos nossos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante líquidos dos derivativos circulante e não circulante subtraídos dos montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

*A partir do início de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas.

c. motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do resultado de nossas operações:

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, não apresentam o fluxo de caixa dos períodos indicados e não deverão ser considerados uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas. O uso do EBITDA e do EBITDA Ajustado como indicadores da lucratividade da sociedade possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da sociedade, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas.

A nossa Administração acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas práticas para aferir a geração de caixa e desempenho operacional, bem como liquidez, que permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Em 25 de outubro de 2019, por meio de assembleia geral extraordinária, foi aprovado aumento de capital social da Companhia mediante emissão de 1.652.502 ações, pelo preço de R\$21,18 cada, totalizando R\$34.999.992,36 . A partir desta data, o capital social da Companhia passou a ser de 80.208.517 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal correspondente a R\$ 531.410.708,72.

Período	2018	2017	2016
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.</p> <p>Do lucro líquido do exercício, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20,0% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.</p> <p>Do lucro líquido do exercício, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20,0% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.</p> <p>Do lucro líquido do exercício, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20,0% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p>

Valores das Retenções de Lucros	<p>A ata da assembleia geral ordinária realizada no dia 25/04/2019, que deliberou sobre o resultado do exercício social de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos, conforme proposta da administração, no percentual de 25% do lucro líquido, no importe de R\$ 0,0060 por ação, já deduzida a reserva legal, nos termos do art. 27 do Estatuto Social, conforme abaixo:</p> <p>Cálculo dos dividendos mínimos:</p> <p>Lucro do Exercício R\$2.251.285,15</p> <p>Reserva Legal (5%) R\$112.564,26</p> <p>Lucro Ajustado para distribuição R\$2.138.720,91</p> <p>25% do lucro após a constituição da reserva R\$534.680,23</p> <p>Quantidade de ações 77.633.214</p> <p>Dividendo por ação R\$0,0069</p>	<p>A ata da assembleia geral ordinária e extraordinária realizada no dia 25/04/2018, que deliberou sobre o resultado do exercício social de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos, conforme proposta da administração, no percentual de 25% do lucro líquido, no importe de R\$ 0,2536 por ação, já deduzida a reserva legal, nos termos do art. 27 do Estatuto Social, conforme abaixo:</p> <p>Cálculo dos dividendos mínimos:</p> <p>Lucro do Exercício R\$85.152.766,73</p> <p>Reserva Legal (5%) R\$4.257.638,34</p> <p>Lucro Ajustado para distribuição R\$80.895.128,39</p> <p>25% do lucro após a constituição da reserva R\$20.223.782,10</p> <p>Quantidade de ações 79.756.582</p> <p>Dividendo por ação R\$0,2536</p>	<p>A ata da assembleia geral ordinária e extraordinária realizada no dia 26/04/2017, que deliberou sobre o resultado do exercício social de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos, conforme proposta da administração, no percentual de 25% do lucro líquido, no importe de R\$ 0,0619 por ação, já deduzida a reserva legal, nos termos do art. 34 do Estatuto Social, conforme abaixo:</p> <p>Cálculo dos dividendos mínimos:</p> <p>Lucro do Exercício R\$20.844.913,39</p> <p>Reserva Legal (5%) R\$1.042.245,67</p> <p>Lucro Ajustado para distribuição R\$19.802.667,72</p> <p>25% do lucro após a constituição da reserva R\$4.950.666,93</p> <p>Quantidade de ações 80.027.482</p> <p>Dividendo por ação R\$0,0619</p>
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Reserva Legal: 5%</p> <p>Reserva de Investimentos: 0%</p>	<p>Reserva Legal: 5%</p> <p>Reserva de Investimentos: 0%</p>	<p>Reserva Legal: 5%</p> <p>Reserva de Investimentos: 0%</p>
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício, terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5% (cinco por cento) serão</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício, terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5% (cinco por cento) serão</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício, terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5% (cinco por cento) serão</p>

	<p>aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos</p>	<p>aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos</p>	<p>aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos</p>
--	---	---	---

	<p>seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e (v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e (v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e (v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<p>(c) Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições do Estatuto.</p> <p>Adicionalmente, o Conselho de Administração</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições do Estatuto.</p> <p>Adicionalmente, o Conselho de Administração</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições do Estatuto.</p> <p>Adicionalmente, o Conselho de Administração</p>

	<p>poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>	<p>poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>	<p>poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>
<p>(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>
<p>(e) Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>

computadores onde o documento pode ser consultado			
---	--	--	--

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado		2.138.720,91	80.895.128,39	19.802.667,72
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		0,321492	11,615503	3,115136
Dividendo distribuído total		534.680,23	20.223.782,10	4.950.666,93
Lucro líquido retido		1.604.040,68	60.671.346,29	14.852.000,79
Data da aprovação da retenção		25/04/2019	25/04/2018	26/04/2017

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			534.680,23	10/05/2019	20.223.782,10	07/05/2018	4.950.666,93	15/05/2017

Não houve distribuição de dividendos declarados à conta de lucros detidos ou reservas constituídas nos últimos 3 exercícios sociais.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	781.221.000,00		0,54008800	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
			997.000,00	146.000,00	44.000,00	0,00	1.187.000,00
			32.939.000,00	205.760.000,00	56.464.000,00	0,00	295.163.000,00
			44.753.000,00	44.824.000,00	6.165.000,00	1.954.000,00	97.696.000,00
Total			78.689.000,00	250.730.000,00	62.673.000,00	1.954.000,00	394.046.000,00

Observação

Observação

Para segregação de nossas obrigações (passivo circulante mais passivo não circulante) de acordo com as categorias previstas na tabela acima (dívidas com garantia real e dívidas quirografárias), levamos em consideração o seguinte critério:

- (i) foram consideradas dívidas com garantia real: todas as dívidas garantidas por nossos ativos fixos, tais como equipamento, imóveis, cessões e alienações fiduciárias de bens e/ou direitos, etc.;
- (ii) foram consideradas dívidas quirografárias: todas as nossas dívidas que não estejam garantidas de nenhuma forma ou que estejam garantidas por garantias fidejussórias, tais como avais e fianças; e
- (iii) foram consideradas derivativos: o swap sobre o empréstimo 4131.

Em 31 de dezembro de 2018, não possuíamos nenhuma dívida garantida por garantia flutuante.

Estas informações referem-se às informações contábeis consolidadas.

2ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, ver extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a 1,3500% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. O vencimento das debêntures ocorrerá em 11 de novembro de 2024. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 11 de maio de 2020, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a data de vencimento. As debêntures emitidas pela Companhia requerem a manutenção de índices financeiros, a serem calculados com base nas informações financeiras da emissora do final de cada trimestre, nos termos da respectiva escritura de emissão.

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as nossas demonstrações financeiras anuais, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente e de forma relevante, influenciando, desse modo, eventuais decisões de investimento relacionadas a nós ou às nossas controladas. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá, “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.2. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”.

a) **Relacionados à Companhia**

Enfrentamos concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada mercado geográfico em que operamos e, se não competirmos com eficiência, poderemos perder participação de mercado e lucratividade.

Concorremos com faculdades, universidades e centros universitários públicos e privados. Nossos concorrentes, inclusive instituições de ensino superior públicas, podem oferecer cursos semelhantes ou melhores aos oferecidos por nós, contar com mais recursos, ter mais prestígio na comunidade acadêmica, unidades com localização mais conveniente e com melhor infraestrutura e/ou cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo não cobrar mensalidades. Podemos ser obrigados a aumentar nossas despesas operacionais ou reduzir nossas mensalidades como resposta à concorrência a fim de reter ou atrair estudantes ou buscar novas oportunidades de mercado. Assim, aumentos de mensalidades causados por fatores macroeconômicos ou específicos aos nossos negócios podem impactar nossa capacidade de atrair e reter estudantes. Enfrentaremos, ainda, a concorrência de cursos de ensino a distância promovidos por nossos concorrentes, que possuem um histórico e experiência neste segmento e ainda, se caracterizam por apresentar custos mais baixos e maior flexibilidade ao estudante se comparados aos cursos presenciais. Ademais, podemos enfrentar a concorrência de grupos estrangeiros que atuem no mesmo setor educacional que atuamos e/ou que pretendemos atuar.

Adicionalmente, com relação à HSM do Brasil S.A. (“HSM”), enfrentamos a concorrência de outros eventos promovidos por terceiros com o mesmo público alvo, inclusive no que tange à contratação dos palestrantes. Não podemos garantir que seremos capazes de competir com sucesso com nossos concorrentes atuais e futuros, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

As dificuldades em integrar e gerenciar com eficiência um número cada vez maior de unidades ou a expansão de nossos negócios para segmentos educacionais em que ainda não atuamos podem prejudicar nossos negócios e resultados, bem como nossa cultura de negócio.

Nossa estratégia inclui a expansão orgânica, mediante aumento da oferta de turmas e cursos nas unidades existentes e abertura de novas unidades, bem como por meio da aquisição de instituições de ensino superior e sua integração à nossa rede de ensino. Nosso plano de expansão tem como premissa a implantação e manutenção da nossa cultura de ensino, com foco em qualidade. Nossa cultura corporativa e de ensino são pilares fundamentais do nosso modelo de negócios. Caso não sejamos capazes de manter nossos padrões atuais, poderemos perder participação no mercado e sermos prejudicados, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados. Além disso, estamos constantemente analisando oportunidades de negócio que podem expandir nossas atividades para outros segmentos educacionais, em que atualmente não atuamos e não temos histórico ou experiência, como, por exemplo, a criação de programas de ensino a distância. Podemos não obter resultados operacionais satisfatórios nesses novos segmentos à curto ou mesmo longo prazo, o que poderá nos afetar de forma adversa.

Parte da nossa estratégia de crescimento está baseada na aquisição de outras empresas, que podem exigir notificação e ser contestadas pelo CADE, necessitarem de comunicação ao MEC nos casos de transferências de manutenção e aumento de endividamento da Companhia. As aquisições e reorganizações societárias apresentam riscos que poderão afetar adversamente as nossas operações e receitas

Nossa estratégia de crescimento envolve, além de crescimento orgânico, crescimento por meio da aquisição e integração de instituições de ensino superior à nossa rede de ensino e está sujeita a riscos.

O processo de aquisição de Instituições de Ensino Superior compõe nossa estratégia de crescimento. Entretanto, há riscos provenientes desse processo, dentre os quais destacamos os seguintes:

- (i) podemos não ser capazes de identificar instituições que ofereçam oportunidades adequadas de aquisição ou condições favoráveis no momento que desejarmos realizá-la;
- (ii) o processo de diligência de negócios pode não conseguir identificar todas as contingências legais, técnicas ou regulatórias de responsabilidade da instituição a ser adquirida, da qual passaremos a ser sucessores legais;
- (iii) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial como esperado, ou poderemos pagar por qualquer unidade adquirida valor que se mostre superior ao valor estimado como justo devido, entre outros fatores, ao atual cenário competitivo por alvos de aquisições na indústria em que atuamos;
- (iv) nossa estratégia de atuação está pautada no fortalecimento das marcas regionais das instituições que adquirimos, as quais estão sujeitas a riscos institucionais próprios e específicos;
- (v) o processo de aquisição pode ser demorado e os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- (vi) a aquisição pode eventualmente não contribuir com a nossa imagem e/ou pode estar sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), que poderá rejeitá-la ou aprová-la com restrições;
- (vii) a aquisição de direitos de manutenção deverá ser informada ao Ministério da Educação (“MEC”), que analisará as novas condições da oferta de ensino no processo de recredenciamento;
- (viii) o processo de aquisição cria desafios adicionais em termos de manutenção da nossa qualidade e cultura de ensino e não há garantia de que nossa marca não será prejudicada em decorrência de qualquer queda, real ou percebida, de nossa qualidade de ensino; e
- (ix) o processo de aquisição pode sofrer contratempos e desviar maior atenção e tempo da nossa Administração para questões ligadas à transição ou à integração em relação ao inicialmente previsto.

Poderemos também enfrentar riscos significativos no processo de integração das operações e gestão de quaisquer unidades adquiridas (incluindo aquisições realizadas e as futuras), tais como a administração de um número maior de funcionários, a dispersão geográfica, a criação e implementação

de controles, a adoção de procedimentos e políticas eficientes e uniformes, além de custos de integração imprevistos e a gestão e implementação do plano de negócio da companhia adquirida.

Adicionalmente, poderemos assumir passivos ou contingências das empresas adquiridas e/ou resultante de reorganizações societárias, relativos a questões civis, regulatórias, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos, os quais podem não ser suficientemente cobertos pelas garantias contratuais prestadas pelos vendedores das instituições de ensino, ou podem não ter sido identificados no decorrer do processo de diligência legal e de negócios realizada na instituição de ensino. Nesse caso, poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão.

Devem ser submetidas à aprovação do CADE, previamente ao fechamento de cada aquisição, todas as operações de aquisição em que uma das empresas ou grupo de empresas envolvidas tenha registrado faturamento bruto anual no Brasil, no ano anterior à operação, de ao menos R\$ 750 milhões, no caso em que a outra parte envolvida tenha registrado receita bruta de ao menos R\$ 75 milhões no mesmo período. Com relação às nossas aquisições, o CADE deve determinar se a operação em questão prejudica as condições competitivas nos mercados em que operamos ou prejudica os consumidores nesses mercados. A aquisição de direito de manutenção deverá ser informada ao MEC, em até 60 (sessenta) dias após a aquisição. Caso não realizemos referida comunicação, podemos sofrer dentre outras punições: suspensão temporária de abertura de vestibular; desativação de cursos e habilitações; intervenção na instituição; suspensão de prerrogativas de autonomia e até descredenciamento, sendo que quaisquer delas poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, imagem e resultados.

À medida que crescemos e aumentamos nossa participação de mercado, o CADE pode não aprovar nossas futuras aquisições de sociedades e/ou direitos de manutenção ou pode impor a nós obrigações dispendiosas, como condição à aprovação dessas aquisições, tais como alienação de parte de nossas operações ou restrições sobre como devemos operar ou comercializar os serviços, ou a utilização de certas marcas, bem como o MEC pode impor sanções caso não façamos a devida comunicação de nossas futuras aquisições sobre a alteração nos direitos de manutenção. As aquisições da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, estão sujeitas a determinadas condições suspensivas previstas nos respectivos contratos relativos a tais aquisições, bem como permanecem sujeitas a aprovação do CADE.

A disponibilidade de recursos em volumes adequados e a custos acessíveis é essencial para permitir o financiamento dos nossos planos de expansão e sua ausência pode afetar negativamente nossa estratégia de crescimento. Além disso, situações adversas podem afetar nossa capacidade de gerenciar nosso nível de endividamento oriundo de nossa estratégia de crescimento, resultando em excessiva alavancagem financeira e riscos relativos à nossa capacidade de pagamento de nossos passivos financeiros.

Por fim, caso os riscos enumerados acima, provenientes destas aquisições e reorganizações societárias, sejam concretizados, seremos prejudicados e essas variáveis poderão causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, imagem e resultados.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora. Tais contingências podem ter natureza trabalhista, previdenciária, cível, criminal e fiscal, dentre outras, ou serem referentes a direitos do consumidor e ambientais. As próprias empresas adquiridas, inclusive, podem vir a figurar como sucessoras em contingências que elas mesmas não haviam identificado no momento de sua aquisição pela Companhia, sendo que para estas contingências, a Companhia também poderá ser responsabilizada. Caso a Companhia venha a incorrer em custos e despesas associadas a estas contingências, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira

poderão ser negativamente afetados. Ainda, quaisquer valores retidos do preço das aquisições, que servem para cobrir contingências identificadas no processo de auditoria, podem não ser suficientes.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades, a desistência dos cursos por nossos estudantes ou o insucesso de público nos eventos promovidos por nós ou por nossas controladas poderá nos afetar negativamente.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento de nossas mensalidades por parte de nossos estudantes, de desistência durante o andamento do curso, bem como o eventual insucesso de público para os eventos promovidos por nós ou por nossas controladas podem afetar negativamente nosso fluxo de caixa, nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações financeiras e o atingimento de nossas metas e objetivos, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

A desistência durante o andamento do curso está relacionada com a condição financeira de nossos estudantes. Se houver um aumento nos níveis de desistência, a nossa base de alunos poderá cair para níveis que possam impossibilitar a realização dos nossos objetivos financeiros. Nossa taxa média de desistência foi 18,4% e 14,1% no primeiro e segundo semestre de 2016, respectivamente, 14,2% e 12,6% no primeiro e segundo semestre de 2017, respectivamente, e 17,4% e 13,0% no primeiro e segundo semestre de 2018, respectivamente. A taxa média de desistência para o primeiro semestre de 2019 foi de 15,3%, e de 8,4% no terceiro trimestre de 2019. Qualquer aumento nas taxas de desistência podem afetar materialmente e adversamente nossos negócios e nossos resultados operacionais.

A perda ou redução das políticas de financiamento e/ou benefícios fiscais conferidos por nossa adesão ao PROUNI e ao FIES poderão afetar adversamente nossos resultados.

Possuímos acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (“FIES”), programa criado pelo MEC e gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (“FNDE”), destinado a financiar estudantes que se enquadrem nos requisitos do programa, em cursos presenciais de educação profissional, técnica e tecnológica, e em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Também aderimos a partir de 2005, ao ProUni – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e cursos tecnológicos, em instituições privadas de ensino superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos federais às instituições que aderirem ao PROUNI. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, os recursos do FIES representavam, 17,4% da nossa receita líquida. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os recursos do FIES representavam, 23,9% da nossa receita líquida. Em 31 de dezembro de 2017, esse percentual foi de 32,1% da nossa receita líquida. Caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização do PROUNI e do FIES, ou, ainda, caso os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização, nossos resultados operacionais poderão ser afetados e poderemos passar a pagar os tributos dos quais, hoje, somos isentos em razão do PROUNI ou que podem ser objeto de compensação em razão do FIES, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Em 13 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (“RFB”) nº 1.394 (“IN 1.394”) regulamentando a Lei n.º 11.096/05. A IN 1.394 estabelece novas regras referentes às isenções tributárias concedidas no âmbito do PROUNI, especialmente em relação à forma de cálculo dessas isenções, passando a produzir efeitos a partir de 1ª de janeiro de 2014. De acordo com a referida Instrução Normativa, a isenção será calculada com base na “proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas” nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 8º da Lei n.º 11.096/05 incluído pela Lei n.º 12.431/11. Para obtenção da “proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas”, as instituições privadas de ensino superior deverão calcular a relação entre o valor total das bolsas efetivamente preenchidas e o valor total das bolsas devidas, conforme regras instituídas pela citada Instrução Normativa. Para fins de determinação da isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”), a IN 1.394 determinou a exclusão do adicional de 10% (dez por cento) do IRPJ.

Em 6 de dezembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da RFB nº 1.417 (“IN 1.417”) que alterou o art. 9º, II, da IN 1.394. Com tal alteração, o cálculo da isenção passa a incluir o adicional de

10% do IRPJ, além da alíquota da CSLL. O valor apurado conforme o art. 9º, II da IN. 1.394, alterado pela IN 1.417 constitui o valor da isenção do IRPJ e da CSLL, respectivamente, que poderá ser deduzido do IRPJ e da CSLL devidos.

Nesse sentido, o eventual impacto residual da alteração trazida pela IN 1.417, no que tange a isenção atribuída às instituições que aderiram ao PROUNI, consistiria apenas no cálculo da isenção proporcional à ocupação efetiva das bolsas.

Em 26 de dezembro de 2014 por meio da Portaria Normativa 21, o MEC alterou dispositivos de diversas portarias que dispõem sobre o FIES. Nesta alteração, estipulou-se uma pontuação mínima de 450 pontos e uma condicional de não zerar a redação na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (“ENEM”) para que novos ingressantes formados após 2010 pudessem solicitar o FIES a partir de abril de 2015.

Em 29 de dezembro de 2014 por meio da Portaria Normativa 23 (“PN 23”), novamente o MEC alterou dispositivos de portarias que dispõem sobre o FIES. Entre outras coisas, alterou os prazos de repasse e recompra dos CFT-E (Certificados Financeiros do Tesouro – Série “E”) para as instituições de ensino superior.

Em 18 de dezembro de 2019 por meio da Resolução 34, o MEC alterou os critérios acadêmicos para participação no FIES, de forma que para tal participação dos estudantes FIESa, partir do primeiro semestre de 2021, observadas as demais normas, será exigida média aritmética das notas nas cinco provas do ENEM igual ou superior a quatrocentos e cinquenta pontos; e nota na prova de redação do ENEM igual ou superior a quatrocentos pontos.

Também em 18 de dezembro de 2019 por meio da Resolução 35, o MEC alterou os critérios para transferência de alunos participantes do FIES entre instituições de ensino. De acordo com a nova regra, o estudante que transferir-se de IES permanecerá com o FIES desde que haja anuência das instituições envolvidas, devendo a instituição de ensino superior de destino estar com adesão ao FIES vigente e regular no momento da solicitação da transferência. Adicionalmente, a transferência somente será permitida no caso em que a média das notas obtidas pelo estudante no ENEM, utilizada para sua admissão ao FIES, for igual ou superior à média do último estudante pré-selecionado no curso de destino no processo seletivo mais recente do programa em que houver estudante pré-selecionado para o financiamento estudantil, somente sendo possível a transferência se efetuada para curso de destino em que já houver estudantes pré-selecionados nos processos seletivos do FIES por meio da nota do ENEM.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2018 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os descontos decorrentes do PROUNI totalizaram R\$169,1 milhões, R\$226,5 milhões e R\$241,2 milhões, respectivamente, o que deduzimos de nossas receitas brutas ao apresentar a receita líquida em nossas demonstrações financeiras.

Caso as regras que se aplicam ao PROUNI ou ao FIES venham a ser alteradas com a criação de novas restrições, a isenção fiscal por nós obtida poderá ser significativamente reduzida e, assim, causar um efeito adverso aos nossos negócios e resultados.

Parte do nosso sucesso depende da qualidade de nossa equipe executiva, sendo que a perda de qualquer membro da alta administração poderia afetar negativamente o nosso negócio.

Nosso sucesso futuro depende em grande parte da continuidade e qualidade dos serviços prestados pela nossa alta administração, cujos membros são essenciais para o desenvolvimento e execução de nossas estratégias de negócios. Estamos sujeitos ao risco de perda de membros da nossa alta administração para empresas concorrentes ou para criar novas instituições de ensino concorrentes. Não há garantias de que a remuneração contratada ou os acordos de não concorrência celebrados com a nossa alta administração serão suficientemente amplos ou eficazes para impedir que membros renunciem aos cargos que atualmente ocupam, ou que os acordos de não concorrência sejam mantidos pelo Poder Judiciário. Caso alguns membros da nossa alta administração deixem de trabalhar conosco, poderemos ter dificuldade para encontrar substitutos à altura ou em tempo hábil, o que poderia causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Podemos ser adversamente afetados se não conseguirmos manter a qualidade do ensino e da infraestrutura em toda a nossa rede, nem obtivermos notas de avaliação positivas de nossas unidades e de nossos estudantes.

Acreditamos que a qualidade de nosso ensino é um fator chave de nossa estratégia e um importante fator de diferenciação perante nossos concorrentes. Não podemos garantir que teremos condições de reter nossos atuais professores ou recrutar novos professores que atendam aos nossos padrões de qualidade. A falta de professores qualificados ou a queda na qualidade de nosso ensino, real ou percebida, em um ou mais de nossos mercados, pode ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios.

Além disso, nossas instituições e nossos estudantes são frequentemente avaliados e pontuados pelo MEC. Podemos ter nossas matrículas reduzidas e sermos prejudicados em virtude da percepção dos estudantes sobre queda na qualidade do ensino que oferecemos, na hipótese de nossas unidades, cursos ou nossos estudantes recebam do MEC avaliação negativa, podendo prejudicar nossos resultados operacionais e nossa situação financeira. Além disso, caso algum de nossos cursos seja avaliado como insatisfatório, poderemos vir a celebrar um termo de compromisso entre a instituição de ensino superior aplicável e o MEC, incluindo as metas, providências e prazos para corrigir as condições insatisfatórias. O não cumprimento, total ou parcial, das condições prescritas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, que incluem desativação de cursos e habilitações, suspensão temporária de ingresso de novos estudantes e até descredenciamento, bem como o nosso acesso às políticas de financiamento ou a benefícios fiscais, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados. Para mais informações sobre as metodologias de avaliação das instituições de ensino e de nossos estudantes e sobre nossas notas obtidas em tais avaliações, veja a seção 7 deste Formulário de Referência.

Nosso sucesso depende de nossa capacidade de acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas e comportamentais do setor educacional.

Poderemos vir a ter dificuldades em acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas que vierem a ocorrer. O ensino pode ser afetado pelas rápidas alterações na tecnologia e pelas mudanças nas necessidades e expectativas tecnológicas de nossos estudantes, bem como pelos padrões de mercado.

Nossos concorrentes podem introduzir novos produtos ou plataformas de serviços superiores às que oferecemos e nosso sucesso ou a manutenção de nossa posição competitiva no mercado dependem de nossa capacidade e eficiência em aperfeiçoar nossos atuais produtos, bem como em desenvolver novos serviços.

Além do acompanhamento das inovações tecnológicas, o sucesso a inovações tecnológicas no ensino depende também do acesso da população à *internet* a um custo acessível, bem como de fatores tecnológicos fora de nosso controle. Se o acesso à *internet* for dificultado ou disponibilizado a um custo superior ao atual, ou ainda se o número de interessados em serviços educacionais com uso de tecnologia via *internet* não aumentar, ou se a velocidade da *internet* não for suficiente para o acesso às metodologias oferecidas, poderemos não ter condições de implementar nossa estratégia de crescimento nos serviços de ensino, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Outras mudanças de comportamento, cultura e costumes populacionais, além de fatores econômicos e de teor tecnológico, também poderão afetar a atratividade e utilidade de nossos cursos perante nosso público-alvo.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem nos afetar adversamente.

Nós e nosso administradores somos e poderemos ser, no futuro, parte em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em matéria cível, tributária, trabalhista, criminal e ambiental, inclusive envolvendo instituições de ensino que adquirimos, bem como nossos fornecedores, estudantes, membros do nosso corpo docente e/ou autoridades concorrenciais e tributárias, dentre outras,

decorrentes tanto dos nossos negócios em geral como de eventos não recorrentes de natureza societária, tributária, regulatória, dentre outros.

Adicionalmente, estão em curso ações judiciais propostas por nós e contra nós envolvendo o reconhecimento da imunidade tributária da Unimonte, da Una Gestão e da SOCIESC no período em que eram instituições de ensino sem fins lucrativos e que prestavam assistência social. Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis aos nossos interesses ou, ainda, que teremos provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos que eventualmente decorrerem desses processos (tendo em vista que, nos termos da legislação brasileira, somente temos provisionamento para processos cuja perda é considerada provável). O patrimônio dessas sociedades, incluindo seus bens imóveis, foram apresentados em garantia a execuções fiscais em que se discute a incidência de imunidade tributária, estando tais bens sujeitos às atuais e também a novas constrições. O nosso acesso às políticas de financiamento ou aos benefícios fiscais poderão ser afetados caso os nosso administradores ou nós sejamos condenados em processos de natureza criminal.

Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou que prejudiquem nossas operações, em especial contratações com pessoas de direito público e eventuais benefícios ou incentivos fiscais ou créditos concedidos pelo Poder Público ou, ainda, nossa imagem institucional podem vir a causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, reputação e resultados. Para informações adicionais sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais, ver itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Nós e nossas instituições de ensino podemos figurar como responsáveis principais ou solidárias das dívidas trabalhistas de terceirizados.

Nós e nossas instituições de ensino celebramos diversos contratos de prestação de serviços, tais como de alimentação, *call center*, limpeza, segurança e informática, para melhor atender às necessidades de nossos estudantes e oferecer maior conforto e qualidade em todos os setores e aspectos de nossas atividades.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para nós e/ou para nossas instituições de ensino não atendam às exigências da legislação trabalhista, podemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser autuadas e/ou obrigadas a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de sermos responsabilizados por estas demandas, poderemos sofrer um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Podemos ser prejudicados se não conseguirmos identificar, abrir e instalar nossas unidades em condições economicamente eficientes ou obter os atos e/ou provimentos administrativos necessários para autorizações ou credenciamentos de forma tempestiva. Se não formos capazes de executar nosso plano de expansão orgânica por meio da abertura de novas unidades na forma planejada, nossos negócios e resultados poderão ser prejudicados.

A abertura de novas unidades representa desafios únicos e exige que façamos investimentos importantes em infraestrutura, *marketing*, pessoal e outras despesas pré-operacionais. Esses desafios incluem a identificação de locais estratégicos, negociação da aquisição ou locação de imóveis, construção ou reforma de instalações (inclusive bibliotecas, laboratórios e salas de aula), obtenção de licenças de funcionamento, contratação e treinamento de professores e funcionários e investimento em administração e suporte. Adicionalmente, somos obrigados a registrar nossas novas unidades no MEC, antes de abri-las ou operá-las, bem como providenciar a autorização ou reconhecimento para a oferta de nossos novos cursos, a fim de estarmos aptos a expedir diplomas e certificados aos nossos estudantes. Se não formos capazes de realizar os investimentos necessários à abertura de novas unidades, de forma a atender o nosso plano de negócios ou a todas as especificações do MEC e de outros órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, ou caso tais processos perante o MEC encontrem problemas que resultem no atraso de sua autorização, credenciamento ou reconhecimento, tais como imposições de restrições, metas pelo MEC e/ou caso este não conceda anuência às nossas solicitações, poderemos sofrer um efeito prejudicial relevante em nossos negócios e resultados.

Podemos ser responsabilizados por determinados eventos que possam ocorrer em nossas unidades e nossa cobertura de seguros pode não ser suficiente para nos proteger contra perdas substanciais.

Podemos ser responsabilizados por atos ilícitos praticados por diretores, professores e funcionários relacionados às nossas atividades. Em caso de acidentes, lesões ou outros danos a nossos estudantes dentro de nossas unidades, podemos enfrentar reclamações sob a alegação de que fomos negligentes, realizamos supervisão inadequada ou fomos, de outro modo, responsáveis por tais acidentes, lesões ou danos. Também podemos enfrentar alegações de que professores ou outros funcionários cometeram assédio sexual ou outros atos ilícitos contra nossos estudantes. Nossas atuais apólices de seguros contratadas podem (i) não nos propiciar proteção contra esses tipos de reivindicações e não ser suficiente para suprir eventuais indenizações que venhamos ser obrigados a pagar ou (ii) ser inexistente para determinado ato ou fato. Também não podemos garantir que no futuro seremos capazes de renovar as nossas apólices de seguros nas mesmas condições que atualmente dispomos, por preços adequados ou sob qualquer preço. As ações de responsabilidade podem afetar nossa reputação e prejudicar nossos resultados financeiros. Mesmo que mal sucedidas, essas ações podem causar publicidade negativa, afetar nossa imagem, diminuir o número de matrículas, aumentar a evasão de estudantes, envolver despesas substanciais e demandar tempo e atenção de nossa Administração, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Nosso sucesso também depende da eficiência de nossos programas de vendas, marketing e publicidade para a captação de novos estudantes.

Para manter e aumentar nossas receitas e margens, devemos continuar atraindo novos estudantes por meio de programas de vendas, *marketing* e publicidade. Se não pudermos anunciar ou divulgar nossas unidades e cursos com sucesso (em razão de diversos fatores, entre eles falhas de nossas ferramentas de *marketing* e/ou adequação de nossa estratégia para atingir potenciais estudantes), nossa capacidade de atrair e matricular novos estudantes poderá ser prejudicada, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Podemos encontrar dificuldades em registrar a marca Ânima Educação.

Em 31 de dezembro de 2018, a marca Ânima Educação ainda permanecia sob análise do Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI") e não temos como assegurar que o registro será concedido na classe pretendida, ou que, se concedida, não haja ressalvas com relação à exclusividade de seu uso. Caso não seja possível registrar essa marca, ou tenhamos dificuldade para impedir que terceiros a utilizem para identificar os mesmos serviços prestados por nós, nossos resultados poderão ser adversamente afetados. Além disso, terceiros titulares de marcas semelhantes ou iguais à nossa podem se opor, por via administrativa ou judicial, à utilização da referida marca. Nessa hipótese, e em última instância, poderemos ser impedidos de utilizá-la, o que poderia causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, imagem e resultados.

Pretendemos realizar novas emissões de valores mobiliários, inclusive em função do plano de outorga de opções de compra de ações que poderemos vir a adotar, o que poderá resultar em uma diluição societária e econômica da participação de nossos acionistas em nosso capital social.

A fim de captar recursos financeiros adicionais para o desenvolvimento de nossas atividades, pretendemos utilizar da prerrogativa de emissão, pública ou privada, de títulos de dívida, de ações, ou de outros valores mobiliários conversíveis em ações. Contudo, na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam nossos acionistas ou os membros de nosso Conselho de Administração, conforme o caso, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de nosso capital social, com potencial diluição dos atuais acionistas. Além disso, poderemos vir a adotar planos de outorga de opções de compra de ações a nossos administradores e colaboradores. A emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou a emissão de novas ações no âmbito de planos de outorga de opções de compra de ações poderá resultar na diluição da participação dos nossos acionistas em nosso capital social.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sob a forma de dividendos ou juros sobre

o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo, destinado para a constituição de determinadas reservas, ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser suficiente para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia não distribua dividendos obrigatórios em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira.

Caso qualquer destes eventos ocorra, ou caso inexistam lucro líquido no exercício ou reserva de lucros acumulados, os proprietários de nossas ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Falhas nos processos de governança da Companhia, gestão de riscos e compliance podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores e terceiros agindo em seu nome. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia. De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00.

O Brasil ainda possui uma percepção de elevado risco de corrupção pública, o que pode deixar a Companhia exposta à possíveis violações de leis anticorrupção, incluindo a brasileira. Adicionalmente, os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de: (i) detectar violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, como leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do seu negócio perante entidades governamentais; (ii) detectar ocorrências de condutas indevidas e comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (iii) gerenciar todos os riscos identificados na sua política de gerenciamento de riscos e novos riscos; e (iv) detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais.

A Companhia ou suas controladas não possuem uma política de compliance ou política de contratação com o Poder Público formalizada. Portanto, falhas nos processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, capacidade de contratação com poder público, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar perda de receita e danos à reputação da Companhia, prejudicando suas operações ou resultando na divulgação não autorizada de informações.

A infraestrutura de Tecnologia da Informação (“TI”) da Companhia está sujeita a falhas em sua segurança cibernética, incluindo ataques cibernéticos, os quais podem incluir:

- Ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação, que tenham por objetivo acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir sistemas e plataformas utilizadas pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas da Companhia ou de parceiros de negócio;
- Violação de privacidade e dados pessoais, acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora da Companhia.

Os fatores acima podem ser decorrentes de *malware* (como vírus de computador), *ransomware*, *worm*, *phishing*, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja

intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques.

Quaisquer ataques cibernéticos bem sucedidos podem resultar em impactos na imagem e reputação da organização, na paralisação de sistemas ou indisponibilidade de serviços, ocasionando perdas de negócios, contaminação, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, na violação de segurança de dados, na divulgação não autorizada de informações ou, ainda, na perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários).

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes.

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente os seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade, de dados pessoais e confidencialidade de clientes; prejuízos decorrentes de danos a segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e reputação da Companhia; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de backup da Companhia para restaurar informações ou sistemas da Companhia); e custos relacionados a indenização de tributos decorrentes a ações judiciais.

Todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, a reputação e os resultados das operações da Companhia. Além disso, a Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade, ou, ainda, ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do que tinha originalmente previsto para combater tais ataques.

Além disso, a Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, através da internet, de dados eletrônicos que contém informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia, poderá sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação e situação financeira.

Por fim, as formas de ataques cibernéticos estão sempre sendo alteradas e reinventadas. A Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade, ou, ainda, ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do que tinha originalmente previsto para combater tais ataques.

Podemos enfrentar impossibilidade ou dificuldade de manutenção ou renovação dos atuais contratos de locação e/ou não celebração de novos contratos de locação ou celebração de novos contratos de locação em condições favoráveis.

Os contratos de locação em que a Companhia figura como locatária têm prazos determinados que variam de 5 (cinco) a 20 (vinte) anos, podendo ser renovados nos termos da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, conforme alterada (Lei de Locação). Existem contratos de locação da Companhia que não estão registrados nos respectivos cartórios de imóveis, o que poderá acarretar na necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer à Companhia o direito de adquiri-lo.

A Companhia não pode garantir que conseguirá alugar os imóveis em que tem interesse. Caso uma quantidade significativa de locações já contratadas não seja renovada ou caso novos contratos de locação não sejam celebrados em condições satisfatórias, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

Os interesses dos nossos Acionistas Controladores podem ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

Nossos Acionistas Controladores têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e decidir sobre quaisquer questões que sejam de competência dos nossos acionistas, inclusive sobre reorganizações societárias, cancelamento de nosso registro de companhia aberta, alienação de nossas controladas, montante e momento para distribuição dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas, ressalvadas as exigências de dividendo obrigatório, de acordo com nosso estatuto social. Desde que nossos Acionistas Controladores continuem a ser titulares de uma parcela significativa de nosso capital, ainda que essa parcela seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do nosso capital social, nossos Acionistas Controladores poderão continuar a ser capazes de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre nossas decisões. Os interesses de nossos Acionistas Controladores poderão ser divergentes ou conflitantes com os interesses de nossos demais acionistas, inclusive para orientar nossos negócios, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

Os interesses dos nossos administradores e executivos podem ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que seus ganhos baseiam-se, também, em um plano de opção de compra de ações.

Implementamos em 22 de agosto de 2013 um Plano de Opção de Compra de Ações de nossa emissão ("Plano"). Nos termos do Plano, poderão ser emitidas opções de ações aos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, gerentes, empregados, consultores e prestadores de serviços, até o limite de 2,5% de nosso capital social. O Plano é administrado pelo nosso Conselho de Administração e, desde sua implementação e até a data deste Formulário de Referência, não foram outorgadas quaisquer opções.

O fato de uma parcela relevante dos ganhos dos administradores e executivos estar intimamente ligados à geração de nossos resultados e ao desempenho das ações de nossa emissão pode levar nossa Administração a dirigir nossos negócios e nossos executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para informações adicionais sobre o Plano, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

d) Relacionados a controladas e coligadas da Companhia

Somos uma companhia cujos resultados dependem dos resultados das nossas subsidiárias, os quais não podemos assegurar que nos serão disponibilizados.

Somos uma companhia que possui diversas controladas. Nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações financeiras e pagar dividendos aos nossos acionistas depende das restrições assumidas em contratos de financiamento, do fluxo de caixa e dos lucros das nossas controladas, bem como da distribuição desses lucros a nós, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Não há garantia de que tais recursos estarão disponíveis para nós ou de que serão suficientes para o cumprimento das nossas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos nossos acionistas. A não disponibilização destes recursos ou sua insuficiência pode causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Os demais riscos relacionados às nossas controladas e coligadas são os mesmos a nós relacionados.

Eventual processo de recuperação judicial da Companhia ou de suas controladas pode ser conduzido em bases consolidadas.

A Companhia, o Judiciário brasileiro ou os próprios credores da Companhia e/ou de empresas de nosso grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de recuperação judicial de empresa de seu grupo econômico como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do grupo econômico da Companhia.

e) Relacionados aos fornecedores da Companhia

A HSM depende de palestrantes e disponibilidade de espaço físico adequado para a realização de seus eventos. O insucesso na contratação de palestrantes, não comparecimento deles nos eventos ou a indisponibilidade de espaço físico adequado para os eventos podem causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Para a organização dos eventos de gestão que promove, a HSM depende (i) da contratação exclusiva de palestrantes amplamente reconhecidos; (ii) de espaço físico adequado, e (iii) da divulgação adequada de tais eventos. Não há garantias de que seremos bem-sucedidos na contratação exclusiva desses profissionais e/ou na locação de espaço físico ou divulgação adequados para realização dos eventos da HSM. Em razão dos requisitos exigidos dos palestrantes, existem poucos profissionais disponíveis no mercado. Caso um ou mais desses profissionais venham a celebrar contratos de exclusividade com outras instituições, poderemos não ser capazes de promover os eventos que planejamos. Em relação aos palestrantes por nós contratados, ainda estamos sujeitos ao não comparecimento destes aos eventos da HSM ou à ocorrência de fatos adversos à imagem e reputação de tais palestrantes. Além disso, a divulgação inadequada do evento pode resultar em insatisfação do público-alvo. A materialização de quaisquer das hipóteses acima poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, imagem e resultados.

Além dos fornecedores, a HSM possui contratos com diversos patrocinadores envolvendo a realização destes eventos de gestão. A perda de qualquer dos patrocínios poderia afetar negativamente a HSM.

f) Relacionados aos clientes da Companhia

Qualquer aumento nas taxas de evasão que viermos a enfrentar no futuro poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

Desvios significativos de evasão de estudantes das instituições de ensino superior, motivados, dentre outros, por aspectos financeiros dos atuais e potenciais estudantes, podem afetar o número de matrículas realizadas e existentes, não sendo suficientes para atingir as receitas esperadas por tais instituições.

Nossa taxa média de evasão nos últimos quatro semestres foi 14,2% e 12,6% no primeiro e no segundo semestre de 2017 e de 17,4% e 13,0% no primeiro e no segundo semestre de 2018. No primeiro semestre de 2019 e no terceiro trimestre de 2019, a taxa média de evasão foi 15,3% e 8,4%, respectivamente. Qualquer aumento nas taxas de evasão que viermos a enfrentar no futuro poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Se não tivermos condições de atrair e reter os estudantes, ou conseguirmos assim proceder mediante a redução das mensalidades, nossas receitas poderão ser impactadas e poderemos ser prejudicados.

O sucesso de nosso negócio depende essencialmente do número de estudantes matriculados em nossos cursos e das mensalidades que são pagas. Nossa capacidade de atrair e reter estudantes depende essencialmente das mensalidades que cobramos, da conveniência da localização e da infraestrutura das nossas unidades e da qualidade de nossos cursos percebida por nossos atuais e potenciais estudantes. Tal capacidade pode ser afetada por diversos fatores, tais como nossa

habilidade para: (i) responder às pressões competitivas cada vez maiores; (ii) preparar adequadamente nossos estudantes para exercer carreiras nas suas respectivas ocupações profissionais; (iii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências dos estudantes; (iv) sermos bem avaliados pelo MEC em suas atividades fiscalizatórias, de credenciamento e credenciamento; (v) implementar com sucesso nossa estratégia de expansão; (vi) gerenciar nosso crescimento e, ao mesmo tempo, manter nossa qualidade de ensino; (vii) oferecer com eficiência nossos cursos para uma base mais ampla de potenciais estudantes; e (viii) anunciar ou divulgar nossas unidades e cursos com sucesso por meio de programas de vendas, *marketing* e publicidade. Além disso, o sucesso em atrair e reter estudantes pode ser influenciado por fatores externos a nosso controle. Caso não sejamos capazes de continuar atraindo estudantes para que se matriculem em nossos cursos e reter nossos atuais estudantes, sem reduzir de forma significativa nossas mensalidades, poderemos sofrer um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados à concessão de financiamentos a nossos estudantes e, caso não cumpramos as condições que nos foram impostas nesses programas e parcerias, poderemos perder a parte de nossas receitas e/ou benefícios fiscais.

Em 31 de dezembro de 2018 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, os recursos do FIES representavam, em conjunto, aproximadamente 24% e 16%, respectivamente, da nossa receita, programa este destinado a financiar estudantes que se enquadrem nos requisitos previstos pelo MEC, cursos presenciais de educação profissional, técnica e tecnológica, e em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Este programa concede diversos limites de financiamento de acordo com a renda familiar de cada estudante. Além disso, a parte financiada só é paga um ano e meio após a conclusão do curso. Neste caso, participamos do risco do financiamento, na condição de devedores solidários com nossos estudantes, nos seguintes limites percentuais: (a) para as instituições de ensino inadimplentes com as obrigações tributárias federais, 30% (trinta por cento) do total da parcela vencida do financiamento tomado pelos estudantes; e (b) para as instituições de ensino adimplentes com as obrigações tributárias federais, 15% (quinze por cento) do total da parcela vencida do financiamento tomado pelos estudantes. Também aderimos ao PROUNI, que oferece isenção de alguns tributos federais. Caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização do PROUNI e, no caso do FIES, os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização ou adimplir com as parcelas do financiamento, nossos resultados operacionais poderão ser afetados e poderemos ser compelidos a pagar os tributos a que somos isentos ou que foram compensados, em razão do PROUNI e/ou os valores por nós garantidos solidariamente em decorrência dos nossos estudantes vinculados ao FIES, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Podemos não ser capazes de reajustar as mensalidades cobradas para repassar os aumentos em nossos custos.

A nossa principal fonte de receita é o recebimento das mensalidades cobradas de nossos estudantes. Do total de nossos custos e despesas, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, 60,1% decorrem de despesas com pessoal e 3,5% com aluguéis. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 59,8% dos nossos custos e despesas decorrem de despesas com pessoal e 10,4% com aluguéis (60,9% e 10,0%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017). Tanto as despesas com pessoal quanto os aluguéis são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias. Caso não consigamos repassar os aumentos em nossos custos aos estudantes, por meio de aumento nas mensalidades, nossos negócios e resultados poderão sofrer um efeito prejudicial relevante.

Falhas na proteção de dados pessoais podem afetar a Companhia de forma adversa.

A Companhia ainda está em processo de estruturação para cumprir todos os requisitos da LGPD e se atém a proteção, gestão e disponibilização de dados.

A Companhia administra e retém informações relacionadas a seus clientes, identificados ou passíveis de identificação, e seus empregados no curso regular de suas operações. Divulgações não autorizadas

ou brechas de segurança podem sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, bem como impactar negativamente sua reputação.

Os negócios da Companhia estão expostos ao risco de uma possível não observância de suas políticas, má conduta, negligência ou fraudes cometidas por administradores, funcionários ou terceiros agindo em nome da Companhia de modo que informações pessoais de clientes se tornem disponíveis a terceiros, o que poderá resultar em sanções regulatórias e prejuízo de reputação e financeiro. Além disso, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção de nossas operações comerciais. A Companhia pode não ser capaz de prevenir ou impedir a má conduta de administradores, funcionários ou de terceiros.

Dado que as técnicas utilizadas para obter o acesso não autorizado e sistemas de sabotagem mudam constantemente e poderão não ser conhecidos até que sejam lançados contra a Companhia ou seus prestadores de serviços terceirizados, talvez a Companhia não seja capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para fornecer proteção contra esses ataques. Caso não seja possível evitar essas violações de segurança, a Companhia poderia estar sujeita às obrigações legais e financeiras, tais como previstas na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – “LGPD”), i.e. advertência, obrigação de divulgação de incidente, eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, podendo alcançar, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração. Por fim, caso ocorra algum incidente, a reputação da Companhia também seria prejudicada, resultando em perda substancial de receita decorrente da perda de vendas e descontentamento dos clientes.

Atualmente, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa na legislação, como, por exemplo, na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil e no Marco Civil da Internet. A Companhia não pode garantir que conseguirá adotar proteções adequadas para os dados pessoais tratados em seus sistemas, nem que conseguirá atender as regras estabelecidas na legislação vigente.

A LGPD entrará em vigor no mês de agosto de 2020 e transformará o sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser respeitado nas operações de tratamento de dados pessoais. Ademais, a LGPD estabelece, entre outros temas, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, requisitos para obtenção de consentimento, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança, vazamentos e transferência de dados pessoais, bem como prevê a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Assim, a Companhia pode ter dificuldades para adequar-se à nova legislação, tendo em vista a quantidade e complexidade de novas obrigações a serem cumpridas.

Quaisquer eventos em que informações de clientes e/ou de empregados da Companhia possam ser comprometidas, sujeitas ao acesso não autorizado e outras violações de segurança poderão reduzir a demanda pelos serviços e produtos da Companhia, ocasionando um impacto substancial e adverso em seus negócios, imagem e resultados operacionais.

g) Aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Poderemos ser prejudicados se o governo alterar sua estratégia de investimento em educação.

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (“Lei nº 9.394”), o Brasil deve estimular investimentos no ensino superior por entidades privadas. Historicamente, o apoio do governo ao ensino superior concentra-se em determinadas universidades que atuam como centros de excelência e pesquisa. O número limitado de vagas e processos de admissão altamente competitivos restringem significativamente o acesso a essas universidades. O mercado de ensino superior privado cresce em razão do critério seletivo de apoio do Governo Federal para um número limitado de instituições públicas. Se o Governo Federal alterar essa política de investimento, poderemos enfrentar uma maior concorrência, por exemplo, por meio (i) do aumento do nível de investimentos públicos no ensino superior em geral; e (ii) da transferência dos recursos de universidades que atuam como centros de excelência e pesquisa para instituições de ensino superior públicas acessíveis a nossos potenciais estudantes.

Além disso, o Governo Federal pode reduzir o nível de investimentos públicos nos ensinos fundamental e médio, resultando na diminuição do número de novos estudantes que buscam o ingresso em instituições de ensino superior depois de concluírem o ensino médio, restringindo, assim, a demanda pelos nossos cursos. Qualquer alteração da política que afete o nível de investimentos públicos em educação poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

h) Relacionados à regulação do setor de atuação da Companhia

Atuamos em um setor altamente regulado por órgãos governamentais, em especial o MEC, que elaboram regulamentos de observância obrigatória e fiscalizam nossas atividades, podendo, inclusive, nos demandar administrativa e judicialmente, o que pode gerar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Estamos sujeitos a diversas leis federais e à ampla regulamentação governamental imposta, entre outros, pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Educação (“CNE”), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (“INEP”) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Por meio da Lei nº 9.394, que estabeleceu diretrizes para a prestação de serviços de educação no Brasil e delegou poderes ao Governo Federal para regulamentar o ensino de graduação e pós-graduação, especificamente no que se refere à autorização, reconhecimento, supervisão e avaliação dos cursos superiores e ao credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior. A educação à distância no Brasil goza de tratamento diferenciado e é regulado pela Lei nº 9.394 e pelo MEC. Nossas instituições de ensino superior dependem de prévio credenciamento e de credenciamento no MEC para poder operar, bem como para poder oferecer nossos pretendidos cursos e programas de educação presencial e a distância. Os cursos oferecidos por nossas instituições de ensino devem ser previamente autorizados e a validade nacional dos diplomas ou certificados expedidos aos seus estudantes depende de prévio reconhecimento pelo MEC dos cursos por nós oferecidos.

O Governo Federal poderá rever as leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil ou sugerir alterações nessas leis e regulamentos ao Congresso Nacional. Podemos ser significativamente prejudicados por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente em relação a subsídios, tais como bolsas de estudo, e mudanças relativas a (i) descredenciamento de instituições de ensino privadas, (ii) imposição de controles de mensalidades, (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente, (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos, (v) exigências de infraestrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios, suporte administrativo, entre outras.

A implementação de novas leis e regulamentos, a interpretação adversa de leis e regulamentos existentes podem gerar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Adicionalmente, órgãos governamentais, em especial o MEC, e terceiros podem conduzir fiscalizações, propor e instaurar procedimentos administrativos e/ou ações judiciais contra nós pelo não cumprimento das normas regulatórias vigentes. Além disso, podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, ou outras questões regulatórias relativas ao MEC das empresas que já possuímos ou que venham a ser adquiridas. Se os resultados desses procedimentos ou ações judiciais forem desfavoráveis, ou se não pudermos nos defender e patrocinar a defesa de nossas controladas com sucesso, poderemos ser obrigados a pagar condenações pecuniárias ou estar sujeitos a multas, restrições, liminares ou outras penalidades aplicáveis. Especificamente no que diz respeito à sanção de cancelamento ou a ausência de autorização, habilitação, reconhecimento, credenciamento e/ou credenciamento das nossas instituições de ensino e dos nossos cursos pelo MEC podem nos afetar negativamente, uma vez que podem resultar na vedação à admissão de novos estudantes, cancelamento dos cursos oferecidos, suspensão temporária de prerrogativas de autonomia, revogação do credenciamento ou habilitação e/ou redução do número de estudantes por sala de aula, entre outros tipos de intervenção. Poderemos ter de reservar recursos financeiros e administrativos significativos para solucionar questões levantadas por estes procedimentos ou para nos defender desses procedimentos administrativos ou ações judiciais.

Nossas instituições de ensino superior podem ser prejudicadas se não conseguirem renegociar os acordos coletivos com os sindicatos que representam seus professores e funcionários ou por greves e outras atividades sindicais

Os professores e funcionários de nossas instituições de ensino superior são representados por sindicatos com forte representação no segmento. Os acordos coletivos ou os acordos semelhantes que regulam a duração do dia letivo ou do ano letivo, a remuneração mínima, férias e benefícios indiretos dos professores, entre outros, estão sujeitos à renegociação anual e são historicamente alterados substancialmente e poderão continuar a sê-lo no futuro. Normalmente, a taxa de inflação é utilizada como referência para discussão do reajuste salarial, inclusive para a remuneração mínima prevista nos acordos coletivos. As despesas de nossas instituições de ensino superior com pessoal, principalmente corpo docente, representam a maior parte de seu custo de serviços prestados. Nossas instituições de ensino superior poderão não ser capazes de repassar um aumento de custos decorrente da renegociação de acordos ou convenções coletivos para suas mensalidades, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados. Nossas instituições de ensino superior podem ser, ainda, prejudicadas se não conquistarem e mantiverem bom relacionamento com sindicatos de professores ou funcionários ou se enfrentarem greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de seus professores ou funcionários, o que também poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Mudanças na legislação fiscal ou conflitos em sua interpretação podem resultar em aumentos em determinados tributos, o que poderia reduzir nossa margem bruta.

O governo brasileiro regularmente implementa mudanças no regime tributário, representando potencial aumento da nossa carga tributária.

Algumas leis ou regulamentações fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que a Companhia se baseia para realizar seus negócios. Por fim, projetos de lei ainda em tramitação, caso sejam aprovados, poderão resultar na tributação de dividendos.

Ademais, há o risco de que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos. A Companhia não pode assegurar que os incentivos relacionados ao PROUNI serão integralmente mantidos e o prazo pelo qual serão mantidos. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não temos qualquer atuação em países estrangeiros.

j) Com relação a questões socioambientais

Até a data deste Formulário de Referência, não identificamos outro cenário de risco socioambiental relevante nos negócios aplicáveis à Companhia, senão aqueles previstos no item 7.5 deste Formulário de Referência.

k) Com relação aos riscos macroeconômicos

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia do País. Essa influência e as condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar negativamente os nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia do Brasil e, ocasionalmente, realiza mudanças significativas nas políticas e regulamentações. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas e regulamentações frequentemente envolvem, dentre outras

medidas, aumentos nas taxas de juros, controles de preços e salários, desvalorizações cambiais, restrições a remessas para o exterior, limites a importações e congelamento de contas correntes. Não exercemos qualquer influência sobre as políticas ou regulamentações que o Governo Federal poderá adotar no futuro, nem dispomos da capacidade para prevê-las. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem certos fatores, como:

- inflação;
- políticas cambiais;
- crescimento da economia interna;
- redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- políticas monetárias;
- taxas de juros;
- instabilidades sociais ou políticas;
- políticas fiscais e legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Medidas adotadas pelo Governo Federal ou especulação sobre ações do governo podem levar a incertezas em relação à economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais domésticos, o que pode afetar negativamente o nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os nossos negócios.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises ou políticas econômicas de outros países podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras e pelos valores mobiliários emitidos por nós, o que pode adversamente afetar o preço de mercado de nossas ações, além de afetar adversamente nossa capacidade de financiamento. No passado, o desenvolvimento adverso das condições econômicas nos mercados emergentes resultou em significativa retirada de recursos do país e uma queda no montante de capital estrangeiro investido no Brasil. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumentos nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão.

Instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e os resultados de nossas operações, bem como o preço de negociação de nossas ações.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional do Brasil, incluem financiamento de

campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes da investigação “Lava Jato” em andamento, que está sendo conduzida pela Polícia Federal Brasileira e Ministério Público Federal Brasileiro, e que tem impacto sobre a economia do país e ambiente político. Grande número de membros do governo federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás e construção. Os valores destas propinas supostamente financiaram as campanhas de partidos, que não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, bem como serviu para o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional, o ex-presidente Luis Ignácio Lula da Silva e executivos das maiores companhias estatais e privadas brasileiras, renunciaram, se demitiram ou foram presos, e funcionários eleitos e outros funcionários públicos estão sendo investigados.

O potencial resultado destas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, e sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas pode afetar adversamente os nossos negócios, nossa condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações. Não podemos prever os efeitos desses desenvolvimentos recentes e as atuais incertezas políticas em curso sobre a economia brasileira.

Esforços governamentais para combater a inflação poderão prejudicar o crescimento da economia brasileira e as nossas atividades.

O Brasil apresentou elevadas taxas de inflação no passado. A inflação e certas medidas governamentais para deter a inflação, juntamente com a especulação sobre medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um impacto negativo significativo na economia brasileira, contribuindo para incerteza econômica no Brasil e aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. O Índice Geral de Preços do Mercado, ou IGP-M, registrou uma inflação de 7,19% em 2016 e uma deflação de 0,53% em 2017. Já em 2018, o índice apontou uma inflação de 7,55% em relação ao ano anterior. A inflação, conforme auferida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo, ou IPCA, acumulada de 12 meses, fechou o ano de 2018 a 3,75%. Possíveis sinalizações de política monetária com viés contracionista adotadas para combater a alta dos preços podem limitar o acesso ao crédito e reduzir o crescimento econômico do país. Aumentos sucessivos na inflação podem aumentar os custos e despesas da Companhia e, como resultado, afetá-la adversamente.

Qualquer medida futura tomada pelo governo brasileiro, incluindo a redução da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real podem desencadear inflação, afetando a performance geral da economia brasileira. Se o Brasil apresentar inflação alta no futuro, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços cobrados de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custo, o que pode aumentar seus custos e diminuir suas margens líquidas e operacionais.

Ademais, em caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode escolher por aumentar drasticamente as taxas de juros oficiais. O aumento na taxa de juros pode afetar não só os custos de novos empréstimos, mas também o valor do endividamento atual, aumentando as despesas financeiras da Companhia. Esse aumento, por sua vez, pode afetar adversamente a habilidade da Companhia de cumprir suas obrigações, já que irá reduzir sua disponibilidade de caixa.

Flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo de nossas dívidas, ocasionando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação. Devido à natureza de nossas operações, estamos particularmente sujeitos a efeitos decorrentes da variação das taxas de juros, especialmente em razão da indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Na hipótese de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao nosso endividamento crescerão, o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas

operações e resultados. Os possíveis efeitos da elevação de taxa de juros sobre nossos resultados estão indicados na análise de sensibilidade no item 4.2 deste Formulário de Referência.

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias de emissão da Companhia, com frequência envolve um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissoras em outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, mas não limitado a:

- mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e
- restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como nos Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode assegurar que haverá um mercado líquido, o que poderá limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou órgão que venha a sucedê-la pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender sua participação no preço e no momento desejado. O preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais estão fora do controle da Companhia.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

O Brasil perdeu sua classificação de dívida soberana de grau de investimento pelas três principais agências de rating dos Estados Unidos: Standard and Poor's, Moody's e Fitch. A Standard and Poor's rebaixou a classificação de dívida soberana do Brasil de BBB- negativo para BB- positivo em setembro de 2015, que foi rebaixada para o BB em fevereiro de 2016 e manteve sua perspectiva negativa sobre a classificação, citando as dificuldades fiscais e a contração econômica do Brasil como sinais de piora situação de crédito. Em janeiro de 2018, a Standard and Poor's rebaixou a classificação do Brasil de BB para BB-. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou a classificação da dívida soberana Baa3 no Brasil e revisou a classificação de crédito soberano do Brasil em fevereiro de 2016 para Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração dos valores do endividamento do Brasil em meio à recessão e ao ambiente político desafiador. A Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para o BB- positivo com perspectivas negativas em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário de rápido crescimento do país e recessão pior do que o esperado e baixou a classificação da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para o BB com uma perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil novamente para BB-, com base, entre outras razões, no déficit fiscal, o aumento da dívida pública e a incapacidade do governo de implementar as reformas necessárias para a melhora das contas públicas.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu PIB, flutuações acentuadas do real em relação ao dólar

americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. Tal cenário pode se intensificar com o novo Governo Federal eleito, sendo certo também que não podemos prever os potenciais impactos das políticas a serem adotadas pelo novo Governo Federal a partir de 2020.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia

4.2 – Descrição dos Principais Riscos de Mercado

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência e, se for o caso, no prospecto da oferta dos respectivos valores mobiliários, os riscos mencionados abaixo, bem como nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que atualmente podem nos afetar de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também podem nos afetar de forma adversa.

Para os fins deste item "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Em 30 de setembro de 2019, 41,9% da nossa dívida, correspondentes a R\$ 420,2 milhões, estavam atrelados ao CDI. Qualquer aumento do CDI e ou de outras taxas de juros flutuantes que venhamos a adotar pode gerar impacto negativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante (taxa DI), a taxa SELIC, em 31 de dezembro de 2019 foi de 4,5%. Fizemos uma análise de sensibilidade dos efeitos em nossos resultados advindos de uma alta na SELIC de 25,0% e 50,0%, em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa DI acompanha a variação da taxa SELIC, que, por sua vez é influenciada pela inflação ao ser definida pela autoridade monetária.

As taxas dos contratos em que somos parte não são exclusivamente compostas por taxas variáveis, sendo complementadas com taxas pré-fixadas.

Apresentamos abaixo tabela que demonstra a nossa análise de sensibilidade para os nossos instrumentos financeiros, inclusive indicando os riscos que podem gerar prejuízos materiais, de acordo com a avaliação feita pela nossa Administração, dentro de um prazo 12 meses. Além disso, apresentamos dados acerca de dois outros cenários, os quais sofreram deterioração de 25% e 50% nas variáveis de risco consideradas em nossa análise de sensibilidade. As taxas utilizadas para a nossa projeção foram baseadas em informações obtidas junto ao Banco Central.

	Indexador	Risco	Valor	Efeitos no resultado		
				Cenário 1 provável	Cenário 2 possível	Cenário 3 remoto
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(105.094)	(5.675)	(7.094)	(8.513)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	392.755,00	21.209	26.511	31.813
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	TJLP/TR	Alta da média	282	9	12	14
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	30.962	1.672	2.090	2.508
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	TFC	Alta do TFC	2.408	146	109	73
Derivativos	CDI	Alta do CDI	(3.915)	(211)	(264)	(317)
Titulos a pagar	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	39.005	1.195	1.494	1.792
Titulos a pagar	INPC	Alta do INPC	35.493	1.036	1.295	1.555
Titulos a pagar	TR	Alta da TR	12.425	-	-	-
Titulos a pagar	Média IGPM/IPCA	Alta da média	3.383	106	133	159
Titulos a pagar	IPCA	Alta do IPCA	2.498	72	90	108

¹A operação de "Derivativos" foi feita pura e simplesmente visando o empréstimo em moeda estrangeira representado na linha "Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)" mencionado acima, sem intenção de estabelecer um limite específico. A Companhia demonstra essa informação em linha separada para compatibilizar com a apresentação de tais informações em suas demonstrações financeiras.

Riscos Regulatórios

Possuímos acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (“FIES”), programa criado pelo Ministério da Educação (“MEC”) e também aderimos ao Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), ambos programas de incentivo do Governo Federal. Tendo em vista que em 30 de setembro de 2019, os recursos do FIES representavam, em conjunto, aproximadamente 16% da nossa receita, acreditamos que caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização desses programas de incentivo, ou, ainda, caso, os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização, nossos negócios e nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente e poderemos passar a pagar os tributos dos quais, somos isentos ou que foram compensados, em razão do PROUNI e/ou os valores por nós garantidos solidariamente em decorrência dos nossos estudantes vinculados ao FIES.

Risco de Crédito

Nós e nossas controladas diretas e indiretas estamos sujeitas a eventuais riscos decorrentes da inadimplência de nossos estudantes. Em 31 de dezembro de 2018, o percentual da despesa com provisão de créditos de liquidação duvidosa sobre a receita líquida era de 4,1% (4,4% e 4,7% em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente).. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, o percentual da despesa com provisão de créditos de liquidação duvidosa sobre a receita líquida era de 3,4%. O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades por parte de nossos alunos pode comprometer o nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações. Para informações sobre as medidas por nós tomadas para administrar o risco de crédito decorrente da inadimplência de nossos estudantes, vide item 7.9 deste Formulário de Referência.

Na data base de 30 de setembro de 2019, nós e nossas controladas éramos parte passiva em processos judiciais, procedimentos administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista e discussões acerca da existência de vínculo empregatício. Destes processos e discussões, R\$ 96,1 milhões representavam contingências cuja possibilidade de perda era provável, para os quais constituímos uma provisão contábil no valor de R\$ 96,1 milhões.

Nossas provisões são registradas com base na posição de nossos advogados externos e na análise individual de cada contingência.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos a que estávamos sujeitos em 30 de setembro de 2019, segregados conforme sua natureza.

Em 30 de setembro de 2019, nós e nossas controladas não éramos parte em nenhum procedimento de natureza arbitral.

Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal

Em 30 de setembro de 2019, nós e nossas controladas éramos parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal.

Dentre os processos judiciais e administrativos de natureza fiscal que representavam contingências relevantes para nós em 30 de setembro de 2019, destacam-se em razão do valor envolvido ou objeto, os seguintes:

Processo nº	Execução Fiscal nº 0006332-14.2002.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	Primeira
c. data de instauração	26/08/2002
d. partes no processo	Autor: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 45.806.399,26
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada com o objetivo de exigir da Unimonte, entidade filantrópica, o recolhimento do INSS cota patronal, no que concerne às contribuições devidas à Previdência Social pela Unimonte no período de 01/1990 a 11/2000 pagas aos segurados empregados e trabalhadores autônomos. A atuação fiscal ocorreu em 22 de dezembro de 2000. A Unimonte apresentou exceção de pré-executividade arguindo a decadência de parte do objeto, referente ao período de 01/1990 e 12/1995. Foi, então, proferida decisão reconhecendo parcialmente a decadência até o mês de 11/1994. Em face dessa decisão, a União Federal interpôs Agravo de Instrumento que restou provido reconhecendo não haver decadência. O relator entendeu pela possibilidade de redirecionamento da execução fiscal em face do sócio. Contudo, o despacho de citação interrompe a prescrição em relação aos responsáveis solidários. Desta forma, o pedido de redirecionamento para os corresponsáveis do executado ocorreu em 28/11/2008 e a determinação pelo redirecionamento ocorreu após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos. Em 16/03/2011, a Unimonte interpôs Agravo de Instrumento contra decisão que acolheu parcialmente a exceção de pré-executividade para

	<p>que fosse concedido efeito suspensivo enquanto estivesse sendo discutida a decadência a fim de evitar a penhora dos imóveis ou o bloqueio de bens.</p> <p>Concomitantemente, em 31/01/2003, a Unimonte apresentou ação anulatória de crédito tributário nº 2003.24.00.002648-1, objetivando anulação dos créditos contra si constituídos por meio de processo administrativo e objeto da execução fiscal em questão.</p> <p>Em 25/08/2004, foi proferida sentença julgando procedente a ação, tendo sido confirmada pelo TRF da 1ª Região em 27/11/2013. A União, então, interpôs apelação que restou improvida bem como a remessa oficial. A União opôs Embargos de Declaração que aguardam julgamento.</p> <p>Na sequência, em 06/04/2009, a Unimonte ajuizou a Ação Cautelar Incidental nº 2009.01.00.019732-6 que suspendeu a exigibilidade dos créditos objeto da execução fiscal em questão.</p> <p>Em 30/07/2018 foi proferido despacho do MM. Juiz nos seguintes termos:</p> <p><i>“O 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos negou-se a averbar a penhora que recaiu sobre os imóveis matriculados sob os números 19.651, 29.193 e 20.004, sob os fundamentos de que os bens pertencem a terceiro e que não constou a identificação de depositário no mandado de penhora (fls. 1.311/1.314). A posterior vinda aos autos da autorização da proprietária dos bens supre a primeira exigência (fls. 1.196/1.214 e 1.327). Quanto à ausência de depositário, vê-se que houve a retificação do auto de penhora, nele sendo inseridas as informações pertinentes (fls. 1.309). Nada obstante, antes de determinar-se a averbação da constrição, pende a questão referente à avaliação dos bens. De fato, quando da penhora não houve a avaliação dos bens, conforme certificado nas fls. 1.308. Por outro lado, juntamente com a autorização da terceira proprietária, veio aos autos estimativa da avaliação dos bens (fls. 1.327/1,382). Nessa linha, colha-se a manifestação da exequente. Cumpra-se com urgência e intime-se.”</i></p> <p>Em atenção ao despacho proferido, a Exequente se manifestou nos seguintes termos:</p> <p><i>“A União – Fazenda Nacional por meio de seu procurador, não se opõe ao valor do laudo de avaliação dos imóveis que remanescem sem penhora lavrada (fls. 1.381), tendo em vista as manifestações anteriores, bem como estar o laudo de acordo com o art. 9º da Portaria PGFN nº 33/2018, em especial, subscrito por engenheiro perito judicial.”</i></p> <p>Determinada a averbação da constrição dos imóveis</p>
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão dos imóveis dados em garantia (imóveis objeto das matrículas nº 27.446, 11807, 27.447, 15.367,31.255, 6.275, 29.999, 22.859, 11.620,37.138, 15.368 e 28.112 - 1º R.I. de Santos).
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Ação Declaratória nº 2003.34.00.002648-1
a. juízo	4ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal
b. instância	Segunda – TRF da 1ª Região
c. data de instauração	31/01/2003

d. partes no processo	Autor: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. Réu: Procuradoria da Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 45.806.399,26 (refere-se à execução fiscal 2002.61.04.006332-8)
f. principais fatos	Ação declaratória objetivando o reconhecimento da imunidade tributária da Unimonte, bem como a prescrição do débito objeto da Execução Fiscal nº 2002.61.04.006332-8, descrita acima. Em 05/11/2004 foi proferida sentença que julgou procedente a demanda a fim de declarar a imunidade da instituição e anular os lançamentos objeto da ação de execução. Em face dessa sentença, a Unimonte e o INSS interuseram, apelação sendo o processo remetido para o TRF da 1ª Região. Foi, então, proferido acórdão que negou provimento à apelação do INSS e deu parcial provimento a apelação da Unimonte, majorando os honorários sucumbenciais. Foram opostos embargos de declaração pela Fazenda Nacional em 03/02/2014 que restaram desprovidos. Foi interposto RE/REsp pela União. Os recursos aguardam juízo de admissibilidade.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, que no caso é remota, não haverá, de qualquer forma, o impacto de caixa decorrente deste processo em si, pois tal impacto já previsto na Execução Fiscal nº 006332-14.2002.4.03.6104, conforme acima, já garantida, contudo, pelos imóveis objeto das matrículas nº 27.446, 11807, 27.447, 15.367, 31.255, 6.275, 29.999, 22.859, 11.620, 37.138, 15.368 e 28.112 - 1º R.I. de Santos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Execução Fiscal nº 0001670-31.2007.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara Federal da Justiça de Santos
b. instância	Primeira
c. data de instauração	02/3/2007
d. partes no processo	Autor: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 786.375,87
f. principais fatos	Execução fiscal ajuizada para a cobrança de débitos de PIS, COFINS e IRRF, consubstanciados nas CDAs nº 80.2.06088040-28, 80.2.07.005715-72 e 80.7.07.002170-66 no valor total histórico de R\$ 6.620.871,73. Em 16 de abril de 2007, foram oferecidos em garantia à execução fiscal 3 imóveis de matrículas nºs 121.167, 37.138 e 29.999, nos respectivos valores de R\$ 2.570.849,73, R\$ 1.187.991,05 e R\$ 3.178.388,52, totalizando R\$ 6.937.229,30. A União Federal manifestou-se concordando com os bens imóveis oferecidos em garantia à execução fiscal, tendo sido lavrado o termo de penhora, bem como a nomeação do depositário.

	<p>A Unimonte protocolou petição requerendo o desmembramento dos créditos tributários exigidos na execução, por se tratar de tributos de naturezas diferentes e devido a adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.552/2007 para os créditos tributários relativos ao IRRF.</p> <p>Foi, então, proferido despacho indeferindo o pedido de desmembramento dos créditos tributários, tendo em vista que ainda não havia deferimento do parcelamento mas não obstante a realização da penhora dos bens imóveis.</p> <p>A Unimonte efetuou o pagamento do débito relativo ao Processo Administrativo nº 10845.452.727/2004-22 (CDA nº 80.2.06.086040-28), no valor de R\$ 877,46.</p> <p>Foi, então, proferida sentença julgando extinta a execução fiscal representada pela CDA nº 80.2.06.086.040-28, suspensa em relação a CDA nº 80.2.07.005715-72 (incluída em parcelamento), dando prosseguimento apenas à CDA nº 80.7.07.002170-66, relativa a PIS do período de janeiro de 2005 a outubro de 2005.</p> <p>Na sequência, foi protocolada petição pela Unimonte informando a sua adesão ao programa de parcelamento de débitos federais REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941/2009, tendo sido proferido despacho determinando o sobrestamento da execução fiscal.</p> <p>Contudo, a União Federal se manifestou no sentido de que os créditos tributários não poderiam ter sido incluídos no programa de parcelamento REFIS IV em razão da vedação mencionada no artigo 10, § 21, da Lei nº 10.260, tendo sido cancelado o parcelamento e dado prosseguimento na exigência dos créditos tributário por meio da execução fiscal.</p> <p>Em resposta, a Unimonte protocolou petição oferecendo em garantia à execução fiscal os bens imóveis de matrículas nºs 25.432, 25.981, 26.688 e 44.856, relativos à CDA nº 80.7.07.002170-66, bem como requerendo o cancelamento da penhora do bem imóvel referente à matrícula nº 37.828. A União Federal concordou com os pedidos formulados pela Unimonte. Após deferimento da garantia oferecida, a Unimonte opôs Embargos à Execução Fiscal alegando que era uma associação filantrópica, sem finalidade lucrativa, o que lhe garantiria a imunidade tributária prevista na Constituição Federal. Os embargos foram julgados improcedentes. A Unimonte interpôs recurso de apelação, o qual ainda pende de julgamento.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia (imóveis 25.981, 26.688, 25.432 e 44.856).
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Executivo Fiscal nº 0009227-69.2007.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	Segunda – 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região
c. data de instauração	07/08/2007
d. partes no processo	Autor: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 72.329.386,70
f. principais fatos	<p>Execução fiscal ajuizada em 07.08.2007 para cobrança de débitos (i) de contribuições previdenciárias e devidas a outras entidades (terceiros), originados administrativamente por meio de autos de infração que exigiam majoritariamente débitos decorrentes da prestação de serviços por cooperativa e retenção de 11% do valor das faturas por ter tomado serviços prestados mediante cessão de mão de obra, por meio das quais a Unimonte discutia que era uma associação filantrópica, sem finalidade lucrativa, o que lhe garantiria a imunidade tributária prevista na Constituição Federal, bem como (ii) de multa por omissão de apresentação de GFIP consubstanciadas nas Certidões de Dívida Ativa sob os números: 35.558.226-0, 35.558.229-5, 35.558.626-6, 35.558.629-0, 35.978.558-1 e 36.010.757-5, totalizando o valor histórico de R\$ 47.826.886,87.</p> <p>Das 6 (seis) CDA's cobradas nesta execução, restaram como ativas as CDA's 35.558.229-5 e 35.558.629-0, as demais foram resolvidas da seguinte forma: (i) 35.558.626-6 foi depositada e convertida em renda (Ação Cautelar nº 0011813-06.2012.403.6104), (ii) 35.558.226-0, 35.978.558-1 e 36.010.757-5 foram parceladas e quitadas.</p> <p>Em 07 de novembro de 2007, a Unimonte apresentou Exceção de Pré-Executividade alegando, em síntese:</p> <p>(i) a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, na medida em que a matéria estava sendo discutida na esfera administrativa, razão pela qual a execução fiscal não poderia ter sido iniciada por ausência de certeza e liquidez dos créditos tributários e;</p> <p>(ii) a ilegitimidade passiva dos corresponsáveis, uma vez que não houve atos de má gestão ou má fé ou, ainda, excesso de poderes de qualquer dos dirigentes, sendo, portanto, ilegítima a inclusão como corresponsáveis da obrigação tributária da pessoa jurídica.</p> <p>Em 02/06/2008 foi proferida decisão acolhendo a exceção de pré-executividade, considerando a suspensão da exigibilidade, e julgando extinta a execução fiscal com a consequente anulação das certidões de dívida ativa. Foram, então, opostos embargos de declaração pelo INSS, os quais restaram rejeitados. O INSS apelou da decisão em 22/07/2009 e foram oferecidas contra-razões e o processo foi remetido ao TRF em 06/06/2010. A apelação foi julgada em 21/08/2018 e a primeira turma, por unanimidade, decidiu anular de ofício parte da sentença (relativa a inscrições 35.978.558-1 e 36.010.757-5), e julgar prejudicada a apelação, devolvendo o processo para apreciação do magistrado em 1º grau.</p> <p>Ocorreu o trânsito em julgado da decisão em 02/10/2018 e baixa definitiva à origem em 12/11/2018.</p> <p>Foi, então, dada vista às partes para que requeressem o que entendessem de direito no prazo de 15 dias. Diante da manutenção da execução fiscal com relação aos débitos 35.978.558-1 e 36.010.757-5, a Procuradoria requereu a penhora de ativos financeiros da Unimonte, não tendo havido, ainda, manifestação do juízo a esse respeito. Com relação aos processos 35.558.226-0, 35.558.229-5, 35.558.626-6 e 35.558.629-0, ainda aguardam as respectivas decisões.</p>
g. chance de perda	Possível – processo extinto em primeira instância com sentença parcialmente reformada pelo tribunal.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, o impacto é a perda do valor total informado na letra “e” acima, sendo que R\$ 660.000,00 já foram depositados em juízo e R\$ 1.246.165,30 foram parcelados. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa

	controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Execução Fiscal nº 0011730-53.2013.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	25/11/2013
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional. Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 59.372.522,51
f. principais fatos	<p>Execução Fiscal ajuizada para cobrança de débitos de Contribuição Previdenciária consubstanciados nas CDA's nº: 37.280.804-2, 37.280.810-7, 37.280.811-5 e 37.280.812-3, referente ao período compreendido entre setembro de 2005 a dezembro de 2007, totalizando R\$ 15.299.140,94</p> <p>Foram indicados bens à penhora em 22/01/2014, tendo sido lavrado o termo de penhora de cotas de fundo de investimento oferecidas pela Unimonte.</p> <p>Posteriormente, em 17/04/2015, ocorreu a substituição da garantia por seguro garantia.</p> <p>Em 24/07/2014 foram opostos embargos à execução, cujo efeito suspensivo foi deferido, em 28/03/2016, por meio dos quais a Unimonte alega que era uma associação filantrópica, sem finalidade lucrativa, o que lhe garantiria a imunidade tributária prevista na Constituição Federal.</p> <p>Foi deferida medida liminar para exclusão da requerida dos cadastros do SERASA.</p> <p>A ré interpôs embargos de declaração requerendo a modificação da decisão para que conste efeito suspensivo aos referidos embargos à Execução Fiscal, o que foi deferido.</p> <p>O processo aguarda julgamento.</p> <p>No contexto da presente Execução Fiscal, foi instaurado o inquérito policial nº 0353/2015-4 para avaliar a responsabilidade criminal de administradores do Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.. Em 01 de outubro de 2018, o delegado responsável pelo referido inquérito policial cancelou a oitiva dos sócios e ex-sócios do Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A., em razão do reconhecimento da imunidade conforme decisão proferida no Processo MEC nº 23000.013018/2013-08, publicada no Diário Oficial em 18 de abril de 2017.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia, com posterior ação de regresso da Seguradora contra a empresa. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.

i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão
---	-----------------

Processo nº	Execução Fiscal nº 0012177-41.2013.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	06/12/2013
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional. Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.174.783,29
f. principais fatos	<p>Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de débitos de CSLL, COFINS e PIS, consubstanciados nas CDA's nº: 80.6.13.020426-90, 80.6.13.020427-71, 80.7.13.008452-03, referente ao período compreendido entre fevereiro de 2003 a dezembro de 2004, totalizando o valor histórico de R\$10.063.101,06.</p> <p>Foram indicados bens imóveis à penhora em 26/02/2014, cujas matrículas são: 19.651, 29.193 e 20.004, tendo sido lavrado o referido termo de penhora e nomeado como depositário um dos diretores da proprietária RNE Gestão Patrimonial S.A.</p> <p>Posteriormente, os imóveis foram substituídos por seguro garantia em 15/10/2015.</p> <p>Em 09/04/2014 foram opostos embargos à execução fiscal, por meio dos quais a Unimonte alega que era uma associação filantrópica, sem finalidade lucrativa, o que lhe garantiria a imunidade tributária prevista na Constituição Federal. O efeito suspensivo foi deferido em 20/10/2015,.</p> <p>Em 28/02/2018 foi deferida liminar para exclusão da Unimonte dos cadastros do SERASA.</p> <p>O Juiz de primeiro grau aceitou os Embargos à Execução sem atribuição de efeito suspensivo em agosto de 2018.</p> <p>A ré interpôs Embargos de Declaração requerendo a modificação da decisão para que conste efeito suspensivo aos referidos embargos, o que foi deferido pelo Juiz em fevereiro de 2019.</p> <p>O processo aguarda julgamento.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia, com posterior ação de regresso da Seguradora contra a empresa. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Execução Fiscal nº 0006187-98.2015.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	01/09/2015
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional. Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.104.555,12
f. principais fatos	Execução Fiscal de contribuições sociais previdenciárias decorrente de glosa de compensações, no período de 03/2010 a 07/2013, sob o argumento de não ter a Ré cumprido os requisitos do art. 13 da Lei 11.096/2005 que previu, diante da transformação para entidade com fins lucrativos, o pagamento da contribuição patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas. Em 19/10/2015 foi aceito o seguro garantia e iniciado o prazo para embargos. Em 26/10/2015 foram opostos embargos à execução de nº. 0007762-44.2015.403.6104. Aguarda julgamento dos embargos à execução, com efeito suspensivo deferido, em 25/11/2015. Em 12/06/2018 foi requerido a embargada à cópia de todos os procedimentos administrativos referidos nas fls. 350/352, no prazo de 30 dias. O processo continua aguardando o julgamento dos embargos à execução. Em abril de 2019, o Juiz despachou nos seguintes termos: Tendo em vista que as competências indicadas na certidão de dívida ativa são posteriores à transformação da embargante em sociedade empresarial, a prova documental já produzida nos autos, com a necessária observância do contraditório, é suficiente ao exame das questões deduzidas nesta demanda. Assim, está autorizada a dispensa da produção de provas requerida pela embargante, a teor do art. 370 do Código de Processo Civil. Preclusa esta decisão, tornem conclusos para sentença. Int." Aguarda-se a prolação de sentença.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia, com posterior ação de regresso da Seguradora contra a empresa. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Execução Fiscal nº 0006188-83.2015.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	1ª Instância

c. data de instauração	01/09/2015
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional. Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.674.824,13
f. principais fatos	<p>Execução Fiscal de contribuições sociais previdenciárias decorrente de glosa de compensações, no período de 01/2011 a 07/2013, sob o argumento de não ter a Ré cumprido os requisitos do art. 13 da Lei 11.096/2005 que previu, diante da transformação para entidade com fins lucrativos, o pagamento da contribuição patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas..</p> <p>Em 19/10/2015 foi aceito o seguro garantia e iniciado o prazo para embargos. Em 26/10/2015 foram opostos embargos à execução de nº. 0007763-29.2015.4.03.6104. Aguarda julgamento dos embargos à execução, com efeito suspensivo deferido, em 25/11/2015. Em 12/06/2018 foi requerido a embargada a cópia de todos os procedimentos administrativos referidos nas fls. 350/352, no prazo de 30 dias. O processo continua aguardando julgamento dos embargos à execução.</p>
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia, com posterior ação de regresso da Seguradora contra a empresa. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Execução Fiscal nº 003382-67.2009.4.01.3800 (2009.38.00.003688-7)
a. juízo	26ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte
b. instância	Primeira
c. data de instauração	29/01/2009
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: UNA Gestão Patrimonial S.A. (nova denominação social de Centro Universitário Una Ltda.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.802.911,85
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal com o objetivo de exigir da Una o IRPJ e correspondente ao ano de 1998, o IRRF sobre os rendimentos de trabalhador sem vínculo empregatício, correspondente ao ano de 2003 e a CSLL, correspondente ao ano de 1998. Alega a União que a Una não preenchia os requisitos previstos em lei para gozo da imunidade. A Una nomeou bens à penhora para garantia da execução, porém estes

	<p>não foram aceitos pela União. O juiz de 1º instância proferiu despacho deferindo o pedido feito pela União pelo bloqueio de valores/aplicações em contas de titularidade da Una.</p> <p>Em 07/12/12, a Una interpôs Agravo de instrumento com o pedido de efeito suspensivo da execução, sob o argumento de que a recusa da União Federal se deu de forma totalmente injustificada e contrária à lei e aos fatos ocorridos no processo. O TRF por unanimidade deu provimento ao agravo para sustar a penhora de dinheiro e acolher penhora do bem imóvel oferecido pela agravante. Em face desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial em 07/08/2013. Foram apresentadas contrarrazões ao recurso em 21/10/2013, estando o processo concluso para exame de admissibilidade desde 09/01/2014. Em 29/01/2016 a Exequirente substituiu a penhora por seguro garantia. Em 05/12/2018, o MM. Juiz se manifestou: "Desse modo, tendo em vista o dispositivo legal supra e considerando a anuência manifestada pela exequirente a fls. 816/817, defiro a substituição dos bens descritos a fls. 738/750 pela apólice Seguro Garantia n. 059912017005107750011216000000, juntada a fls. 797/813, emitida em 15/03/2017 pela Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A., no valor de R\$9.557.898,97, com início da vigência em 05/05/2017 e término em 06/05/2019". Foi atribuído o efeito suspensivo à demanda e aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, o impacto é a perda no valor R\$ 8.259.000,00. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Execução Fiscal nº 034022-48.2012.4.01.3800
a. juízo	24ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais
b. instância	Primeira
c. data de instauração	05/07/2012
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: UNA Gestão Patrimonial S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.628.331,68
f. principais fatos	<p>Execução fiscal para cobrança de contribuição previdenciária para financiamento da Seguridade Social - COFINS do período de janeiro de 1997 a dezembro de 1998. Alega a União que a Una não preenchia os requisitos previstos em lei para gozo da imunidade.</p> <p>Em 4 de dezembro de 2012 foram oferecidos bens imóveis a penhora suficientes a garantir o débito executado.</p>

	Em 02/04/2013 foi publicado despacho determinando que se informasse o endereço completo dos bens oferecidos a penhora. Cumprido o despacho, foi expedido mandado de avaliação em 29/05/2013. Em 22/07/2013, a Procuradoria da Fazenda se manifestou a respeito do mandado de avaliação. Em 23/09/2013 foi lavrado termo de penhora e em 23/10/2013 foram opostos embargos à execução de nº. 0056004-84.2013.4.01.3800, tendo sido concedida vista à Fazenda Nacional em 18/03/2014.. Foi deferido o efeito suspensivo à demanda. Os Embargos à Execução Foram julgados improcedentes em 27 de setembro de 2019. Tendo sido apresentados embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados em 18/10/2019. Atualmente, o processo encontra-se concluso, após a apresentação de recurso de apelação pela Una.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia (imóvel matrícula 3043).
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão.

Processo nº	Execução Fiscal nº 5007495-64.2015.4.04.7201
a. juízo	5ª Vara da Justiça Federal de Santa Catarina
b. instância	Primeira
c. data de instauração	17/06/2015
d. partes no processo	Autor: União - Fazenda Nacional Réu: Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.412.651,96
f. principais fatos	<p>Execução fiscal relativa aos autos de infração (AIs) 37.333.452-4, 37.333.453-2 e 37.333.454-0, lançados de ofício para constituição das contribuições previdência patronal devidas entre janeiro de 2008 a dezembro de 2018, que não teriam sido, segundo o fisco, declaradas em GFIP e recolhidas, acrescida das penalidades legais. Alega a União que a SOCIESC não preenchia os requisitos previstos em lei para gozo da imunidade</p> <p>Em 23/01/2015 foi proposta cautelar ofertando bens imóveis, em caução, suficientes a garantir o débito executado, medida deferida. Em 04/11/2015 a caução foi convertida em penhora. Cumprido o despacho, em 16/03/2016 foi lavrado termo de penhora e depósito. Em 25/04/2016 foram opostos embargos à execução de nº. 5007495-64.2015.4.04.7201, processado com efeito suspensivo, tendo sido concedida vista à Fazenda Nacional em 06/05/2016. Foram iniciados os procedimentos para realização de perícia em 2017 e em 2018, com apresentação de quesitos complementares por parte da embargante. O processo aguarda o julgamento dos Embargos à Execução.</p>

g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão.

Processo nº	Execução Fiscal nº 5015490-31.2015.4.04.7201
a. juízo	5ª Vara da Justiça Federal de Santa Catarina
b. instância	Primeira
c. data de instauração	12/11/2015
d. partes no processo	Autor: União - Fazenda Nacional Réu: Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 40.400.353,68
f. principais fatos	Execução fiscal relativa a PIS/PASEP de 01/2008 a 12/2010, COFINS dos meses de 01/2008 a 12/2010 e CSLL dos trimestres compreendidos entre 1º/2008 a 4º/2010. Alega a União que a SOCIESC não preenchia os requisitos previstos em lei para gozo da imunidade. Em 18/03/2015, foi aceito o seguro garantia e iniciado o prazo para embargos. Em 10/05/2016, foram opostos embargos à execução de nº. 50059788-72.2016.4.04.7201, com apólice de seguro garantindo a execução. Aguarda o julgamento dos embargos à execução. Aguarda o julgamento dos Embargos à Execução.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia, com posterior ação de regresso da Seguradora contra a empresa. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão.

Processo nº	Execução Fiscal nº 5016568-60.2015.4.04.7201
a. juízo	5ª Vara da Justiça Federal de Santa Catarina
b. instância	Primeira

c. data de instauração	12/11/2015
d. partes no processo	Autor: União - Fazenda Nacional Réu: Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 77.407.518,39
f. principais fatos	<p>Execução fiscal relativa as CDAs nº 91.4.14.019069-17, 91.4.14.019070-50, 91.4.14.019071-31, 91.4.14.019072-12, 91.4.14.019073-01, 91.4.14.019074-84 e 91.4.14.019075-65, relativo a contribuições previdenciárias e parafiscais, supostamente não recolhidas ao fisco, além de multas e demais penalidades dos exercícios sociais de 2009 e 2010. Cinge-se a demanda no questionamento do fisco sobre a imunidade da SOCIESC, por suposto descumprimento de requisitos legais para sua concessão.</p> <p>Em 05/04/2016 foi aceito o imóvel ofertado em penhora. Aguardando formalização da penhora para oposição de embargos. Em 31/01/2017 a União requereu a substituição do imóvel por dinheiro, porém o Juiz não acolheu o pedido em virtude de já está amplamente garantida a presente execução, inobstante a ausência de efeito suspensivo e além disso através da decisão da cautelar inominada, a garantia (imóvel) foi julgada idônea. Prazo de 30 dias para a União se manifestar sobre o prosseguimento da presente execução. Em 04/04/2017 houve pedido do exequente para reforçar a penhora, que segundo ele, não era garantida de forma suficiente pelo imóvel supracitado, contudo, o MM. Juiz indeferiu o pedido sob o argumento de que o referido bem (garantia imóvel) já havia sido julgado idôneo em ação cautelar. Foram opostos embargos à execução fiscal, contudo, o MM. Juiz, não deferiu efeito suspensivo aos embargos, sendo tal decisão atacada por Agravo de Instrumento da executada em 06/02/2017. O relator indeferiu o Agravo de Instrumento sob o fundamento de que não existe probabilidade do direito do executado, necessitando de dilação probatória. Na data de 25/04/2017, houve a apresentação de Embargos de Declaração, tendo sido rejeitado por unanimidade. Em seguida, aos 26/06/2017, foi interposto Recurso Especial, inadmitido em 04/09/2017. No dia 27/09/2017, foi apresentado Recurso de Agravo de Decisão Denegatória de Recurso Especial, sem juízo positivo de retratação do TRF, sendo encaminhado diretamente ao STJ sob o número 2018/0035591-0 em 20/02/2018. Em 23/08/2018, foi negado provimento à unanimidade para o seguimento do Agravo Interno. Em 05/09/2018 foram opostos Embargos de Declaração, sendo rejeitados à unanimidade. Em 03/12/2018 foi interposto Recurso Extraordinário, com negativa de seguimento pelo STJ, com apresentação de Agravo Interno pelo executado, com vistas ao seguimento do Recurso Extraordinário perante o STF. O Agravo aguarda manifestação das outras partes para prosseguimento e conclusão ao Ministro Relator. Houve a manifestação das partes e o processo foi incluído na pauta de julgamentos em junho de 2019. Em decisão de julho de 2019, o recurso não foi conhecido à unanimidade pelo tribunal, com baixa a origem em agosto de 2019. Houve o prosseguimento dos Embargos à Execução com a devida instrução. (Prestação de esclarecimentos de laudo pericial por parte do perito judicial).</p>
g. chance de perda	Provável

h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia (matrícula 31395 – 8º Registro de Imóvel da cidade de Curitiba, Estado do Paraná). Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Provisionado no balanço da SOCIESC

Processos Judiciais de Natureza Cível

Em 30 de setembro de 2019, nós e nossas controladas éramos parte em diversos processos judiciais de natureza cível. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$3.331 milhões para nossos processos cíveis.

Dentre os processos judiciais de natureza cível que representavam contingências relevantes para nós em 30 de setembro de 2019, destacam-se em razão do valor envolvido ou objeto os seguintes:

Processo nº	Ação Civil de Improbidade Administrativa 5052243-37.2017.4.04.7000
a. juízo	Juízo Federal da 6ª Vara Federal de Curitiba
b. instância	1ª Instância – Processo principal 2ª Instância – Agravo de Instrumento n. 5016290-26.2018.4.04.0000
c. data de instauração	01/12/2017
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal (“MPF”) Réus: Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer (“Reimer”), Luciano Ducci; Luiz Marcelo Migliozi; Mariester Ribeiro Robes; Paulo Afonso Bracarense Costa; Sandro Murilo Santos; Sociedade Educacional de Santa Catarina – SOCIESC; Elaine Patricia Cruz; Henryque Heduardo Hallu Silva
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa R\$ 31.636.721,24 Da parte que cabe à SOCIESC R\$ 15.850.675,80
f. principais fatos	Ação Civil de Improbidade Administrativa movida pelo MPF com o objetivo de aplicar as sanções previstas na Lei nº 8.429/92 aos Réus, pelas condutas comissivas e omissivas que supostamente teriam causado lesão ao erário, bem como teriam atentado contra os princípios da Administração Pública. Em suma, o MPF alega que a Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio de sua Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego, contratou SOCIESC e Reimer para implementar o programa Projovem Trabalhador, ficando estas associações responsáveis por selecionar profissionais, materiais didáticos, dentre outros. De acordo com o MPF, a execução descentralizada do programa violaria a portaria do MTE nº 991 de 2008 e deveria ter sido precedida de licitação, sendo irregular a contratação das entidades por meio da Chamada Pública nº 002/2010. O MPF discrimina todos os contratos firmados com as associações e indica como os Réus teriam participado de suposto esquema de

	<p>personalidade na gestão da coisa pública, desvio de finalidade e malversação de recursos públicos, que teriam causado prejuízo aos cofres públicos de aproximadamente 7 milhões de reais.</p> <p>Ao final, o MPF requer a condenação dos Réus (i) ao pagamento de R\$ 31.636.721,24 a título de ressarcimento ao erário; (ii) às outras penalidades previstas no art. 12, II e III da Lei nº 8.429/92; e (iii) ao pagamento de custas e despesas processuais. Há pedido liminar de bloqueio das contas dos Réus no montante equivalente ao requerido a título de ressarcimento aos cofres públicos.</p> <p>Em 18/12/2017, foi deferida liminar para determinar a indisponibilidade dos ativos financeiros dos Réus no montante de R\$ 31.636.721,24, sofrendo a SOCIESC bloqueio no valor de R\$ 12.192.827,52. A SOCIESC requereu o desbloqueio de suas contas, sendo o pedido indeferido pelo Juiz plantonista.</p> <p>Em 03/01/2018, a SOCIESC solicitou novamente o desbloqueio de suas contas, requerendo a substituição dos valores bloqueados por seguro garantia no valor total do bloqueio, acrescido de 30%, totalizando o montante de R\$ 15.850.675,80, o que foi deferido, sendo desbloqueados os ativos financeiros da SOCIESC. A decisão de indisponibilidade também foi objeto de recurso de agravo de instrumento (processo n. 5016290-26.2018.4.04.0000) pelo Ré Luiz Migliozi, o qual não foi provido e gerou um recurso especial não admitido pelo TRF4, atualmente em sede de agravo no STJ.</p> <p>Em 13/07/2018, a ação foi recebida com relação a todos os Réus, que apresentaram contestações, posteriormente impugnadas pelo MPF. Houve o deferimento da produção de prova pericial contábil, ainda não iniciada. Aguarda-se o fim da fase instrutória e o posterior julgamento do feito.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	<p>Em caso de perda, haverá desembolso no montante aproximado de R\$ 15.850.675,80 (já garantido por seguro), somado às custas e despesas processuais divididas pelos Réus sucumbentes.</p> <p>Além disso, a SOCIESC está sujeita à outras penalidades previstas na legislação, como o pagamento de multa civil calculada com base no valor do dano, a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de até cinco anos.</p> <p>Importante ressaltar que a responsabilidade em caso de perda desta demanda é integralmente do Instituto Core (alienante), em razão de se tratar de fato anterior a aquisição nos termos do Instrumento Particular de Investimento, Reestruturação da SOCIESC e Outras Avenças, especificamente no caput e §§1º e 3º da cláusula décima primeira, bem como do disposto no item 3, inciso II, do Anexo 17.</p>
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processos Judiciais de Natureza Trabalhista

Em 30 de setembro de 2019, nós e nossas controladas éramos parte em vários processos judiciais de natureza trabalhista. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$43,4 milhões para nossos processos trabalhistas e eventuais e futuras contingências não materializadas até a data deste Formulário de Referência.

Nossos processos de natureza trabalhista em andamento versam, em geral, sobre o pagamento de horas extras, verbas rescisórias, reajuste salarial e cobrança de parcelas indenizatórias movidas por nossos ex-empregados e ex-empregados das empresas subcontratadas por nossas controladas, pelas quais somos responsáveis subsidiariamente e/ou solidariamente.

Dentre os processos judiciais de natureza trabalhista que representavam contingências relevantes para nós em 30 de setembro de 2019, não evidenciamos nenhum que mereça destaque, em razão do valor envolvido ou objeto discutido, conforme definições deste Formulário de Referência, embora sejamos partes dos seguintes processos coletivos:

Processo nº	Ação Coletiva nº 0011435-94.2017.5.03.0024
a. juízo	24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	03/10/2017
d. partes no processo	Reclamante: Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO-MG) Reclamada: Minas Gerais Educação S.A (matriz e filiais)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.780.210,97
f. principais fatos	<p>Trata-se de ação coletiva reclamando o pagamento do adicional noturno vencidos e vincendos referente ao período de 2012 a 2017, com inclusão de cada empregado substituído do município de Belo Horizonte, ao longo de todo o pacto laboral, incluindo os devidos reflexos.</p> <p>Após a citação para comparecimento em audiência, em 06/11/2017, houve a apresentação de contestação escrita acompanhada de documentos. Ato seguinte, foi realizada a audiência de instrução em 27/02/2018, sem a produção de outras provas. A sentença foi proferida em 08/03/2018, julgando parcialmente procedentes os pedidos para condenar a Reclamada no pagamento de a) pagamento de adicional noturno no percentual de 20%, no período compreendido entre as 22h às 22h40min (limite do pedido), durante todo o período imprescrito, e reflexos; b) multa no percentual de 10% sobre o valor principal (conforme definido em convenção coletiva de trabalho), a favor de cada um dos empregados substituídos, a ser apurado em liquidação de sentença. Foi declarada a prescrição quinquenal daqueles direitos cuja exigibilidade seja anterior a 03/10/2012 e a prescrição bienal relativamente aos empregados substituídos que tiveram o contrato de trabalho rescindido há mais de dois anos do ajuizamento da ação. Em seguida, foram opostos embargos de declaração por ambas as partes, sendo julgado procedente o do Reclamante, apenas para prestar esclarecimentos, e rejeitado aquele apresentado pela Reclamada. Foi interposto recurso ordinário pela Reclamada em 02/05/2018, tendo sido conhecido e negado provimento por unanimidade em 27/07/2018. Foram opostos embargos de declaração pela Reclamada, sendo julgado improcedente, além de condenar a Reclamada em multa de 2% sobre o valor da causa (R\$ 40 mil) pelo caráter protelatório. Foi interposto recurso de revista pela Reclamada em 10/09/2018, sendo admitido parcialmente (apenas para julgamento dos reflexos do adicional noturno em repouso semanal remunerado. Foi interposto agravo de instrumento em recurso de revista em 25/03/2019, sendo intimado o Reclamante para apresentar contraminuta de agravo de instrumento em recurso de revista e contrarrazões de recurso de revista. Aguardando julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho.</p>

g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, haverá o pagamento do adicional noturno de todo o período imprescrito, no patamar de 20% e multa no percentual de 10% sobre o valor individualmente discriminado a favor de cada um dos empregados substituídos. A depender da decisão do TST, a Companhia também poderá ser obrigada a pagar a multa de 2% sobre o valor da causa (R\$ 40 mil).
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Ação Coletiva nº 0011401-22.2017.5.03.0024
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	26/09/2017
d. partes no processo	Reclamante: Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais Reclamado: Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNIBH S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.606.723,08
f. principais fatos	Trata-se de ação coletiva reclamando o pagamento do adicional noturno vencidos e vincendos referente ao período de 2012 a 2017, com inclusão de cada empregado substituído do município de Belo Horizonte, ao longo de todo o pacto laboral, incluindo os devidos reflexos. Após a citação para comparecimento em audiência, em 18/10/2017, houve a apresentação de contestação acompanhada de documentos. A audiência de instrução foi realizada em 03/10/2018. A sentença foi proferida em 09/10/2018, julgando parcialmente procedentes os pedidos de para condenar a Reclamada ao pagamento de a) adicional noturno, com reflexos em férias + 1/3, 13º salários e FGTS, além de reflexos na multa de 40% do FGTS; b) multa no percentual de 10% sobre o valor principal (conforme definido em convenção coletiva de trabalho), a favor de cada um dos empregados substituídos, a ser apurado em liquidação de sentença.. Foi declarada a prescrição quinquenal daqueles direitos cuja exigibilidade seja anterior a 26/09/2012 e a prescrição bienal relativamente aos empregados substituídos que tiveram o contrato de trabalho rescindido há mais de dois anos do ajuizamento da ação (26/09/2015). Em seguida, foram opostos embargos de declaração pela Reclamada, sendo este julgado improcedente. Foi interposto recurso ordinário pela reclamada em 06/11/2018, tendo sido conhecido e negado provimento por unanimidade em 05/02/2019. Foi interposto embargos de declaração pela reclamada, sendo negado provimento a este. Foi interposto recurso de revista pela Reclamada em 29/03/2019, que não foi admitido. Foi interposto agravo de instrumento em recurso de revista em 06/09/2019. Aguardando julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho.
g. chance de perda	Possível

h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, haverá o pagamento do adicional noturno de todo o período imprescrito, no patamar de 20% e multa no percentual de 10% sobre o valor individualmente discriminado a favor de cada um dos empregados substituídos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processos Judiciais de Natureza Ambiental

Dentre os processos judiciais de natureza ambiental que representavam contingências relevantes para nós em 30 de setembro de 2019, destaca-se em razão do valor envolvido ou objeto o seguinte:

Processo nº	Ação Civil Pública nº 5021009-21.2014.4.04.7201 (Baixado na Justiça Federal) 0001135-31.2016.8.24.0038
a. juízo	2º Vara da Fazenda Pública de Joinville
b. instância	1º Instância
c. data de instauração	27/08/2014 na Justiça Federal – 03/02/2016 na Fazenda Estadual
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: Sociedade Educacional de Santa Catarina – SOCIESC e Município de Joinville
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 200.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação Judicial decorrente de Auto de Infração e Imposição de Multa nº 450039 – Série D e seu respectivo Auto de Embargo de Interdição nº 500549 – Série C, por supostamente “impedir a regeneração natural da vegetação nativa, em área de preservação permanente (APP), em uma área adjacente ao imóvel edificado contendo 0,7123ha). O último andamento processual datado de 18/04/2017 se refere a intimação do Município de Joinville, para que, em 30 dias, informe se o imóvel localizado na rua Gothard Kaesemodel, nº 833, bairro Anita Garibaldi, em Joinville, consiste em área urbana consolidada, bem como se há risco geológico. Em 19/11/2018 o processo se encontrava em fase de especificação de provas (Instrução Processual). Houve a designação de audiência de conciliação para 17 de outubro de 2019, na qual não foi realizado acordo entre as partes. Aguarda-se instrução.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Interdição definitiva de parte do estacionamento da Sociesc – Campus Marques de Olinda, Compensação ambiental e recuperação da área degradada.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

4.3.1 – Valor total provisionado

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.3 é de R\$ 96,1 milhões, em 30 de setembro de 2019.

Em 30 de setembro de 2019, não éramos parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos processos descritos no item 4.4.

Em 30 de setembro de 2019, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

Em 30 de setembro de 2019, éramos parte em processos trabalhistas repetitivos ou conexos, que totalizavam, aproximadamente, R\$65,4 milhões, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, conforme tabela abaixo:

Procedimentos Trabalhistas	
Valores envolvidos	R\$65,4 milhões
Valor provisionado, se houver	R\$43,5 milhões
Prática do emissor ou de suas controladas que causou tal contingência	As principais demandas trabalhistas em andamento versam sobre redução de carga horária (pedido de nulidade da redução e pagamento das diferenças salariais e dos reflexos), horas extras em decorrência de intervalo interjornada, horas extras em decorrência de extrapolação de jornada e intrajornada, adicional noturno e aviso prévio proporcional. Compõe ainda o saldo de provisão contábil montantes para fazer frente a eventuais e futuras discussões judiciais relativas à interpretação da legislação trabalhista quanto a existência de vínculo empregatício.

Em 30 de setembro de 2019, éramos parte em processos tributários repetitivos ou conexos, que totalizavam, aproximadamente, R\$ 416,0 milhões, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, conforme tabela abaixo:

Procedimentos Tributários	
Valores envolvidos	R\$ 416,0 milhões
Valor provisionado, se houver	R\$ 49,3 milhões
Prática do emissor ou de suas controladas que causou tal contingência	Os principais procedimentos tributários versam sobre imunidade tributária, descumprimento da legislação tributária vigente, prescrição ou decadência do crédito tributário e incidência de impostos que não consideramos devidos sobre as operações da controladora e suas controladas.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6.

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.6 é de R\$92,8 milhões, em 30 de setembro de 2019.

Em complemento às informações prestadas nesta seção 4 deste Formulário de Referência, informamos que somos signatários de alguns termos de ajustamento de conduta nos âmbitos trabalhista e ambiental, dos quais consideramos relevante o descrito abaixo:

Termo de Ajustamento de Conduta Trabalhista	
Origem: Inquérito Civil nº 000145.2018.05.003/8	
a) Signatários	AGES Empreendimentos Educacionais LTDA ("Compromissário") e Ministério Público do Trabalho de Juazeiro/BA ("MPT").
b) Data da celebração	04 de dezembro de 2019.
c) Descrição dos fatos que levaram à celebração do termo	Acidente fatal ocorrido durante a construção do campus de Jacobina, de um trabalhador da empreiteira contratada para construção do telhado.
d) Obrigações assumidas	Cumprimento das seguintes condicionantes: Contratar empresas e/ou profissionais para a execução de tarefas/atividades inerentes à construção civil que detenham comprovada e reconhecida capacidade/condição técnica e financeira para a execução do objeto contratual, em especial quanto ao cumprimento da legislação do trabalhistas atinente ao meio ambiente de trabalho, assegurando e fiscalizando que as empresas e/ou profissionais contratados cumpram as normas trabalhistas relativas à saúde e segurança no trabalho, especialmente no tocante às Normas Regulamentadoras nº 06 (Equipamento de Proteção Individual), 18 (Condições e Meio Ambiente do trabalho na Indústria da Construção) e 35 (Trabalho em Altura) do antigo Ministério do Trabalho e Emprego. Assegurar que: (i) a contratada esteja formalmente constituída e detenha as licenças e alvarás necessários para o exercício de sua atividade; não esteja em mora quanto ao recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS relativamente a seus empregados; esteja pagando tempestivamente os salários dos seus empregados; (ii) a contratada possua e mantenha atualizado o PCMSO, PPRA, e ainda, se for o caso, PCMAT; comprove o fornecimento correto de EPI's aos seus empregados, considerados os riscos apontados no PPRA ou PCMAT; comprove a regularidade dos exames médicos ocupacionais de seus empregados; comprove a capacitação e treinamento dos empregados que desenvolvam trabalhos expostos a riscos específicos, como por exemplo, em espaço confinado, em altura, em máquinas e equipamentos; a regular constituição de CIPA e do SESMT, se for o caso.
e) Prazo, se houver	Prazo de 60 dias para cumprimento das cláusulas do TAC. O TAC possui vigência indeterminada.
f) Informações sobre as condutas que estão sendo adotadas para observância das obrigações assumidas no termo	Contratar apenas empresas que cumpram as determinações da Portaria nº 3.214/78. Inclusão de obrigação nos respectivos instrumentos de contratação com prestadores de serviços para que estes cumpram tais determinações.
g) Consequências em caso de	O não cumprimento das condicionantes objeto do Termo de Ajustamento de Conduta ensejará o Compromissário ao

descumprimento	pagamento de multa equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada infração cometida, reversível ao Fundo de Promoção do Trabalho Decente (FUNTRAD), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou órgãos públicos e/ou entidades ou instituições indicadas pelo MPT. Será considerada como infração distinta cada nova ocorrência do fato que caracterize descumprimento da obrigação prevista no TAC. O valor da multa será aplicado em dobro no caso de reincidência do descumprimento
h) Outras observações	<ul style="list-style-type: none">- O TAC vincula todas as unidades da Compromissária (sede e todas filiais). A abrangência territorial compreende o estado da Bahia.

Não aplicável, pois somos uma companhia nacional, com sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos uma política de gerenciamento de riscos formalizada, uma vez que nossa Administração entende que as áreas que lidam com tais riscos os gerenciam de forma independente e eficaz. Não obstante, considerando a recente estruturação da área de Gestão de Riscos e Compliance ("Diretoria de Risco e Compliance"), a qual responde diretamente ao Presidente do Conselho de Administração e relaciona-se também com o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, sendo dirigida por um Diretor de Risco e Compliance, a área de Auditoria Interna está inserida na Diretoria de Risco e Compliance e tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. Ainda, realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Vale mencionar, ainda, que a auditoria interna da Companhia está inserida nos trabalhos de controles internos e adequação dos processos relativos à gestão de riscos, alinhados com relação à complexidade de suas atividades, em razão do porte da Companhia.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia tem entre suas atribuições a de assessorar o conselho de administração, ao qual se reporta, no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e Compliance. Além disso, nosso Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é totalmente independente, tendo um de seus membros experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria. Para outras informações do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, vide item 12.1 deste Formulário de Referência.

O atendimento pela Companhia de outras boas práticas de governança corporativa, pode ser verificado, ainda, conforme detalhamento constante de seu Informe do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

Em atendimento às novas regras do Novo Mercado, em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, a Companhia está em processo de adaptação de suas regras de governança, reforçando ainda mais o seu compromisso com as melhores práticas a serem adotadas. Para tanto, nos termos da regulamentação aplicável as companhias têm no máximo até a Assembleia Geral Ordinária de 2021 para adequarem-se à nova regulamentação.

a) Formalização de política de gerenciamento de riscos de mercado

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos uma política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que nossa Administração entende que as áreas que lidam com tais riscos os gerenciam de forma independente e eficaz. Não obstante, considerando a recente estruturação da área de Gestão de Riscos e Compliance, a Companhia pretende, em breve, aprovar uma Política de Gestão de Risco.

b) Objetivos, estratégias e instrumentos da política de gerenciamento de riscos de mercado**I. riscos para os quais se busca proteção**

Os administradores, como forma de buscar proteção contra a variação cambial, de empréstimos e financiamentos contratados tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira e subordinados a taxas de juros vinculadas ao CDI, contrataram operações de swap para os empréstimos atrelados ao dólar a fim de garantir total segurança em relação à exposição cambial. Adotamos práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos avaliados pela Diretoria, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de nossos instrumentos financeiros expostos aos riscos. Essas práticas, não são formalizadas, consistindo em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Adicionalmente, tendo em vista a natureza de nossas atividades, entendemos que não há necessidade de buscar proteção especial para qualquer tipo de risco. Além disso, nós e nossas controladas não efetuamos aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e evitamos assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado, operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos, principalmente das nossas disponibilidades indexadas à variação do CDI. Para mais informações sobre nosso endividamento, vide itens 3.7, 3.8 e 10.1 deste Formulário de Referência.

II. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não possuímos instrumentos financeiros derivativos visando proteção patrimonial, dado que os riscos aos quais estamos sujeitos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

III. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não utilizamos instrumentos financeiros de proteção patrimonial, tais como contratos de *hedge* por entender que, os riscos do nosso negócio não justificam este tipo de proteção.

IV. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Buscamos gerir nosso fluxo de caixa estabelecendo critérios de posição de caixa mínimo. As aplicações financeiras, de alta liquidez, são realizadas por meio de definição de estratégias conservadoras, visando principalmente segurança e rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos atrelados a variação do CDI.

Com relação ao nosso passivo bancário, adotamos a mesma estratégia de gerenciamento de risco, com todos os empréstimos indexados pelo CDI. Assim, ativos e passivos financeiros equilibram-se nos riscos de mercado reduzindo nossa exposição.

V. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não utilizamos instrumentos financeiros de proteção patrimonial, tais como contratos de *hedge* por entender que, os riscos do nosso negócio não justificam este tipo de proteção.

VI. *estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos*

Tendo em vista que não possuímos uma política de gerenciamento de riscos formalizada, não há estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

A administração da Companhia avalia continuamente os efeitos da exposição da taxa de juros sobre seus ativos e passivos, e quando avalia necessário realiza a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Tal monitoramento e avaliação são realizados pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia não efetua aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de caráter especulativo.

VII. *Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada*

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos uma política de gerenciamento de riscos estabelecida, uma vez que nossa Administração entende que as áreas que lidam com tais riscos os gerenciam de forma independente e eficaz. Não obstante, considerando a recente estruturação da área de Gestão de Riscos e Compliance, a Companhia pretende, em breve, aprovar uma Política de Gestão de Risco.

a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Administração da Sociedade é responsável por estabelecer controles internos necessários para permitir a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras livres de distorções relevantes. A Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno que tem por finalidade garantir em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das Demonstrações Financeiras para divulgação no mercado, de acordo com as normas de contabilidade. Ainda que os controles internos sobre os relatórios financeiros possam não prevenir ou não detectar todos os erros devido às suas limitações inerentes, a Administração acredita que no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, a Sociedade mantinha controles internos eficientemente adequados sobre os relatórios financeiros, capazes de detectar e corrigir os erros relevantes.

b) estruturas organizacionais envolvidas

As Demonstrações Financeiras são elaboradas pela Vice-Presidência Financeira, envolvidas a área contábil e o planejamento financeiro. Como parte da área de Gestão de Riscos e Compliance, a Sociedade possui ainda a área de Auditoria Interna, responsável pela validação dos controles internos da Sociedade, a qual é subordinada ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, órgão não estatutário, composto por dois Conselheiros independentes e por um Especialista, comitê este que, por sua vez, é subordinado ao Conselho de Administração da Sociedade.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

A Administração da Sociedade supervisiona a eficiência dos controles internos através de trabalhos da área de Auditoria Interna, que reporta mensalmente eventuais deficiências para o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Para as deficiências eventualmente encontradas são elaborados plano de ação pelos departamentos responsáveis pela execução dos processos onde reside o controle a ser aprimorado com responsáveis e prazos de implantação. Os planos de ação de implementações de melhorias de controle são acompanhados mensalmente pela Auditoria Interna e reportados ao Comitê de Auditoria e Riscos até serem incorporadas ao ambiente de controles, quando então voltam a ser testados no próximo ciclo de testes da Auditoria Interna. Anualmente os resultados dos trabalhos de gestão de riscos e compliance, incluídos aí os trabalhos de auditoria sobre os controles internos, são apresentados e discutidos com o Conselho Fiscal da Sociedade.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

A auditoria externa, em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Sociedade, avalia o sistema contábil e os controles internos a fim de obter entendimento dos controles que consideram relevantes para o processo de auditoria, com objetivo de avaliar e identificar riscos que distorçam de forma relevante as Demonstrações Financeiras. Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, informou à Sociedade sugestões de aprimoramento de alguns dos controles internos. Na avaliação da Administração da Sociedade e dos auditores, estas melhorias não configuram deficiências significativas.

e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente.

A Administração da Sociedade concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Estabelecemos um Programa de Integridade, baseado em nosso Código de Ética e Conduta, visando manter a empresa em conformidade com normas internas e leis promulgadas pelo poder público, além de estabelecer princípios de integridade que devem ser seguidos por todos os colaboradores da empresa.

Sob o ponto de vista econômico, nosso Programa de Integridade visa mitigar as ocorrências de fraudes contábeis e financeiras, que podem gerar impactos significativos nos resultados da companhia. Já sob a ótica social, temos como objetivo formar cidadãos mais éticos e compromissados com um país mais justo e transparente; com reflexos diretos no clima organizacional.

Foi criada a área de Compliance e Gestão de Riscos, subordinada ao Conselho de Administração, que, em parceria com o Comitê de Ética, são responsáveis pela gestão do canal de denúncia de desvios de conduta, operado em parceria com empresa terceira, de forma a assegurar a independência e anonimato das denúncias. Os riscos, políticas e práticas de integridade são avaliados anualmente por estas áreas que se reportam ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que por sua vez, reporta ao Conselho de Administração.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é um órgão de caráter consultivo e técnico, de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração. Vinculado ao Comitê de Auditoria temos a auditoria interna que, em nome deste, deve agir no sentido de operacionalizar os deveres e responsabilidades da função de supervisão da gestão dos processos internos e a efetividade dos controles internos para a produção de relatórios financeiros, visando proteger interesses de acionistas e outras partes interessadas.

Tanto o Comitê de Ética, quanto o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos são órgãos internos não estatutários, contudo, seus regimentos internos, aprovados pelos gestores da companhia, dão a estes comitês independência na avaliação dos riscos e práticas de negócio.

O Comitê de Ética possui como atribuição a aplicação dos procedimentos previstos no Código de Ética da Companhia, em casos de suspeita de sua violação. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos possui as atribuições descritas no item 12.1 (a) deste Formulário de Referência.

iii. código de ética ou de conduta

A Companhia dispõe de Código de Conduta e Ética aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Este código se aplica a todos os colaboradores do Grupo Ânima, incluindo administradores do Grupo Ânima, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios do Grupo Ânima, os quais devem agir de acordo com as leis, normas e regulamentações que afetam os negócios do Grupo Ânima, bem como as políticas e procedimentos internos da Companhia.

Todos os novos colaboradores recebem treinamento sobre o Código de Conduta e Ética quando de sua admissão. Após ingresso na companhia, os colaboradores passam um treinamento de reciclagem, cuja ocorrência é definida pela área de gestão de pessoas da companhia. O Código de

Conduta e Ética, assim como demais políticas e normas da empresa ficam disponíveis na intranet da companhia, podendo ser acessados a qualquer momento.

Aos membros do corpo técnico-administrativo podem ser aplicadas as seguintes sanções disciplinares:

- a. Sanções disciplinares de caráter corretivo:
 - (i) Advertências verbais ou escritas; e
 - (ii) Suspensão.
- b. Sanções disciplinares de caráter punitivo: rescisão do contrato de trabalho por Justa Causa.

O Código de Conduta e Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de agosto de 2013. O Código de Conduta e Ética da companhia pode ser acessado no site institucional e também no site do canal de conduta, nos links abaixo (respectivamente):

<http://ri.animaeducacao.com.br/>

<https://contatoseguro.com.br/anima>

(b) canal de denúncia

A empresa dispõe de canal de denúncias, terceirizado (Empresa Contato Seguro).

O canal de denúncias está aberto para recebimento de casos internos e externos, incluindo: colaboradores, professores, alunos, fornecedores etc.

Quando da abertura de denúncias, o denunciante pode optar por se identificar ou não. Quando da opção de denúncia anônima, para denunciante de boa-fé, o sistema não permite a identificação nem por IP (*Internet Protocol*).

Todas as denúncias são investigadas pela Auditoria Interna da companhia, com suporte das áreas de Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Jurídico. Eventualmente, pode a Auditoria Interna acionar outros setores da companhia.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Para prevenir a responsabilização por atos lesivos praticados por outra empresa com a qual estejamos envolvidos em decorrência de eventuais processos de fusões, aquisições ou reestruturações societárias, realizamos uma diligência prévia (por intermédio de verificações de documentos, e de pesquisas em bases de dados públicas e na internet) para verificar se a outra empresa esteve ou está implicada em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira. Quando necessário, empresas terceiras são contratadas para auxiliar nesse processo.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui um Código de Conduta e Ética que tem o objetivo de orientar e regular todos colaboradores do Grupo Ânima, incluindo administradores do Grupo Ânima, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios do Grupo Ânima sobre as regras, procedimentos e comportamentos esperados nas relações internas e externas da Companhia, principalmente na relação com a administração pública. Entendemos que a existência do Código de Conduta e Ética e dos procedimentos descritos nos itens anteriores demonstra que a Companhia adota uma política e procedimento claro para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, portanto este item é não aplicável.

No último exercício social encerrado, não houve quaisquer alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 5 foram descritas nos itens acima.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	05/10/2007
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	24/10/2013

Nossa Companhia foi constituída com o objetivo de criar um complexo educacional brasileiro, focado no ensino superior e caracterizado por aliar qualidade pedagógica para nossos estudantes com resultados financeiros para nossos acionistas. Este objetivo se mostrou viável a partir da experiência significativa de um grupo de gestores que, de um lado, possuem vocação para o setor educacional e, de outro lado, agregam experiência no gerenciamento de empresas, incluindo processos de planejamento e reestruturação.

Essa combinação de vocação e experiência, aliada ao forte espírito empreendedor de nossos integrantes, fez com que nossos acionistas fundadores, antes mesmo da nossa criação formal, dessem início à jornada do grupo em 2003, quando foi feita a aquisição da Minas Gerais Educação S/A., mantenedora do Centro Universitário UNA ("UNA"), na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tradicional instituição de ensino superior da capital mineira.

Em 2006, nossos acionistas fundadores também se tornaram os únicos associados da Associação Educacional do Litoral Santista – AELIS, mantenedora do Centro Universitário Monte Serrat ("Unimonte"), instituição criada na década de 70, na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo. Ao ingressar na Unimonte nossos fundadores foram capazes de realizar uma reestruturação administrativa, financeira, acadêmica, de imagem e de pessoas, com foco na gestão integrada (sobretudo no âmbito financeiro e de pessoas) e esforços intensos de integração acadêmica com a UNA, proporcionando ganhos significativos em qualidade de ensino. A Associação Educacional do Litoral Santista – AELIS foi convertida, na forma da Lei, em sociedade anônima, hoje denominada Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A., da qual a Ânima hoje detém 100% do capital social. A IES mantida pela Unimonte teve sua denominação alterada em 2018 para Centro Universitário São Judas Tadeu – Campus Unimonte, passando a estar completamente integrado a Universidade São Judas Tadeu.

No início de 2009, nossa controlada então denominada Instituto Mineiro de Educação e Cultura UniBH S.A. ("IMEC") adquiriu os direitos sobre a manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte ("UniBH"), da FUNDAC-BH. A UniBH é uma das instituições mais tradicionais da capital mineira. Fundado em 1964, tornou-se uma referência no ensino, pesquisa e extensão na região. Seguindo os exemplos de reestruturação da UNA e Unimonte, promovemos uma ampla e significativa reestruturação da UniBH, que se encontrava em delicada situação financeira. A transferência a nós do direito de manutenção da UniBH foi objeto de uma ação judicial movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais. Ao final de 2015, foi firmado acordo entre as Partes, pondo um ponto final nas discussões sobre o assunto. A referida ação judicial foi extinta, em virtude da celebração de acordo. Em setembro de 2018, foi aprovada a alteração do nome empresarial do IMEC, que passou a ser denominado IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A. Na época, o curso de Medicina do UniBH já estava consolidado e, portanto, comportava 360 alunos de Medicina.

No segundo semestre de 2009, após um acordo em uma disputa societária envolvendo nossos acionistas fundadores e os então acionistas minoritários das nossas controladas UNA e Unimonte, nossos acionistas fundadores detentores da maioria do capital dessas sociedades conferiram suas participações a nós. A partir de então, passamos a ser detentores de 62,75% do capital social de tais controladas. Os demais 37,25% do capital social das controladas permaneceram sob titularidade de outra sociedade pertencente aos antigos acionistas minoritários.

Em abril de 2012, admitimos como sócio, através de um aumento de capital, o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, que passou a deter, em operações sequenciais, 28,54% do nosso capital social.

Em 20 de dezembro de 2012, adquirimos participação societária residual minoritária em todas as controladas, passando a deter 100,0% do capital social da UNA, UniBH e Unimonte.

Em março de 2013, em um movimento de verticalização de nossos negócios na cidade de São Paulo, adquirimos 58,0% das ações da BR Educação Executiva S.A. ("BR Educação") e o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, conferiu ao nosso capital os demais 42,0% das ações de emissão da BR Educação, com o que passamos a deter 100,0% das ações desta companhia. A BR Educação era titular de 50,0% do capital social da HSM do Brasil S.A. e da HSM Educação S.A., empresas focadas na educação continuada, principalmente para a área corporativa, sendo os demais

50,0% detidos, à época, pelas sociedades RBS Participações S.A. e RBS Mídia, Digital e Participações S.A., com as quais foi assinado um acordo de acionistas (para maiores detalhes sobre o acordo de acionistas da HSM do Brasil S.A. e da PGP Educação S/A (nova denominação da HSM Educação S.A. (em conjunto, as “HSM”), vide itens 15.6 e 15.7 deste Formulário de Referência).

No primeiro semestre de 2013, como forma de otimizar a gestão do grupo, iniciamos uma reestruturação com o objetivo de segregar os ativos imobiliários anteriormente detidos por nossas controladas em duas sociedades detidas integralmente por nossos acionistas fundadores.

Em 24 de outubro de 2013, a CVM deferiu o nosso pedido de registro de emissor na categoria “A”, bem como o nosso pedido de registro de nossa oferta pública de ações. Na ocasião, contávamos com 49 mil alunos distribuídos em 17 campi em 3 Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em 10 de abril de 2014, assinamos o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, através do qual nossa subsidiária integral Brasil Educação S/A (nova denominação da Minas Gerais Educação S.A.) adquiriu 100% do capital social da sociedade mantenedora da Universidade São Judas Tadeu, sediada na capital do Estado de São Paulo. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 18 de junho de 2014.

Em abril de 2014, o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações vendeu parte de sua participação no mercado e parte ao Península Fundo de Investimento em Participações, zerando completamente sua posição acionária em nosso capital em maio de 2015.

Em 17 de dezembro de 2014, celebramos Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Acionária, Distrato do Acordo de Investimento e do Acordo de Acionistas, Transação e Outras Avenças através do qual a BR Educação Executiva S.A. (“BREE”), nossa subsidiária integral, adquiriu a totalidade das ações das HSM, com o que as HSM se tornaram subsidiárias integrais da BREE. Dessa forma, nós passamos a deter, indiretamente, 100% das ações das HSM, sendo encerrados consequentemente os acordos de acionistas das HSM, até então vigentes.

Em 18 de dezembro de 2015, assinamos o Instrumento Particular de Investimento, Reestruturação da SOCIESC e outras Avenças, através do qual a PGP Educação S.A. (“PGP”), nossa subsidiária integral, assumiu a titularidade de todos os direitos sobre a Sociedade Educacional de Santa Catarina (“SOCIESC”), sediada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. Fundada em 1959, quando da criação da Escola Técnica Tupy, a SOCIESC é uma das maiores referências de ensino de qualidade na Região Sul do país. A partir do ano 2000, expandiu fortemente suas atividades, para atuação em diversas modalidades de ensino (do Ensino Fundamental à Pós- Graduação), com unidades presenciais em 5 cidades de Santa Catarina (Joinville, Florianópolis, Blumenau, São Bento do Sul e Balneário Camboriú) e na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Desde julho de 2017 nossa estratégia de expansão orgânica abriu mais duas unidades no Estado de Santa Catarina, nas cidades de Itajaí e Jaraguá do Sul.

Em 04 de março de 2016, aprovamos a formação de uma sociedade, em joint venture, com o tradicional grupo Le Cordon Bleu, denominada “Le Cordon Bleu Ânima Educação Ltda.” (“LCB Ânima”), através da qual a Ânima Educação e o grupo Le Cordon Bleu detém participação de 50% cada. Fundada em 1895 e construída em mais de um século de tradição e excelência, a rede Le Cordon Bleu está comprometida com a inovação e as melhores práticas de Gastronomia, Hospitalidade e Gestão através de uma rede internacional, com presença em mais de 20 países, contando com excelência em ensino, aprendizagem e pesquisa, realizados em conjunto com o desenvolvimento de produtos e serviços de altíssimo padrão de qualidade. No mês de maio de 2018 foi inaugurado o “Instituto de Artes Culinárias Le Cordon Bleu São Paulo”.

Em 28 de junho de 2016 assinamos o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa subsidiária integral PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., celebrou um negócio jurídico que resultou na titularidade de todas as quotas e direitos da FACEB Educação Ltda., mantenedora da Faculdade Alis de Bom Despacho e da Faculdade de Educação de Bom Despacho, sediadas na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais. Até então com aproximadamente 4,3 mil alunos distribuídos em um portfólio de cursos diversificado e de alto valor agregado, incluindo Direito, Engenharias, Arquitetura, Medicina Veterinária e Agronomia, a Alis Educacional S.A. já era referência na região em que atuava e reconhecida pelo seu compromisso com

a inovação e com a qualidade de ensino. Dentro da nossa estratégia de expansão, as mantidas Alis Educacional S.A. passaram a ser denominadas UNA. Em 3 de maio de 2017, seu projeto de excelência possibilitou à Faculdade UNA de Bom Despacho (“UNA Bom Despacho”) o credenciamento como Centro Universitário UNA de Bom Despacho. A UNA Bom Despacho abriu em 2017 uma nova unidade na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais e nesse ano de 2018 uma nova unidade na cidade de Jataí, no Estado de Goiás, ampliando o alcance da marca UNA para além do Estado de Minas Gerais.

Em 12 de agosto de 2016, assinamos o Instrumento Particular de Compromisso de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa controlada HSM do Brasil S/A passou a ser titular da totalidade de quotas e direitos da sociedade GKT Treinamento Consultoria e Editora Ltda., cujo nome fantasia é “Academia de Estratégia” - ACAD. A ACAD tem sede na cidade de São Paulo, Estado de Minas Gerais e tem por objeto social a prestação de serviços de treinamento em geral, incluindo desenvolvimento gerencial e profissional, capacitação executiva e desenvolvimento estratégico, consultoria educacional, organização, produção e promoção de eventos e edição de livros. A ACAD e a HSM do Brasil S.A. atuam no mesmo segmento educacional.

Em 3 de outubro de 2016 assinamos o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa subsidiária integral PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., celebrou um negócio jurídico que resultou na titularidade de todas as quotas e direitos da Politécnico Participações Ltda (nova denominação da Eurolatino Participações Ltda) e Instituto Politécnico de Ensino Ltda., mantenedores da Faculdade Politécnica de Uberlândia e da Faculdade Politécnica de Goiás, sediadas nas cidades de Uberlândia e Catalão, Estados de Minas Gerais e Goiás, respectivamente. Então com aproximadamente 2,3 mil alunos matriculados, distribuídos em 14 cursos de graduação presencial, são incluídos neste portfólio 4 cursos de Engenharia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, entre outros. Seguindo nossa estratégia de marcas regionais e expansão, as faculdades oriundas dessa aquisição se tornaram Faculdades UNA.

Em 01 de novembro de 2017, a Brasil Educação S.A. incorporou a AMC Serviços Educacionais Ltda. A incorporação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, controladas pela Ânima Educação, com vistas a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração de atividades na subsidiária integral Brasil Educação S.A..

Também em 01 de novembro de 2017, a BR Educação, nossa subsidiária integral, foi cindida, com versão total de seu patrimônio para a HSM do Brasil S.A. e PGP. Em virtude da cisão, a HSM do Brasil S.A. e a PGP, até então nossas controladas indiretas, passaram a ser nossas subsidiárias integrais. A cisão total da BR Educação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, de forma a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração, na PGP, das atividades educacionais, em especial cursos, e a concentração, na HSM do Brasil S.A., das atividades relacionadas a eventos corporativos, criação e alienação de conteúdo, edição e produção de conteúdo relacionado à educação corporativa.

Em 01 de dezembro de 2017, o Instituto Politécnico de Ensino Ltda. incorporou a Politécnico Participações Ltda. Desta forma, a PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., nossa subsidiária integral, passou a ser a titular de 100% do capital social do Instituto Politécnico de Ensino Ltda. A incorporação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, controladas pela Ânima Educação, com vistas a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração de atividades no Instituto Politécnico de Ensino Ltda.

Em 2018, a SOCIESC foi transformada, na forma da Lei, em sociedade anônima, hoje denominada Sociedade de Educação Superior e Cultura – SOCIESC S/A, da qual a PGP Educação S/A detém, na presente data, 100% do capital social.

Em 01 de janeiro de 2018, a HSM do Brasil S/A incorporou a ACAD. A incorporação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, com vistas a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração de atividades na nossa controlada HSM do Brasil S/A. Todas as operações acima listadas visam assegurar a expansão das atividades do Grupo no âmbito educacional.

Em 22 de fevereiro de 2018, os acionistas aprovaram a alteração do nome empresarial da até então “GAEC Educação S.A.” para “ÂNIMA HOLDING S.A.”, vez que a Companhia é conhecida no mercado por Ânima e, também, com vistas a retratar sua atividade principal.

Em 18 de julho de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos sobre a Manutenção de Instituição de Ensino Superior e outras Avenças, por meio do qual a PGP, firmou negócio jurídico que resultou na titularidade da manutenção e dos direitos da Faculdade Jangada, sediada na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. A transação representou um importante passo em nosso plano de expansão em Santa Catarina. No início de 2018, a SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA - SOCIESC S.A. (“SOCIESC” ou “UniSociesc”) iniciou suas atividades em Jaraguá do Sul, cidade que está a menos de 50Km de Joinville, onde se encontra sua principal operação. Seguindo nossa estratégia de expansão, a Faculdade Jangada passou a ser denominada Faculdade SOCIESC de Jaraguá do Sul.

Em um importante passo para nosso plano de crescimento na região do oeste de Minas Gerais e Goiás, reforçando nossa atuação na cidade de Catalão, Estado de Goiás, foi celebrado, em 01 de agosto de 2018, o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual a Brasil Educação S.A., nossa subsidiária integral, passou a ser titular da totalidade das quotas da CESUC Educação SS Ltda. (“CESUC”), mantenedora do Centro de Ensino Superior de Catalão, e da Sociedade Catalana de Educação Ltda, mantenedora da Faculdade de Ensino Superior de Catalão e da Faculdade de Tecnologia de Catalão – FATECA. O CESUC é a principal instituição de Ensino Superior de Catalão e contava então com aproximadamente 2,5 mil alunos matriculados, distribuídos em 9 cursos de graduação presencial, incluídos neste portfólio cursos de Engenharia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Psicologia entre outros. A integração do CESUC com a UNA possibilita a captura de sinergias, compartilhamento de melhores práticas e novos investimentos, buscando sempre melhorar continuamente a qualidade do ensino por meio da integração e valorização das comunidades acadêmicas e dos times de gestão. Mantendo nossa estratégia de expansão, a CESUC teve sua denominação alterada para UNA Catalão.

Ainda no final de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Transferência de Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, por meio do qual a Brasil Educação S.A., passou a ser titular da manutenção e dos direitos da Faculdade Divinópolis (FACED), sediada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. Fundada em 1969, a FACED é uma das principais instituições de Ensino Superior de Divinópolis, com aproximadamente 800 alunos e 5 cursos de graduação (administração, direito, ciências contábeis, moda e psicologia). A transação acelerou o seu processo de crescimento orgânico, fortalecendo nossa posição competitiva na cidade com relevante incremento na oferta de vagas.

Em 14 de fevereiro de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações (“Península FIP”), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais (o “Acordo de Acionistas com o Península FIP”).

Em agosto de 2019 celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A., um negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda. e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda. – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 6 unidades, sendo um centro universitário localizado na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim, Tucano e Jeremoabo) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contam com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. As sinergias e geração de valor foram estimadas em R\$ 38 milhões por ano na maturidade, em 2024 (valores deflacionados). Na transação, foi estabelecida uma data de corte de todas as contingências e dívidas, na data do fechamento, sendo que tudo o que ocorrer com fato gerador anterior ao fechamento é de responsabilidade dos vendedores. Como garantia pelas contingências passadas, foi negociada a compensação dos aluguéis dos imóveis onde estão instalados os campi das Instituições de Ensino da AGES, uma que tais imóveis permaneceram no domínio dos vendedores, sendo alugado para a nós. A operação já está bem estabelecida, não indicando necessidade de CAPEX adicional relevante. A Ânima Educação acredita que a transação apresenta alto potencial de criação de valor a seus acionistas, especialmente em relação à taxa interna de retorno do investimento, representando um passo muito importante em sua estratégia de expansão, com a primeira operação na região Nordeste,

e um portfólio que inclui dois cursos de Medicina: um curso já autorizado com 85 vagas anuais, em seu segundo ano de funcionamento e um curso em fase final de autorização, com 50 vagas, a ter início em breve. Desta forma, esta Transação marca a entrada estratégica da Ânima na Região Nordeste e também o fortalecimento da vertical de Saúde do Grupo Ânima, que vem sendo implementada por uma equipe especializada, de dedicação exclusiva e com vasta experiência na implantação e autorização de mais de 50 cursos de Medicina no Brasil, em IES Privadas e Públicas ao longo dos últimos anos. A integração da AGES à Ânima Educação possibilita a captura de sinergias, compartilhamento de melhores práticas, aprendizados e novos investimentos, buscando sempre melhorar a qualidade do ensino por meio da integração e valorização das comunidades acadêmicas e dos times de gestão.

Em novembro de 2019, se deu a assinatura do Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE e do MEC. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Como resultado da transação, caso exerça a opção objeto do referido Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, a Ânima Educação potencializará sua posição como uma das instituições mais relevantes no mercado de ensino superior brasileiro de alta qualidade, assumindo, com as marcas UniSociesc e UNISUL, posição de liderança no Estado de Santa Catarina, um dos maiores mercados do Brasil, e com alto atributo de excelência acadêmica e garantindo presença em 7 das 11 maiores praças deste Estado. A UNISUL possui 1,3 mil alunos de Medicina, e poderá chegar na maturidade a até 2.058 alunos, incluindo PROUNI e FIES,. Na transação, foi estabelecida uma data de corte de todas as contingências e dívidas, na data do fechamento, sendo que tudo o que ocorrer com fato gerador anterior ao fechamento é de responsabilidade da vendedora. Como garantia pelas contingências passadas, foi negociada a compensação de eventuais créditos, inclusive dos aluguéis dos imóveis onde estão instalados os campi das IES UNISUL, já que permaneceram no domínio dos vendedores, com aluguel para nós. A operação já está bem estabelecida, não indicando necessidade de CAPEX adicional relevante. Além da UNISUL ser reconhecidamente uma marca de forte reputação e entre as líderes da região, se exercida a opção, a Ânima Educação aumenta de forma relevante seu número de vagas de medicina, em regiões prósperas do país e cidades com elevado potencial de aumento de vagas, se e quando o marco regulatório permitir, fortalecendo ainda mais a “vertical da saúde”. O perfil institucional da UNISUL se encaixa perfeitamente com a estratégia da Ânima Educação: marcas locais fortes e de referência em qualidade acadêmica em seus respectivos mercados.

Por fim, em dezembro de 2019 foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., um negócio jurídico que resultará na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possui cerca de 5.200 estudantes, também após a aprovação pelo CADE. O Ticket Médio Líquido da IES é de R\$ 1.297. O crescimento da base de alunos associado as sinergias acadêmica e administrativas nos fazem estimar as sinergias dessa operação em R\$ 29,2 milhões/ano em 2025. Na transação, foi estabelecida uma data de corte de todas as contingências e dívidas, na data do fechamento, sendo que tudo o que ocorrer com fato gerador anterior ao fechamento é de responsabilidade dos vendedores. Como garantia pelas contingências passadas, foi negociada a compensação dos aluguéis dos imóveis onde está instalado o campus da UNICURITIBA, já que permaneceram no domínio dos vendedores, com aluguel para nós. A operação já está bem estabelecida, não indicando necessidade de CAPEX adicional relevante. Com esta união, a Ânima Educação visa potencializar todas as características que tornaram o UNICURITIBA uma das instituições de ensino superior mais destacadas no país e, ao mesmo tempo, abrir novos horizontes de crescimento e amadurecimento. Portanto, a expectativa é que o UNICURITIBA possa atuar de maneira ainda mais estratégica em frentes diversas, como o aprimoramento da experiência e aprendizado dos seus alunos, a consolidação do portfólio de cursos em linha com as necessidades do mercado, e a maior adaptação à evolução do mundo e das nuances do universo do trabalho. Para a Ânima Educação, a integração com o UNICURITIBA intensifica os recentes movimentos promovidos no Sul do País, na busca por ampliar a oferta de educação de qualidade a um número cada vez maior de brasileiros.

Dentro de nossa estratégia de aquisições, atualmente estamos com 92 novas oportunidades mapeadas, sendo 19 acionáveis, dentre as quais 4 sendo aprofundadas.

Até a data deste Formulário de Referência não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da nossa Companhia.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 6 foram descritas nos itens acima.

VISÃO GERAL

Somos uma das maiores organizações educacionais privadas de ensino superior do país, tanto em termos de receita como em número de estudantes matriculados, de acordo com a Hoper Educação.

Encerramos o terceiro trimestre de 2019 com uma base de aproximadamente 113 mil estudantes matriculados em cursos presenciais e à distância de graduação, pós-graduação e ensino técnico, em diversos *campi* localizados nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Bahia e Sergipe.

Em 2018, e como resultado da excelência acadêmica que vem sendo implementada, a Ânima foi reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como o melhor centro universitário privado de Santa Catarina (UniSociesc) e a segunda melhor de São Paulo (Universidade de São Judas Tadeu). Também foi reconhecida como o melhor Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH) e o segundo melhor de Bahia (UNIAGES).

Possuímos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas do setor, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz em capacidade de conciliar escala com oferta de ensino de alta qualidade.

Temos mais de 16 anos de experiência no setor de ensino superior brasileiro, contando com uma rede de:

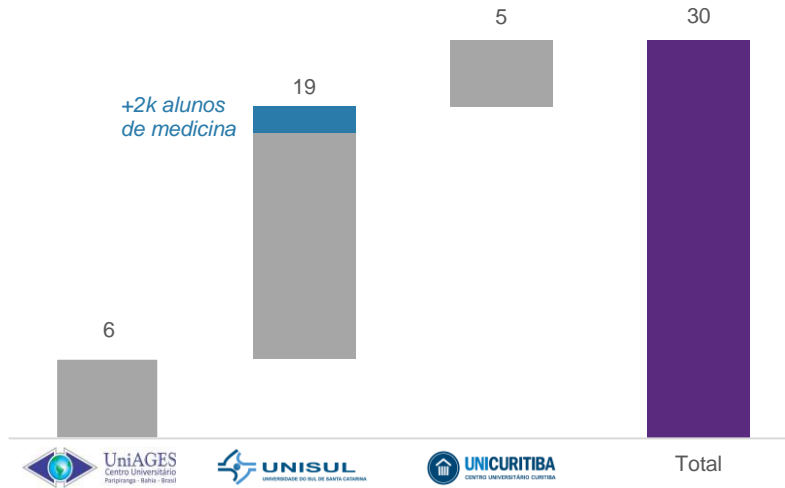
- dez Centros Universitários: dois em Belo Horizonte/MG (Una e UniBH); um em Bom Despacho/MG (Una); um em Betim/MG (Una); um em Uberlândia/MG (Una); um em Curitiba/PR (Unisociesc); um em Joinville/SC (Unisociesc); um em Blumenau/SC (Unisociesc); um em Santos/SP (São Judas – Campus Unimonte); e um em Paripiranga/BA (Ages).
- a Universidade São Judas Tadeu (São Judas) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e campus fora de sede na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo;
- outras Faculdades, nas cidades de (i) Conselheiro Lafaiete; Contagem, Divinópolis, Nova Serrana, Pouso Alegre, Itabira e Sete Lagoas (localizadas no Estado de Minas Gerais); (ii) Itumbiara, Catalão, Jataí (localizadas no Estado de Goiás); (iii) Balneário Camboriú, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul (localizadas no Estado de Santa Catarina); (iv) Lagarto (localizada no Estado do Sergipe); (v) Jeremoabo, Tucano, Jacobina e Senhor do Bonfim (localizadas no Estado da Bahia).

Ao final de 2017, tomamos a decisão de não realizar novas ofertas de cursos de graduação 100% à distância no formato apresentado pelo mercado de baixo *ticket*, concentrando nossas atenções em nosso negócio principal que são cursos presenciais e híbridos. Dentre os diversos fatores que nos levaram a essa decisão, podemos destacar a forte guerra de preços que ocorre atualmente no mercado de graduação à distância, comprometendo as margens do setor.

Acreditamos que o cenário macroeconômico é favorável para as operações da Companhia, com expectativa de crescimento para o PIB de 3% em 2021. Para isso contribuem os valores baixos de inflação e taxas de juro (previsões de 3.6% e 4.0% para 2020, respetivamente). A tendência positiva no crescimento do PIB, combinada com uma taxa de desemprego elevada contribuem para a criação de uma pressão positiva na educação e qualificação profissional, beneficiando a Companhia. Além disso, também a estrutura da própria indústria da educação no Brasil é um fator que contribui para a operação da Ânima.

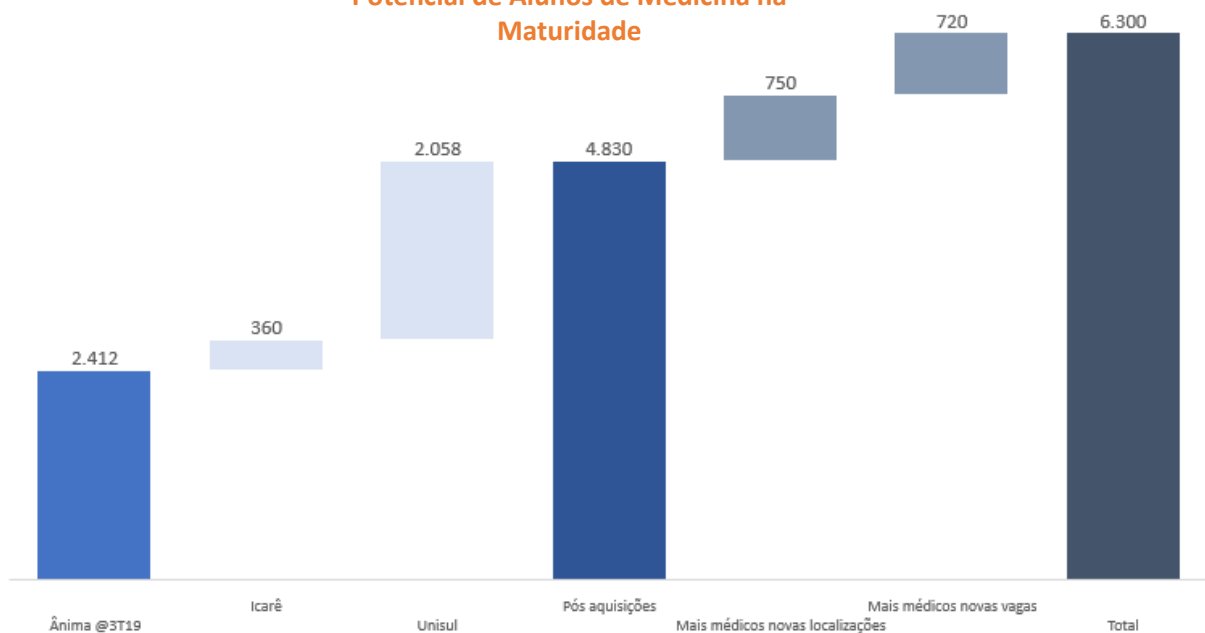
A indústria da educação no Brasil ainda é muito pulverizada, com oportunidades de consolidação. A Ânima já realizou a aquisição de três players em 2019: UNIAGES, Universidade localizada na Bahia, e com 5.600 estudantes; UNISUL, Universidade com ensino presencial e à distância localizada em Santa Catarina e com aproximadamente 19.000 estudantes; e UNICURITIBA, Universidade localizada no estado do Paraná, com cerca de 5.200 alunos. Estas aquisições refletem a estratégia da Companhia, alinhando o driver estratégico para medicina. Várias oportunidades foram já identificadas e estão sendo seguidas com atenção.

Número de alunos adicionados com movimentos de M&A



Os movimentos recentes de M&A também aumentam a exposição à Vertical da Medicina. A Ânima obteve a opção para aquisição dos direitos da UNISUL, que permite a aquisição integral da UNISUL até 4 de janeiro de 2021, por R\$20 milhões. A potencial transação de UNISUL e a aquisição da UNICURITIBA estão ambas sujeitas a aprovação por parte do CADE e a determinadas condições suspensivas previstas nos respectivos contratos relativos a tais aquisições. A título de exemplo, a opção de compra da UNISUL tem o potencial de aumentar cerca de dois mil estudantes de medicina. A Companhia pretende manter esta área como estratégica, devido às margens altas, ao desequilíbrio de demanda e oferta e também devido às barreiras de entrada regulatórias.

Potencial de Alunos de Medicina na Maturidade



Em 2017, a Anima Educação se estruturou para participar do Programa Mais Médicos (PMM) e em 2019, instituiu a Vertical de Medicina. Este programa é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades

Básicas de Saúde (UBS), além da oferta de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais.

A Vertical de Medicina, é liderada pelo médico Prof. José Lúcio Martins Machado, que nos últimos 12 anos assessorou 54 Instituições de Ensino Superior dentre as quais 19 Universidades, 17 Centros Universitários e 18 Faculdades na elaboração de seus projetos político-pedagógicos para implantação e/ou reestruturação de cursos de Medicina.

Como resultado deste esforço a companhia venceu a concorrência em 3 (três) localidades, nas cidades de Cubatão e Limeira, no Estado de São Paulo, e na cidade de Tucuruí, Estado do Pará. Adicionalmente, a Vertical de Medicina modernizou a proposta acadêmica dos Cursos de Medicina da companhia e mapeou instituições de ensino de medicina em todo o território Brasil com perfil compatível com o da Anima Educação, contribuindo assim para o pipeline de fusões e aquisições, como foi o caso da Faculdade Ages de Medicina em Jacobina adquirida em 2019. Atualmente, a Anima Educação conta com 27,1 mil alunos matriculados em cursos da área da saúde, dos quais 2,5 mil em nossos cursos de Medicina, com o potencial de atingir 6,3 mil alunos quando alcançar a maturidade em suas unidades, majoritariamente localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país, as mais privilegiadas.

O foco atual da Vertical de Medicina, em linha com a tendência do setor, é desenvolver soluções que agreguem valor a todo o ciclo de vida de nosso aluno: admissão, escola médica, residência médica e ao seu “lifelong learning”.

Nosso portfólio inclui a HSM, que acreditamos ser uma das mais renomadas instituições de educação corporativa no Brasil. Acreditamos ser líderes em termos de participantes no mercado de organização de grandes eventos de gestão empresarial, com público médio anual de oito a nove mil participantes, que, em sua maioria, são altos executivos de grandes empresas. Os eventos organizados pela HSM no Brasil têm por objetivo estimular a discussão de temas de vanguarda de gestão global, e contam com a participação de conferencistas mundialmente reconhecidos, como Yuval Noah Harari, Michael Phelps e Peter Diamands.

A HSM, fundada há mais de 30 anos, também se destaca por oferecer soluções educacionais como Cursos In Company, que integram metodologia e acompanhamento diferenciados para atender às necessidades das empresas no desenvolvimento de seus colaboradores e líderes. Adicionalmente, a HSM é responsável pela Revista HSM Management, além do HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão.

Em 2016, a Anima lançou a Escola Brasileira de Direito (EBRADI), instituição que oferece cursos de Pós-Graduação 100% on-line, além de cursos preparatórios para o exame da OAB (também oferecido integralmente à distância). Nossos cursos possuem como patronos os principais nomes do direito brasileiro, como Ives Gandra, Humberto Theodoro Junior, Pedro Paulo Teixeira Manus, dentre outros.

Em maio de 2018, foi inaugurado o mais recente projeto da Anima Educação: a Le Cordon Bleu São Paulo. Formada a partir de uma joint venture com a Le Cordon Bleu Paris, a Anima trouxe para a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a principal rede de escolas de culinária e hospitalidade do mundo, com 35 institutos em 20 países. A Le Cordon Bleu Paris combina inovação e criatividade com tradição através de seus certificados e diplomas. A instituição, agora também paulistana, está dedicada a fornecer o mais alto nível de instrução culinária e de hospitalidade através de programas de nível mundial.

Desde 2016, iniciamos um processo de evolução digital, quando adotamos a metodologia *Lean* para resolução de problemas relacionados aos serviços acadêmicos e financeiros prestados aos nossos alunos. Rapidamente aprendemos que tecnologia seria um meio fundamental para o atingimento de nossos resultados, mas que exigiria muito mais de nossos esforços de transformação.

Então, em 2018 demos início a uma nova fase: Transformação digital. Muito além de encontrar soluções baseadas em tecnologia, estamos mudando nossa forma de interagir e trabalhar. Nossas decisões precisavam ter o aluno no centro e ser orientadas por dados. Tecnologia não poderia mais ser um departamento, mas uma competência das áreas de negócios. Com essas referências demos um novo

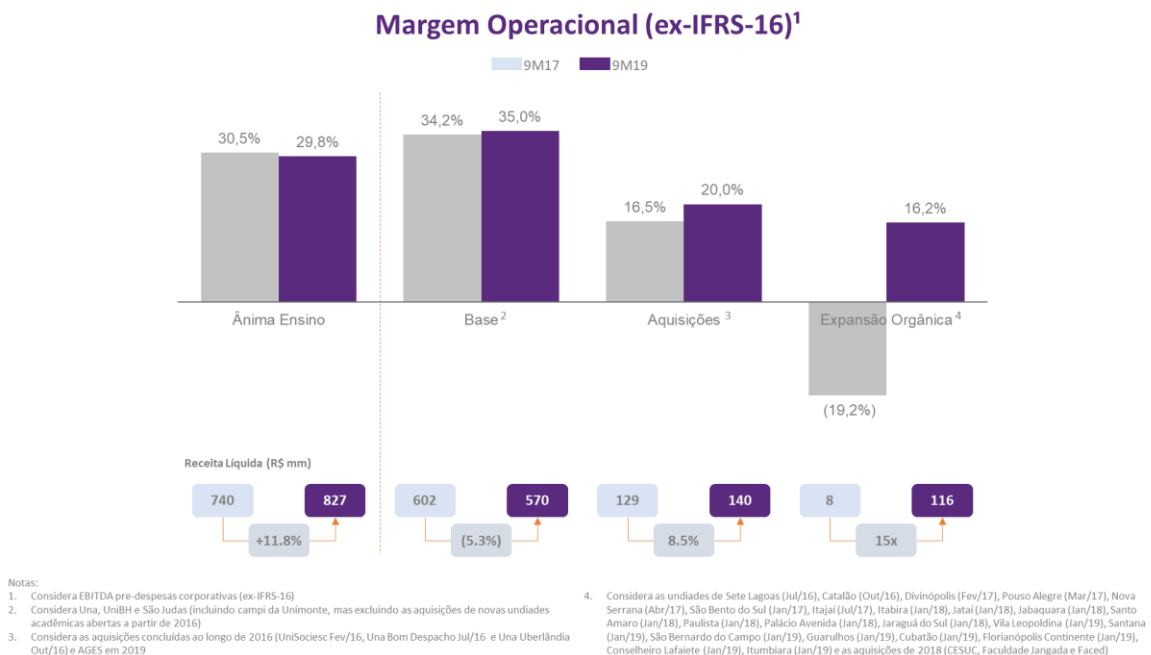
sentido para a nossa jornada e potencializamos nossa contribuição para transformar o país pela educação.

Atualmente, contamos com 19 *squads*, que são apoiados por 168 pessoas distribuídas em times multidisciplinares com competência e autonomia para desenvolver produtos e serviços conectados a um fluxo de valor orientado pela centralidade no aluno. Como base, as *squads* trabalham com foco em gerar impacto de negócio e garantir valor para todos os *stakeholders*. O desafio é contínuo com ciclos de entregas mais curtos e experimentação, aprendizado e adaptação como premissas essenciais.

Em 2019, a Ânima se destacou entre as 150 empresas mais inovadoras do Brasil, de acordo com o Valor Inovação Brasil (julho de 2019), se posicionando em terceiro lugar no ranking do setor de serviços. Ainda em 2019 a Ânima figurou no Anuário Época Negócios 360º Melhores Empresas do Brasil como a melhor companhia do setor de educação no quesito Governança Corporativa, e a segunda melhor na dimensão de Visão de Futuro. Por fim, especificamente sobre o departamento de Relações com Investidores, a companhia foi eleita por ter o Melhor Programa de RI assim como Melhor Executivo de RI dentre as companhias small cap, pelo IR Magazine Brazil Awards 2019.

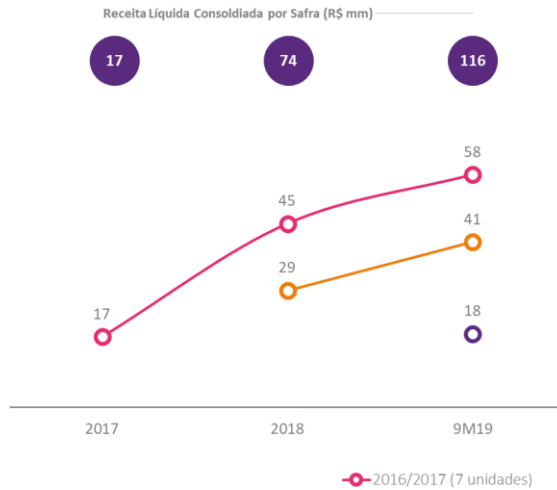
Além disso, em 2019 ampliamos nossa atuação a partir de parceria estabelecida, por meio da HSM, com a Singularity University (SU) para trazer a renomada universidade do Vale do Silício para o Brasil, em uma cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a criação da SingularityU Brazil, para oferta de programas dentro das empresas, com projetos de estratégia, aceleração de inovação e liderança. No mesmo ano, criamos também a HSM University, braço da HSM para promover cursos de especialização à distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

Seja por aquisição ou *greenfield*, a execução do processo de integração desses novos projetos tem sido bem-sucedida. De acordo com experiência recente, e de acordo com os primeiros nove meses de 2019, ambos registram um aumento da margem operacional até atingir um nível de maturidade de aproximadamente 35%. Aquisições tendem a ganhar 15% de margem operacional, partindo de 20%, enquanto que *greenfields* estima-se que tenham um crescimento de 19%, partindo de 16% de margem operacional.

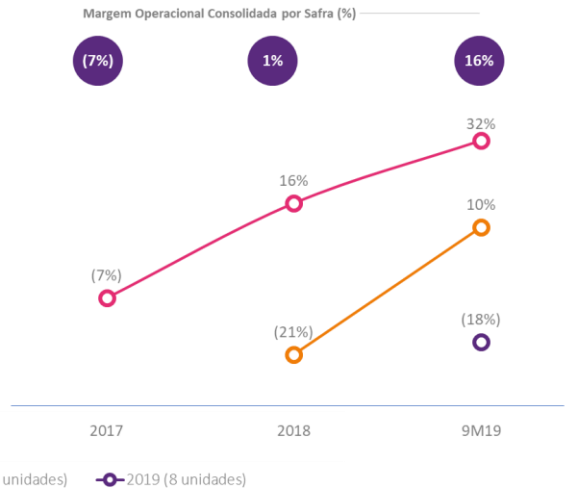


Olhando especificamente para as Unidades abertas desde 2016 e em desenvolvimento, considerando seu desempenho de acordo com o ano em que foram abertas, temos um desempenho favorável conforme denota o quadro abaixo:

Evolução da Receita Líquida por Safra^{1,2,3} (R\$mm)



Evolução da Margem Operacional por Safra (%)⁴



Notas:

1. Considera EBITDA pre-despesas corporativas (ex-IFRS-16)
2. Safra 2016/2017 inclui as unidades de Sete Lagoas (Jul/16), Catalão (Out/16), Divinópolis (Fev/17), Pouso Alegre (Mar/17), Nova Serrana (Abr/17), São Bento do Sul (Jan/17), Itajaí (Jul/17) e aquisições de 2018 (CESUC e Faced)
3. Safra 2018 inclui as unidades de Itabira (Jan/18), Jataí (Jan/18), Jabaquara (Jan/18), Santo Amaro (Jan/18), Paulista (Jan/18), Palácio Avenida (Jan/18), Jaraguá do Sul (Jan/18) e aquisições de 2018 (Faculdade Jangada)
4. Safra 2019 inclui as unidades de Vila Leopoldina (Jan/19), Santana (Jan/19), São Bernardo do Campo (Jan/19), Guarulhos (Jan/19), Cubatão (Jan/19), Florianópolis Continente (Jan/19), Conselheiro Lafaiete (Jan/19) e Itumbiara (Jan/19)

A tabela abaixo apresenta nossos principais indicadores financeiros e operacionais.

Destaques Financeiros e Operacionais Consolidados

Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(em R\$ Milhões, exceto se de outra forma indicado)

(em R\$ Milhões, exceto se de outra forma indicado)

	2019 com efeito do IFRS-16*	2018	2017	2016 (5)
Receita líquida	861,6	1.102,5	1.045,7	960,4
Lucro Bruto	382,8	395,3	399,1	348,9
Lucro (prejuízo) líquido	18,7	2,3	85,2	20,8
EBITDA	201,2	93,0	137,6	98,2
Margem EBITDA (%) (1)	23,4	8,4	13,2	10,2
EBITDA Ajustado (2)	165,4	169,9	173,9	152,2
Margem EBITDA Ajustado (%) (3)	19,2	15,4	16,6	16,0
Estudantes matriculados (mil)	112,8	97,2	91,2	90,8
Novas matrículas (mil) (4)	48,3	45,1	37,5	29,2
Disponibilidade (Dívida) Líquida	338,8	(208,6)	(167,4)	(218,8)

- (1) Margem EBITDA: EBITDA dividido pela receita líquida
- (2) EBITDA ajustado por gastos de natureza não recorrente de nossas controladas.
- (3) Margem EBITDA Ajustada: EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida.

- (4) Inclui novos estudantes, transferências de estudantes de outras Faculdades e estudantes que estão retornando em razão de (i) destrancamento de matrícula; e/ou (ii) ingresso em novo curso para obtenção de novo título de ensino superior.
- (5) Considera aquisições realizadas nos últimos 12 meses: (SOCIESC Fev-16, UNA Bom Despacho Jul-16, ACAD Set-16 e Instituto Politécnico Out-16).

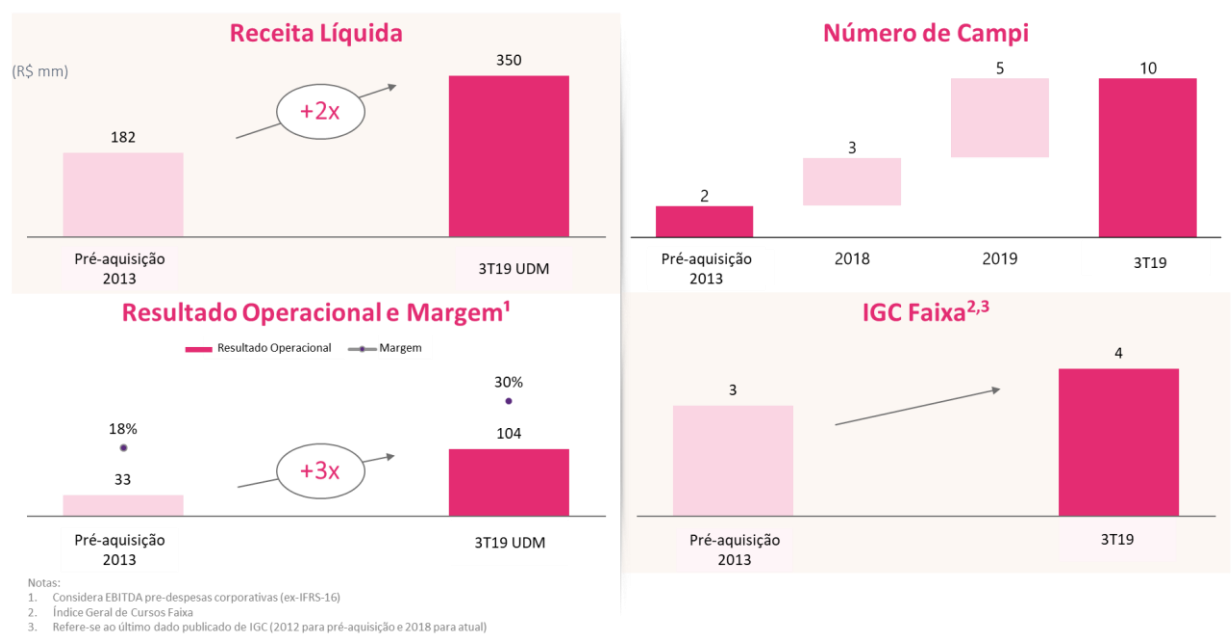
Partindo de uma operação inicial em 2003 com cerca de 3,8 mil estudantes matriculados, apresentamos um crescimento sólido e constante de nossos resultados nos últimos 16 anos, tanto por crescimento orgânico, quanto por aquisições. Nos últimos três anos, a nossa receita líquida consolidada passou de R\$960,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.102,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 15%. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, a nossa receita líquida consolidada foi de R\$861,6 milhões. O nosso EBITDA ajustado, no mesmo período, representou um crescimento de 12%, passando de R\$152,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$169,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, o nosso EBITDA ajustado foi de R\$232,3 milhões, sem o efeito do IFRS-16 é de R\$165,4 milhões. Este resultado inclui, além de um consistente crescimento orgânico de nossas unidades, a contínua melhoria de nossa eficiência operacional.

Nossa instituição tem como princípio preservar e fomentar a interação entre professores e estudantes, respeitando a autonomia e características de seus docentes, em equilíbrio com os ganhos de escala e de qualidade auferidos com a padronização de diretrizes curriculares, processos e sistemas. Nosso modelo acadêmico, que começou a ser implantado desde 2008, é fundamentado em uma metodologia educacional própria que contempla forte interdisciplinaridade, com foco no desenvolvimento de competências, além de uma organização curricular modular, na qual são estabelecidas linhas de formação com indicação dos elementos básicos de progressão do estudante no curso. O modelo de currículo modular proporciona grande flexibilidade para a gestão acadêmica, e acreditamos resultar em qualidade superior de ensino, evidenciada pelos *rankings* e resultados de avaliações divulgados pelo MEC anualmente.

Entendemos que o setor de educação no Brasil apresenta grande potencial de crescimento e consolidação por diversas razões, dentre as quais destacamos:

- (i) crescimento populacional, bem como do mercado de trabalho;
- (ii) aumento da renda familiar;
- (iii) aumento da demanda por mão de obra qualificada;
- (iv) recente e crescente oferta de crédito educacional pelo setor privado;
- (v) fragmentação do setor, que está em meio a um processo de consolidação.

Como exemplo de um caso de aquisição com execução que vem trazendo melhorias constantes em resultados financeiros podemos citar a Universidade São Judas Tadeu, que adquirimos em 2014 e tem tido desempenho crescente conforme podemos observar na tabela abaixo:



Em vista disso, acreditamos estar bem posicionados para aproveitar esse crescimento e o movimento crescente de consolidação do mercado em razão da reputação das 10 mnarcas que compõe o nosso portfólio (Una, UniBH, Universidade São Judas Tadeu, UniSociesc, AGES, Le Cordon Bleu São Paulo, HSM, hsmU, EBRADI e Singularity Brasil) e da nossa experiência em aquisição e integração de outras instituições de ensino.

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

a. **Produtos e Serviços Comercializados**

Atualmente, organizamos nossas atividades em cinco segmentos operacionais, quais sejam:

• Ensino Superior:

Prestamos serviços educacionais de ensino superior, que compreendem (i) cursos de graduação, (ii) pós-graduação *lato sensu*, (iii) pós-graduação *strictu sensu* e (iv) cursos de extensão, por meio das nossas instituições de ensino.

• Outros Negócios:

- Vertical de Gestão: Prestamos serviços de educação executiva continuada, que compreendem atividades de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in-company* e publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, por meio da nossa subsidiária HSM do Brasil S.A.
- Vertical de Direito: Prestamos serviços educacionais de ensino superior, que compreendem (i) cursos de pós-graduação *lato sensu* e (ii) cursos de extensão, por meio da Escola Brasileira de Direito (Ebradi)
- Vertical de Hospitalidade: Prestamos serviços educacionais de ensino superior, que compreende cursos de extensão, por meio da Le Cordon Bleu São Paulo
- Vertical de Medicina: Em outubro de 2018, formamos uma equipe dedicada exclusivamente aos cursos de saúde que vem, desde então, trabalhando no aprimoramento dos cursos de saúde já ofertados por nossas instituições, no desenvolvimento dos novos cursos de Medicina aprovados ou em fase de aprovação no âmbito do programa mais médicos (Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013), e no apoio à nossa equipe de M&A para seleção e escolha dos melhores ativos de medicina e saúde.

No período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019, bem como nos exercícios sociais encerrados em 2016, 2017 e 2018, as nossas receitas foram compostas (i) pelo recebimento de mensalidades decorrentes da prestação de serviços educacionais relativos ao ensino superior, prestados em nossos *campi* e (ii) pelos valores relativos aos serviços educacionais de educação executiva continuada. Para maiores informações sobre os nossos serviços prestados e sobre nossas unidades de ensino e instalações, vide nessa Seção 7 deste Formulário de Referência.

b. **Receita Proveniente do Segmento e sua Participação na Receita Líquida da Companhia.**

Na tabela abaixo a nossa receita líquida para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 e para os últimos três exercícios sociais:

Dados consolidados em	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019	
	Receita líquida (R\$ milhares)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ensino Superior	826.918	96,0
Segmento de Outros Negócios ⁽¹⁾	34.667	4,0

Total	861.585	100
--------------	---------	------------

Dados consolidados em	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018	
	Receita líquida (R\$ milhares)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ensino Superior	766.824	95,0
Segmento de Outros Negócios ⁽¹⁾	40.015	5,0
Total	806.839	100

Dados consolidados em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	
	Receita líquida (R\$ milhares)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ensino Superior	1.023.998	92,9
Segmento de Outros Negócios ⁽¹⁾	78.459	7,1
Total	1.102.457	100

Dados consolidados em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	
	Receita líquida (R\$ milhares)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ensino Superior	984.806	94,2
Segmento de Outros Negócios ⁽¹⁾	60.815	5,8
Total	1.045.621	100

Dados consolidados em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	
	Receita líquida (R\$ milhares)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ensino Superior	914.124	95,2
Segmento de Outros Negócios ⁽¹⁾	46.310	4,8
Total	960.434	100

(1) A partir de 2016, consideramos o “Segmento Vertical de Gestão” como “Segmento Outros Negócios”.

c. Lucro ou Prejuízo Resultante do Segmento e sua Participação no Lucro Líquido da Companhia.

Indicamos na tabela abaixo o nosso lucro líquido em cada um desses segmentos para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 e 2018, e para os últimos três exercícios sociais:

Dados consolidados em	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhares)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ensino Superior	153.006	816,8
Segmento de Outros Negócios ⁽²⁾	(10.255)	-54,7
Parcela não alocada ⁽¹⁾	(124.018)	-662,0
Total	18.733	100,0

(1) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do nosso Grupo realizadas por nossa Companhia.

(2) A partir de 2016, consideramos o "Segmento Vertical de Gestão" como "Segmento Outros Negócios".

Dados consolidados em	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhares)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ensino Superior	147.974	728,6
Segmento de Outros Negócios ⁽²⁾	(12.224)	-60,2
Parcela não alocada ⁽¹⁾	(115.440)	-568,4
Total	20.310	100,0

(1) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do nosso Grupo realizadas por nossa Companhia.

(2) A partir de 2016, consideramos o "Segmento Vertical de Gestão" como "Segmento Outros Negócios".

Dados consolidados em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhares)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ensino Superior	158.296	70,3
Segmento de Outros Negócios ⁽²⁾	-10.214	-4,5
Parcela não alocada ⁽¹⁾	-145.831	-64,8
Total	2.251	100,0

(1) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do nosso Grupo realizadas por nossa Companhia.

(2) A partir de 2016, consideramos o “Segmento Vertical de Gestão” como “Segmento Outros Negócios”.

Dados consolidados em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhares)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ensino Superior	201.043	236,1
Segmento de Outros Negócios ⁽²⁾	-2.001	-2,3
Parcela não alocada ⁽¹⁾	-113.890	-133,7
Total	85.152	100,0

(1) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do nosso Grupo realizadas por nossa Companhia.

(2) A partir de 2016, consideramos o “Segmento Vertical de Gestão” como “Segmento Outros Negócios”.

Dados consolidados em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhares)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ensino Superior	153.509	736,4
Segmento de Outros Negócios ⁽²⁾	-25.026	-120,1
Parcela não alocada ⁽¹⁾	-107.638	-516,4
Total	20.845	100,0

(1) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do nosso Grupo realizadas por nossa Companhia.

(2) A partir de 2016, consideramos o “Segmento Vertical de Gestão” como “Segmento Outros Negócios”.

Os serviços educacionais ofertados pelas instituições do Grupo Ânima Educação vão da Educação Básica à Pós-Graduação, passando pelo ensino técnico profissionalizante, graduação (tecnológica, bacharelado e licenciatura), pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), cursos de idiomas, programas de extensão e educação executiva, nas modalidades presencial e a distância, além de projetos de consultoria a empresas e órgãos públicos, em diferentes áreas de atuação.

A – Características do processo de produção:

1. Cursos Presenciais

A modalidade de ensino presencial concentra a maior fatia dos produtos oferecidos pela Ânima em todos os seus segmentos de atuação (ensino básico, graduação, pós-graduação e cursos livres).

Os cursos presenciais mesclam diferentes metodologias de ensino a fim de assegurar que o processo de aprendizagem se dê de forma autônoma, individualizada e efetiva. A tecnologia está presente em todas as práticas acadêmicas, mediante a utilização de modernas plataformas adaptativas de aprendizagem, dentre elas merecem destaque:

- (i) **Adapti Ingressante** (programa de nivelamento e reforço dos conteúdos do ensino básico essenciais à compreensão e permanência do ingressante no ensino superior);
- ii) **LAI/LAIV** (plataforma digital desenvolvida pela Ânima, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento das competências atitudinais e comportamentais do discente);
- iii) **Adapti Concluinte** (programa de verificação e acompanhamento da aprendizagem do aluno em fase de conclusão do curso. Além de diagnóstico, a ferramenta contribui para a performance dos egressos no ENADE);
- iv) **Adapti OAB 100%** (programa de verificação e acompanhamento da aprendizagem, exclusivo para os concluintes do curso de Direito, voltado à empregabilidade através da preparação do futuro egresso para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil e para concursos públicos).

As práticas educacionais adotadas pela Ânima estão em constante e ininterrupto processo de revisão e atualização, a fim de assegurar que a vivência prática da profissão e o desenvolvimento das competências pessoais e profissionais necessárias ao perfil do egresso pretendido ocorram, efetivamente, do primeiro ao último dia do curso. Esse movimento de repensar o modo e a forma como ensinamos e aprendemos tem como marco o ano de 2008, momento no qual a Ânima definiu sua opção pelo regime modular para estruturação de seus currículos.

A modularização deu oportunidade a construção de matrizes curriculares inovadoras, interdisciplinares e flexíveis, possibilitando a utilização de modernos recursos tecnológicos no, até então, tradicional ambiente universitário, além de assegurar eficiente gestão financeira e melhor alocação dos recursos da Companhia.

Por meio de um rigoroso processo de qualidade, que vai da concepção acadêmica dos cursos à gestão da oferta semestral de turmas e disciplinas, concebemos um modelo próprio de gestão que, além de atender a todos os requisitos legais e institucionais, assegura diferenciada qualidade acadêmica, ranqueando nossos cursos de graduação nas melhores posições, segundo dados oficiais do Ministério da Educação. A expertise do modelo de gestão concebido pela Ânima está na conciliação entre qualidade acadêmica e eficiência operacional.

A evolução de nossos indicadores e crescimento exponencial das operações da Companhia ao longo dos últimos 16 anos nos instiga a buscar, constantemente, a melhoria dos nossos produtos e o aprimoramento dos processos acadêmicos. Imbuídos na missão de transformar o país pela educação iniciamos, em 2015, o projeto de convergência curricular, entendendo ser esse o primeiro esforço para a concepção de um modelo acadêmico robusto, escalável e gerenciável. A primeira etapa do projeto, dedicada à uniformização das matrizes curriculares para as IES Ânima, foi concluída no primeiro semestre de 2016, apresentando ganhos acadêmicos e operacionais, já apurados, muito consistentes.

Em outubro de 2016, a Companhia redesenhou sua estrutura organizacional e, dentre outras mudanças, instituiu a Vice-Presidência Acadêmica, que incorporava a estrutura da anterior Diretoria Acadêmica, tendo como escopo principal assegurar a evolução constante do modelo acadêmico e a criação do Ecossistema Ânima de Aprendizagem (“E2A”), com previsão de implementação de um piloto em agosto de 2017.

A Vice-Presidência Acadêmica, liderada pela professora Denise Campos, ganhou o reforço de um time engajado de colaboradores, incorporando a Diretoria de Regulação, as Diretorias Acadêmicas de Área (Saúde, Engenharia e Tecnologia, Educação, Comunicação e Gestão), a Diretoria de Planejamento, a Diretoria de Projetos Acadêmicos e a Ânima Digital, a fim de assegurar sinergia entre o projeto acadêmico e o plano de negócio da empresa, e o desafio de traduzir, interna e externamente, o que seria o Índice de Qualidade Ânima, o IQA, nosso DNA de qualidade acadêmica.

O E2A surge em um momento em que a Companhia reflete sobre suas práticas e redefine seu escopo de atuação, renovando seu compromisso de maximizar os resultados acadêmicos já alcançados, sem perder o foco na eficiência operacional e no fortalecimento da governança. Projetado para representar um modelo de educação contemporizado com a sociedade do século 21, assumindo como vocação ser um projeto acadêmico diferenciado.

O E2A tem como diferencial a formação baseada em competências, como forma de garantir a empregabilidade dos egressos. Novas formas acadêmicas de se planejar, organizar e distribuir os conteúdos foram criadas e algumas premissas se tornaram pilares para a sustentação das escolhas acadêmicas que o regem, dentre elas a formação por competências, a interdisciplinaridade, a empregabilidade, o docente, o ambiente digital e a avaliação processual, como metacognição.

A concepção de currículo adotada pela Ânima a partir de então está ancorada teoricamente nas ideias de Dewey (1938), segundo as quais “uma análise das experiências daqueles que passam boa parte de suas vidas nas instituições de ensino são essenciais para uma melhor compreensão dos sentidos da educação”; de Clandinin e Connelly (1988), que entendem o currículo “como um meio de se organizarem e comunicarem experiências que formam e transformam o próprio currículo”; e de Sacristán (2000, p. 16), que, por sua vez, entende que “[o] currículo define o que se considera o conhecimento válido, as formas pedagógicas, o que se pondera como a transmissão válida do conhecimento”.

A organização do currículo dos cursos ofertados pela Ânima é, porém, pautada por leituras do contexto no qual esse se efetiva, ou seja, é integrada e organizada em redes de experiências que levem em consideração, sobretudo, o sujeito que se pretende formar. O perfil do egresso é a bússola que orienta o eixo de formação dos cursos, articula os conteúdos e as contribuições das disciplinas na formação dos estudantes, além de orientar todo o processo de avaliação. Rompe-se com a ideia de currículo pautado na “distribuição de disciplinas em grades” em que o conhecimento é “prisioneiro” de pontos de vista singulares, definitivos, estanques, incomunicados.

Todas as experiências que se vivenciam dentro e fora da Instituição de Ensino, e que se constituem como instrumentos viabilizadores da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão passarão, agora, a integrar o currículo. Os conteúdos das disciplinas irão traduzir ferramentas para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, novas experimentações e desenvolvimento de novas competências, o que permite ofertar ao estudante um autônomo, flexível, sólido e crítico processo de formação.

A mudança proposta está assentada em dois pilares: i) emprego da tecnologia a serviço da aprendizagem; ii) currículo pensado e organizado a partir das necessidades do aluno do século 21. Ao disponibilizar o conteúdo para o estudante em qualquer tempo e onde quer que ele esteja, a antiga sala de aula, marcada pelo excesso de aulas expositivas, se transmuta em um espaço contemporâneo, entendido como a sala de aula ampliada, voltado ao desenvolvimento de competências e habilidades mediante a realização de práticas, experimentações, problematizações e vivências. Além de preparar o aluno para a vivência profissional, as salas de aulas ampliadas irão gerar o senso de comunidade, a sociabilidade, convivência, coletivismo e o senso de pertencimento.

O incremento tecnológico se dará por meio do ensino híbrido (blended learning) que, uma vez implementado, dará oportunidade a um aprendizado completo, adaptativo e personalizado a partir da junção do ensino presencial (face to face) com o virtual. Todavia, o incremento tecnológico, por si só, não é suficiente. Para que a finalidade do projeto seja alcançada, um novo desenho foi apresentado, no qual além de o currículo ter sido repensado, buscou-se estabelecer novos parâmetros para a forma como o mesmo é organizado, disponibilizado e distribuído, assim como os conteúdos que o compõe.

Nesse sentido, a Ânima Digital, responsável pela gestão e curadoria dos conteúdos para o Ensino à Distância (“EaD”) e o ensino híbrido, que antes estava na Vice-Presidência de Operações migra para a Vice-Presidência Acadêmica, uma forma de otimização das estruturas de apoio e operação acadêmica, garantindo o foco na geração de valor, tanto para os alunos, quanto para os professores.

Os conteúdos (conceituais, procedimentais e comportamentais) foram definidos em termos de identificação com a aplicação que deve ser realizada pelo estudante. Exige-se, a partir de agora, o saber fazer (somatório do conteúdo conceitual com o procedimental) em substituição ao apenas saber. Essa lógica modifica a forma de pensar os conteúdos, relacionando-os à capacidade efetiva de desempenho e à resposta à seguinte pergunta: o que o egresso necessita conhecer bem para ser capaz de desenvolver bem suas atividades nas diversas áreas de atuação de sua profissão?

Com a concepção e implementação do E2A, a Ânima Educação, avança mais em termos de seu objetivo de criar um marco institucional para o que almeja como um indicador de sua qualidade. O Índice de Ânima de Qualidade – IAQ – será obtido pelos resultados de seus processos de Avaliação Interna (AI) somados aos de sua Avaliação Externa (AE) (avaliações in loco em processos de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, bem como ENADE) e também aos Índices de Conclusão de Curso (ICC) que, por sua vez, serão somados aos resultados obtidos em pesquisas que apontem onde estão nossos egressos (Empregabilidade e Carreira – EC). A representação dessa equação da qualidade seria: $AI + AE + ICC + EC = IAQ$. Para a obtenção desse indicador, temos envidado nossos esforços, pois fomos o primeiro grupo educacional brasileiro a adotar o modelo de formação por competência em escala, assumindo a dianteira da inovação no ensino superior, e gerando *benchmarking* para várias outras escolas do país.

Aulas Semipresenciais

Nos cursos presenciais, de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, oferecemos aos alunos, até o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, disciplinas no formato híbrido, uma abordagem pedagógica que combina atividades presenciais e atividades online.

No ensino híbrido, a oferta de conteúdo acontece em qualquer hora, em qualquer lugar, respeitando o ritmo de cada aluno, enquanto os momentos presenciais são utilizados para a aplicação desse conteúdo, através de metodologias ativas de aprendizagem. Neste modelo, a aula acontece em casa (ou seja, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA) e os momentos presenciais, em sala de aula, são utilizados para a resolução de exercícios e problemas (ou seja, a atividade de casa é feita na escola e a aula acontece em qualquer lugar). Daí o termo sala de aula invertida (ou *flipped classroom*).

O formato híbrido possui componentes instrucionais (conteúdo digital e aprendizagem adaptativa, por exemplo), componentes que favorecem a construção do conhecimento (metodologias ativas e simuladores, por exemplo), componentes mais padronizados e componentes mais personalizados, centrados no estudante, na sua aprendizagem e satisfação.

Desde 2018, a Ânima Educação iniciou uma jornada de atualização de seus sistemas para permitir que a escolha do formato de aprendizagem, presencial ou digital, quando a legislação assim permitir, seja uma escolha do aluno, atendendo suas preferências e necessidades. A recente alteração regulatória por meio da portaria MEC No. 2117/2019, na qual aumenta o limite da oferta digital nos cursos presenciais de 20% (vinte por cento) para 40% (quarenta por cento), vai de encontro a tendência de maior flexibilização no formato de aprendizagem, em linha com a estratégia da Companhia.

Material Didático

Os professores de cada uma das disciplinas, presenciais ou semipresenciais, fornecem uma lista sugerindo uma bibliografia básica e outra complementar, de acordo com o conteúdo programático e o perfil do egresso do curso. Adicionalmente, o material didático é complementado por uma biblioteca virtual, uma base de referência de artigos e periódicos, e uma biblioteca física.

A Biblioteca Digital, acessível a todas as nossas instituições, é um sistema informatizado que disponibiliza, em meio digital, títulos universitários. O projeto, criado em 2014 pela Biblioteca Universitária da Ânima, em parceria com algumas editoras, tem como intuito auxiliar nas pesquisas e suprir as demandas informacionais dos nossos alunos e professores.

As plataformas disponíveis, como a Biblioteca Virtual Pearson 3.0 e a Minha Biblioteca, contribuem fortemente para o aprimoramento e aprendizado do aluno. Elas possuem diversos recursos interativos e dinâmicos, que contribuem para o acesso à informação de forma prática, acessível e eficaz. Essas plataformas disponibilizam selos editoriais de referência como Manole, Contexto, InterSaberes, Casa do Psicólogo, Papirus, Ática, Scipione, Educus, Cia das Letras, Jaypee Brothers, Aleph, Rideel, Lexicon, Callis, Interciência, Digital Page, ArtMed, Artes médicas, Bookman, Penso, McGraw-Hill); Grupo Gen (Ed. LTC, Forense, Método, Atlas, Guanabara Koogan, Roca); e Saraiva. As três bibliotecas virtuais estão disponíveis, gratuitamente, com acesso ilimitado, para todos os alunos, professores, funcionários e comunidade Ânima.

Com isso, a comunidade acadêmica tem mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de qualidade, através de um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas, reflexo de um Grupo Educacional comprometido com a formação e o desenvolvimento de um cidadão mais crítico e consciente.

O material didático das disciplinas semipresenciais é constituído por: conteúdo online, organizado e disponibilizado no AVA; conteúdo impresso, elaborado especificamente para cada disciplina e bibliografia básica e complementar adotada. Implementamos uma plataforma de acesso e funcionamento integral via web, que disponibiliza o material didático das disciplinas, garantindo ao aluno flexibilidade de acesso a qualquer dia e hora e de qualquer local, bem como garantindo ao aluno a independência para organizar seus estudos.

2. Cursos na modalidade a Distância – EAD

No segundo semestre de 2010, foi criado o Instituto Una de Educação a Distância, constituído com o objetivo de conduzir a concepção, a produção, a difusão, a gestão e a avaliação dos projetos em EaD.

Em julho de 2014, foi publicada a portaria do MEC de credenciamento do Centro Universitário Una para oferta de cursos a distância, atualmente com 27 cursos de licenciatura, bacharelado e educação tecnológica, bem como de pós-graduação lato sensu, distribuídos em 22 polos de atendimento presencial nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

A oferta de cursos a distância, pela Ânima, aumentou substancialmente em 2016, com o portfólio do Centro Universitário SOCIESC, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, nessa modalidade de ensino.

O Centro Universitário SOCIESC dispõe de 28 (vinte e oito) cursos de graduação na modalidade a distância, distribuídos em seus 22 (vinte e dois) Polos de Atendimento Presencial nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já credenciados pelo MEC.

Em 2017, o Centro Universitário Una de Bom Despacho foi credenciado para oferta de Educação a Distância, tendo iniciado a oferta de graduação EaD.

Atualmente ele conta com 15 (quinze) cursos de graduação a distância, distribuídos em seus 20 (vinte) Polos de Atendimento Presencial nos Estados de Minas Gerais e Goiás.

No mesmo ano, o Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH foi credenciado para oferta de cursos de graduação a distância, mas ainda sem oferta e o Centro Universitário São Judas Tadeu - CSJT, credenciado em 2018, possui 19 (dezenove) cursos de graduação a distância em 9 (nove) Polos de Atendimento Presencial para EaD no Estado de São Paulo.

A Universidade São Judas Tadeu também está credenciada para oferta de cursos de graduação a distância, desde 2019.

Polos de Atendimento Presencial

Os Polos de Atendimento Presencial consistem em unidades operacionais regionais, implantadas no espaço físico de instituições parceiras, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas de EaD.

Os Polos de Atendimento Presencial oferecem infraestruturas física, tecnológica e pedagógica necessárias, incluindo laboratórios e biblioteca, para que os alunos possam acompanhar os cursos na modalidade a distância. Nos referidos Polos de Atendimento Presencial acontecem os processos seletivos e os encontros presenciais dos alunos, nos quais são realizados o acompanhamento e a orientação dos estudos, por nossos professores; as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais.

Metodologia

A Educação a Distância da Ânima Educação se insere em uma modalidade de educação formal caracterizada pelo distanciamento físico e temporal entre os sujeitos – professores, tutores e alunos – em que as tecnologias da informação e da comunicação são utilizadas como meios de compartilhar o conhecimento. A metodologia ativa, adotada para o nosso ensino à distância, baseia-se em atividades de interação, cooperação e prática, por meio de diferentes recursos, ferramentas e objetos virtuais de aprendizagem.

Nos cursos a distância da Ânima, a oferta do conteúdo se dá em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que permite que o aluno acesse o que foi disponibilizado em vários formatos (vídeo-aulas, telas interativas, desafios de aprendizagem, textos, entre outros), em qualquer hora, em qualquer lugar. Essa flexibilidade faz com que um aluno que tenha maior dificuldade na assimilação de um determinado conceito possa dedicar-lhe mais horas de estudo. Assim, o aluno estabelece seu próprio ritmo de aprendizagem, enquanto ferramentas modernas permitem a interação síncrona ou assíncrona entre os colegas e entre alunos, professores e tutores.

Nesse formato híbrido, adotado pelas IES Ânima, os momentos presenciais não são utilizados para a oferta de conteúdo. Oferta de conteúdo deve acontecer em qualquer hora, em qualquer lugar, no ritmo de cada aluno, enquanto os momentos presenciais são utilizados para a aplicação desse conteúdo, através de metodologias ativas de aprendizagem. Neste modelo, a aula acontece em casa (ou seja, no AVA) e os momentos presenciais, em sala de aula, são utilizados para a resolução de exercícios e problemas.

Pesquisas recentes revelam que o modelo híbrido, com inversão da sala de aula, traz mais aprendizagem do que o presencial, maior satisfação do que o ensino online e uma maior eficiência em relação ao ensino presencial. A Ânima, hoje, possui um cenário fértil para a implementação do modelo híbrido, considerando sua clara intenção de inovar, um corpo docente qualificado e uma plataforma de EaD que permite implementar o modelo híbrido em *campi* próprios ou em novos polos que serão credenciados nos próximos anos.

Cada disciplina tem 80 horas/aula e está estruturada em unidades, as quais também têm seus próprios objetivos. Além do foco em conteúdo e suporte, conta com testes conceituais por unidade para a aplicação do *Peer Instruction* (método interativo entre os alunos, popularizado no início da década de 1990 por Eric Marzur, professor da *Harvard University*, nos momentos presenciais, além de vídeos de apoio (pílulas de conhecimento), promovendo um design de interface mais dinâmico, retratando situações reais da área do curso. Os alunos passarão, de forma recorrente, por atividades práticas, exercícios e avaliações representadas por atividades de fixação, estudos orientados; fóruns de conteúdo elaborados pelos professores, conexões Ânima e provas.

Tutoria online: Além do conteúdo online, o aluno tem acesso ao professor, por meio do AVA. O professor deve ter aderência de formação ao conteúdo ministrado e, no mínimo, a titulação de Mestre, o que tem elevado

bastante a qualidade do aprendizado do aluno. Este professor online é o responsável por sanar eventuais dúvidas e moderar os fóruns de discussão. O modelo prevê dois tipos de fórum:

A-Fórum geral: Tem como principal objetivo sanar as dúvidas postadas pelos alunos. As dúvidas de cada aluno, bem como as respostas do professor/ tutor online ficam disponíveis para todos os alunos, o que acaba estabelecendo um novo formato de oferta de conteúdo. Neste fórum, são tratadas as dúvidas relacionadas ao conteúdo.

B-Fóruns temáticos: Ao longo do semestre, de acordo com o cronograma estabelecido, os alunos são submetidos a dois fóruns temáticos. Um deles na primeira etapa de avaliação e o outro na segunda etapa de avaliação.

Professor Presencial: Além do professor online, 20% da carga horária total da disciplina ocorre no presencial, em encontros quinzenais ou mensais, durante os quais o professor tem a responsabilidade de vivenciar o conteúdo com os alunos, levando-os a fazer as conexões necessárias, e a aprender a aprender. A metodologia ativa é o elemento estruturante dessa atividade e cabe ao professor presencial fazer a inter-relação entre o aprendido e o vivido.

Monitor: As disciplinas híbridas contam também com a presença de um monitor, um profissional habilitado a interagir com os alunos, principalmente, nos fóruns, ajudando os professores a interagirem com os alunos, dando maior proximidade. Tudo para garantir que o foco no aprendizado do aluno seja preservado.

Com relação ao Material Didático no Ambiente Virtual de Aprendizagem, o aluno tem acesso ao material pedagógico disponibilizado, por disciplina, além dos recursos de interação que permitem o diálogo entre os alunos e a equipe de tutoria, contemplando os tópicos. Têm acesso, ainda, ao livro de disciplina, com todo o conteúdo teórico referente à disciplina, ao acervo das bibliotecas física e virtual da IES, a reportagens atualizadas sobre assuntos e temas que têm estreita relação com a educação e tecnologia, e a estudos orientados.

O processo de aprendizagem é desenvolvido por meio de atividades teóricas e práticas desafiadoras, abrangendo situações diversificadas que favorecem a aplicação do conhecimento construído em situação real de trabalho. O aluno, ao acessar o ambiente de EaD, encontra diferentes e ideais ferramentas para o funcionamento e o desenvolvimento das atividades no ambiente de EaD. A comunicação com o tutor virtual, com o núcleo de apoio EaD e com os colegas é feita pelo AVA, por meio de alguns recursos: Fale com o tutor, Mensagem, Mural, Chat, Lounge; Fóruns de discussão e o Conexão.

3. Nivelamento ADAPTI

Todos os ingressantes dos cursos de graduação (bacharelados, tecnólogos e licenciaturas) das IES da Ânima passam pelo Nivelamento, atividade complementar obrigatória que tem como finalidade desenvolver as habilidades básicas de raciocínio lógico (Matemática) e de interpretação de texto (Língua Portuguesa) bem como reciclar habilidades e conceitos do Ensino Médio, como Biologia, Física, Química, História, Geografia, Filosofia e Sociologia, distribuídas conforme o curso escolhido pelo aluno, cujos conhecimentos são indispensáveis para seu bom aproveitamento acadêmico.

O Nivelamento é realizado com a utilização do Adapti, uma plataforma de atividade adaptativa individual, que propõe atividades diferentes para cada aluno a partir dos índices de acerto e erro às tarefas de aprendizagem.

O Programa Adapti ocorre a partir de uma avaliação prévia do aluno (processo seletivo/vestibular), propondo-se missões de acordo com as habilidades necessárias para que cada discente possa ter um melhor rendimento no curso escolhido. Para cada missão são disponibilizados conteúdos diferentes.

Para alunos ingressantes pelo ENEM, por transferência ou por obtenção de novo título, o próprio sistema indica questões para medir o nível de conhecimento e, a partir das respostas, designa missões para aprimorar o conhecimento desses alunos.

A plataforma objetiva ainda, identificar as potencialidades e dificuldades dos alunos por meio de relatórios e diagnóstico de desempenho detalhados. Essa mensuração é utilizada para traçar um mapa de conteúdos do Ensino Médio, com as necessidades de reciclagem, cruzando as disciplinas, de modo que consiga avançar simultaneamente em cada uma delas. Pode-se verificar ainda, que, alunos que cursam integralmente o programa, têm 20 vezes mais chances de serem aprovados nas disciplinas regulares de seu curso de escolha.

Com base na plataforma Adapti Ingressante, a instituição busca aperfeiçoar seu ciclo pedagógico, acompanhando o desenvolvimento acadêmico do aluno. A IES, ao aliar educação e tecnologia, procura identificar e trabalhar de forma específica as necessidades de cada discente. Como consequência, há a melhora significativa da qualidade de ensino, contribuindo com a constante busca da excelência acadêmica.

4. Pós-Graduação

A educação continuada possui relevante destaque no Projeto Acadêmico e no Plano de Negócios das Instituições de Ensino Ânima, ao longo dos seus 16 anos de atuação no mercado educacional brasileiro. Todas as IES Ânima oferecem programas permanentes de pós-graduação *lato sensu*, nas seguintes áreas: Comunicação, Direito, Educação, Engenharias, Saúde e Tecnologia.

Até 2013, os cursos de especialização eram ofertados exclusivamente na modalidade presencial, nos campi das IES Ânima. Em 2014, com o Credenciamento do Centro Universitário Una para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, iniciou-se a oferta dos cursos de pós-graduação EaD pela Una. Em 2016, foi definida a expansão na pós-graduação EaD e, mediante parceria celebrada entre a Una e a EBRADI, elaborou-se um portfólio inovador e de diferenciada qualidade técnica na área do Direito, com o lançamento de seis cursos de especialização online, nas seguintes áreas: Advocacia Tributária; Advocacia do Direito Negocial Imobiliário; Direito Penal e Processo Penal Aplicados; Advocacia Trabalhista; Advocacia Cível e Advocacia Empresarial. A concepção do projeto acadêmico para os referidos cursos contou com a participação direta de renomados juristas do país, a saber: Ives Gandra Martins; Flávio Tartuce; Guilherme De Souza Nucci; Pedro Paulo Teixeira Manus; Humberto Theodoro Júnior e Marcus Elidius Michelli de Almeida.

Ainda em 2016, em uma ação sinérgica à implementação do Ecossistema Ânima de Aprendizagem, foi definido o novo desenho curricular dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. O modelo em questão é fruto de um denso processo de pesquisa mercadológica desenvolvido entre setembro de 2015 e outubro de 2016 que, dentre outros objetivos, buscou:

- I) Mapear as principais competências profissionais e comportamentais pretendidas pelo mercado para os egressos de cada uma das grandes áreas de atuação profissional;
- II) Conhecer as melhores práticas educacionais, nacionais e internacionais, no campo da pós-graduação *lato sensu*;
- III) Definir o perfil de egresso pretendido pela Ânima para os seus cursos de especialização e assegurar a lapidação do discente no decorrer do curso;
- IV) Conceber produtos atrativos e de reconhecida qualidade acadêmica, a fim de ampliar a participação da Companhia no referido segmento, em todas as suas praças de atuação;
- V) Majorar a taxa de conversão dos egressos dos cursos de graduação, assegurando a permanência do aluno nas IES, através dos programas de educação continuada.

O novo design curricular testado, inicialmente, em um projeto piloto na área da Gestão e ampliado, a partir do 1º semestre de 2017, para todas as grandes áreas do conhecimento, foi estruturado a partir das seguintes premissas acadêmicas:

I) Concepção de módulo comum por área do conhecimento, com duração de 120 horas, assegurando que todos os conteúdos ministrados no decorrer do curso guardem íntima relação com a área de atuação do futuro egresso;

II) Inclusão da disciplina “Autoconhecimento e Autodesenvolvimento Pessoal e Profissional” na matriz curricular de todos os cursos de pós-graduação lato sensu. O conteúdo em questão foi desenvolvido em parceria com Grupo DMRH e com a Cia de Talentos que, juntas, somam mais de 50 anos de atuação no mercado brasileiro e em vários países da América Latina dedicados à atração, recrutamento, seleção e desenvolvimento de jovens profissionais;

III) Utilização, por todos os discentes dos cursos de especialização, do inventário de personalidade FACET5. A ferramenta, fundamentada na Big 5 Theory, é um recurso mundialmente empregado em seleção, treinamento e desenvolvimento de Recursos Humanos, que permite o entendimento de como as pessoas diferem em termos de comportamento, motivação, atitudes e aspirações;

IV) Construção, pelo aluno, do seu próprio PDI – Plano de Desenvolvimento Individual, visando o desenvolvimento dos gaps identificados durante sua jornada de autoconhecimento;

V) Disponibilização, pelo Grupo DMRH, do menu de opções de desenvolvimento para as competências avaliadas no FACET5, a saber: a) Liderança; b) Comunicação; c) Relacionamento Interpessoal; d) Análise e Tomada de Decisão; e) Iniciativa e Empenho; f) Planejamento e Organização;

VI) Introdução da disciplina Negociação, em formato de skills para o trabalho, no módulo comum da pós-graduação, propiciando ao aluno a capacidade de dominar os saberes e as competências necessárias à sua atuação profissional nos processos de negociação e tomada de decisões estratégicas voltadas ao negócio em que atua;

VII) Parceria com a HSM, referência nacional em conhecimento de Gestão, dando oportunidade a todos os alunos a vivência de diferentes experiências através da utilização das várias plataformas e da participação nos eventos promovidos pela HSM;

VIII) Inclusão da “Experiência Internacional” na matriz curricular dos cursos de Gestão. Diferentemente do “módulo internacional”, comumente ofertado por outras IES, a ‘experiência internacional’ concebida pela Ânima Educação assegurará a participação de todos os alunos efetivamente matriculados no curso, assegurando o enriquecimento do currículo e da vivência profissional do discente;

IX) Assessoria de carreira no decorrer e após a conclusão do curso de especialização, visando a empregabilidade dos alunos;

X) Obediência aos requisitos legais exigidos para a expedição do certificado de conclusão do curso de pós-graduação lato sensu na área pretendida pelo aluno, com especial atenção à regulamentação própria a cargo dos Conselhos de Classe.

Dentre outras motivações, objetivou-se, quando da concepção do novo projeto de educação continuada, estabelecer condições efetivas para ampliar a participação da Universidade São Judas Tadeu no mercado de especialização da cidade São Paulo, Estado de São Paulo. Com o novo portfólio, implementado no 2º semestre de 2016, a USJT apresentou crescimento de 60,84% em sua base de alunos da pós-graduação, se comparado ao resultado obtido no 1º semestre de 2016.

Na edição de 2017 do “Guia do MBA” publicada pelo Jornal o Estado de São Paulo, o Centro Universitário Una se destaca dentre as IES da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, pelo grande número de cursos recomendados. Do total dos 51 cursos indicados na capital mineira, 14 são ofertados pela Una, a saber: MBA em Auditoria em Saúde e Gestão da Qualidade; MBA em Gestão Estratégica de Projetos; MBA em Gestão de Qualidade; MBA em Logística; MBA em Gestão de Vendas e Relacionamento com o Cliente; MBA em Coaching: Life, Executive e Business Coaching; MBA em Gestão Estratégica de Pessoas; MBA em Liderança Estratégica e Gestão de Equipes de Alta Performance; MBA em Gestão Estratégica da Comunicação Organizacional; MBA em Gestão

Estratégica de Finanças Corporativas; MBA em Gestão Tributária; MBA em Mercado Financeiro com ênfase em Banking; MBA em Controladoria e Auditoria; MBA em Gestão Estratégica de Negócios.

O projeto acadêmico inovador, financeiramente acessível e direcionado para o desenvolvimento das competências técnicas, gerenciais e comportamentais dos seus alunos credenciam a Ânima Educação para ampliar sua participação no mercado de pós-graduação lato sensu, sendo essa a meta a ser perseguida.

Em 2018, reportando para a Vice Presidência de Educação Continuada, foi constituída a Diretoria de Pós-Graduação Lato Sensu, com o objetivo de estruturar os processos e sistemas da Companhia para uma atuação mais eficiente e relevante em toda a vida adulta e profissional dos nossos alunos. Consequentemente, tornando a Ânima Educação um dos *players* mais relevantes no *lifelong learning* em todo o território Brasileiro.

5. Educação Executiva Continuada

Tanto a modalidade presencial, como a virtual são usadas como metodologia para prestação de nossos serviços de educação executiva continuada.

As atividades de educação executiva continuada são planejadas anualmente e seu processo inclui a escolha de temas de interesse do mercado executivo e a identificação de palestrantes especializados, como autores de best-sellers na área de gestão, além da prospecção e identificação de mercados regionais com demanda para os nossos eventos. A identificação dos temas a serem abordados e dos locais de realização dos nossos eventos, dá-se por meio da análise do nosso público-alvo.

6. Projetos de Consultoria

O Setor de Gestão e Inovação Tecnológica da SOCIESC tem alcançado grande relevância junto à Ânima Educação, por desenvolver parcerias para o desenvolvimento de soluções corporativas, visando auxiliar as empresas nos processos de gestão, desenvolvimento e execução de projetos de engenharia; desenvolvimento de materiais didáticos; assessoria técnica (educacional, de gestão, tecnológica, fundição, ferramentaria e ensaios de laboratório); mapeamento de competências (perfis, currículos e trilhas); programas de certificação (perfil/função); estruturação e implementação de cursos e programas de capacitação em diferentes níveis e em diferentes áreas.

A área de Consultoria desenvolve projetos especiais que atendem aos setores de RH, produção, qualidade, automação e P&D como o Projeto Vale do Rio Doce, Projeto Fecoagro e Projeto Tramontina.

A Instituição trabalha, ainda, em parceria com a indústria local e nacional, no desenvolvimento de ligas especiais e fundição de produtos em aço carbono, aços ligados, aços inoxidáveis, aço manganês, ferros fundidos nodulares(adi) e ferro fundido branco; no desenvolvimento de moldes com complexidade (molde de injeção, retrovisores e painel frontal para o Honda City); e realizando análises de laboratório de materiais, metrologia e ensaios elétricos.

7. Escola Brasileira de Direito - EBRADI

A Ânima Educação, conciliando a expertise do Centro Universitário Una na oferta de cursos a distância, com a renomada e conceituada equipe de advogados, professores e pesquisadores da Universidade São Judas Tadeu, com vasta experiência na gestão de cursos jurídicos, criou, em 2016, a Escola Brasileira de Direito - EBRADI, com a missão de transformar vidas e direcionar o caminho profissional de seus alunos por meio da educação jurídica, preparando-os, de forma definitiva, para um novo mundo do trabalho.

Dessa parceria, motivados pela necessidade de oferecer educação a distância, via internet, surgiram diferentes cursos on line, com conteúdo atualizado, a alunos de diferentes lugares do país, seja para aprimorar seu aprendizado, seja para oferecer nova dimensão de atuação aos profissionais do Direito.

Assim, são oferecidos atualmente os seguintes cursos:

1) Pós-Graduação Lato Sensu

Advocacia Cível
Advocacia Empresarial
Advocacia Trabalhista
Advocacia Tributária
Advocacia em Negócios Imobiliários
Advocacia Penal

2) Preparatório OAB

Extensivo
Intensivo
Prática em Direito Administrativo
Prática em Direito Constitucional
Prática Penal
Prática Trabalhista
Prática Tributária

3) De Extensão

Direito Condominial
Controle de Constitucionalidade
Direito Ambiental
Direitos Humanos
Diversidade Etnicorracial
Novo CPC

8. HSM University

A HSM criou a HSM University para oferecer cursos de especialização a distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais, conforme abaixo:

1) Pós-Graduação Lato Sensu

Gestão Estratégica de Negócios
Gestão Estratégica de Pessoas
Gestão de Projetos
Gestão Estratégica de Marketing
Startups and Future Management

2) Cursos Livres De Extensão

Transformação Digital
Customer-Centric Mindset
Gestão do Tempo
Gestão de Custos
Gestão do Comportamento Organizacional

B – O Projeto de Inovação da Ânima

A Ânima tem como um dos seus cinco pilares estratégicos a “Qualidade e Inovação Acadêmica”, e por isto tem tradição em propor e implementar inovações acadêmicas e pedagógicas em suas Instituições de Ensino Superior. Suas escolas foram as primeiras no Brasil a adotar o ensino modular em todos os seus cursos, o que garantiu uma engenharia de currículo inteligente e equilibrou a equação qualidade de ensino, escala e eficiência operacional.

Posteriormente, mais um passo inovador foi dado, ao propor a inserção da interdisciplinaridade na matriz curricular de todos os cursos de suas Instituições, o que, por consequência, vem criando um espírito empreendedor e inovativo nos nossos estudantes e professores. Isto se refletiu no fato de que nossos alunos e professores estão sendo premiados em diversos concursos de inovação. Como exemplo, somos bicampeões do prêmio Santander de inovação (2013 e 2014), e há dois anos temos

premiado as melhores iniciativas de inovação em sala de aula. Assim, está no DNA acadêmico da Ânima buscar, inovar e aprimorar seus processos de ensino e aprendizagem.

No último ano e meio, a Ânima Educação resolveu mais uma vez desenhar um projeto de educação que estivesse à frente de seu tempo. Observando os mais relevantes debates sobre educação inovadora no Brasil e no mundo, bem como algumas iniciativas que aconteciam dentro de suas próprias escolas, desenhamos um conceito de educação que se materializará em uma revolução em três esferas, no conteúdo, no método e na gestão. Buscamos mudar o que ensinamos, como ensinamos e como nossas escolas estão estruturadas para isto. Para materializar esse conceito, definimos o nosso Plano Estratégico de Inovação ao qual demos o nome de Ecossistema Ânima de Aprendizagem que consiste em um ambiente equilibrado, totalmente voltado para aprimorar o processo de aprendizagem e que conecte os diferentes *stakeholders* da educação – alunos, professores, familiares, funcionários e outros. Assim, seus quatro pilares são: Projeto de Vida, Itinerário Formativo Flexível, Novo Docente e Ambiência Digital, os quais estão harmonicamente construídos de forma que todos levarão o aluno a aprender mais, o professor a ensinar melhor e a escola a fazer mais sentido e oferecer produtos e serviços que atendam à formação de um cidadão do século 21. Exploraremos as dimensões do aprender a ser, do aprender a conviver, do aprender a conhecer e do aprender a produzir, ao mesmo tempo em que continuaremos a oferecer uma formação de qualidade em termos de conteúdo e de habilidades técnicas e de formação profissional.

O Ecossistema Ânima de Aprendizagem adotou um currículo baseado em habilidades. Está alinhado aos conceitos educacionais do século XXI que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. As habilidades são a chave essencial para iniciar uma prática profissional para enfrentar problemas da vida real. Para que isso aconteça, o currículo da Ânima é projetado para ter alunos de diferentes cursos e matrículas na mesma classe. Por exemplo, no primeiro ano do curso de engenharia, os alunos da 1ª admissão podem compartilhar a mesma turma de álgebra dos alunos da 2ª admissão. Isso vai além do currículo básico, onde estudantes que não são calouros, em diferentes estágios do mesmo curso, têm aulas juntos. Esse conceito curricular, facilmente aplicado a diferentes programas, aumenta a ocupação das turmas no início e no final do curso e também melhora o desempenho acadêmico.

A Ânima, em seu Plano Estratégico de Inovação, adota um caminho radicalmente diferente das escolas que operam com números expressivos de alunos pois, ao invés de empacotar e padronizar conteúdos e despersonalizar o professor, ela ofertará uma formação personalizada, mesmo em escala. Para além disso, ela criará renovados papéis da atuação docente (tutor e mentor), adotará metodologias de aprendizado ativo, e que, por conseguinte, geram mais significado para professores e alunos, e proporá a construção de novos espaços (reais e virtuais) de criação e socialização de conhecimento. A transformação proposta pela Ânima dá novo significado à relação entre as pessoas – professores, estudantes, funcionários, familiares, comunidade e mercado – mas também à relação entre esses entes e o conhecimento. Portanto, o projeto Ânima caminha para a construção de um ambiente, real, virtual ou híbrida, que aprimore o processo de ensino e aprendizagem.

Em suma, propomos inovações nos processos de aprendizagem através de novos tipos de relacionamento alunos/professores/escolas, criando a possibilidade de o estudante construir um itinerário formativo flexível e personalizado, estruturado com base em seu projeto de vida (resultante de quem ele é, do que ele quer e do que nós podemos oferecer), ancorado por um professor que passa a atuar muito mais como mentor e tutor deste estudante do que como mero curador/criador/transmissor de conteúdo. Nossa revolução educacional ainda se estrutura na criação de espaços de experimentação, de inovações, de socialização de conhecimento e da conexão de múltiplas plataformas.

O Plano Estratégico de Inovação - Ecossistema Ânima de Aprendizagem - está dividido em eixos:

Projeto de vida:

Oferece ao estudante a possibilidade de ele construir um projeto de futuro, acadêmico e pessoal, em que ele possa desenvolver habilidades cognitivas (aprender conteúdos), mas também habilidades comportamentais, o que auxilia na personalização da trajetória do estudante.

Materialmente, buscamos desenvolver um conjunto de atividades presenciais e virtuais que darão conta da coconstrução do projeto de vida do estudante, possibilitando a flexibilização e personalização de seu itinerário formativo, e permitindo que os estudantes estejam melhor preparados para atuar no mundo do trabalho.

As atividades virtuais serão desenvolvidas em uma plataforma tecnológica gameficada pela equipe da Ânima em conjunto com fornecedor especializado nesta tecnologia.

Flexibilização e Personalização do Percorso Formativo:

Oferece ao estudante a possibilidade de ele realizar uma trajetória acadêmica que esteja em alinhamento com seu próprio projeto de vida, isto é, que ele possa construir um caminho de formação que, por um lado, atenda às exigências acadêmicas específicas do exercício de uma atividade/profissão, mas ao mesmo tempo reflita seus desejos profissionais futuros.

Operacionalmente, as equipes acadêmica e de tecnologia da informação da Ânima farão uma reengenharia de currículos, bem como adequação dos sistemas, para darem conta dessa transformação. Ao final, queremos que o aluno possa, junto a seus tutores/mentores, construir uma trajetória acadêmica e profissional que tenha real significado e seja ancorada em disciplinas fixas (obrigatórias por áreas de conhecimento), flexíveis (que façam sentido na formação, mas que resultem de escolhas tutoradas) e livres (aquelas que dão o tom personalista à formação). Esta flexibilização permitirá exercitar o conceito de autonomia de escolha do estudante, que somada ao direcionamento do projeto de vida, formará um aluno mais completo e mais realizado.

Ânima Lab:

O espaço é um centro de inovação voltado à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo. É ainda um centro de treinamento e capacitação de pessoas, um lugar de convívio e troca de conhecimentos. No Ânima Lab, alunos, professores e comunidade podem desenvolver produtos e projetos, contando com suporte de profissionais com experiências em startups. O Ânima Lab surgiu de uma extensiva pesquisa feita pela instituição junto às escolas mais inovadoras do Brasil e do mundo. Diante dessas pesquisas, descobrimos que além de ter um bom currículo, bons professores mentores e tecnologias disponíveis, precisávamos mudar as metodologias de aprendizagem e, os espaços disponíveis. Assim, o Ânima Lab é um grande espaço de aprendizagem, uma sala de aula ampliada e diferenciada.

Núcleo de Desenvolvimento de Startups dos estudantes da Ânima

Junto ao Laboratório de Experimentação Docente foi criado um espaço para desenvolvimento dos projetos inovadores propostos por estudantes das escolas da Ânima, o qual chamamos de Ânima Nest (Núcleo de Desenvolvimento de Startups dos Estudantes da Ânima). Acreditamos que o contato frequente entre professores e alunos inovadores, intermediados pela equipe de inovação da Ânima, possa acelerar projetos inovadores e fomentar novas ideias para utilização em nossas salas de aula ou na sociedade. O Ânima Nest é o programa de pré-aceleração de startups conduzido pela equipe do Ânima Lab. Essa iniciativa tem como objetivo fomentar atividades de inovação e empreendedorismo no âmbito educacional, incentivando a comunidade acadêmica a se engajar em ações inovadoras.

O Ânima Nest seleciona projetos que serão desenvolvidos pelas suas equipes com o apoio de uma programação intensa de cursos e oficinas durante oito semanas. As atividades foram elaboradas com o intuito de desenvolver o modelo de negócio de cada projeto. Além da programação presencial, o programa prevê o apoio do aplicativo Ânima Nest Academy, que possui textos e vídeos como material de suporte às atividades presenciais e fonte de estudo para os participantes. As equipes selecionadas também terão direito ao uso dos espaços de coworking do Ânima Lab sem nenhum custo.

Instituto Ânima de Inovação, Pesquisa e Cultura:

Criado com o objetivo de expandir as atividades do anterior Instituto UNA de Responsabilidade Social, fundado em 2005, e à expertise histórica em pesquisa, tecnologia e inovação da UniSociesc. Assim, o Instituto Ânima, sem fins lucrativos tem por finalidade o fomento, estímulo e desenvolvimento de atividades ligadas à cultura, às artes, ao turismo, ao desenvolvimento social e sustentável, à ciência e

à educação do nível básico ao superior. Além disso, é seu papel promover e executar atividades e pesquisas de caráter científico e tecnológico, inclusive em parcerias com instituições públicas ou privadas e órgãos de fomento como o FINEP, MCTI, CNPq, FAPEMIG, FAPESC, BNDES e BID. Atualmente, o instituto conta com vários projetos distribuídos nas áreas de Projetos Culturais, Sociais e de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica.

Plataforma de relacionamento virtual:

Não há como discutir educação inovadora ou educação do século 21 sem pensar nos relacionamentos virtuais e ambientes digitais. Assim, a construção de uma plataforma de relacionamento virtual é imprescindível ao processo de inovação da Ânima. Batizado de U- Life (Sua Vida e Vida Universitária), uma plataforma digital para conectar estudantes, professores, conteúdos e espaços de aprendizagem para a melhoria do processo de aprendizagem. Desenvolver e implantar uma plataforma digital para dispositivos móveis de relacionamento aluno-aluno, aluno-professor e aluno-escola é parte estratégica da construção da ambiência digital da Ânima. Queremos saber quem é este nosso aluno, o que ele sabe, o que faz e o que quer fazer, ao mesmo tempo que queremos conectá-lo a possíveis tutores e mentores e dar a ele o conteúdo que lhe for pertinente. Queremos, com a plataforma, materializar o nosso entendimento de que uma vida de sucesso é uma vida equilibrada entre quatro aspectos: o conhecimento formal, o conhecimento informal, a experiência de vida e a experiência profissional. Também, pretendemos desenvolver e implantar um algoritmo de recomendação que permita indicar, a partir do perfil do aluno, do seu projeto de vida e das recomendações de seu professor-mentor, conteúdos formais e informais, produtos e serviços que façam sentido àquele estudante. Por fim, vamos incorporar o máximo de tecnologias que facilitem o aprendizado de maneira adaptativa, permitindo direcionamento de conteúdo de forma personalizada para o aluno.

Capacitação Docente:

Nenhuma mudança significativa em uma escola ou na educação de maneira geral pode prescindir do docente. Assim, a revolução no que se ensina e no que se aprende, no como se ensina e no como se aprende, dependerá, sobremaneira, da capacitação dos atuais docentes, bem como na criação de novos e renovados papéis. Os professores já são capacitados em essência, isto é, têm trajetórias acadêmicas consistentes. Todavia, para atuar com novas tecnologias, metodologias ativas de aprendizagem e/ou para atuação como tutores e mentores dos estudantes, é imprescindível a realização de treinamentos e programas de capacitação adicionais. Desta forma, e com a abordagem correta, podemos transformar nossos docentes em designers educacionais, pessoas que criam estratégias, espaços e formas de aprendizagem significativas para cada um de seus estudantes.

Nossas IES trabalham com um Plano de Capacitação Docente que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gerência da Instituição, por meio de cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e de capacitação e atualização profissional, voltados para a sua comunidade interna, oportunizando a seus professores condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

Este Plano de Capacitação Docente prevê como objetivos específicos:

I - Qualificar adequadamente o corpo docente da Instituição, oferecendo, ao mesmo tempo, condições à formação de uma equipe estável e comprometida com a eficiência e eficácia dos resultados esperados.

II - Apoiar as iniciativas individuais de ingresso e progressão em programas de pós-graduação *stricto sensu*, respeitadas as possibilidades financeiras da Instituição e garantindo o retorno para as ações de ensino e pesquisa da Instituição.

III - Realizar convênios e intercâmbios com universidades brasileiras, estrangeiras e empresas, objetivando desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

IV - Incentivar a participação a treinamentos, seminários, congressos na Instituição ou em outras instituições.

Além das capacitações presenciais oferecidas pela IES para atingir o objetivo proposto pela instituição de capacitar continuamente seus docentes, semestralmente é oferecido o Programa de Capacitação Docente - PROCAD, que consiste na capacitação docente corporativa e que tem como finalidade principal a melhoria contínua do trabalho dos docentes e a excelência na formação continuada dos mesmos nos aspectos que concernem às competências para o exercício da docência.

As capacitações são oferecidas em sua maioria na modalidade a distância, possuindo material didático online, com exercícios, avaliações, atividades como chat, fórum e tutoria.

Além destes programas, a IES oferta, na modalidade a distância, uma Pós-graduação *lato sensu* em Libras, podendo qualquer docente ou mesmo funcionário técnico-administrativo matricular-se no curso.

Novos espaços de socialização de conhecimento:

A escola é, em si mesma, um espaço de criação, disseminação e socialização do conhecimento. Porém, as escolas se ancoraram muito na sala de aula tradicional como único espaço de aprendizagem. Acreditamos que espaços diferentes suscitam aprendizagem diferentes, de modo que quanto mais diversificados os espaços, mais possibilidades de aprendizado. Pilar do projeto de transformação, portanto, é a construção e reforma de espaços que permitam a utilização de novas metodologias de aprendizagem (a maioria das quais ativas) e novas formas de socialização do conhecimento. Recriar o *lôcus* do conhecimento e retirar o protagonismo da sala de aula, em conjunto com demais eixos descritos nos itens anteriores, serão capazes de transformar a escola em um local mais direcionado à aprendizagem necessária para atuação dos alunos no século 21.

C – O Portfólio da Ânima

Nas Instituições de Ensino Superior da Ânima Educação são ofertados inúmeros cursos nos diferentes níveis, da Educação Básica à Pós-Graduação, sendo cursos técnicos profissionalizantes de nível médio regulares; cursos de graduação (de graduação tecnológica, de licenciatura e de bacharelado); cursos de pós-graduação *lato sensu* e cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), como segue (agrupados pelas respectivas marcas):

a. UNA

Graduação - Bacharelado

Administração de Empresas
Administração de Empresas - linha de formação em Comércio Exterior
Arquitetura e Urbanismo
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas
Direito
Engenharia Civil
Engenharia da Computação
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica
Engenharia Mecânica
Engenharia Química
Serviço Social
Sistemas de Informação
Biomedicina
Educação Física
Enfermagem
Fisioterapia
Nutrição
Psicologia
Ciência da Computação
Ciências Biológicas

Farmácia
Agronomia
Medicina Veterinária
Odontologia
Publicidade e Propaganda
Engenharia Ambiental
Moda
Estética e Cosmética
Cinema e Audiovisual
Jornalismo
Relações Públicas
Ciências Biológicas - Bacharelado
Educação Física - Bacharelado
Geologia
Gestão de Turismo
Zootecnia

Graduação Tecnológica

Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Design de Interiores
Design de Moda
Design de Produto
Design Gráfico
Estética e Cosmética
Gastronomia
Gestão Comercial
Gestão da Produção Industrial
Gestão da Qualidade
Gestão da Segurança Pública
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão de Recursos Humanos
Gestão do Agronegócio
Gestão Financeira
Gestão Pública
Jogos Digitais
Logística
Manutenção de Aeronaves
Marketing
Pilotagem Profissional de Aeronaves (Teórico)
Processos Gerenciais
Redes de Computadores

Graduação - Licenciatura

Ciências Biológicas
Ciências Biológicas - Licenciatura
Educação Física
Educação Física - Licenciatura
História
História - Licenciatura
Letras - Português e Inglês
Matemática
Pedagogia

Pós-Graduação

MBA em Auditoria em Saúde e Gestão da Qualidade
MBA em Controladoria e Auditoria
MBA em Gestão Aeronáutica

MBA em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria
 MBA em Gestão de Negócios Bancários
 MBA em Gestão de Negócios Bancários (SiCOOB)
 MBA em Gestão de Pessoas e Coaching
 MBA em Gestão de Processos de Negócios com Habilitação para Green Belt
 MBA em Gestão de TI e Governança (Ênfase em Certificações)
 MBA em Gestão do Agronegócio
 MBA em Gestão Empreendedora de Cooperativas de Crédito
 MBA em Gestão Estratégica da Qualidade
 MBA em Gestão Estratégica da Qualidade com Habilitação para Auditor e Green Belt
 MBA em Gestão Estratégica de Finanças Corporativas
 MBA em Gestão Estratégica de Negócios
 MBA em Gestão Estratégica de Projetos
 MBA em Gestão Estratégica de Projetos
 MBA em Gestão Integrada de Marketing e Vendas
 MBA em Gestão Pública
 MBA em Gestão Tributária
 MBA em Inteligência de Mercado com ênfase em B2B
 MBA em Liderança Estratégica e Gestão de pessoas
 MBA em Logística e Supply Chain
 MBA em Mercado Financeiro com Ênfase em Banking
 MBA em Segurança da Informação
 MBA em Transformação Digital e Novos Negócios
 Neurociências Aplicadas à Educação
 Neuropsicologia
 Neuropsicologia
 Pós Graduação em Arquitetura de Interiores e Paisagismo
 Pós Graduação em Neurociências Aplicadas à Educação
 Pós-Graduação em Direito Corporativo e Compliance
 Pós-Graduação em Direito Processual Civil e os Meios Adequados de Solução de Conflitos
 Pós-Graduação em Análises Clínicas e Toxicológicas
 Pós-Graduação em Avaliação de Impactos Ambientais e Recuperação de Áreas Degradadas
 Pós-Graduação em Cardiologia e Hemodinâmica
 Pós-Graduação em Comunicação Digital e Mídias Sociais
 Pós-Graduação em Direito e processo do Trabalho
 Pós-Graduação em Direito Tributário
 Pós-Graduação em Educação Positiva, inovação e habilidades para o futuro
 Pós-Graduação em Enfermagem Hospitalar
 Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho
 Pós-Graduação em Estética Avançada: Biomedicina
 Pós-Graduação em Estética Avançada: Habilitação para Farmácia
 Pós-Graduação em Estética Clínica e Cosmetologia Avançada
 Pós-Graduação em Formação de Professores
 Pós-Graduação em Gestão de Projetos de Engenharia
 Pós-Graduação em Intervenção Psicossocial no Contexto das Políticas Públicas
 Pós-Graduação em Legal innovation: Direito e as novas tecnologias
 Pós-Graduação em Neurociências Aplicada a Educação
 Pós-Graduação em Neurociências Aplicadas à Educação
 Pós-Graduação em Psicanálise e a Clínica Contemporânea
 Pós-Graduação em Psicologia Jurídica
 Pós-Graduação em Psicologia Organizacional do Trabalho
 Pós-Graduação em Psicopedagogia
 Pós-Graduação em Segurança do Paciente e Gestão em Saúde
 Pós-Graduação em Terapia Cognitivo Corpotamental
 Pós-Graduação em Trauma, Emergência e Terapia Intensiva

b. Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH

Graduação – Bacharelado

Arquitetura e Urbanismo
Big Data e Inteligência Analítica
Biomedicina
Ciência da Computação
Ciências Biológicas (bacharelado)
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas e de Investimento
Design
Design Gráfico
Direito
Enfermagem
Engenharia Ambiental
Engenharia Civil
Engenharia de Minas
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica
Engenharia Mecânica
Engenharia Química
Farmácia
Fisioterapia
Fotografia
Geologia
História - Licenciatura
Jornalismo
Medicina
Medicina Veterinária
Moda Contemporânea
Música Popular e Gestão de Carreira
Naturologia
Nutrição
Odontologia
Psicologia
Publicidade e Propaganda
Quiropraxia

Graduação Tecnológica:

Design Gráfico
Fotografia

Graduação – Licenciatura:

História - Licenciatura
Pedagogia

Pós-Graduação:

MBA em Compliance e Governança Corporativa
MBA em Gestão, Inovação e Empreendedorismo
MBA em Psicologia Positiva & Desenvolvimento de Pessoas e Organizações
MBA International Business
Pós Graduação em Clínica Médica de Produção de Bovinos
Pos Graduação em Clínica Médica e Cirurgia de Pequenos Animais
Pós Graduação em Engenharia e Gestão da Inovação
Pós-Graduação em Avaliação de Impactos Ambientais e Recuperação de Áreas Degradadas
Pós-Graduação em Cidades Inteligentes
Pós-Graduação em Design Exponencial
Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho
Pós-Graduação em Fisioterapia Ortopédica e Esportiva

Pós-Graduação em Fisioterapia Respiratória e Terapia Intensiva
Pós-Graduação em Fisioterapia Respiratória e Terapia Intensiva - Prática Hospitalar
Pós-Graduação em Gestão de Projetos de Engenharia
Pós-Graduação em implantodontia
Pós-Graduação em Inteligência Artificial e Ciência de dados
Pós-Graduação em Marketing Digital com ênfase em Mídia de Performance
Pós-Graduação em Moda e Inovação
Pós-Graduação em Nutrição Esportiva
Pós-Graduação em Psicoterapia Humanista Fenomenológico Existencial
Pós-Graduação em Tecnologia e boas práticas de fabricação de queijos artesanais

c. SOCIESC

Graduação – Bacharelado

Administração de Empresas
Administração de Empresas - FGV
Administração Pública
Arquitetura e Urbanismo
Biomedicina
Ciência da Computação
Ciências Biológicas - Bacharelado
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas
Cinema e Audiovisual
Comunicação Social - Publicidade e Propaganda
Design
Direito
Educação Física
Educação Física - Bacharelado
Enfermagem
Engenharia Civil
Engenharia da Computação
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica
Engenharia Mecânica
Engenharia Química
Farmácia
Fisioterapia
Jornalismo
Medicina Veterinária
Nutrição
Odontologia
Psicologia
Relações Públicas
Sistemas de Informação
Zootecnia

Graduação Tecnológica

Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Comércio Exterior
Comunicação Institucional
Design de Interiores
Design Gráfico
Estética e Cosmética
Fabricação Mecânica
Fotografia

Gastronomia
Gestão Comercial
Gestão da Qualidade
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão de Recursos Humanos
Gestão Desportiva e de Lazer
Gestão do Agronegócio
Gestão Financeira
Jogos Digitais
Logística
Marketing
Mecatrônica Industrial
Processos Gerenciais
Produção Audiovisual
Sistemas para Internet

Graduação - Licenciatura

Ciências Biológicas - Licenciatura
Educação Física
Educação Física - Licenciatura
História
Letras - Português e Inglês
Matemática
Pedagogia

Pós-Graduação Presencial:

Especialização CTBMF (Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial)
Especialização Endodontia
Especialização Implantodontia
Especialização Odontopediatria
Especialização Ortodontia
Especialização Periodontia
Especialização Prótese Dentária
Pós-graduação em Compliance e Direito 4.0
Pós-Graduação em Compras Estratégicas e Global Sourcing
Pós-Graduação em Engenharia Civil com ênfase em Estruturas
Pós-Graduação em Engenharia Civil com Ênfase em Gestão de Obras
Pós-Graduação em Engenharia da Qualidade com ênfase em Processos
Pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho
Pós-graduação em Manufatura Avançada (Indústria 4.0)
Pós-Graduação em Metodologia do Futsal
Pós-graduação em Plásticos e Moldes
Pós-Graduação em Relações do Futuro e Gestão de Pessoas
Pós-Graduação em Treinamento de Força
Pós-Graduação Fármacia Clínica

Pós-Graduação EAD:

Pós-graduação em Engenharia Civil com Ênfase em Tecnologia da Construção
Pós-graduação em Engenharia da Produção com Ênfase em Gestão de Operações
Pós-graduação em Engenharia da Qualidade
Pós-graduação em Engenharia de Plásticos
Pós-graduação em Engenharia de Suprimentos
Pós-graduação em Engenharia Elétrica com Ênfase em Sistemas de Potência
Pós-graduação em Engenharia Metalúrgica com Ênfase em Fundição

d. USJT

Graduação – Bacharelado

Administração
Administração - Linha de Formação Administração de Empresas
Administração - Linha de Formação Comércio Exterior
Administração de Empresas
Administração de Empresas - Linha de Formação Administração de Empresas
Administração de Empresas - Linha de Formação Comércio Exterior
Administração Pública
Arquitetura e Urbanismo
Biomedicina
Ciência da Computação
Ciências Biológicas - Bacharelado
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas
Cinema e Audiovisual
Comunicação Social - Radialismo (Rádio e Tv)
Design
Direito
Educação Física
Educação Física - Bacharelado
Enfermagem
Engenharia Biomédica
Engenharia Civil
Engenharia da Computação
Engenharia de Computação
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica
Engenharia Eletrônica
Engenharia Mecânica
Engenharia Química
Farmácia
Fisioterapia
Jornalismo
Letras - Tradutor e Intérprete
Medicina
Medicina Veterinária
Nutrição
Odontologia
Psicologia
Publicidade e Propaganda
Relações Internacionais
Relações Públicas
Sistemas de Informação
Turismo

Graduação Tecnológica

Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Banco de Dados (Ciências de Dados)
Comércio Exterior
Comunicação Institucional
Design de Interiores
Design de Produto
Design Gráfico
Estética e Cosmética
Fotografia

Gastronomia
Gestão Ambiental
Gestão Comercial
Gestão da Qualidade
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão de Recursos Humanos
Gestão de Turismo
Gestão Financeira
Gestão Gastronômica e Culinária
Gestão Hospitalar
Jogos Digitais
Logística
Marketing
Processos Gerenciais
Produção Audiovisual
Produção Publicitária
Segurança da Informação

Graduação - Licenciatura

Ciências Biológicas - Licenciatura
Educação Física - Licenciatura
Filosofia
História
Letras - Português e Inglês
Matemática
Pedagogia

Pós-Graduação:

Alfabetização e Letramento: Ensino e Intervenção
Enfermagem em Urgências e Emergências
Enfermagem em UTI
Especialização em Psicopedagogia
MBA em Auditoria e Gestão da Qualidade Aplicada a Serviços de Saúde
MBA em Controladoria e Finanças Corporativas
MBA em Gestão de Projetos
MBA em Gestão Estratégica de Marketing
MBA em Gestão Estratégica de Negócios
MBA em Gestão Estratégica de Pessoas

e. Ages**Graduação – Bacharelado**

Administração
Arquitetura e Urbanismo
Ciências Contábeis
Direito
Educação Física
Enfermagem
Engenharia Agrônoma
Engenharia Civil
Farmácia
Fisioterapia
Medicina
Medicina Veterinária
Nutrição
Odontologia
Psicologia

Serviço Social
Sistemas de Informação

Graduação - Licenciatura

Ciências Biológicas
Educação Física
Física
Geografia
História
Letras
Matemática
Pedagogia
Química

EDUCAÇÃO BÁSICA

Escola Técnica Tupy – Joinville/SC: Ensino Técnico
Colégio Tupy – Joinville/SC: Ensino Fundamental e Médio
Escola Internacional de Blumenau – Blumenau/SC: Ensino Fundamental e Médio
Escola Internacional de Florianópolis – Florianópolis/SC: Ensino Fundamental e Médio

D - Corpo Docente e Serviços de Apoio Acadêmico

Contamos com aproximadamente 4.000 professores em nosso corpo docente, titulados e capacitados, que passam por intenso e contínuo treinamento em competências pedagógicas e administrativas. Adicionalmente à titulação acadêmica (Especialistas, Mestres e Doutores), parte significativa de nossos professores é também composta por profissionais que atuam nas diferentes áreas do mercado, o que complementa o processo de aprendizagem apoiado por uma abordagem experiencial.

Os nossos docentes são convocados, semestralmente, a participar de oficinas, workshops e minicursos com temas ligados à inovação, ao Projeto Acadêmico e ao Ecossistema Ânima de Aprendizagem, com objetivo de modernizar e diversificar suas práticas pedagógicas, mantendo-os atualizados, o que reflete diretamente na qualidade do nosso ensino e formação dos nossos alunos. Além disso, oferecemos seminários e discussões com temas da atualidade, nacionais e internacionais.

O quadro a seguir contempla dados referentes à titulação do nosso corpo docente:

Titulação Docente em 31 de dezembro de 2018								
	Especialização		Mestrado		Doutorado		Total QTD	Total %
Rótulos de Linha	QTD	%	QTD	%	QTD	%		
Catalana	40	55,56%	29	40,28%	3	4,17%	72	100,00%
CESUC	16	47,06%	17	50,00%	1	2,94%	34	100,00%
SOCIESC_Balneário	4	10,00%	10	25,00%	26	65,00%	40	100,00%
SOCIESC_Blumenau	7	12,50%	27	48,21%	22	39,29%	56	100,00%
SOCIESC_Curitiba	9	12,50%	49	68,06%	14	19,44%	72	100,00%
SOCIESC_Florianópolis	5	9,09%	33	60,00%	17	30,91%	55	100,00%
SOCIESC_Joinville	42	16,28%	153	59,30%	63	24,42%	258	100,00%
UNA_Betim	17	11,72%	79	54,48%	49	33,79%	145	100,00%
UNA_BH	129	16,39%	476	60,48%	182	23,13%	787	100,00%
UNA_Bom Despacho	60	31,91%	81	43,09%	47	25,00%	188	100,00%
UNA_Catalão	7	43,75%	8	50,00%	1	6,25%	16	100,00%

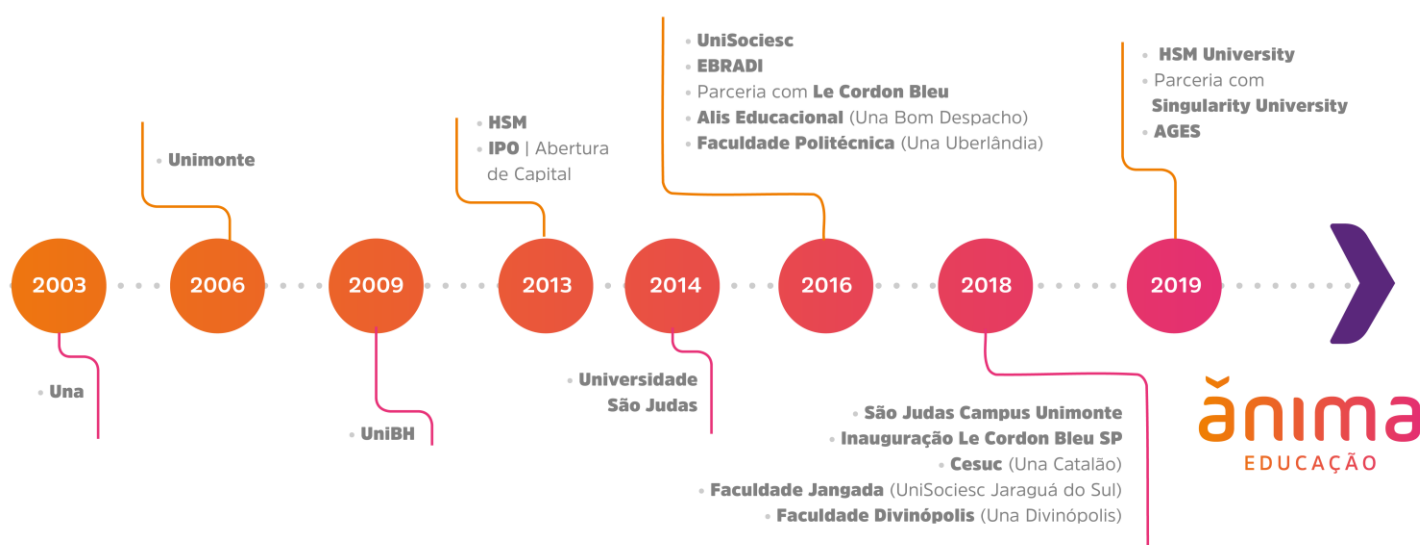
UNA_Contagem	15	8,98%	100	59,88%	52	31,14%	167	100,00%
UNA_Divinópolis	10	30,30%	18	54,55%	5	15,15%	33	100,00%
UNA_Nova Serrana	1	12,50%	7	87,50%		0,00%	8	100,00%
UNA_Pouso Alegre	7	21,21%	14	42,42%	12	36,36%	33	100,00%
UNA_Sete Lagoas	9	21,95%	28	68,29%	4	9,76%	41	100,00%
UNA_Uberlândia	15	20,27%	27	36,49%	32	43,24%	74	100,00%
UNIBH	39	7,63%	288	56,36%	184	36,01%	511	100,00%
UNIMONTE	9	5,08%	108	61,02%	60	33,90%	177	100,00%
USJT	10	1,35%	405	54,80%	324	43,84%	739	100,00%
Total Geral	451	12,86%	1957	55,82%	1098	31,32%	3506	100,00%

b. Características do processo de distribuição.

A prestação de nossos Serviços Educacionais ocorre por meio das nossas instituições de ensino superior - presentes nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Sergipe – bem como pela nossa subsidiária dedicada à educação executiva continuada (HSM), pela nossa subsidiária dedicada à vertical de Direito (EBRADI - Escola Brasileira de Direito), e pela *joint venture* promovida com a Le Cordon Bleu Paris, que está dedicada ao ensino da culinária e hospitalidade (Le Cordon Bleu São Paulo).

Além disso, em 2019 ampliamos nossa atuação a partir de parceria estabelecida, por meio da HSM, com a Singularity University (SU) para trazer a renomada universidade do Vale do Silício para o Brasil, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a criação da SingularityU Brazil, para oferta de programas dentro das empresas, com projetos de estratégia, aceleração de inovação e liderança. No mesmo ano, criamos também a HSM University, braço da HSM para promover cursos de especialização a distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

Em ordem cronológica, a trajetória de evolução da Ânima Educação por meio de suas marcas e instituições pode ser vista a seguir:



INSTITUIÇÕES DE ENSINO E MARCAS/SUBSIDIÁRIAS LIGADAS À ÂNIMA EDUCAÇÃO

>> Una

A Ânima Educação adquiriu o Centro Universitário Una no ano de 2003, sendo a primeira instituição integrante da organização. Com quase 60 anos de história, a Una é reconhecida em Minas Gerais e Goiás pela qualidade de seu ensino, comprovada pelos indicadores de qualidade do Ministério da Educação (MEC), e está presente nesses estados por meio de 19 unidades localizadas em pontos estratégicos de 14 cidades.

A Una está entre os melhores centros universitários privados do país e 2º melhor Centro Universitário de Belo Horizonte, segundo o MEC, de acordo com a avaliação do IGC (Índice Geral de Cursos), o principal indicador nacional de qualidade do ensino superior no Brasil, divulgado em dezembro de 2019. É uma posição que reforça o compromisso com a sólida formação profissional e humana de seus estudantes.

A Una conta com mais de 50 cursos de Graduação e Pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. Ressalta-se o grande salto que a Una deu nos últimos cinco anos, adquirindo diversas unidades, visando seu plano de expansão com foco em elevar a educação superior nas cidades onde se instala. Adicionalmente, é a única instituição de ensino do Brasil a figurar desde 2011 no ranking das 100 Melhores Empresas para Trabalhar, segundo avaliação feita pelo Instituto GPTW (Great Place to Work)/Revista Época, e também com diversos cursos de graduação ranqueados entre os melhores do país no Guia da Faculdade (antigo Guia do Estudante), do Jornal o Estado de São Paulo e pela *startup edtech* Quero Educação, sendo 231 estrelas conquistadas na edição de 2019 do Guia da Faculdade. Mais informações e detalhes em www.una.br.

>> UniBH

Considerado o melhor centro universitário privado da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais após a divulgação do IGC (Índice Geral de Cursos), em dezembro de 2019 pelo Ministério da Educação (MEC – ENADE 2018), o UniBH é uma das mais tradicionais instituições de ensino da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com mais de 50 anos de atuação na cidade. Integrante da Ânima Educação desde 2009, é uma escola aberta e próxima da comunidade. Referência quando o assunto é qualidade acadêmica e extensão universitária, a instituição oferece projetos inovadores que integram ensino, pesquisa e extensão, aliados a uma estrutura física completa e moderna.

Consciente de seu papel social, o UniBH estabelece parcerias com a comunidade e desenvolve ações que beneficiam especialmente a população carente, com mais de mil atendimentos mensais prestados gratuitamente, além de importantes projetos ligados à sustentabilidade.

Em seu estruturado e moderno Campus Buritis, no bairro Estoril, na capital mineira, o UniBH oferece mais de 50 cursos de Graduação, nas modalidades Bacharelado, Licenciatura e Graduação Tecnológica, além de dezenas de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e, também, diversos cursos de extensão.

A instituição investe constantemente no avanço tecnológico para contribuir ainda mais para o desenvolvimento cultural e acadêmico dos alunos. E isso o fez assumir uma posição de destaque no setor educacional, o que se reflete na qualidade da formação pessoal e profissional de quem passa pela instituição. Mais do que isso, o UniBH também aparece, desde 2014, na lista das 100 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil pelo Instituto GPTW (Great Place to Work)/Revista Época, o que reforça também os cuidados da instituição com suas pessoas. Mais informações e detalhes em www.unibh.br.

>> Centro Universitário São Judas – Campus Unimonte

Desde 2006, ano no qual a Unimonte passou a integrar nossos negócios, passamos a atuar na região da Baixada Santista, no Estado de São Paulo. A Unimonte possui quase 50 anos de história na região.

Em 2014 recebeu pela primeira vez o selo de Melhores Empresas para Trabalhar, do Instituto GTPW (Great Place to Work)/Revista Época. Foi a primeira instituição de ensino da região a conquistar tal reconhecimento e a única da Baixada Santista a figurar na lista.

Em abril de 2018, após realizarmos pesquisas e descobrirmos a força que a marca São Judas tinha na Baixada Santista, tomamos a decisão de evoluir com a marca da Unimonte para Centro Universitário

São Judas – Campus Unimonte. Foi uma oportunidade de levar para a Baixada Santista a qualidade da segunda melhor Universidade privada do Estado, segundo dados do MEC (ENADE 2018), sem que os alunos tenham que se deslocar até a capital.

O Centro Universitário São Judas - Campus Unimonte figura como o melhor de toda a Baixada Santista e o 9º no Estado de São Paulo, segundo o MEC, de acordo com a avaliação do IGC (Índice Geral de Cursos), o principal indicador nacional de qualidade do ensino superior no Brasil, divulgado em dezembro de 2019. Mais informações e detalhes em www.unimonte.br.

>> Universidade São Judas Tadeu

Fundada em 1971 e integrante da Ânima Educação desde 2014, a Universidade São Judas é uma instituição reconhecida no mercado universitário em razão de sua solidez acadêmica comprovada por diversos indicadores. Resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2018 apontaram que a instituição manteve o Índice Geral de Cursos (IGC) o nível 4, conquistando o posto de segunda melhor universidade privada da cidade de São Paulo. A nota da São Judas cresceu de 3 em 2017 para 4 em 2018, de acordo com a divulgação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Com esse índice, permanece no grupo de excelência do Ministério da Educação.

Adicionalmente, a Universidade São Judas está entre as instituições de ensino que mais aprovam na OAB (sendo o 5º lugar na OAB São Paulo), é dona do selo OAB Recomenda e figura também entre as 10 instituições que mais formam CEO's no Brasil.

Com mais de 40 cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Graduação Tecnológica), Pós-graduação e MBA, além de cursos de Mestrado e Doutorado, nos últimos anos a Universidade São Judas ampliou sua presença na cidade de São Paulo e em regiões do Estado, tendo atualmente 10 unidades na Capital e no Estado de São Paulo, das quais 2 – Butantã e Mooca - que já existiam em 2014 quando a adquirimos, 3 – Paulista, Santo Amaro e Jabaquara – foram abertas em 2018 e 5 – Santana, Vila Leopoldina, Guarulhos, São Bernardo do Campo e e Cubatão (onde tem um curso de Medicina), abertas em 2019. Mais informações e detalhes em www.usjt.br.

>> UniSociesc

A UniSociesc, instituição que é referência em qualidade e relacionamento com o mercado na região Sul do Brasil passou a integrar nossos negócios em 2016. Possui sua origem ligada a Escola Técnica Tupy, criada em 1959 por Hans Dieter Schmidt, presidente da Fundação Tupy S/A.

É uma das maiores instituições de ensino do Sul do país, com 11 campi localizados nas cidades de Balneário Camboriú, Blumenau, Curitiba, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville e São Bento do Sul, todas no Estado de Santa Catarina.

Com professores experientes e ampla diversidade de cursos, há mais de meio século a UniSociesc se dedica a formar profissionais e transformar pessoas por meio de conhecimentos e vivências que desenvolvem competências, talentos e carreiras.

Tamanha dedicação à oferta de uma educação de qualidade, premissa de todas as instituições que integram a Ânima Educação, fizeram com que a UniSociesc conquistasse, em dezembro de 2019, a nota máxima no Índice Geral de Cursos (IGC), especificamente na cidade de Santa Catarina, após divulgação dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação (MEC). Com IGC Contínuo de 4,20 (o que coloca a instituição na faixa 5), a UniSociesc da Capital conseguiu o melhor resultado entre todas as instituições de Santa Catarina, registrando ainda o 15º melhor índice contínuo do país. Mais informações e detalhes em www.unisociesc.com.br.

>> AGES

O Centro Universitário AGES é a instituição de ensino superior mais recente a fazer parte da Ânima Educação, em agosto de 2019, marcando a entrada da organização no Nordeste do País. Reúne 26

cursos de Graduação e é dona de resultados acadêmicos consistentes. Desenvolve suas atividades em sete unidades acadêmicas, sendo 1 Centro Universitário e 6 Faculdades, localizados nas cidades baianas de Paripiranga, Jacobina, Jeremoabo, Senhor do Bonfim, Tucano e Irecê, além de Lagarto, em Sergipe.

A AGES é reconhecida por um projeto acadêmico baseado no uso intensivo de metodologias ativas já consolidadas, na humanização das relações de aprendizagem, bem como no rigor com a prática acadêmica. O cuidado da instituição para a oferta de uma educação de qualidade é comprovada pelos mais recentes indicadores de qualidade do MEC, divulgados em dezembro de 2019. Os dados do Índice Geral de Cursos (IGC) revelaram que a AGES ostenta a posição de 2º Melhor Centro Universitário da Bahia e o 6º de todo o Nordeste. Mais informações e detalhes em www.faculdadeages.com.br.

>> HSM

Desde sua fundação, em 1987, a HSM acompanha o que há de mais inovador em gestão, trabalhando ao lado das lideranças de negócios para alcançar sua missão de transformar o país por meio do desenvolvimento de líderes e organizações. A marca passou a fazer parte da Ânima em 2013.

A HSM é uma plataforma de conhecimento, que faz a ponte entre o cenário global e a realidade brasileira, construindo redes colaborativas que impactam o desempenho das empresas e de suas equipes, e colocando as vozes mais importantes do mundo atual dos negócios em contato com executivos e gestores nacionais.

Esse diálogo constante acontece nos eventos, nos programas customizados de educação executiva para médias e grandes empresas e no conteúdo distribuído pelas mais diversas e atuais plataformas de mídia. Mais informações e detalhes em www.hsm.com.br.

>> EBRADI (Escola Brasileira de Direito)

Fundada no final de 2016 pela Ânima Educação, em parceria com profissionais atuantes neste mercado há mais de 16 anos, a EBRADI (Escola Brasileira de Direito) oferece ensino de altíssima qualidade a distância, que engaja alunos com aulas voltadas à prática da advocacia, oferecendo base de conhecimento completa para atuação na área de especialização de preferência. Nasceu para se tornar referência em ensino digital na área jurídica.

O portfólio é sustentado por serviços exclusivos, conteúdo de alta qualidade e tecnologia que permeiam uma metodologia própria e inovadora, que unem a comodidade do aprendizado a distância com o acompanhamento especializado. Além de reunir grandes nomes do Direito e os melhores professores da área, a EBRADI oferece cursos pautados no ensino adaptativo e colaborativo, especialmente desenhados para elevar o padrão de empregabilidade e transformar a vida dos alunos. Mais informações e detalhes em www.ebradi.com.br.

>> Le Cordon Bleu

A Le Cordon Bleu é uma escola de gastronomia líder mundial, que faz parte da história e possui uma rica herança acumulada ao longo de mais de 120 anos. Hoje, o Le Cordon Bleu está presente em 20 países, com 35 escolas internacionais e tem a Ânima Educação como um de seus parceiros estratégicos. Por meio do vínculo entre ambas, em maio de 2018 foi inaugurada na cidade de São Paulo a primeira escola da rede no Brasil: o Instituto de Artes Culinárias Le Cordon Bleu São Paulo.

A proposta da Ânima e do Le Cordon Bleu é que a abertura da escola em São Paulo promova o intercâmbio de alunos de outras cidades do país para que, depois de formados, eles levem todo conhecimento do Instituto para sua cidade de origem. Assim, esses estudantes irão fomentar a mudança tanto no mercado quanto em suas respectivas cidades. Em longo prazo, a ideia é fazer com que esse intercâmbio possa contribuir para o crescimento da gastronomia brasileira, mais um passo importante para transformar o país pela educação. Mais informações e detalhes em <https://www.cordonbleu.edu/sao-paulo/home/pt-br>.

>> SingularityU Brazil

A instituição nasceu de uma parceria estratégica entre a Ânima Educação, por meio da HSM, e a Singularity University (SU), renomada universidade do Vale do Silício, nos Estados Unidos.

O objetivo é entregar versões locais dos programas transformadores da SU para empresários e executivos brasileiros. Localizada em São Paulo, a SingularityU Brazil visa ajudar as corporações brasileiras e líderes a entender melhor o impacto de tecnologias exponenciais, antecipar tendências e prepará-los para agir. Através de modelos e ferramentas de estratégias, liderança e inovação, a SingularityU Brazil ajudará as empresas a se reinventarem para navegar melhor pelo futuro.

A SU iniciou suas atividades no Brasil em abril de 2018, com o SingularityU Brazil Summit, em parceria com a HSM. Este evento, permitiu que se iniciasse um projeto que tem o potencial de contribuir para uma das transformações mais revolucionárias de nosso país. Mais informações e detalhes em www.singularityubrazil.com.

>> HSM University

A HSM criou a HSM University. A marca chegou ao ecossistema Ânima em 2019. O objetivo é oferecer cursos de especialização a distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

A HSM University dispõe de cursos livres e de pós-graduação voltados para o aprimoramento das competências mais requisitadas pelo mercado de trabalho. Os módulos são compostos por treinamento de habilidades que farão a diferença quando colocadas em prática. Todas elas se baseiam em conceito e ferramentas extraídos dos grandes pensadores da gestão do país e do mundo. Mais informações e detalhes em www.hsmuniversity.com.br.

>> Instituto Ânima

Além de suas instituições de ensino superior e marcas subsidiárias, a Ânima também possui um instituto: o Instituto Ânima. É uma entidade sem fins lucrativos, que atua em projetos em diversas áreas do conhecimento, desenvolvendo iniciativas como: projetos de integração entre as instituições Ânima; projetos sociais, culturais e de PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação); captação de recursos; desenvolvimento e licenciamento; e gestão de startups.

O Instituto Ânima nasceu a partir de movimentos derivados da atuação de duas escolas que fazem parte da Ânima Educação. Em 2005, o Centro Universitário Una criou o Instituto Una de Responsabilidade Social, a fim de dar suporte às pesquisas e às atividades culturais e de extensão da instituição. Depois, este somou seus esforços com o histórico social de pesquisa, tecnologia e inovação da UniSociesc, no sul do País, gerando, a partir desta integração, o que hoje é o Instituto Ânima.

O objetivo é o fomento, o estímulo e o desenvolvimento de atividades ligadas à cultura, às artes, ao turismo, ao desenvolvimento social e sustentável, à ciência e à educação do nível básico ao superior. Além disso, é papel do Instituto Ânima promover e executar atividades e pesquisas de caráter científico e tecnológico, inclusive em parcerias com instituições públicas ou privadas e órgãos de fomento como FINEP, MCTI, CNPq, FAPEMIG, FAPESC, BNDES e BID, entre outros. Mais informações e detalhes em www.nossoinstitutoanima.com.br.

CAMPI

Em 30 de setembro de 2019, possuíamos 51 *campi* de ensino superior, distribuídos em 35 cidades. A grande maioria dos nossos campi funciona em imóveis alugados e conta com a infraestrutura adequada para a prestação de serviços de educação, incluindo bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios específicos adequados aos cursos ofertados, auditórios entre outros. Ao inaugurar ou adquirir novos campi, normalmente construímos ou reformamos as instalações existentes a fim de adequá-las aos nossos padrões, visando garantir a qualidade e características de nossa marca.

Processos

Possuímos processos profissionais de captação, fidelização e retenção de alunos em nossas instituições de ensino. Todos os nossos processos são estruturados de forma a apresentarem

atribuições claramente definidas para os nossos colaboradores. O andamento dos mesmos é metodicamente controlado por meio de indicadores de desempenho previamente definidos. Nosso método de gestão busca obter níveis elevados de eficiência operacional e padronização de procedimentos, de modo a facilitar a replicação e controle de nossas IES.

Captação

Ao longo de 2019, a Ânima Educação realizou significativos investimentos na estruturação da sua área comercial, responsável pelos processos de captação. Foi criada uma diretoria nacional que atualmente conta com 5 gerências, assim distribuídas:

- **Gerência de Central de Atendimento ao Candidato:** área de atendimento presencial criada nos campi para captar e atender exclusivamente aos postulantes a uma vaga nas instituições do grupo. A área conta com 164 assessores que são responsáveis pelo acompanhamento de cada candidato desde a sua inscrição até a matrícula e 34 colaboradores para atendimento de ligações do receptivo. A área foi reestruturada em setembro de 2019 e com o novo papel do assessor passamos a ter um relacionamento mais personalizado com nossos candidatos. Além disso, tivemos a implementação da ferramenta Sales Force, com o conceito omnichannel. Com essas melhorias, conseguimos medir e aprimorar toda a jornada do nosso candidato.
- **Gerência de Relacionamento com Escolas e Empresas:** canal de vendas com foco em promover as marcas da Ânima Educação nas Escolas de Ensino Médio, bem como em empresas de médio e grande porte.
- **Gerência de Processos Seletivos:** departamento estruturado para organizar todos os processos seletivos (vestibulares) das instituições, além de realizar as análises de disciplinas convalidadas para os alunos oriundos de outras instituições que desejam transferir seus cursos para uma das instituições da Ânima Educação.
- **Gerência de produtos:** responsável pela definição de portfólio e precificação. Atua com análises de concorrentes, dados do censo, INEP e outros para melhor definição das estratégias de preço e portfólio.
- **Gerência de Planejamento e Operações comerciais:** responsável por estabelecer metas, controlar performance e operacionalizar as campanhas comerciais junto às áreas internas da Companhia.

A estratégia de preços da Anima está alinhada com seu posicionamento de qualidade e baseada no gerenciamento de dados, considerando a maximização de receita e margem. Com base nos estudos com um de nossos conselheiros, Antonoaldo Neves, CEO da TAP Air Portugal, desde 2019, conseguimos analisar muitos aspectos dos dados do perfil do aluno e definir uma estratégia de preços totalmente personalizada. Obtemos e analisamos automaticamente detalhes como renda do aluno, antiga escola e endereço. Com isso, todas essas informações são consideradas na composição do preço sugerido ao aluno, além da demanda e localização do curso para maximizar nossa receita.



Os processos de captação se dividem em:

(i) **Vestibular:** O processo seletivo de captação de novos alunos para cursos de graduação intitulado Vestibular acontece de maneira presencial e online, sendo o segundo a partir de dezembro de 2019, sendo utilizados quatro tipos de mecanismos:

- a. **Vestibular Tradicional:** Processo seletivo realizado em uma data estabelecida pelas instituições de ensino, normalmente durante os finais de semana. Apenas para o curso de Medicina existe uma segunda etapa desse mesmo processo, com uma segunda prova.
- b. **Vestibular Agendado:** Cada IES define um cronograma independente de provas em datas pré-agendadas, de acordo com a capacidade de execução da IES e sua própria avaliação da comodidade para o perfil de candidato.
- c. **ENEM:** Candidatos podem utilizar sua nota no ENEM para ingressar na IES. Para mais informações sobre o ENEM, ver o item 7.5 deste Formulário de Referência:
- d. **Vestibular Agendado online:** Buscando a comodidade do candidato, desenvolvemos um aplicativo que possibilita a realização da prova online seguindo todas as exigências necessárias para apuração do resultado e veracidade das informações dos candidatos.

(ii) **PROUNI:** Disponibilizamos vagas aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular que tenham sido beneficiados por bolsas integrais e com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, no âmbito do Programa Universidade para Todos – PROUNI. O PROUNI conta com um sistema semestral de seleção, informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo, de acordo com as especificações do MEC. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

(iii) **Outras Captações:** Além das formas de ingresso de nossos alunos acima descritas, Vestibular e PROUNI, seguem abaixo outras formas de ingresso de alunos por nós adotadas:

- a) **Obtenção de novo título:** Processo seletivo utilizado por graduados que desejam iniciar um novo curso de graduação;
- b) **Retorno:** Processo utilizado por alunos que trancaram sua matrícula e desejam retomar seus estudos;

c) **Transferência:** Processo onde alunos de IES concorrentes solicitam transferência de sua matrícula para uma das nossas IES;

d) **Transferência Interna:** Processo utilizado por nossos alunos que solicitam trocar de curso dentro de uma mesma IES;

e) **Disciplina Isolada:** Processo por meio do qual os alunos se matriculam em disciplinas e não em todo o curso de graduação. Os alunos caracterizados nessa modalidade de ingresso devem, obrigatoriamente, estar matriculados em uma outra IES que não seja àquela onde irá cursar a referida disciplina. Esse processo é normalmente utilizado por alunos que sofrem alterações nas grades curriculares em suas IES de origem e precisam de um conteúdo/disciplina que não está mais disponível na mesma.

(iv) **Pós Graduação:** Processo utilizado para, a partir da análise dos currículos dos estudantes e por meio de entrevista pessoal, englobar os ingressos nos cursos de Lato Sensu (Especializações e MBA's) e Stricto Sensu (Mestrados).

(v) **Extensão:** Processo adotado para os ingressos, a partir da efetivação da matrícula do estudante, em todos os cursos de extensão, que são aqueles com carga horária variada e não contemplados nos itens anteriores.

Operacionalização da Captação

Em cada um dos processos de captação, o fluxo de candidatos foi amplamente estudado e algumas fases/etapas definidas em uma sequência de ocorrências.

Na figura abaixo, para fins exemplificativos, seguem o encadeamento das etapas do processo seletivo de Vestibular:



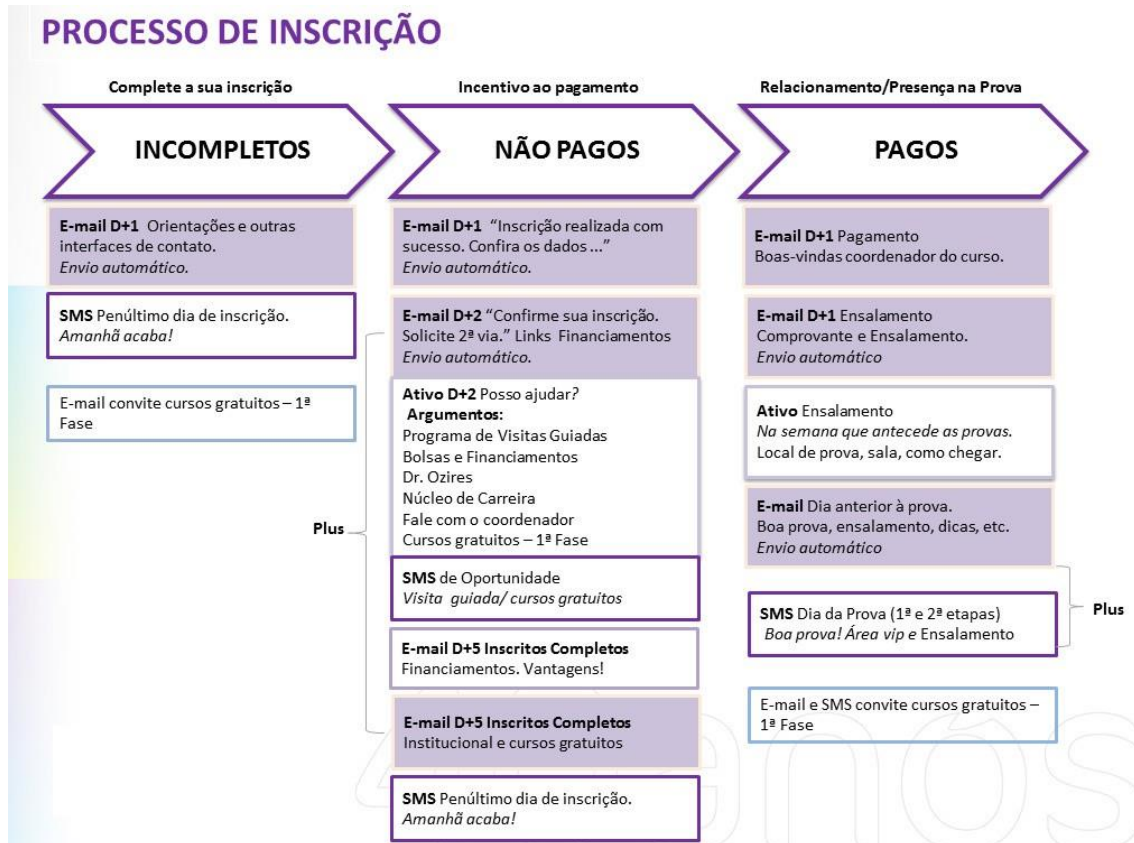
As etapas estão encadeadas em um processo que denominamos de Régua de Relacionamento ou de Captação, dependendo de sua finalidade.

O fluxo normal que deve ser percorrido pelo candidato entre o início de sua inscrição e a sua matrícula/início das aulas, está representado no gráfico acima pela cor laranja. As perdas em cada etapa, chamadas de quebras, estão representadas pela cor vermelha. Cada um dos motivos de quebra é acompanhado durante todo o processo seletivo, buscando sempre aumentar o volume de alunos que completam todo o fluxo.

Para cada processo em nossa Companhia, uma Régua de Relacionamento ou de Captação é implementada, tendo para cada uma de suas fases, uma meta, um conjunto de ferramentas de interação com os candidatos e indicadores de performance específicos.

Exemplo da configuração de uma Régua de Relacionamento ou de Captação:

Na Régua de Captação do processo seletivo de Vestibular, a comunicação direta com o potencial aluno é feita por meio de SMS, E-mails, Call Center, WhatsApp e convites personalizados para visitas aos campi das IES, eventos relacionados à carreira, à vida acadêmica e às opções de financiamento estudantil por nós oferecidos em cada IES. O uso de cada uma dessas ferramentas é definido dentro de períodos de tempo específicos, que são calculados a partir da data de início da inscrição do candidato no Vestibular.



Todas as Régua de Relacionamento ou de Captação são automatizadas por um sistema de automação de marketing que controla todas as interações com os candidatos, permitindo que indicadores de desempenho sejam calculados e que a gestão dos números das nossas IES seja realizada com máxima eficiência.

Marketing

As inscrições nos processos seletivos são incentivadas por campanhas publicitárias e ações de relacionamento, conforme abaixo descritas.

Campanhas Publicitárias

Temos uma Diretoria de Comunicação centralizada, responsável pela criação das campanhas, definição dos planos de mídia e toda a estratégia de Comunicação. Cada uma das nossas IES ainda possui um profissional de Marketing e Comunicação, responsáveis pela apresentação de suas marcas, produtos e diferenciais em seus mercados. Essa parceria entre equipe Holding e equipe das instituições tem a finalidade de garantir uma forte identidade local, e ao mesmo tempo manter nossos ganhos de operação em escala em cada um dos mercados, nos quais atuamos.

Acreditamos que o uso de ferramentas de comunicação diferenciadas tem marcado os trabalhos de comunicação das nossas IES. Por exemplo, o uso de redes sociais, eventos abertos à comunidade e a busca pela aplicação de inovações e criatividade nos processos são possíveis diferenciais reconhecidos e mensurados em nossas IES.

Relacionamento

Como ferramentas de relacionamento com nossos alunos, diversificamos os canais de acesso, buscando aumentar a percepção de valor da nossa prestação de serviços. Todos os canais de atendimento são formatados com a finalidade de promover a fidelização do aluno, na busca de maximizar sua permanência na instituição e oferecer uma experiência cada vez melhor. Nesse sentido, os principais canais de relacionamento utilizados são:

- a. Atendimento presencial especializado – Em maio de 2019, os alunos começaram a receber atendimentos especializados de acordo com suas necessidades. Para assuntos acadêmicos, o aluno conta com uma estrutura de atendimento integrada à coordenação do seu curso. Para questões financeiras e de financiamentos o aluno tem o suporte da CAF (Central de Atendimento Financeiro) e, neste ambiente ele conta com consultoria sobre questões como faturamento, negociações, financiamentos públicos e privados. Temos 23 Centrais de atendimento ao aluno (CAA) distribuídos em nossos campi e 14 CAF's.
- b. Autoatendimento – Os alunos utilizam espaços de autosserviço para efetuar pagamentos, entregar documentos e realizar solicitações digitais, tendo ainda uma linha direta com nossos canais telefônicos de relacionamento. São 23 estruturas de autoatendimento distribuídos entre os campi.
- c. Chat Virtual, chatbot e SAC 2.0: Canais de atendimento virtual, onde funcionários tiram dúvidas e auxiliam os alunos na resolução de problemas. Dentre esses canais, temos o chatbot, sistema de comunicação automatizado, que tira dúvidas rápidas dos nossos alunos. Ele está presente no Ulife, sistema online do aluno, e também na FAQ que estimulamos os alunos a acessarem para tirarem suas principais dúvidas, inclusive quando não estamos com o atendimento telefônico em horário de funcionamento.
- d. Ulife: Plataforma única onde o aluno acessa sua jornada universitária. Neste ambiente, o aluno realiza a abertura de protocolos e consulta o status das solicitações de documentos, requerimentos e declarações, bem como esclarece dúvidas sobre sua vida acadêmica e financeira.
- e. Renegociação Online de Débitos: Todos os alunos conseguem negociar seus débitos pelo whatsapp de sua IES. Os alunos são atendidos por uma equipe especializada que está preparada para tratar cada caso de forma personalizada.
- f. Central de Relacionamento com aluno: Equipe que realiza o atendimento dos alunos de nossas instituições através do telefone divulgado de cada escola. O funcionamento é de segunda a sexta- feira, de 8h às 20h.
- g. Eventos Motivacionais e de Reconhecimento: Utilizamos eventos, prêmios e outras políticas de interação com os estudantes como forma de reter nossos alunos.
- h. Núcleo de Relacionamento: Núcleo de atendentes que trabalham com grupo de alunos. Cada atendente é responsável pelo acompanhamento da vida acadêmica e financeira do aluno, interagindo com o mesmo durante o semestre na busca de auxiliá-lo na máxima utilização dos serviços oferecidos pela IES. O Núcleo de Relacionamento é responsável pelo combate direto à evasão escolar, por meio da utilização do MPE (Modelo Preditivo de Evasão) e contato direto com o aluno.
- i. Implantação do Salesforce como plataforma que eleva o patamar no gerenciamento do relacionamento omnichannel com nossos alunos por ser a principal ferramenta do gênero em todo o mundo.

Combate à Evasão

Metodologia de Combate à Evasão

Desenvolvemos um Preditivo de Evasão, baseado em variáveis e em um algoritmo próprio, que busca antecipar possíveis casos de evasão. Por meio do preditivo de evasão, conseguimos vincular uma taxa

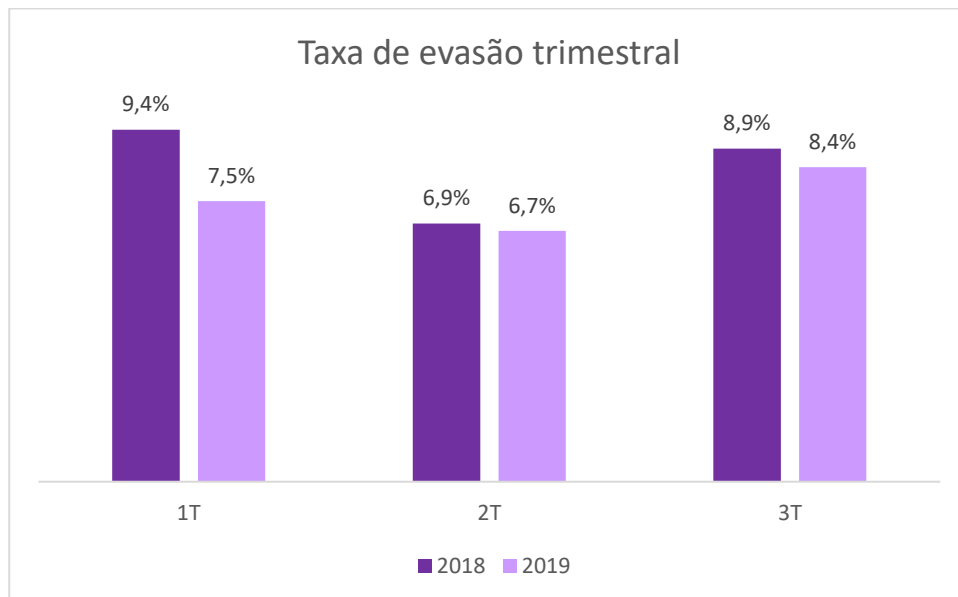
de risco de evasão para cada aluno, priorizando assim os contatos com aqueles que apresentam maior tendência a deixar as nossas IES. O desenvolvimento contínuo dos sistemas que melhoram a qualidade dos serviços relacionados a experiência do nosso aluno, dentro e fora da sala de aula, contribuem diretamente para a redução das taxas de evasão. No último ano, aperfeiçoamos o nosso “Sistema Preditivo de Evasão” que faz uma avaliação contínua da jornada do aluno, monitorando diversas variáveis que identificam e ranqueiam o possível evasor para uma atuação de relacionamento imediata. Como resultado, das mais diversas iniciativas, destacamos uma redução na evasão de 17,4% em 2018/1 para 15,3% em 2019/1. Com base em tais informações, a nossa equipe que compõe o nosso Núcleo de Relacionamento implementa ações e iniciativas para reduzir a evasão, como entrar em contato com os alunos ainda não rematriculados automaticamente ao final de cada semestre letivo para compreender os motivos que poderiam culminar em sua evasão, bem como oferecer alternativas para evitá-la, como oferecer financiamento estudantil, se for este o caso.

Taxas de Evasão das nossas IES

Classificamos a nossa taxa de evasão em duas modalidades:

- a. **Evasão Durante:** ocorre ao longo do semestre letivo, no período correspondente ao intervalo entre o primeiro e último dia letivo, e que se materializa por meio de trancamento do curso, cancelamento do curso, e transferência de IES; e
- b. **Evasão de Virada:** ocorre no período entre o término oficial do semestre letivo, e o último dia disponibilizado para a rematrícula dos alunos e que se materializa por meio do abandono do curso de alunos que não solicitam formalmente sua saída e ou que não se rematriculam para o próximo semestre.

Nossas iniciativas vem tendo como resultados reduções constantes de nossas taxas de evasão, como podemos identificar nos três primeiros trimestres de 2019.



c. características dos mercados de atuação, em especial

i. participação em cada um dos mercados; e

ii. condições de competição nos mercados.

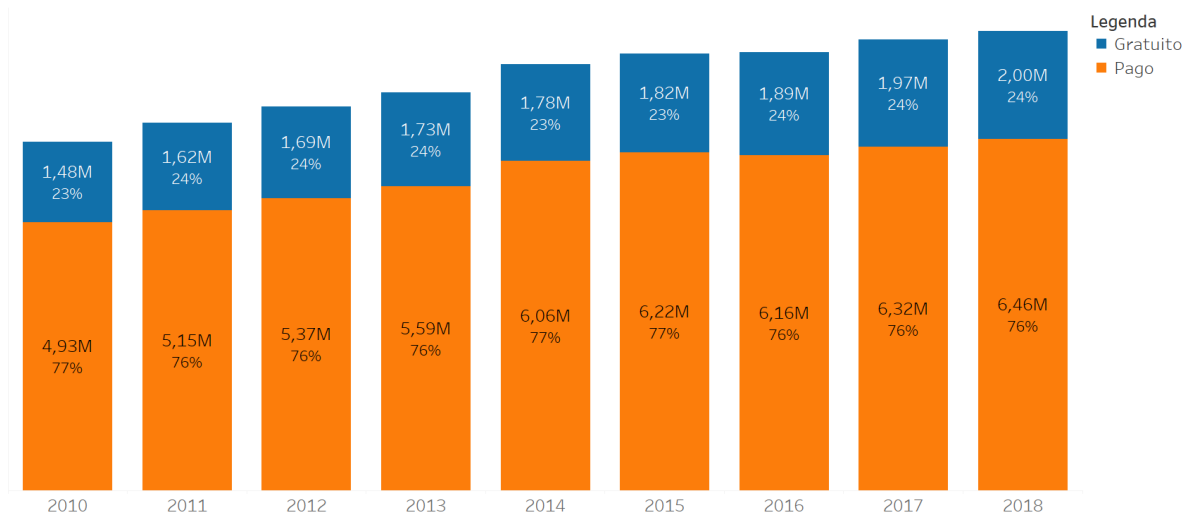
(i) Visão Geral do Setor de Ensino Superior no Brasil

O Brasil representa o quarto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina¹, com aproximadamente 8.450.755 estudantes matriculados, segundo dados do Censo de Educação Superior².

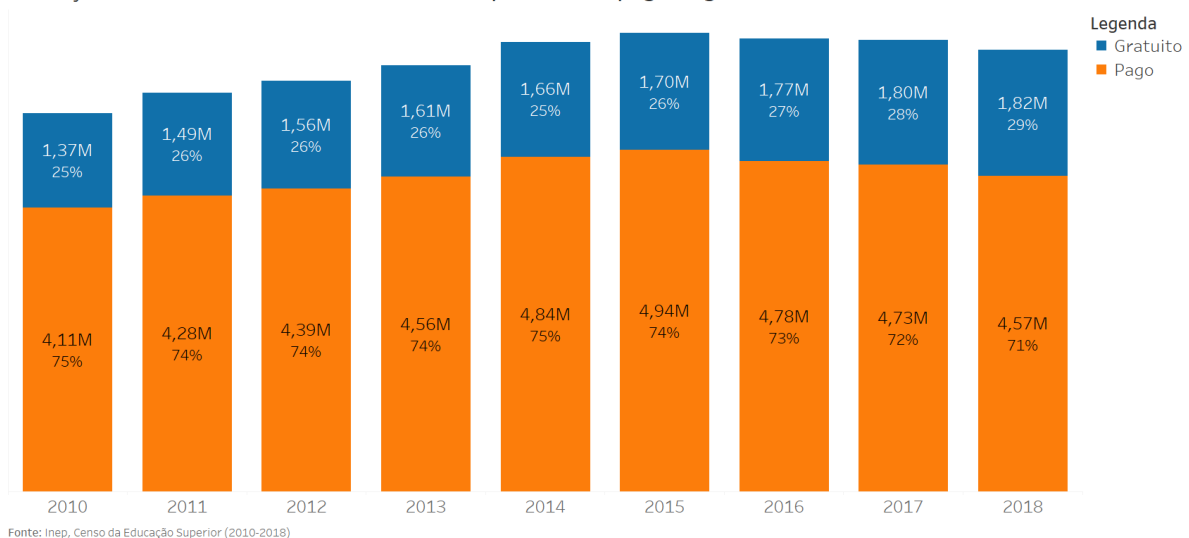
O setor de ensino no Brasil é altamente relevante para a economia do País, devido, principalmente, ao tamanho de nossa população de 209,5 milhões de habitantes em 2018³. De acordo com os resultados do Censo Escolar da Educação Básica⁴, em 2018, o Brasil apresentou um total de 48,5 milhões de matrículas na Educação Básica, incluindo todas as categorias de ensino dentre educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação especial. Deste total, 27,2 milhões de matrículas correspondem ao ensino fundamental, 7,7 milhões ao ensino médio e 8,7 milhões ao ensino infantil, os três maiores setores de ensino do mercado brasileiro. O ensino superior, por sua vez, apresentou um total de 8,4 milhões de matrículas em 2018.

De acordo com dados do Censo, o setor privado pago apresentou um crescimento de 1,53M de matrículas de 2010 a 2018, enquanto o setor gratuito cresceu em 0,51M matrículas no mesmo período. Os gráficos abaixo ilustram, respectivamente, (i) o crescimento do número de matrículas para cursos presenciais e EAD pagos e gratuitos e (ii) a participação de cada um no número total de matrículas para cursos presenciais de 2010 a 2018.

Evolução do total de matrículas entre cursos pagos e gratuitos



Evolução do total de matrículas entre cursos presenciais pagos e gratuitos



¹ The World Bank Group, Databank - Education Statistics, 2019.

² Inep, Sinopse Estatística da Educação Superior 2018. Brasília: Inep, 2019.

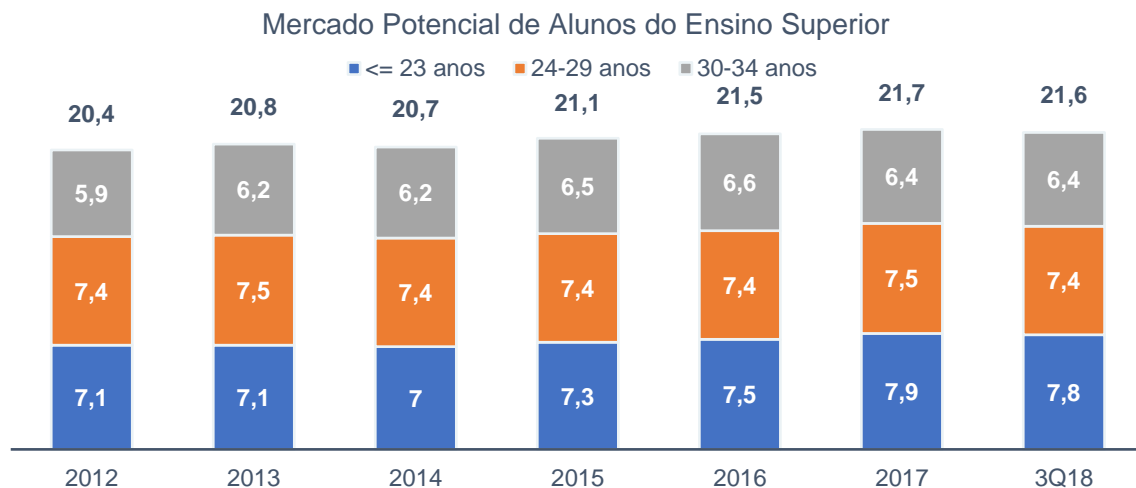
³ The World Bank Group, Databank - Health Nutrition and Population Statistics, 2019.

⁴ Inep, Notas Estatísticas do Censo Escolar 2018. Brasília: Inep, 2019.

Um dos principais fatores que impulsionou esse crescimento foi a mudança na regulamentação do setor na década de 1990. Anteriormente a 1996, o setor de educação superior no Brasil enfrentava restrições regulatórias que dificultavam a expansão da oferta de ensino superior por instituições privadas, apesar da insuficiência dos investimentos públicos nos diversos níveis do setor. A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, diversas medidas foram lançadas para incentivar o investimento privado no setor de educação superior brasileiro. Dentre as principais iniciativas adotadas incluem-se a flexibilização das restrições regulatórias para a abertura de cursos e instituições e a regulamentação da lei que permitiu que instituições de ensino superior fossem constituídas como empresas com fins lucrativos.

Atualmente, ao contrário do segmento de ensino básico, o ensino superior brasileiro é dominado por instituições privadas (76% do total de matrículas), capazes de suprir a demanda por cursos superiores não atendida pelas instituições públicas. Enquanto as instituições de ensino superior públicas são direcionadas para servir como centros de excelência e pesquisa, com padrões de admissão extremamente competitivos e capacidade de expansão limitada, as instituições de ensino superior privadas voltam sua atenção para as exigências profissionais impostas pelo mercado de trabalho e desenvolvem programas flexíveis para atender às necessidades dos trabalhadores.

Acreditamos que existe um grande mercado potencial de alunos para o ensino superior no Brasil. Em 2018, existiam aproximadamente 22 milhões de alunos com potencial de ingressar no ensino superior, considerando (1) estudantes com um diploma de ensino médio completo, que é necessário para o ensino superior, (2) estudantes sem um diploma de ensino superior, (3) estudantes que não estão cursando aulas do ensino superior, e (4) estudantes com menos de 35 anos de idade.



Fonte: IBGE

(ii) Alavancas de crescimento no setor

O setor de ensino no Brasil possui 5 alavancas de crescimento:

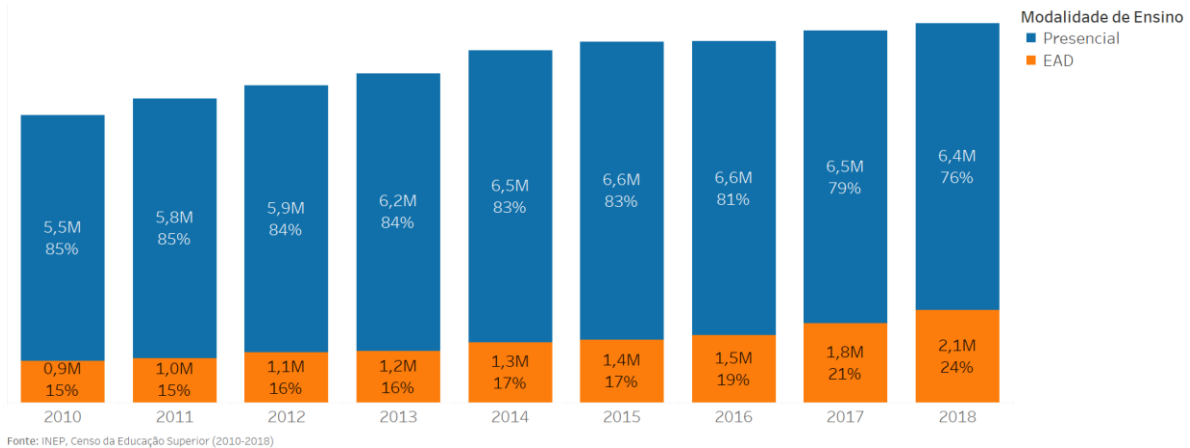
1. Crescimento do ensino à distância ("EAD") que aumenta consideravelmente o público alvo das empresas de ensino;
2. A oferta de alternativas atrativas de financiamento (PROUNI e FIES) e financiamento privado;
3. Expansão do segmento de trabalhadores que cursam o ensino superior;
4. Fragmentação do mercado que oferece oportunidades de crescimento por aquisição;
5. Retorno da economia e redução do desemprego que facilitam o acesso a mais oportunidades de escolarização devido ao aumento de renda livre.

(iii) Ensino a Distância

O ensino a distância surge como opção para aumentar a penetração do ensino superior no Brasil, em virtude de sua mensalidade mais baixa, o que aumenta substancialmente o número de pessoas com poder aquisitivo para frequentar esses programas.

O Ensino a Distância foi a modalidade que mais cresceu do mercado de ensino superior, a uma taxa de crescimento acumulada de 121% no período de 2010 a 2018 (contra 17% da modalidade presencial); chegando a 2,1 milhões alunos matriculados em cursos de ensino superior à distância no país em 2018.

Evolução de Matrículas de Graduação por Modalidade de Ensino



(iv) Aumento de alternativas de financiamento para estudantes

O aumento das alternativas de financiamento aos alunos combinado ao crescimento do número de instituições e cursos de educação superior destinados à população de classes média e baixa podem ser vistos como oportunidades para o crescimento do número de matrículas do ensino superior no Brasil.

Visando incentivar a educação no país, algumas das alternativas de financiamento criam incentivos fiscais e financeiros para as instituições de ensino que tenham alunos matriculados que sejam beneficiados por determinados programas do governo.

Com acesso a esses financiamentos, a população de classes média e baixa, que historicamente não tinha acesso ao ensino superior, foi a maior responsável pelo aumento no número de alunos matriculados, sendo representados, na sua maioria, por adultos trabalhadores em busca de melhores salários e oportunidades de emprego.

Programa Universidade para Todos (“PROUNI”)

O PROUNI foi criado em 2005 e dá isenção de certos tributos federais para as receitas decorrentes de cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior que concedem uma determinada quantidade de bolsas de estudo aos alunos de baixa renda dos seus cursos de graduação e cursos relacionados. Ao fornecer isenções fiscais a instituições com fins lucrativos, o PROUNI também desempenhou o importante papel de estimular o crescimento e o investimento privado no setor de educação superior, possibilitando que as instituições com fins lucrativos oferecessem cursos a preços competitivos comparados àqueles praticados por instituições filantrópicas e sem fins lucrativos.

Em 13 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da RFB nº 1.394 (“IN 1.394”) que revoga a Instrução Normativa da RFB nº 456, de 05 de outubro de 2004 (“IN 456”). A IN 1.394 estabelece a forma de cálculo da isenção a ser usufruída pelas IES no âmbito do Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), atrelando o benefício fiscal à proporção da ocupação efetiva das bolsas concedidas (“POEB”). Referida previsão já constava na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, mas não era regulamentada de maneira expressa na IN 456.

Para maiores informações a respeito das alterações introduzidas pela IN 1.394 e seus potenciais impactos em nossas demonstrações financeiras, ver o item 7.5 deste Formulário de Referência.

Programa de Financiamento Estudantil (“FIES”)

O FIES foi criado em 1999 e oferece financiamento de até 100% das mensalidades junto às instituições de ensino superior privadas que participam do programa e que receberam uma boa classificação junto ao MEC.

Até o momento, quase 3 milhões de alunos participaram do programa nos últimos dez anos, e cada vez mais instituições de ensino superior são cobertas por este modelo de financiamento no Brasil. No período de 2010 a 2018 foram concedidos 2,65 milhões de financiamentos com recursos do FIES, dos quais aproximadamente 733 mil concedidos no ano de 2014. Desde 2005, o FIES também oferece financiamento a alunos que recebem bolsas de estudo parciais do PROUNI no valor de 50% de seus custos de educação superior. Assim, esses alunos conseguem financiar os outros 50% de seus custos de educação superior com um empréstimo do FIES.

O crescimento subsidiado pelo FIES foi interrompido em dezembro de 2014 com a publicação das Portarias 22 e 23, onde foram impostas pelo governo federal, restrições nas relações financeiras com as instituições e restrições de desempenho acadêmico para os novos candidatos ao FIES. Em contrapartida, a partir de 2018 o Governo Federal criou novas modalidades de FIES, possibilitando ao aluno contratar o FIES também através de instituições financeiras privadas.

Em 2019, o MEC disponibilizou 100 mil vagas para 2020. Em janeiro de 2020 o MEC mudou a regra, incluindo a desvinculação do P-Fies como um programa independente do FIES começando no segundo semestre de 2021.

Para mais informações acerca do PROUNI e FIES, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

(v) Expansão do segmento formado por trabalhadores que estudam

A perspectiva de ascensão profissional e o aumento salarial significativo para os trabalhadores com diploma superior são dois fatores centrais, mais ainda se associados à expansão do setor de ensino superior brasileiro. De acordo com pesquisas do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo - SEMESP, o Brasil é um dos países onde o fato de o indivíduo de possuir um diploma superior exerce uma das maiores diferenças salariais no mundo, aumentando em média 284% a renda daqueles que o detém.

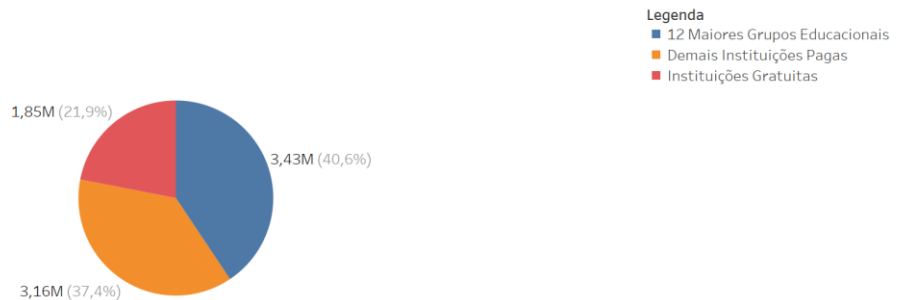
O Brasil possui 8,4 milhões de alunos matriculados em instituições de ensino superior, sendo cerca de 25% deles em instituições públicas. Esperamos que o número de matrículas em instituições de ensino superior no Brasil continue a crescer em consequência de determinados fatores, tais como: (i) a perspectiva de ascensão profissional; (ii) o aumento significativo na renda individual daqueles que detém um diploma de ensino superior; (iii) a demanda substancial por trabalhadores qualificados não atendida e em expansão; e (iv) a crescente disponibilidade de alternativas educacionais para a população de classes média e baixa, em função do apoio contínuo do Governo Federal ao ensino superior privado e, especificamente, do investimento privado no ensino superior.

(vi) Consolidação do setor

A partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior, nota-se que as 12 maiores instituições privadas (responsáveis por 40,6% do total de matriculados) apresentavam, no registro do último Censo da Educação Superior de 2018, aproximadamente 3,43 milhões de alunos matriculados, ao passo que

as outras instituições privadas (responsáveis por 37,4% do total de alunos matriculados) respondiam por aproximadamente 3,16 milhões de alunos matriculados.

Consolidação do Ensino Superior no Brasil



Fonte: INEP, Censo da Educação Superior (2018)

Essa alta fragmentação proporciona oportunidades de (i) ganhos de participação de mercado; e (ii) consolidação adicional por meio de operações de fusão e aquisição. Embora se tenha observado uma aceleração significativa do processo de consolidação no setor desde 2007 em decorrência das ofertas públicas iniciais de ações (“IPOs”) observadas no setor e do aumento do interesse de empresas estrangeiras, o setor de educação brasileiro ainda encontra-se bastante fragmentado.

De acordo com a Consultoria Hoper⁵, a tendência para o futuro é de forte profissionalização da gestão das IES, busca por fontes de receita alternativas, aproveitamento do novo bônus demográfico (3ª idade) e detalhamento nos estudos de mercado cada vez mais profissionalizados e detalhados para encontrar as microrregiões com melhores possibilidades de captação de alunos. Ainda conforme a Consultoria Hoper, no novo cenário, “a gestão precisa estar preparada para esta nova realidade, pois toda a configuração de mercado, local ou regional, está cada vez mais complexa, exigindo mais agilidade e dinamismo estratégico”.

(vii) Concorrência

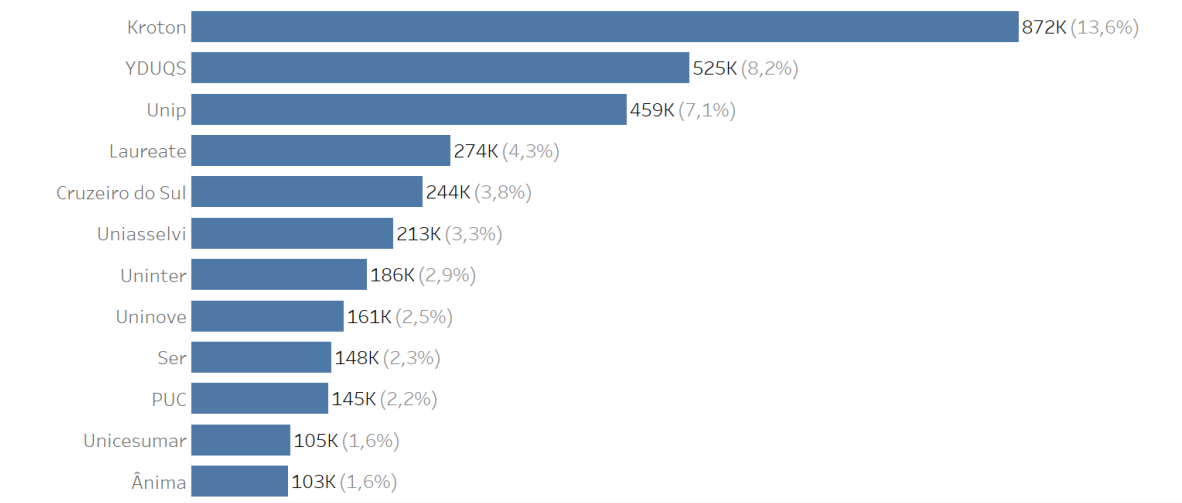
O setor de ensino superior no Brasil é muito fragmentado e com concorrentes em todas as localidades. Acreditamos que os fatores que influenciam a concorrência no mercado de ensino superior incluem preço, experiência educacional, tradição da instituição, corpo docente, instalações, localização e variedade de cursos, entre outros fatores. Ainda assim, e devido à fragmentação do setor, enfrentamos diferentes níveis de concorrência, dependendo da localização de nossas unidades.

De acordo com o MEC, em 2018 havia 2.238 instituições pagas e 299 gratuitas de ensino superior no Brasil. Concorremos diretamente com instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos e com alternativas ao ensino superior. As instituições privadas menores, normalmente com apenas uma unidade, têm menor capacidade de atrair e manter administração e corpo docente experientes. Têm também recursos limitados para abrir novas unidades, desenvolver e prestar serviços de educação de qualidade e montar cursos de interesse dos alunos.

Participação de mercado da Companhia

O gráfico abaixo mostra o número total de estudantes, e *market share*, nas 12 maiores instituições privadas com fins lucrativos de ensino superior no Brasil.

⁵ Hoper, Análise Setorial do Ensino Superior Privado, junho de 2019.

Maiores Grupos de Ensino Superior Privado do País

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior (2018)

(viii) Novas tendências no Ensino Superior – Qualidade para além de indicadores educacionais

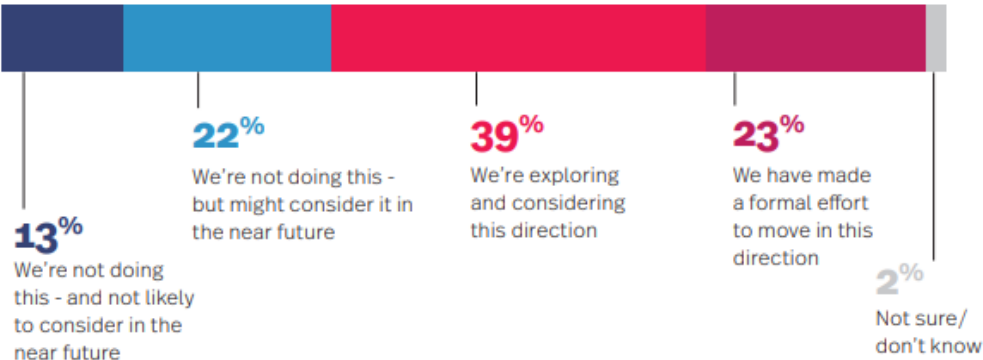
Como dito anteriormente, há diferenças inerentes ao papel das universidades públicas e privadas no Brasil, a saber, que o conjunto das primeiras dedica-se majoritariamente a pesquisa e as segundas, preocupam-se principalmente com a alocação dos estudantes no mercado de trabalho.

Nesse caso, ao longo dos anos a percepção dos alunos tem se estendido à observância de aspectos que vão além da qualidade de ensino das instituições de ensino superior, atestadas por meio dos indicadores educacionais do MEC/Inep. Ou seja, os instrumentos auferidores de qualidade, como o exame ENADE e o índice IDD, ou os indicadores que referenciam cursos e universidades como o CPC (Conceito Ponderado de Curso), IGC (Índice Geral de Cursos) e CI (Conceito Institucional), deixaram de ser suficientes na leitura de quem deseja ingressar no ensino superior privado no Brasil. Para esse público, é também indicador de qualidade a adequada inserção dos alunos egressos das universidades, em especial privadas, no mercado de trabalho. E por adequada entende-se: em sua respectiva área de atuação, com boa remuneração, e munidos do ferramental adequado para a execução de suas atividades.

Segundo pesquisa realizada pela Northwestern University⁶, que contou com 750 líderes de gestão de pessoas em empresas de todos os setores e portes, contratações baseadas em competências/habilidades estão começando a ganhar interesse significativo, tendo a maioria dos líderes declarado já estar priorizando, ou pretender priorizar, habilidades na contratação. Isso destaca a importância de garantir uma aprendizagem voltada para o desenvolvimento de competências.

Gráfico 1 - Grau das estruturas de contratação baseadas em habilidade

⁶ Northwestern University. Center of the Future of Higher Education and Talent Strategy. EDUCATIONAL CREDENTIALS COME OF AGE. A Survey on the Use and Value of Educational Credentials in Hiring, 2018.

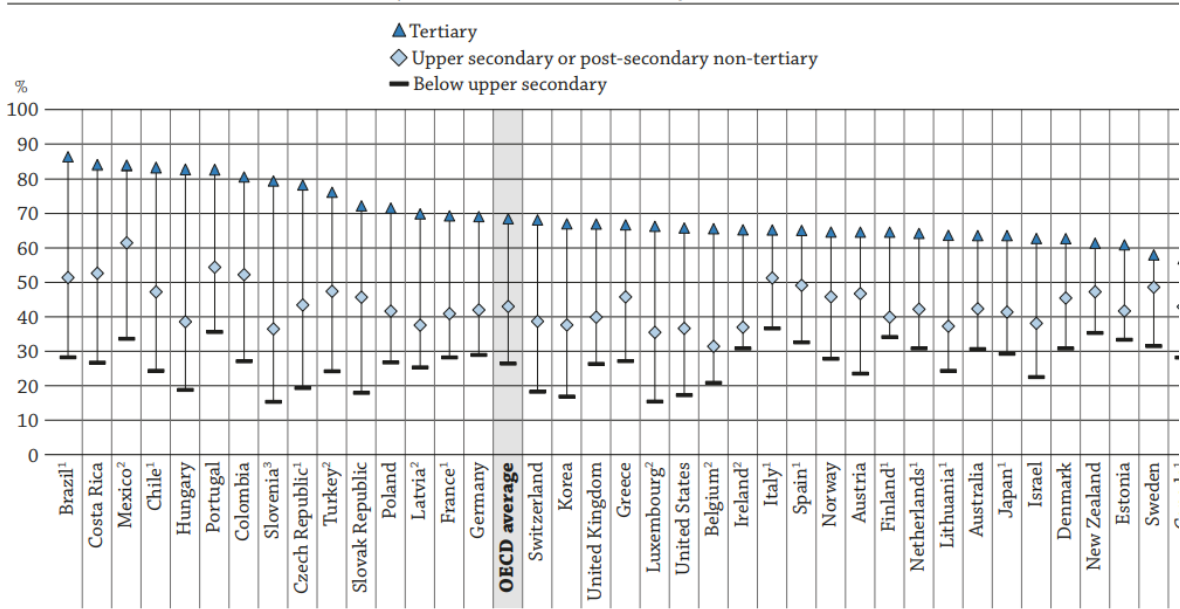


Fonte: Northwestern University, 2018.

Tendo isso em vista, ainda que os cursos de certificação ‘non-degree’ (e.g.: MOOCS), tenham crescido de maneira significativa e se apresentado com o propósito de desenvolver competências pontualmente, estes tipicamente têm servido apenas como uma suplementação – e não uma substituição – aos diplomas tradicionais de graduação.

Sendo ainda procurado pelas empresas, o diploma no Brasil apresenta retorno financeiro significativo para os estudantes do ensino superior. Segundo pesquisa realizada pela OCDE⁷, dentre os 40 países avaliados, o Brasil apresenta o maior prêmio salarial em razão do conclusão do ensino superior. De acordo com o indicador, aproximadamente 90% dos estudantes que concluem o ensino superior tem remuneração superior à mediana, contra aproximadamente 30% daqueles que não fizeram mais que o ensino médio e aproximadamente 51% daqueles que concluíram o médio mas não fizeram superior.

Figure A4.2. Percentage of adults earning more than the median, by educational attainment (2016)
25-64 year-old workers (full- and part-time workers)



1. Year of reference differs from 2016. Refer to the source table for details.
2. Earnings net of income tax.
3. Data refer to full-time, full-year earners only.
Countries are ranked in descending order of the percentage of 25-64 year-olds with tertiary education earning more than the median.
Source: OECD (2018), Table A4.2. See Source section for more information and Annex 3 for notes (<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-36-en>).
StatLink <https://doi.org/10.1787/888933802285>

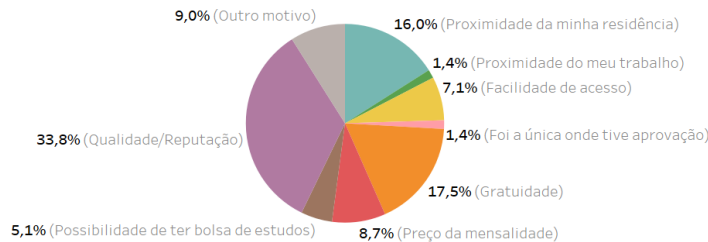
Destacada a atratividade do ensino superior no Brasil e o histórico de crescimento da demanda por cursos de graduação, espera-se ainda haver potencial de expansão do segmento. De acordo com

⁷ OCDE (2018), Table A4.2. (<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-36-en>)

dados da OCDE⁸, as taxas de acesso ao ensino superior no Brasil ainda são baixas se comparadas aos demais países da OCDE, 15% contra 22%. O que denota um potencial de crescimento do mercado na ordem de 40%.

Frequência das respostas à pergunta:

“Qual a principal razão para você ter escolhido a sua instituição de educação superior?”



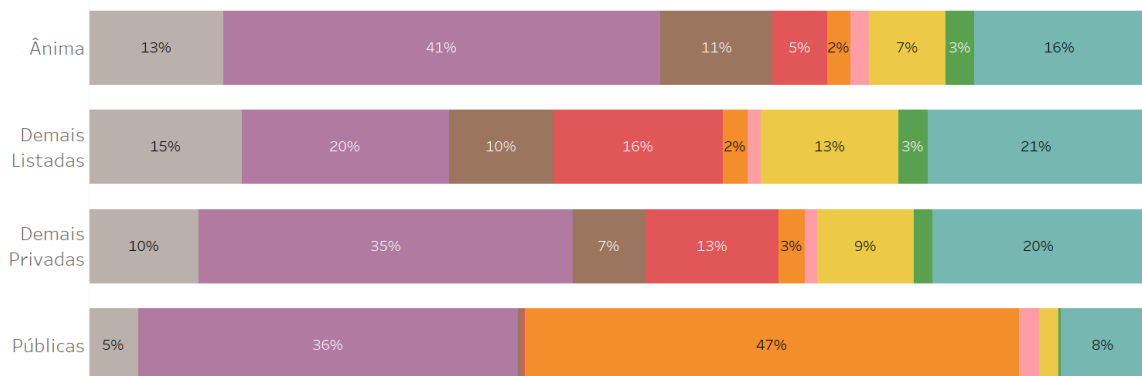
Fonte: Inep, ENADE, 2017.

A percepção de valor no Ensino Superior pelos estudantes se traduz em uma procura por IES que ofereça programas e cursos com maior qualidade, beneficiando instituições capazes de agregar reconhecimento, tradição e qualidade no ensino às suas marcas. A análise das respostas ao questionário do ENADE⁹ demonstra que os fatores ligados à qualidade são os principais determinantes indicados por 33,8% dos estudantes na escolha por uma instituição de ensino.

Ao olhar para a Ânima, em comparação com as demais instituições, percebe-se a qualidade como principal diferencial de escolha. 41% dos estudantes de nossas instituições apontaram “Qualidade/Reputação” como principal fator de escolha, contra 20% das demais listadas e 36% em relação às IES públicas.

Frequência das respostas à pergunta:

“Qual a principal razão para você ter escolhido a sua instituição de educação superior?”



Fonte: Inep, ENADE, 2017.

Legenda

- Proximidade da minha residência
- Proximidade do meu trabalho
- Facilidade de acesso
- Foi a única onde tive aprovação
- Gratuidade
- Preço da mensalidade
- Possibilidade de ter bolsa de estudos
- Qualidade/Reputação
- Outro motivo

⁸ OCDE, Education at a Glance 2019: Brazil, 2019.

⁹ Inep, ENADE, 2018. Brasília: 2019.

Além dos estudantes e dos empregadores, o Governo Brasileiro também tem demonstrado seu alinhamento em relação ao tema da qualidade no ensino. A qualidade do ensino brasileiro figura entre as principais diretrizes estabelecidas pelo MEC para os próximos 10 anos no âmbito da educação no País. Além disso, a diretriz estabelece o aumento da cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (“ENADE”), o que indica maior preocupação com a supervisão das instituições de ensino.

Isto demonstra que o Governo tem sido mais ativo na supervisão do ensino no Brasil. Para o oferecimento do FIES, passou-se a exigir que o CPC seja acima de 3 (numa escala que vai de 1 a 5), sob risco de determinar o congelamento de novas matrículas em cursos com CPC constantemente igual ou abaixo de 2.

Principais Concorrentes

O setor da Educação Superior no Brasil é altamente fragmentado, e apresenta concorrência em todas as localidades. Os fatores destacados como influenciadores da concorrência são, entre outros, o preço, a experiência de uma instituição, tradição e reputação, professores, locais e a oferta de cursos.

De acordo com o MEC, em 2018, havia 2.537 instituições de ensino privado de nível superior no Brasil. Não obstante, nos últimos anos observou-se um forte movimento de consolidação no setor, com grandes grupos educacionais como Kroton/Anhanguera, Estácio de Sá, UNIP, Laureate e SER, entre outras.

Acreditamos que, à exceção de algumas poucas marcas de nicho, com a Fundação Getúlio Vargas, os estudantes brasileiros associam qualidade às marcas tradicionais com forte histórico na região onde vivem, sendo estas muitas vezes sinônimos de seriedade e ensino de qualidade.

Dessa forma, considerando o posicionamento que ocupa no mercado, acreditamos que as nossas IES (UNA, USJT, UniBH, UniSociesc) competem principalmente com instituições de ensino tradicionais, com marcas de boa reputação e qualidade em seus mercados. A USJT tem concorrentes na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, mas acreditamos que as localizações dos campi da USJT representam um diferencial.

Identificamos como principais concorrentes na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, a Universidade FUMEC e o Centro Universitário Newton Paiva. Já no mercado da cidade de Santos, Estado de São Paulo, nossos principais concorrentes são a Universidade Santa Cecília, Universidade Católica de Santos - UNISANTOS e a Universidade Paulista – UNIP. Já para a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, identificamos nossos principais concorrentes como sendo: Universidade FMU, Anhembi Morumbi, Unip, Uninove e Unicsul. Em Santa Catarina, identificamos como nossos principais concorrentes a Uniasselvi e as instituições do Sistema ACADE. Por fim, na cidade de Curitiba, Estado de Paraná, podemos citar como principais concorrentes, a Universidade Positivo e a Universidade Católica.

Considerando os dados do Censo divulgado pelo INEP em 2018, as nossas IES no mercado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (substancialmente as cidades de Belo Horizonte, Nova Lima, Contagem e Betim) detinham 21,5% do total de alunos matriculados em cursos presenciais dentre as instituições privadas, liderando o volume de alunos matriculados na região. Além disso, na cidade de Santos, a Unimonte ocupava a terceira posição em market share, com 14,5%. Na Microrregião de São Paulo, nosso market share indicava 3,2%. No estado de Santa Catarina, nossa participação de mercado é de 5,6%.

d. eventual sazonalidade:

No segmento de Ensino, não observamos variações relevantes na receita ao longo do exercício social. Isso se deve ao fato de que no meio no segundo semestre de cada ano letivo, com início no mês de julho há menor matrícula de novos alunos, em razão da quase inexistência de estudantes recém-formados no ensino médio nesse período. Exemplificativamente, nas nossas instituições localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o vestibular do segundo semestre letivo representa, em média, 38% em do número de alunos inscritos no vestibular do primeiro semestre letivo. No Estado de São

Paulo, 31% e, finalmente, 37% nos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Tal efeito é parcialmente compensado pelo aumento da desistência de alunos no primeiro semestre letivo, de modo que não há variação relevante de receita da Companhia no segmento Ensino.

A receitas auferidas pelo segmento "Outros Negócios", o qual respondeu por 7% da receita líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, decorrem majoritariamente da realização de eventos e seminários da HSM, só sendo reconhecidas quando o evento ocorre. Uma vez que a programação de eventos varia a cada ano e os eventos são concentrados ao longo de um curto período de tempo, a receita da HSM está sujeita a um elevado grau de sazonalidade. Em novembro de cada ano, a HSM organiza um evento de grande escala que é responsável por parcela relevante da receita líquida do exercício neste segmento (aproximadamente 43% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018). Por esta razão, a receita do segmento Outros Negócios para o quarto trimestre de cada exercício social tende a ser maior.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Na contratação de nossos fornecedores, avaliamos quais são os principais produtos e serviços para a operação e definimos qual é a melhor estratégia para contratação. Mantemos relacionamento de longo prazo com nossos fornecedores, tais como empreiteiros contratados para a realização de obras de expansão, empresas de manutenção predial, agências de publicidade, gráficas, empresas de desenvolvimento e manutenção de *software* e *hardware*, empresas de segurança e limpeza, distribuidoras de livros e distribuidoras de materiais de laboratório, entre outros. Os produtos e serviços fornecidos são avaliados periodicamente, com a finalidade de verificar a qualidade dos serviços e produtos fornecidos, conforme o caso. Eventualmente, procuramos novas alternativas no mercado em substituição dos fornecedores que não conseguem atender os níveis de qualidade por nós exigidos.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Tendo em vista que trabalhamos com uma ampla gama de fornecedores de produtos e serviços de vasta oferta no mercado, entendemos que não possuímos dependência relevante de fornecedores. Além disso, mesmo em produtos ou serviços com características específicas, encontramos alternativas no mercado que nos permitem migrar de parceiro ou produto caso haja a necessidade. Em alguns casos, temos mais de um fornecedor contratado e disponível para atendimento de uma determinada necessidade.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A nossa atividade não depende de insumos ou matérias primas, portanto, o referido item não é aplicável. O custo do nosso serviço depende principalmente do preço do salário dos nossos professores e do custo de locação dos imóveis nos quais operam as nossas unidades de ensino.

a. Montante Total de Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente ou grupo de clientes que seja responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a nossa receita provém primordialmente do pagamento da mensalidade pelos nossos estudantes.

b. Segmentos Operacionais Afetados pelas Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente ou grupo de clientes que seja responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a nossa receita provém primordialmente do pagamento da mensalidade pelos nossos estudantes.

a. Necessidade de Autorizações Governamentais para o Exercício das Atividades e Histórico de Relação com a Administração Pública para obtenção de tais Autorizações.

O setor de educação superior no Brasil está sujeito a extensa regulamentação governamental (vide a seguir os órgãos regulatórios, consultivos, comissões e institutos), a qual tem por objetivo assegurar a qualidade dos projetos pedagógicos, do corpo docente e da infraestrutura das instituições de ensino, inclusive mediante controle para a abertura de novas unidades de ensino e novos cursos. Ao longo de nossa história, fomos adquirindo conhecimento e experiência necessários sobre a legislação e o processo regulatório brasileiro do setor.

Os processos que envolvem a avaliação de uma Instituição de Ensino Superior ("IES") e, consequentemente, de seus cursos, representam uma oportunidade para que esta possa aprimorar sua condição como fornecedora de serviços educacionais. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de IES, têm prazos limitados e pré-definidos, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

A Constituição Federal, ao definir educação como direito de todos os brasileiros e um dever do Estado e da família, emite ao poder público, mas não somente a ele, o dever de garantir a todos os cidadãos brasileiros o acesso ao ensino fundamental obrigatório. Neste sentido, o sistema de ensino brasileiro é organizado segundo um regime de cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais, atribuindo ao Governo Federal a competência de: (i) organizar o sistema federal de ensino (instituições públicas federais e instituições privadas de ensino superior); (ii) acompanhar a manutenção e fornecer recursos adicionais, se necessário, para superação de deficiências de instituições federais de educação pública; exercer em matéria educacional função normativa, redistributiva e supletiva; e (iii) oferecer suporte financeiro e técnico a Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de garantir iguais oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino. Aos Estados e ao Distrito Federal compete oferecer, regulamentar e fiscalizar o ensino fundamental e médio, ao passo que aos municípios cabe prioritariamente oferecer, regulamentar e fiscalizar a educação infantil e os demais níveis da educação básica, incluindo o ensino fundamental e médio.

Educação Básica

Em relação à educação básica, vale pontuar que os Estados e Municípios são responsáveis por regular o ensino infantil, o ensino fundamental e médio, respeitando as diretrizes do CNE. Os Secretários Estaduais de Educação são assistidos pelos Conselhos Estaduais de Educação e são os principais órgãos reguladores do ensino fundamental e médio. Os Secretários Municipais de Educação são assistidos pelos Conselhos Municipais de Educação e são os principais órgãos reguladores da educação pré-escolar.

Educação Superior

Por ser a regulamentação e a supervisão do ensino superior privadamente competências do Governo Federal, cabe à União normatizar o Ensino Superior, estabelecendo normas gerais para a graduação e pós-graduação, bem como efetuando a supervisão e avaliação de processos de autorização, reconhecimento, credenciamento, e suas respectivas renovações.

No que tange ao Ensino Superior, os órgãos responsáveis pela regulação, avaliação e supervisão das IES e dos cursos ofertados pelas instituições são o Ministério da Educação ("MEC"), Conselho Nacional de Educação ("CNE"), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ("INEP") e Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior ("CONAES").

O MEC é a autoridade máxima de Ensino Superior no sistema federal de ensino a quem compete, entre outras atividades: (i) homologar deliberações do CNE em pedidos de credenciamento e reconhecimentos de IES; (ii) homologar os instrumentos de avaliação; (iii) homologar os pareceres e propostas de atos normativos; (iv) expedir normas e instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos; e (v) exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior por intermédio de suas Secretarias.

O CNE é um órgão colegiado, vinculado ao MEC, e constituído pela Câmara de Educação Básica e Câmara de Educação Superior. Compete ao CNE, entre outras atividades: (i) exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao MEC; (ii) deliberar sobre pedidos de

credenciamento, credenciamento e descredenciamento de IES e autorização de oferta de cursos vinculadas a credenciamentos; (iii) propor diretrizes e deliberar sobre a elaboração dos instrumentos de avaliação para credenciamento e credenciamento de instituições a serem elaborados pelo INEP; (iv) recomendar providências às Secretarias, como por exemplo a celebração de protocolo de compromisso quando não satisfeito o padrão de qualidade específico para credenciamento e credenciamento de IES; e (iv) analisar e propor ao Ministério da Educação questões relativas à aplicação da legislação da educação superior.

Já o INEP é uma autarquia federal, vinculado ao MEC, a quem compete principalmente: (i) conceber, planejar, coordenar e operacionalizar as ações destinadas à avaliação de IES, de cursos de graduação e de escolas de governo e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE; (ii) conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar os indicadores referentes à educação superior decorrentes de exames e insumos provenientes de bases de dados oficiais; (iii) conceber, planejar, avaliar e atualizar os indicadores dos instrumentos de avaliação externa *in loco*; E (iv) presidir a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA.

A CONAES é o órgão que coordena e supervisiona o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (“SINAES”), vinculado ao MEC, a qual compete, entre outros, (i) estabelecer diretrizes para organização das comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes; (ii) formular propostas para o desenvolvimento das IES, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação; e (iii) submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos cujos estudantes realizarão o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (“Enade”).

Organização das Instituições de Ensino Superior (“IES”)

As IES privadas devem ser mantidas por pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, que deverá controlar, administrar e manter os recursos necessários para atender às necessidades da instituição mantida. Neste sentido, as IES privadas podem ser:

- **instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos** criadas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas privadas;
- **comunitárias**, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e estudantes que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- **confessionais**, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideológica específicas e que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- **instituições de ensino superior privadas sem fins lucrativos**, podendo ser beneficentes e não beneficentes.

Nossas IES são Instituições de Ensino Superior Privadas Com Fins Lucrativos.

Em relação à organização acadêmica, de acordo com a Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, as IES se classificam em:

Faculdade - organização acadêmica inicial das instituições de educação superior. Faculdades são instituições não universitárias de educação superior, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob a mesma direção e regimento comum, com a finalidade de formarem profissionais, podendo ministrar os cursos deste nível e nas diversas modalidades, desde que credenciadas pelo poder competente;

Centro universitário - dotado de autonomia para a criação de cursos e vagas na sede, pode solicitar credenciamento de campus fora de sede no âmbito do Estado, está obrigado a manter um terço de mestres ou doutores e um quinto do corpo docente em tempo integral. Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar;

Universidade - dotada de autonomia na sede, pode solicitar o credenciamento de campus fora de sede no âmbito do Estado e está obrigada a manter um terço de mestres ou doutores e um terço do corpo docente em tempo integral. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. São instituições que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Para efeitos regulatórios, equiparam-se a universidade federal;

Centro Federal de Educação Tecnológica - constitui modalidade de instituições especializadas de educação profissional, nos termos da legislação própria. Para efeitos regulatórios, equiparam-se a centro universitário.

Credenciamento de IES, Autorização e Reconhecimento de Cursos

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) reforça a questão da avaliação e busca integrar em um único sistema a avaliação de cursos, para efeito de reconhecimento e renovação de reconhecimento, a avaliação da IES para efeito de credenciamento e a avaliação dos estudantes, por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O SINAES tem como principais objetivos: a formação de um conceito global com base na articulação das avaliações propostas e a articulação da avaliação com a regulação.

Essa avaliação é de natureza formativa, voltada para a atribuição de juízos de valor e mérito, buscando aumentar a qualidade e, conseqüentemente, a capacidade e emancipação da IES.

A regulação tem funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas como autorizações, credenciamento, credenciamento, reconhecimento, renovação de reconhecimento e outras próprias do Estado.

A Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação ("LDB"), em seu art. 46, determinou que os reconhecimentos de Cursos e Credenciamento de Instituições de Ensino teriam prazos limitados. Todos os cursos estão sujeitos à renovação do reconhecimento e todas as IES estão sujeitas ao credenciamento, através de um processo permanente de avaliação.

Inicialmente, as IES são credenciadas como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as conseqüentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico da instituição já credenciada como faculdade, em funcionamento regular, com padrão satisfatório de qualidade e cumprimento de requisitos específicos, tais como titulação mínima e regime de trabalho do corpo docente.

De acordo com a LDB, podem ser ofertados os seguintes cursos superiores:

Cursos Sequenciais - abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas próprias instituições de ensino;

Cursos de Graduação - abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

Cursos de Pós-graduação - incluem programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das próprias instituições de ensino;

Cursos de Extensão - abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos, em cada caso, pelas instituições de ensino.

As Faculdades dependem da autorização do MEC para solicitar a abertura de cursos, mesmo após o seu credenciamento. Para tal solicitação, o MEC analisa documentos relativos ao projeto pedagógico do curso, número de vagas, corpo docente e outras informações acadêmicas relevantes. Os

Instrumentos de Avaliação, elaborados pelo INEP, subsidiam os autos autorizativos de cursos. Para a autorização dos cursos de graduação, a avaliação é baseada em três dimensões: (i) organização didático pedagógica; (ii) corpo docente e tutorial; e (iii) infraestrutura.

Já as Universidades e os Centros Universitários, dentro de sua autonomia, não dependem de autorização do MEC para criar cursos na cidade onde localiza sua sede. Deve-se nestes casos, apenas informar ao MEC a respeito dos cursos que oferecem para fins de registro, avaliação e reconhecimento posterior. Contudo, a criação de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, sejam por faculdades, universidades ou centros universitários, deve ser solicitada ao MEC e está sujeita ao parecer das corporações de classe das profissões referidas.

Todos os cursos, sejam oferecidos por faculdade, centro universitário ou universidade, devem ser reconhecidos para que os diplomas dos estudantes tenham validação nacional. O pedido de reconhecimento deve ser solicitado quando decorridos entre 50% e 75% da carga horária total do curso e deve incluir informações sobre o projeto pedagógico, o número de estudantes, dados do corpo docente, períodos de oferta e outras informações acadêmicas e institucionais relevantes.

Para ofertar cursos de pós-graduação lato sensu - denominados cursos de especialização, de acordo com a Resolução n.º 1, de 6 de abril de 2018 e Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018 - as IES já credenciadas perante o MEC não necessitam de autorização específica, mas deverão informar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC os cursos criados por atos próprios, no prazo de sessenta dias, contado da data do ato de criação do curso.

Atualmente a Ânima Educação oferta, aproximadamente, 119 cursos de Pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e EAD, distribuídos entre os vários municípios onde o Grupo atua.

Já com relação aos cursos de pós-graduação stricto sensu – mestrado e doutorado, a avaliação é feita a cada quatro anos, pela CAPES e sujeita à aprovação do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (“CTC-ES”) e do CNE. Os cursos são recomendados/reconhecidos segundo características, perspectivas e quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas de pós-graduação pertencentes a cada área de avaliação da CAPES.

A Ânima Educação oferece, atualmente, 4 (quatro) programas de Mestrado: Arquitetura e Urbanismo, Ciências do Envelhecimento, Educação Física e Engenharia Civil e 1 (um) programa de Doutorado: Educação Física.

Educação a Distância - EaD

Com relação à educação a distância (“EaD”), a modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou momentos distintos, as diversas possibilidades proporcionadas pela EaD à sociedade sugerem às instituições educacionais um movimento de adequação a essa tendência como condição de permanência e consolidação no cenário educacional.

A EaD, na perspectiva da legislação da Educação Superior no Brasil, é regulamentada pelo art. 80 da LDB, pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, Portaria Normativa MEC nº 11, de 20 de junho de 2017, pela Portaria Normativa do MEC nº 23, de 17 de dezembro 2017 e demais normas vigentes aplicáveis.

A EaD é aplicável às instituições de ensino, públicas ou privadas, e pode ser oferecido nos seguintes níveis e como parte dos seguintes métodos educacionais: (i) ensino fundamental e médio, desde que seja usado apenas para complementar os processos de aprendizado ou em situações de emergência; (ii) educação para jovens e adultos, de acordo com critérios legais específicos; (iii) educação especial, de acordo com critérios legais específicos; (iv) educação profissional e técnica de nível médio; e (v) ensino superior, abrangendo graduação, programas de mestrado, especializações e estudos de doutorado.

Somente instituições de ensino credenciadas podem oferecer cursos e programas na modalidade a distância, sendo que compete ao MEC promover os atos de credenciamento das instituições de Ensino Superior.

Os cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico) e pós-graduação podem ser oferecidos usando métodos de ensino a distância sempre que uma IES for regularmente credenciada no MEC para esse fim. O pedido seguirá, inicialmente, procedimento específico para credenciamento, autorização e reconhecimento de educação a distância, transitando perante os órgãos próprios do MEC.

O credenciamento se dá por até 5 anos, podendo ser renovado mediante novo processo de filiação. A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até 24 meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora. Caso a implementação dos cursos autorizados não ocorra nesse prazo, os atos de credenciamento e autorização de cursos poderão ser tornados sem efeito.

No caso do Ensino Superior, as Universidades e os Centros Universitários credenciados para oferta de educação superior à distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, mediante comunicação ao MEC, sendo que os cursos ou programas criados somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição. Já as Faculdades, deverão solicitar ao MEC autorização para abertura de cursos e programas de educação superior a distância.

Os cursos de pós-graduação ofertados na modalidade à distância estão, atualmente, disciplinados pela Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017 (stricto sensu), pela Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, pela Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, pela Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018 e pela Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018 (lato sensu).

As instituições que oferecem cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e lato sensu (especialização) deverão ser obrigatoriamente credenciadas pela União (MEC) e obedecer às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos em questão.

Embora o ensino a distância seja definido pela ausência de contato direto entre alunos e professores, há atividades que devem ser realizadas no local, como tutoriais, avaliações, estágios, prática profissional, defesa laboratorial e de dissertação, que devem ser fornecidas no projetos de educação e desenvolvimento da instituição e do curso. Dessa forma, as instituições de ensino a distância devem fornecer a infraestrutura necessária para que os alunos realizem essas atividades, utilizando a sede da instituição de ensino ou unidades de apoio menores em todo o país. As unidades de apoio ao ensino a distância não estão mais sujeitas a avaliação no local e não precisam obter autorização prévia do MEC para serem instaladas ou operadas. Nos termos da Portaria Normativa nº 11/2017, essas unidades podem ser criadas por decisão unilateral da própria instituição.

Os programas de stricto sensu (mestrado e doutorado) a distância estarão sujeitos às exigências de recomendação e de renovação previstas em legislação específica. Atualmente, a Portaria CAPES nº 90/2019 dispõe sobre os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade de educação a distância, e indica que os títulos de mestres e de doutores obtidos nos programas a distância avaliados positivamente pela CAPES, reconhecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CNE/CES, e homologados pelo Ministro da Educação, terão validade nacional. Para que as IES estejam aptas a oferecer programas de pós-graduação stricto sensu a distância, deverão atender certos requisitos – dentre eles (i) ter índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4 (quatro) e (ii) ser credenciadas junto ao MEC para a oferta de cursos a distância.

Atualmente, não existe uma regulamentação educacional que proíba a oferta de cursos a distância. No entanto, existem discussões e propostas legislativas destinadas a proibir a oferta de cursos a distância nas áreas da Saúde, Arquitetura e Direito.

Na perspectiva da regulação, cabe destacar que a avaliação dos cursos de EaD é realizada da mesma forma que a avaliação dos cursos presenciais. Sendo identificada qualquer irregularidade ou descumprimento de condições originalmente estabelecidas, o órgão competente pode instaurar processo administrativo e, conforme o caso, penalidades, tais como a suspensão temporária da oferta de cursos, a redução das vagas autorizadas e até o descredenciamento da IES.

Também é importante ressaltar que, recentemente, a Portaria Normativa nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, alterou o limite máximo de horas de ensino a distância em cursos presenciais, de 20% para 40% da carga horária. O curso ainda será considerado presencial, mas será possível oferecer horas

de EaD que devem ser amplamente informadas aos alunos matriculados no curso. Este limite não se aplica aos cursos de Medicina.

Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – (“SINAES”)

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o SINAES, que tem por objetivo avaliar as instituições de ensino superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico dos alunos. Os esforços de monitoramento e coordenação do SINAES são realizados pela CONAES. O principal objetivo desse sistema de avaliação é melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil. De acordo com as normas vigentes, os resultados dessas avaliações são representados em uma escala de 5 (cinco) valores considerados nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e credenciamento de instituições, conforme Portaria nº 4, de 5 de agosto de 2008:

- os valores 4 (quatro) e 5 (cinco) expressam condições acima das satisfatórias;
- o valor 3 (três) expressa condições satisfatórias; e
- os valores 1 (um) e 2 (dois) expressam condições insatisfatórias.

Em caso de resultado insatisfatório, será celebrado um termo de compromisso entre a instituição e o MEC, contendo, entre outras disposições: (i) o diagnóstico das condições insatisfatórias; (ii) as providências a serem tomadas para corrigir as condições insatisfatórias; e (iii) os prazos e metas para recuperação.

O não cumprimento, total ou parcial, das condições previstas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, as quais podem variar de uma simples advertência até a cassação do credenciamento ou credenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos.

Os resultados da avaliação de IES e seus cursos são colocados à disposição do público pelo MEC.

Avaliação de Instituições de Ensino Superior

As avaliações externas de instituições de ensino superior são realizadas pelo INEP nas seguintes situações: quando a instituição solicita seu primeiro credenciamento, quando o ato de credenciamento está vencendo e solicita-se o credenciamento; ou quando a IES recebe conceito inferior a 3 no Índice Geral de Cursos - IGC (componente do Enade).

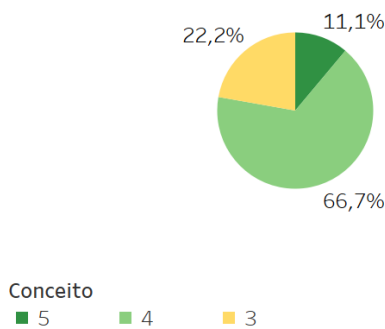
De acordo com a Lei do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) nº10.861, de 14 de abril de 2004 e com a Portaria Normativa nº 1.382 de 31 de outubro de 2017, as IES são avaliadas com base nos seguintes eixos: EIXO 1: Planejamento e avaliação institucional; EIXO 2: Desenvolvimento institucional; EIXO 3: Políticas acadêmicas; EIXO 4: Políticas de Gestão; e EIXO 5: Infraestrutura.

A avaliação externa *in loco* institucional realizada pelo INEP considerará, no mínimo, as dez dimensões avaliativas, e resultará no Conceito Institucional (“CI”). A avaliação externa *in loco* do curso, por sua vez, considerará as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as dimensões relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, e resultará no Conceito de Curso (“CC”).

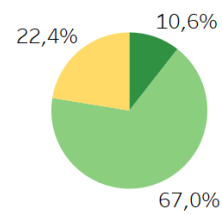
Os Resultados das Avaliações Externas em nossas IES

Nossas instituições têm passado regularmente pelo processo de renovação de seus atos regulatórios. Apresentamos no quadro abaixo, os resultados mais atuais obtidos tanto nas avaliações externas de autorização, reconhecimento e renovação de cursos, como nas avaliações de credenciamento e credenciamento de IES.

Percentual de Instituições por CI

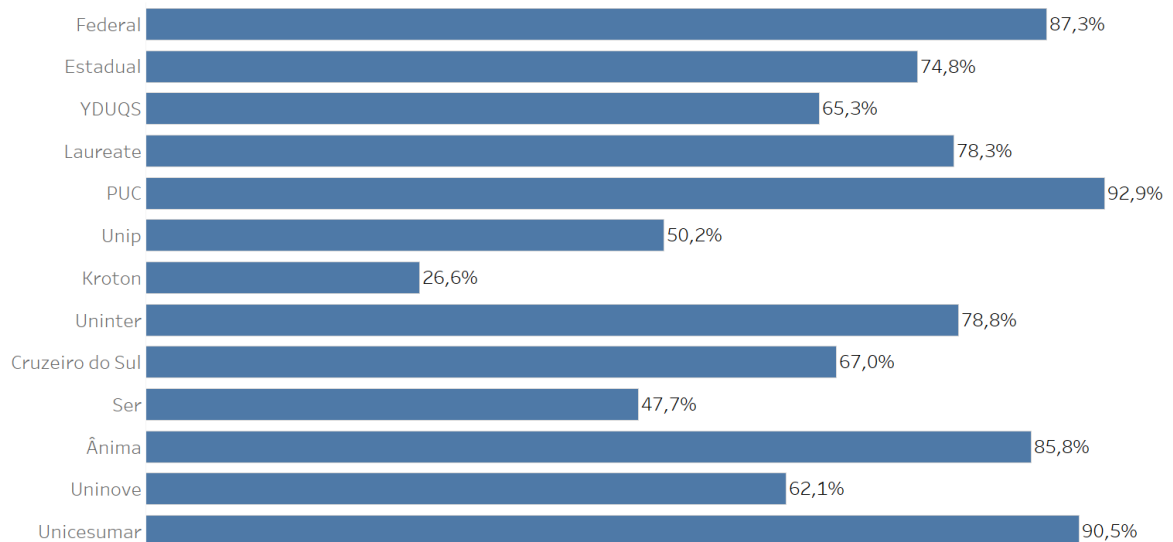


Percentual de cursos em atividade por CC

**Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE)**

A avaliação externa do desempenho acadêmico do aluno é conduzida pelo Inep. O aluno submete-se ao ENADE, o qual tem como objetivo verificar os conhecimentos, as habilidades e as competências adquiridas durante o curso, e se referem às questões/situações gerais e às específicas da formação profissional. Os estudantes concluintes dos cursos de Bacharelado que tenham integralizado mais de 80% (oitenta por cento) da carga horária mínima do curso e estudantes concluintes dos Cursos Superiores de Tecnologia que tiverem integralizado mais de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária mínima do currículo submetem-se ao ENADE a cada três anos de acordo com o ciclo avaliativo de cada área. O primeiro ENADE ocorreu em 2004, quando foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e substituiu o Exame Nacional de Cursos - Provão, aplicado a estudantes matriculados apenas na última série de cada curso no período de 1996 a 2003.

A nota geral de cada turma de estudantes é calculada com base na média ponderada de todos os estudantes de um determinado curso que se submeteram ao exame. O Inep avalia o desvio padrão da evolução do aluno em cada curso a fim de compará-lo com os padrões nacionais.

Gráfico 2: Comparativo entre as notas do ENADE dos maiores grupos educacionais do Brasil**Percentual do total de matrículas em cursos com ENADE Satisfatório (2016-2018)**

Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: ENADE (2016-2018)

CPC – Conceito Preliminar de Curso, e IGC – Índice Geral de Curso e IDD – Índice de Diferença de Desempenho

O Conceito Preliminar de Curso é o indicador, criado pelo INEP, para agregar mais um critério ao processo de avaliação dos cursos de graduação.

O Conceito Preliminar de Curso combina diversas medidas relativas à qualidade do curso: infraestrutura e instalações físicas, recursos didático-pedagógicos, corpo docente, o desempenho obtido pelos estudantes ingressantes e concluintes do curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e o IDD – Índice de Diferença de Desempenho que infere a diferença de desempenho do aluno ingressante e o aluno concluinte. A quantidade Doutores no corpo docente contribui com 15% deste conceito.

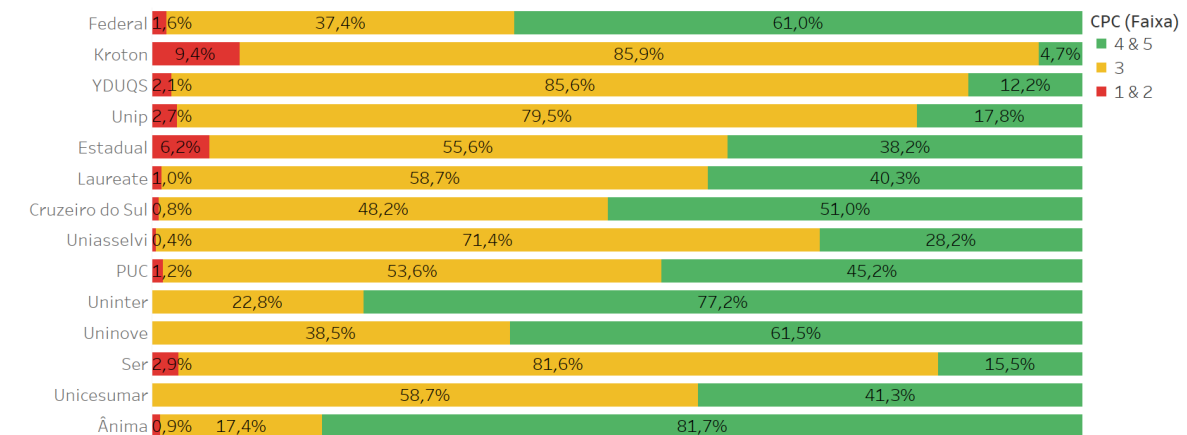
O Conceito Preliminar de Curso varia de valor de 1 (um) a 5 (cinco) e para ser corroborado ou alterado, comissões de avaliadores poderão realizar visitas in loco.

Operacionalmente, cursos que obtiverem Conceito Preliminar de Curso 1 (um) e 2 (dois) serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do INEP.

Cursos com conceito igual ou maior que 3 (três), podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o Conceito Preliminar de Curso em conceito permanente. O Conceito Preliminar de Curso será divulgado anualmente, junto com os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

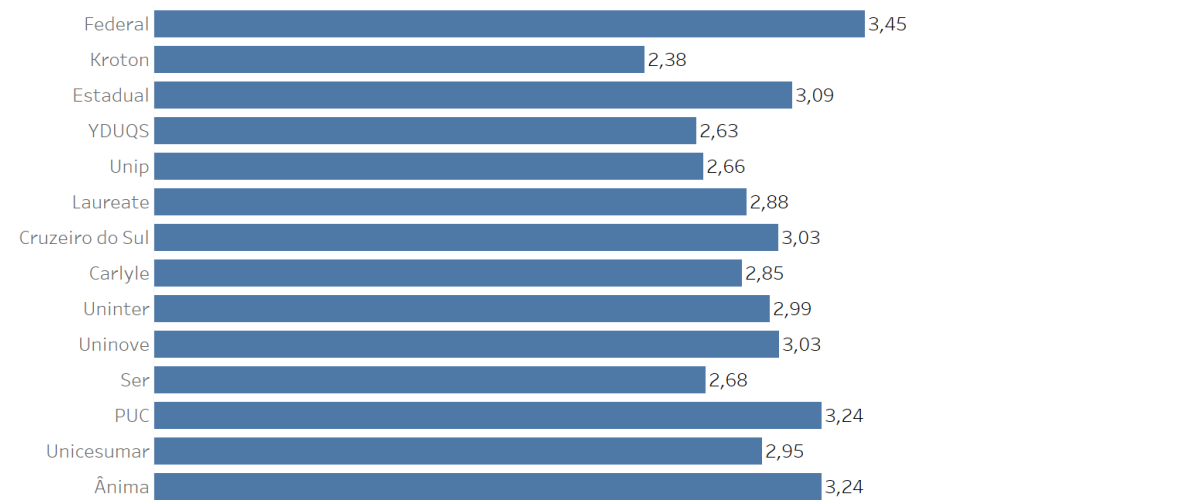
Gráfico 3 – Comparativo das notas de CPC entre os maiores grupos educacionais do Brasil

Percentual do total de matrículas por faixas CPC no Triênio 2016-2018



Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: CPC (2016-2018)

O Índice Geral de Cursos (“IGC”) é um indicador de qualidade da instituição e considera os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*. Resulta da média ponderada das notas dos cursos e é recalculado anualmente. O IGC também varia de valor de 1 (um) a 5 (cinco) e é um critério que pode ser utilizado nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições e também no processo de autorização de novos cursos: instituições com IGCs menores que 3, por exemplo, podem ter seus pedidos de novos cursos rejeitados pelo MEC.

IGC ponderado por total de matrículas (2018)

Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: IGC (2018)

Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)

O IDD é um indicador de qualidade que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem, como medida proxy (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

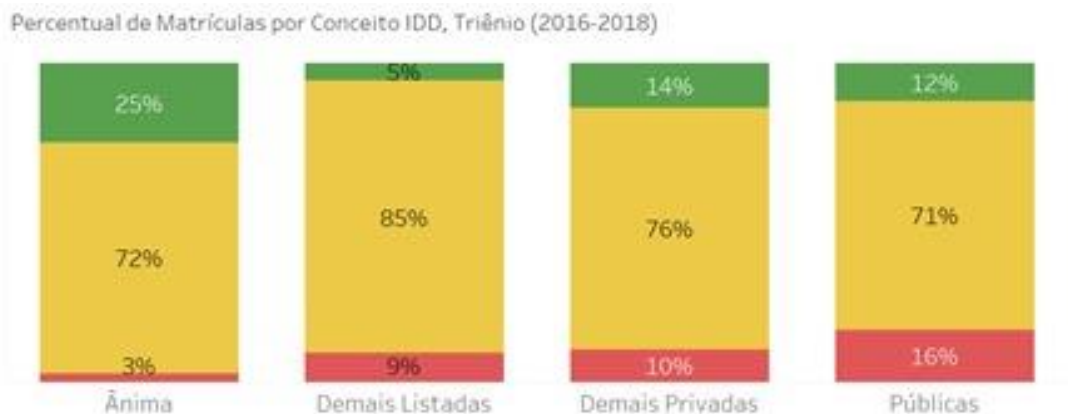
Para que um curso tenha o IDD calculado, é preciso que ele atenda às seguintes condições:

- (i) Possuir no mínimo 2 (dois) estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem no período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os 3 (três) anos anteriores;
- (ii) Atingir 20% (vinte por cento) do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem.

Desde 2014, o cálculo do IDD ocorre para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, recuperando-se os resultados do mesmo estudante nos dois exames a partir do número do CPF.

Assim como o CPC e o IGC, o IDD varia de valor de 1 (um) a 5 (cinco).

No último resultado publicado pelo INEP em 4 de outubro de 2019, os resultados do IDD para o triênio 2016-2018 mostram que 25% dos nossos alunos tiveram índice entre 4 e 5, enquanto que 5% dos alunos das demais companhias listadas tiveram índice nessa faixa.



Transferência de Manutenção

As instituições de ensino superior privadas devem ser mantidas por pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, que deverá controlar, administrar e manter os recursos necessários para atender às necessidades da Instituição mantida. Nos termos do Decreto nº 9.235/2017 e Portaria Normativa nº 23/2017, a alteração da manutenção ocorre sempre que houver uma alteração de mantenedora da IES, com mudança de CNPJ, bem como a alteração de controle societário ou do negócio jurídico que altera o poder decisório sobre a mantenedora. Embora não dependa mais da aprovação do MEC, a alteração na manutenção deverá ser informada ao órgão, no prazo de 60 (sessenta) dias após a conclusão da transação. A nova entidade mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento de uma IES e oferecer toda a documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal.

PROGRAMAS DE INCENTIVO

Programa Universidade para Todos (“PROUNI”)

O PROUNI é um programa de benefícios fiscais criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente transformada na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a isenção de determinados impostos federais às instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação.

As IES privadas podem aderir ao PROUNI por meio da assinatura de um termo de adesão válido por 10 (dez) anos e renovável pelo mesmo período, desde que observados requisitos legais. Esse termo de adesão deve prever o número de bolsas de estudo a serem oferecidas em cada curso, unidade e turma, e um percentual de bolsas de estudo para cursos de ensino superior a serem concedidas a indígenas e afro-brasileiros.

O PROUNI exige que as instituições beneficiadas ofereçam: (i) pelo menos uma bolsa integral para cada 10,7 alunos que pagam uma mensalidade regular e estejam regularmente matriculados no fim do ano letivo anterior; ou (ii) uma bolsa integral para cada 22 alunos que pagam a mensalidade regular em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, desde que também ofereçam bolsas de 50% ou 25% em um valor total equivalente a 8,5% de sua receita anual. Na data deste Formulário de Referência, esclarecemos que na condição de beneficiária do PROUNI, nós oferecemos bolsa nos termos indicados no item (i) acima.

A relação entre o número de bolsas de estudo e os alunos regularmente pagantes deve ser observada anualmente. Se essa relação não for observada durante um determinado ano letivo devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de estudo de maneira proporcional para o ano letivo seguinte.

Podem participar do Prouni os estudantes brasileiros que não possuam diploma de curso superior e que atendam a pelo menos uma das condições abaixo:

- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola;
- ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada;
- ser pessoa com deficiência;
- ser professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda.

Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais de 50% ou 25%, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Somos credenciados ao ProUni e, portanto, nos valem os tais benefícios.

Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (“FIES”)

O FIES é destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

A adesão ao FIES pode ser realizada pelas instituições ainda não avaliadas ou àquelas já avaliadas e que obtiveram conceito maior ou igual a três na avaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Os cursos que não atingirem a média de indicador satisfatório ficarão desvinculados do FIES, sem prejuízo para o estudante já financiado. É vedada a concessão de financiamento a cursos superiores ministrados na modalidade de EaD. As mantenedoras de instituições de ensino que aderirem ao FIES participarão do risco do financiamento, como devedoras solidárias.

Nos termos da Lei nº 13.530/2017 e da Portaria Normativa nº 209, de 07 de março de 2018, o financiamento estudantil poderá ser concedido em duas modalidades:

I. **Modalidade FIES**, conforme prevista no artigo 5-C e seguintes da Lei nº 10.260/2001: concretizada por meio do FIES e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar per capita de até 3 (três) salários mínimos. Para essa modalidade, os financiamentos concedidos a partir do primeiro semestre de 2018 deverão observar, dentre outras condições, (i) o prazo definido em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies; (ii) taxa de juros real igual a zero, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional; (iii) o oferecimento de garantias pelo estudante financiado ou pela entidade mantenedora da instituição de ensino e (iv) a participação das instituições de ensino no risco do financiamento, na condição de devedoras solidárias do FG-Fies, na proporção de suas contribuições ao Fundo.

II. **Modalidade P-FIES**, conforme prevista nos artigos 15-D a 15-M da Lei nº 10.260/2001: concretizada por meio de fontes de financiamento distintas do FIES, tais como o Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar per capita de 3 (três) salários mínimos até 5 (cinco) salários mínimos. Nesta hipótese, as condições de concessão do financiamento ao estudante serão definidas entre o agente financeiro operador do crédito, a instituição de ensino superior e o estudante, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Dessa forma, a taxa efetiva de juros do FIES variará de acordo com as condições negociadas com o agente financeiro.

As vagas ofertadas no processo seletivo do FIES foram selecionadas de acordo com critérios técnicos, observando-se o disposto na legislação vigente, a saber: (i) disponibilidade orçamentária e financeira do FIES; (ii) conceito do curso obtido no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), priorizando-se os cursos com conceito 5 e 4; (iii) cursos das áreas de Saúde, Engenharia e Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior, com 60% do número de vagas de cada microrregião; (iv) relevância social por:

- a. microrregiões identificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a partir das informações geradas pela demanda por educação superior, calculada a partir de dados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;
- b. demanda por financiamento estudantil, calculada a partir de dados do FIES no ano de 2015;
- c. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM da microrregião, calculado a partir da média dos IDH-Ms dos municípios que a compõem, conforme estudos desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil - Pnud – Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro, conforme detalhado no anexo I da Portaria Normativa 13/2015.

Nesse contexto, os cursos considerados para cada área prioritária foram:

- I. Área da Saúde: Biologia – Bacharelado, Biomedicina, Educação Física – Bacharelado, Enfermagem – Bacharelado, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina

Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional, em consonância com o estabelecido na Resolução CNS nº 287/1988;

- II. Área da Engenharia: todos os cursos do Cadastro e-MEC que possuam "Engenharia" na nomenclatura;
- III. Área da Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior: Pedagogia, Normal Superior, Português, Biologia, Matemática, Educação Física, História, Geografia, Língua Estrangeira, Química, Física, Filosofia, Artes, Sociologia e demais licenciaturas;

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MEC, bem como com os órgãos integrantes dele ou ligados a ele, como é o caso do CNE, da SERES, do INEP e da CONAES. Isso se reflete no curso normal de obtenção das autorizações e reconhecimentos dos cursos, credenciamento e credenciamento necessários para a condução das nossas atividades e, principalmente, para o nosso crescimento.

O conceito de bom relacionamento com o MEC e demais órgãos dele integrantes ou a ele relacionados considera o fato de inexistir disputas ou desentendimentos entre nós e tais órgãos que pudessem prejudicar o desenvolvimento de nossas atividades.

Regulamentação relativa a privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas.

A LGPD, que entrará em vigor em agosto de 2020, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

b. Política Ambiental da Companhia e Custos Incorridos para o Cumprimento da Regulação Ambiental e, se for o Caso, de outras Práticas Ambientais, Inclusive a Adesão a Padrões Internacionais de Proteção Ambiental.

Em regra, nossas atividades não estão sujeitas ao licenciamento ambiental. Devido a exigências específicas presentes na legislação municipal de algumas localidades em que atuamos, no entanto, parte de nossas atividades contam com licenças ambientais emitidas pelas autoridades ambientais municipais. Empenhamos nossos melhores esforços para cumprir e nos adequar aos termos e condicionantes presentes nas licenças ambientais emitidas para nossas atividades. Além disso, as licenças ambientais que possuímos devem ser renovadas periodicamente, em observância aos prazos previstos na legislação vigente.

O cumprimento da regulação ambiental aplicável às nossas atividades, via de regra, não geram impactos significativos às condições financeiras da nossa Companhia.

Adicionalmente, algumas autorizações e regulamentações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, como aquelas relativas à supressão de vegetação, utilização de recursos hídricos, tratamento de efluentes, gerenciamento de resíduos, etc. Mais além, algumas de nossas atividades podem ser fiscalizadas pelos poderes públicos competentes para fins de emissão do Alvará de Funcionamento nas nossas unidades, como, por exemplo, a coleta de resíduos dos nossos laboratórios da área de saúde.

Convém ressaltar que a operação de atividades potencialmente poluidoras sem a devida licença ou autorização ambiental aplicável pode sujeitar a Companhia à responsabilização ambiental. Tal responsabilidade pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) civil; (ii) administrativa; e, (iii) criminal. São esferas de responsabilidade diversas e independentes porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, bem como a obrigação de reparar o dano causado. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

A responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de uma companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

O poluidor, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço em nossas unidades, como, por exemplo, o transporte e destinação final de resíduos, não nos isentam de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Na esfera penal, a Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações. No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções a serem impostas contra eventual infração administrativa podem incluir advertência, multas de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) que podem ser duplicadas ou triplicadas em caso de reincidência, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Antes da aquisição e/ou locação de qualquer imóvel, avaliamos os principais aspectos ambientais relevantes, com ênfase para a eventual existência de mananciais, árvores, vegetação, áreas de preservação permanente e ocorrência de áreas contaminadas, para fins de identificação prévia sobre a necessidade de remediação de danos ambientais e/ou a solicitação aos órgãos ambientais das licenças e autorizações que se façam necessárias.

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, a Companhia poderá incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Nesses casos, de acordo com diversas leis federais e locais, bem como resoluções e regulamentações, é responsabilidade da nossa Companhia implementar a devida gestão, enquanto proprietária ou operadora de atividades em propriedades potencialmente ou efetivamente contaminadas, por meio da elaboração de laudos técnicos, avaliações e investigações cabíveis, e implementação adequada dos respectivos planos de intervenção. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com suas responsabilidades, poderemos nos tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, objetivamente responsável pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, os quais podem afetar os negócios, os resultados operacionais e imagem da Companhia.

Adicionalmente, o Ministério Público e órgãos ambientais poderão instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais danos ambientais que possam ser atribuídos às nossas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) e/ou Termos de Compromissos (TC) genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados no TAC e/ou TC, poderemos ficar sujeitos à riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

Desde 2009, nós desenvolvemos projetos e iniciativas que promovem os três pilares do nosso desenvolvimento sustentável: (i) ser economicamente viável; (ii) socialmente justo, e (iii) ecologicamente correto. Os referidos projetos e iniciativas encontram-se detalhados em nosso Relatório Anual, o qual se encontra disponível em nosso website.

Adicionalmente, aderimos a padrões internacionais de proteção ambiental uma vez que somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas ("ONU") e da Carta da Terra, conforme abaixo descritos:

- Pacto Global da ONU – Pacto Global com a finalidade de disseminar as melhores práticas nas áreas de direitos humanos, padrões trabalhistas, meio ambiente e de combate à corrupção; e
- Carta da Terra - uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global sustentável e pacífica, de iniciativa da ONU, que se desenvolveu e se consolidou como uma iniciativa global da sociedade civil.

c. Dependência de Patentes, Marcas, Licenças, Concessões, Franquias, Contratos de Royalties Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades.

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Os pedidos de registro de marca, depositados, mas ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, inclusive em caso de oposição de terceiros e uma vez deferidos, o titular pode não efetuar o pagamento da taxa final, cobrada no ato do deferimento da marca, o que também ocasionará o arquivamento do pedido de registro. Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos às marcas são: (i) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento da taxa de prorrogação a cada 10 anos; (ii) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial; (iii) transferência para terceiros em desacordo com o artigo 135 da LPI; (iv) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; ou modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro depois de êxito em processo administrativo. No âmbito judicial, embora sejamos titulares de alguns registros de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estejamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento decenal de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Nossa atividade depende de algumas de nossas marcas, quais sejam: UNA, Unimonte, UniBH, HSM, USJT, SOCIESC, AGES, EBRADI, hsmU e Le Cordon Bleu São Paulo, bem como dos nomes de domínio a elas atrelados. Em caso de perda de alguma dessas marcas ou de outras a estas relacionadas, nossa atividade poderá sofrer prejuízos significativos, conforme indicado no item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

Não obstante, a Companhia realiza contratação de terceiros para desenvolvimento e manutenção de aplicativos, através dos quais foi desenvolvida uma plataforma para interface com o aluno que envolve disponibilização de conteúdo, criação de jornadas para o aluno e ensino a distância.

Ainda, a Companhia celebrou contratos de licença de marca com terceiros para utilização e exploração dessas marcas em suas atividades.

Para maiores informações sobre os nossos direitos de propriedade intelectual relevantes de nossa titularidade, vide item 9.1(b) e 9.2 deste Formulário de Referência.

Até a data deste Formulário de Referência não possuímos receitas provenientes de atividades no exterior.

Não aplicável, uma vez que não temos operações em países estrangeiros.

a. Divulgação das informações sociais e ambientais

Em 2018, divulgamos nosso Relatório de Sustentabilidade, que reúne nossas práticas e projetos sustentáveis, nos âmbitos econômico, social e ambiental. Nossos relatórios são anuais e a partir de 2019 passaram a ter o seguinte cronograma: coleta de dados de janeiro a dezembro com apresentação dos dados analisados em julho do ano seguinte, logo, os dados para o relatório de 2019 já foram coletados e a apresentação e entrega deste será em julho de 2020 conforme cronograma definido em janeiro de 2019 e em função de estar mais adequado ao calendário das escolas.

Nossa Política de Responsabilidade Socioambiental está em fase de revisão final e tão logo esteja concluída, será divulgada.

b. Metodologia seguida na elaboração das informações sociais e ambientais

Seguimos o padrão internacional GRI (*Global Report Information*).

c. Entidade independente que revisa as informações sociais e ambientais

Não há, por enquanto, uma entidade independente que revise as nossas informações sociais e ambientais.

d. A página na rede mundial de computadores que disponibiliza as informações sociais e ambientais

<https://ri.animaeducacao.com.br/show.aspx?idMateria=ftjtFxfSiEYcPVTu1ianUA==>

Seguros

Embora nossas apólices de seguro sejam destinadas para cobrir os riscos inerentes aos nossos negócios, consideramos baixo o risco da ocorrência de sinistros relevantes em nossos estabelecimentos. Não desenvolvemos qualquer atividade fortemente atrelada a ocorrência de incêndios, enchentes, explosões, desmoronamentos ou qualquer outro tipo de sinistro, sendo nossa maior exposição as intempéries. Não obstante, para nos resguardarmos de eventuais prejuízos oriundos de caso fortuito ou força maior, ou decorrente de eventos que fogem do nosso controle, nós e nossas controladas Brasil Educação S.A., UniBH, Unimonte, PGP Posse, PGP, HSM do Brasil S.A., AMC, SOCIESC, FACEB, Politécnico Participações, Instituto Politécnico, BR Educação, VC Network, UNA GP, SOBEPE, Instituto Ânima e Le Cordon Bleu Ânima, celebramos apólice de seguro patrimonial que cobre, dentre outros, danos decorrentes dos seguintes sinistros: incêndios, raios, explosões, alagamentos, danos elétricos, quebra de vidros, roubo e furto qualificado de bens, roubo de valores em mãos de portador, roubo de valores no interior do estabelecimento, tumultos, vendaval, fumaça com impacto de veículos, vazamento de tanques e tubulações, terremoto, tremor de terra e maremoto.

Nossas apólices de seguro têm especificações, limites e franquias normalmente praticadas no mercado, sempre considerando a localização, os riscos cobertos, entre outros. Nós não prevemos quaisquer dificuldades para renovar nossas apólices de seguro e acreditamos que nossa cobertura de seguro é razoável em termos de valor.

Possuímos também um seguro de responsabilidade civil que garante a cobertura máxima de R\$ 5 milhões, com sublimites para auditórios, circulação de equipamentos, riscos contingentes de veículos terrestres, poluição súbita, estabelecimentos de ensino, atividades educacionais e de recreação fora do estabelecimento de ensino, fornecimento de comestíveis e bebidas, prestação de serviços de guarda de veículos de terceiros, inundação e alagamento, empregador (com extensão aos Estados Unidos) e danos morais.

Central de Serviços Compartilhados

Nossa Central de Serviços Compartilhados (“CSC”) tem como finalidade centralizar e padronizar para todas as nossas instituições os processos envolvendo a nossa prestação de serviços. Os serviços compartilhados compreendem: compras, contas a receber, contas a pagar, *cash management*, gestão de inadimplência, bolsas e financiamentos, controladoria, área fiscal, contabilidade, tecnologia da informação, departamento pessoal, Secretaria Acadêmica, aquisição e indexação centralizada de Biblioteca, escritório de projetos de sistemas e central de atendimento (*helpdesk*). Acreditamos que o funcionamento da nossa CSC nos proporciona ganhos de escala e otimização de mão de obra concentrando os trabalhos em uma equipe enxuta e mais especializada. Além disso, a centralização dos serviços na CSC permite a padronização dos processos e unificação dos sistemas, permitindo mais precisão e eficiência na gestão dos serviços. Na nossa relação com os nossos fornecedores, por exemplo, acreditamos que a centralização das compras nos dá maior poder de negociação e melhores condições de compra.

Métodos de controle para evitar inadimplência

Acreditamos que a confiança e segurança que transmitimos aos nossos estudantes são fundamentais para retê-los. Além disso, entendemos que o custo da conquista de novos estudantes é superior ao da manutenção dos mesmos, o que justifica os nossos esforços de fidelização.

Nossa principal medida de estímulo à adimplência é a exigência da quitação de todos os eventuais débitos como pré-requisito para efetivação da matrícula do módulo subsequente, sendo nossas matrículas semestrais. Portanto, limitamos a inadimplência de nossos estudantes a, no máximo, 6 meses.

Entretanto, na hipótese de uma eventual constatação de inadimplência, adotamos alguns métodos de controle, sempre pautados na busca de alternativas de negociação para reescalonar as dívidas dos nossos estudantes. Nesse sentido, ao constatar que algum estudante está inadimplente, iniciamos o processo de cobrança interna através de ações sistemáticas, tais como:

Envio de e-mails: após a data de vencimento, enviamos e-mails lembrando nosso estudante de sua obrigação. No caso de não atendimento, estabelecemos um número de dias para que outro e-mail seja enviado solicitando providências com relação à quitação da respectiva pendência.

Envio de mensagens de texto via celular (SMS): após o envio de e-mails, enviamos um SMS ao nosso estudante reiterando a existência de pendência junto a instituição.

Telefonemas: no processo seguinte, caso os e-mails e o SMS não tenham obtido êxito, entramos em contato com nosso estudante solicitando a regularização da respectiva pendência. Poderemos efetuar acordos para programar ou estender o prazo de pagamento.

Quando um estudante deixa de integrar nosso corpo discente, transferimos a cobrança dos créditos relativos a tal estudante a um dos dois escritórios especializados de cobrança com os quais trabalhamos, visando o recebimento dos créditos.

Internacionalização

A internacionalização é considerada um meio estratégico para o crescimento e consolidação das instituições de ensino superior. Internacionalizar é uma necessidade para todas as universidades comprometidas com a qualidade de seu ensino, pesquisa e extensão. Neste cenário a Ânima Educação, por meio do International Office, abriu as portas para o mundo e estabeleceu a meta de atingir o patamar de excelência. Ações destinadas à mobilidade internacional, estabelecimento de convênios com instituições renomadas e incentivo a criação de redes de pesquisa internacional são fatos marcantes na história recente da empresa.

O International Office é responsável pela abertura, tramitação, acompanhamento e renovação dos acordos de cooperação celebrados entre a Ânima Educação e instituições internacionais. Tais parcerias permitem ofertar bolsas de estudo, estágios, módulos internacionais, visitas técnicas, cursos de idiomas, intercâmbios de graduação, mestrado e doutorado em conceituadas instituições no exterior. Destacamos a seguir as principais parcerias celebradas pelo setor de Internacionalização.

Acordos Internacionais Ânima Educação (todas as instituições do grupo são beneficiadas)

Universidade de Aveiro - Portugal: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição portuguesa. Além de promover aos docentes, pesquisas em conjunto.

Universidad de Nebrija – Espanha: O presente acordo tem como objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição portuguesa. Além de promover aos docentes, pesquisas em conjunto.

Amity University - Ásia: Esse acordo de cooperação tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. A Amity University disponibilizou, através desta parceria, suas unidades na Índia, Dubai, Singapura e China para o desenvolvimento de atividades em conjunto. O maior interesse em comum entre as instituições é a tecnologia e inovação voltados a educação.

Santander Ibero-Americanas – Santander Universidades: O programa visa possibilitar a mobilidade internacional de estudantes de Instituições de Ensino Superior conveniadas ao Santander, para a participação em cursos promovidos em Instituições de Ensino Portuguesa, Espanhola, Argentina, Chilena, Colombiana, Mexicana, Porto-Riquenha, Peruana e Uruguaia definidas em instrumento específico, potencializando as relações acadêmicas entre o Brasil e os países citados. São concedidas

bolsas de estudos para que os alunos de graduação realizem um período letivo, com a finalidade de proporcionar experiência acadêmica internacional.

Santander Mundi – Santander Universidades: O objetivo do programa é possibilitar a mobilidade internacional de estudantes de Instituições de Ensino Superior conveniadas ao Santander em Instituições de Ensino na Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, Porto Rico, Estados Unidos da América, Uruguai, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Polônia, Portugal, Espanha, Inglaterra, China, Qatar, Rússia e Singapura, a serem definidas em instrumento específico, potencializando as relações acadêmicas entre o Brasil e países citados. São concedidas bolsas de estudos para que os alunos de graduação realizem um período letivo, com a finalidade de proporcionar experiência acadêmica internacional.

La Provence – França: Este acordo de cooperação tem como principal função a oferta de estágios internacionais para os cursos de graduação e pós-graduação. Voltado aos alunos de Gastronomia, o programa prevê a mobilidade internacional através de experiências práticas em reconhecidos restaurantes dentro de hotéis de luxo na França.

Instituto Politécnico de Leiria - Portugal: O propósito deste convênio é o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos de graduação e docentes que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição portuguesa.

Universidad de Valladolid - Espanha: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição espanhola.

MGSilva Consultoria – Moçambique: A intenção desta parceria é estabelecer um programa de estágio aos estudantes do curso de Graduação em Medicina Veterinária. Os alunos selecionados serão introduzidos ao meio de criação de galinhas cafreais, em pequenos vilarejos, visando a subsistência e geração de renda para os agregados familiares participantes do projeto PRIORIZE.

Florida Polytechnic University – EUA: A parceria visa possibilitar a mobilidade internacional de quatro estudantes graduados em 2018 dos cursos de Engenharias, Computação, Tecnologia da Informação para a realização Pós-Graduação na Florida Polytechnic University, em um dos cursos a seguir: Master of Science in Big Data Analytics; Master of Science in Robotics; Master of Science in Logistics; Intelligence Mobility; Master of Science in Electrical Control Systems. São concedidas bolsas de estudos integrais para o curso completo no exterior, com a finalidade de proporcionar desenvolvimento e certificação acadêmica internacional.

Universidade de Coimbra - Portugal: O presente acordo abrange a Associação de Estudos Europeus de Coimbra (AEEC) e o Instituto jurídico da Comunicação (IJC), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e visa o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição portuguesa. Além de desenvolver programas de capacitação em conjunto.

Accademia Europea di Firenze – Itália: O convênio visa o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na área de história, arquitetura, artes e idiomas na instituição italiana. Além de desenvolver programas de capacitação em conjunto.

Garlough Group – EUA: O convênio tem como propósito desenvolver atividades acadêmicas e técnicas que contribuam para o fortalecimento de ambas as Instituições. Além disso, o presente convênio prevê a colaboração conjunta no projeto “English as a Second Language”, no qual visa a oferta e incentivo à proficiência linguística. Foi desenvolvida uma plataforma online para aulas de inglês completamente personalizada ao perfil da comunidade Ânima. São ofertadas três modalidades de curso: Auto Aprendizado, Aprendizado Online e Inglês Acadêmico: www.eenglishusa.com

Instituto Politécnico do Porto - Portugal: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, voltadas ao Instituto Superior de Contabilidade Administração do Porto (ISCAP) Direcionado a professores e alunos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Fundación Universitaria Maria Cano - Colômbia: O convênio visa receber alunos e professores vindos da instituição colombiana, através de programas de intercâmbio acadêmico, visitas técnicas e e módulos internacionais desenvolvidos pelas instituições de ensino do grupo Ânima.

Israel Institute of Technology - Israel: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a professores, alunos da graduação e da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

Universidad Científica del Sur - Peru: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a professores, alunos da graduação e da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

Escuela Argentina de Negocios Instituto Universitario – Argentina: Este acordo de cooperação prevê a cooperação acadêmica, técnica e cultural em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

Universidad UCATEC – Bolívia: O propósito desse convenio é possibilitar o intercâmbio, projetos e atividades acadêmicas, científicas e culturais em que ambas as instituições tenham interesse manifesto.

Universidad Finis Terrae – Chile: O presente convênio visa o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Além de promover aos docentes, pesquisas em conjunto.

Universidad del Litoral – Argentina: Este acordo de cooperação tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Além de agregar o Termo Aditivo para programa de Mestrado em Administração entre a instituição argentina e as instituições de ensino do grupo Anima.

Instituto Politécnico de Viseu – Portugal: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a professores, alunos da graduação e da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

Jiaxing University – China: O presente acordo tem como objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação *lato* e *stricto sensu* que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição chinesa.

Universidad Abierta Interamericana – Argentina: O propósito desse convenio é possibilitar o intercâmbio, projetos e atividades acadêmicas, científicas e culturais em que ambas as instituições tenham interesse manifesto.

GyeongBuk Technopark – Coréia do Sul: Este acordo de cooperação tem por objetivo o intercâmbio e

a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e principalmente técnicas no qual ambas as instituições tenham interesse manifesto. O Technopark foi fundado pelo governo da Coreia do Sul e visa o fomento de atividades voltadas a tecnologia e inovação.

Acordos Internacionais UNA (parcerias específicas desta instituição)

Universidade de Évora - Portugal: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Université François-Rabelais de Tours – França: O presente acordo visa a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a docentes e alunos de pós-graduação lato e stricto sensu.

Universidade Politécnica - Moçambique: o convênio tem por objetivo viabilizar aos estudantes da Universidade Politécnica de Maputo o acesso a cursos de pós-graduação lato sensu, de natureza presencial, em diversas áreas como Turismo e Hotelaria, Gestão Estratégica de Negócios e Gestão Estratégica de Pessoas.

Acordos Internacionais UniBH (parcerias específicas desta instituição)

Universidade Santiago del Estero - Argentina: o convênio tem por objeto o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as Instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Universidade do Porto - Portugal: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Instituto Politécnico de Santarém - Portugal: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Universidade Nacional Timor Lorosar – Timor Leste: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. O interesse principal dessa parceria é a recepção de alunos estrangeiros nas unidades do UniBH, visando o um ambiente intercultural para os nossos alunos.

Universidade de Évora - Portugal: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar

sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Universidade de Coimbra – Portugal: O propósito desse convenio é possibilitar o intercâmbio, projetos e atividades acadêmicas, científicas e culturais em que ambas as instituições tenham interesse manifesto.

Acordos Internacionais Universidade São Judas Tadeu (parcerias específicas desta instituição)

University of Birmingham – Reino Unido: O objetivo do convênio é a formação de Técnicos Educadores para a entrega da metodologia EMPOWERING COACHING™ oferecido pela Universidade de Birmingham. O programa é voltado para treinadores esportivos e professores de educação física. Após certificação, nossos docentes participantes são capacitados para lecionar a metodologia estudada a comunidade.

Universidad Pablo de Olavide – Espanha: A parceria visa a mobilidade internacional de docentes para a construção de pesquisas voltadas a promoção de valores e boas práticas nos esportes. Este programa é voltado aos docentes do curso de Educação Física que desejam somar esforços na efetivação do projeto *Proyecto Europeo* liderado pela *Universidad Pablo de Olavide*.

Universidad de Málaga – Espanha: O presente acordo tem como objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição portuguesa. Além de promover aos docentes, pesquisas em conjunto.

Acordos Internacionais UniSociesc (parcerias específicas desta instituição)

Universidade do Porto - Portugal: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico.

Technische Universität Braunschweig - Alemanha: o convênio tem por objeto o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as Instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 02 (dois) alunos, por semestre, para aprofundarem sua formação acadêmica na área atual de estudo.

Programa CAPES/BRAFITEC – França: visa a qualificação da formação de estudantes de graduação em engenharia em diversas especialidades, através da mobilidade bi-nacional em atividades acadêmicas, nas Universidades, e atividades industriais, em empresas ou laboratórios parceiros. O programa disponibiliza 3 (três) vagas por ano para o intercâmbio de alunos. A UniSociesc oferece três programas de dupla-diplomação na área das Engenharias, através do Programa Brafitec, cujo objetivo consiste na obtenção de dupla-diplomação envolvendo a UniSociesc e as instituições parceiras.

École Nationale d'Ingénieurs de Saint-Étienne (ENISE) - França: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 03 (três) alunos no campo de estudo da Engenharia Mecânica e Civil para aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

École Nationale d'Ingénieurs de Tarbes (ENIT) - França: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 05 (cinco) alunos no campo de estudo da Engenharia Mecânica e Civil para aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

École Nationale d'Ingénieurs de Brest (ENIB) - França: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 04 (quatro) alunos no campo de estudo da Engenharia da Computação e Sistemas da Informação para aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

École Nationale d'Ingénieurs de Metz (ENIM) – França: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 05 (cinco) alunos no campo de estudo da engenharia Mecânica e Produção para aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Ernst-Abbe-Hochschule Jena – Alemanha: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto.

Fachhochschule Erfurt – Alemanha: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto.

Universidad Distrital Francisco Jose de Caldas – Colômbia: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico.

Universidad CEU San Pablo – Espanha: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 02 (dois) alunos, por semestre, para aprofundarem sua formação acadêmica na área atual de estudo.

Universidad Politecnica de Madrid – Espanha: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico.

O International Office é responsável pela coordenação das atividades que envolvem a saída de estudantes para o período de intercâmbio internacional em instituições estrangeiras conveniadas. É responsabilidade do setor a negociação das vagas disponíveis para intercâmbio junto a cada instituição conveniada, produção dos editais de seleção, análise da documentação, entrevistas, orientação aos candidatos, e contato com as instituições estrangeiras.

Os Programas de Mobilidade com Bolsa de Estudos (Santander e CAPES) possuem cronogramas e objetivos específicos. O International Office cumpre o papel de coordenar institucionalmente os programas, intermediando o mesmo com as agências/instituições. Desta forma, o setor é responsável pela avaliação, homologação, orientação e acompanhamento dos candidatos e futuros bolsistas da graduação.

Já os Programas de Mobilidade Regular promovem, em maior escala, o intercâmbio de estudantes de graduação das instituições de ensino do grupo Ânima e as universidades internacionais parceiras. Através deste programa, alunos de graduação podem realizar intercâmbio acadêmico, por um semestre, em sua área de estudo. A mobilidade regular não prevê a concessão de apoio financeiro ao aluno, que deverá arcar com todos os custos do período de estudos no exterior (custos de visto, deslocamento, hospedagem, alimentação, seguro-saúde). Porém, esta modalidade garante ao aluno a isenção das taxas acadêmicas nas instituições de ensino de origem e de destino durante o período no exterior.

Redes Internacionais

A Ânima, junto com suas instituições de ensino, faz parte de redes internacionais que visam o aprimoramento da educação através da internacionalização. São elas:

Rede ACINNET (Academic International Network)

Associação que visa facilitar e fomentar a cooperação em nível internacional aos seus associados. Fazem parte da Rede: Grupo Educacional Unis - Brasil, UNAE (Universidad Autónoma de Encarnación) - Paraguai, Universidad Finis Terrae - Chile, Universidade Bernardo O'Higgins - Chile, Politécnico do Porto - Portugal, Universidad Rey Juan Carlos - Espanha, UAI (Universidad Abierta Interamericana) - Argentina, UCATEC (Universidad Privada de Ciencias Administrativas y Tecnológicas) - Bolívia, IPS (Instituto Politécnico de Santarém) - Portugal, entre outros).

FAUBAI (Brazilian Association for International Education)

Associação que busca divulgar a diversidade e as potencialidades das IES brasileiras junto às agências de fomento, representações diplomáticas, organismos e programas internacionais. Seu objetivo é promover o aperfeiçoamento do intercâmbio e da cooperação internacional como instrumentos para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração das instituições filiadas, procurando estimular o constante aperfeiçoamento da gestão do intercâmbio e da cooperação internacionais.

Programas de Curta Duração no Exterior

O setor de Internacionalização Ânima, através de seus parceiros internacionais, desenvolve periodicamente programas de curta duração no exterior. Esses programas são abertos a todos os discentes, docentes e funcionários das instituições de ensino do grupo. Abaixo estão os programas ofertados até o momento:

Vivência Internacional em Engenharia – College of New Caledonia – Canadá

O programa oferece uma oportunidade única para viajar, estudar um idioma, ter contato com diferentes culturas, adquirir conhecimento e certificação internacional. É direcionado a estudantes das Engenharias e Ciências Aplicadas e combina aulas para o aperfeiçoamento do Inglês, palestras com Engenheiros, e estágio voluntário. Permite aos alunos que adquiram uma visão globalizada da profissão, aprimorando a fluência no Inglês, desenvolvendo networking internacional e conhecimentos que agregam ao currículo.

Curso Intensivo de Inglês – Florida International University – EUA

O programa intensivo de Inglês atende uma demanda crescente por parte dos estudantes, docentes e funcionários, que buscam qualificação nos EUA. O curso permite o aperfeiçoamento das habilidades no idioma inglês e o entendimento das diferenças sociais e culturais.

Módulo Internacional de Direito - Northeastern State University – EUA

O projeto visa a participação em seminários e visitas técnicas tendo como foco a área de Justiça Criminal. A escolha da área se deve ao interesse e a necessidade de formação de recursos humanos

na área. O International Office é responsável pela implementação do projeto, do processo de candidatura, divulgação e orientação durante o programa.

Visita Técnica ao Vale do Silício – Califórnia – EUA

A sequência de visitas desse programa traz a oportunidade, para alunos e funcionários, de visitar as maiores start-ups do mundo, além de vivenciar o ecossistema inspirador que o Vale do Silício oferece. O programa tem como tema principal o empreendedorismo, e possibilita que os participantes interajam com os empreendedores da região, proporcionando uma sinergia de ideias inovadoras e tecnologia.

Módulo Internacional de Gastronomia Le Cordon Bleu – Canadá

O curso de Culinária e Confeitaria apresenta uma sólida base de conhecimentos, com os fundamentos e práticas da escola de gastronomia mais famosa do mundo: Le Cordon Bleu. Este programa ensina sobre a preparação de uma vasta seleção de itens de confeitaria e pratos culinários. O Chef Instrutor guia os participantes, oferecendo instruções e orientações em cada passo do processo.

Visita Técnica para Docentes – Portugal

Este programa visa discutir avanços e barreiras da inovação pedagógica, em uma perspectiva comparada entre Brasil e Portugal. Neste sentido, serão apresentados exemplos de como se dá a aprendizagem ativa ao longo da vida, desde a escola básica até o ensino superior. O objetivo geral é levar a um aprofundamento de saberes ligados ao desenvolvimento do professor universitário, com inspiração em práticas pedagógicas inovadoras que ocorrem em todos os níveis de ensino.

Curso Intensivo de Espanhol – Madrid – Espanha

Aberto a todos os discentes, docentes e colaboradores, o curso intensivo da língua e cultura espanhola engloba do nível iniciante ao avançado. O Centro de Estudos Hispânicos oferece um ambiente internacional imerso em uma universidade espanhola localizada na cidade de Madrid, no Campus da Dehesa de la Villa da Universidad de Nebrija. Todos os alunos têm acesso grátis ao WIFI, salas de computadores, biblioteca, cafeteria, etc.

Módulo Internacional de Sustentabilidade na África – Cape Town – África do Sul

Esse módulo internacional proporciona uma imersão na Cidade do Cabo – África do Sul, e seus arredores, unindo lazer, aprendizagem acadêmica e experiências práticas em cenários reais relacionados ao ecossistema sustentável e inovador.

Módulo Internacional de Empreendedorismo – Haifa – Israel

Realizado no Israel Institute of Technology (Technion), esta oportunidade fornece um ambiente internacional sobre cultura tecnológica na maior concentração de empresas de alta tecnologia fora do Vale do Silício, na cidade de Haifa. O Technion conquistou reputação mundial por sua excelência em pesquisa e seu corpo docente conta com três ganhadores do Prêmio Nobel, o que levou o instituto ao 8º lugar em termos de produção de vencedores do Nobel (empatado com o MIT).

Módulo Internacional de História, Arquitetura e Arte – Florença – Itália

O programa de História, Arquitetura e Arte é promovido em parceria com a *Accademia Europea di Firenze*, e permite que os participantes sejam introduzidos na cultura renascentista da cidade de Florença com aulas expositivas e visitas aos principais edifícios e monumentos construídos neste modelo arquitetônico.

Visita Técnica de Medicina Veterinária – Michigan – EUA

Esta visita técnica proporciona aos estudantes e professores uma vivência prática do cotidiano de um profissional na área, através de visitas a zoológicos e centro de estudos. Além de promover a interação dos participantes com renomados pesquisadores da área de reprodução animal assistida.

Internationalization at Home

Parte do projeto de internacionalização da Ânima Educação, prevê iniciativas dentro das próprias instituições de ensino. Através dessas iniciativas, são desenvolvidas atividades culturais, capacitação linguística, engajamento dos alunos estrangeiros e, principalmente, apresentação de conteúdos voltados a temas globais.

Disciplinas Internacionais

Trata-se da oferta de disciplinas internacionais para alunos de Graduação, de todos os cursos, lecionadas inteiramente no idioma inglês ou espanhol. Essas disciplinas são eletivas e fazem parte da experiência curricular do aluno para o desenvolvimento de competências e habilidades extras a sua formação. Possuem como objetivo enriquecer o currículo escolar do aluno, bem como sua carreira profissional, trazendo conteúdos voltados a área de gestão e empreendedorismo.

Desde 2018 foram ofertadas nas instituições de ensino Ânima diversas disciplinas com temas inovadores, para alunos de todos os cursos de Graduação, são elas: *Solution Design, Global Business, Skills for Contemporary Leaders, Market Trends, International Career, Communication and Leadership for the Future, Globalization, La Comunicación em la Resolución de Problemas, International Marketing, Ciudadanía y Democracia em América Latina, Social and Cultural Studies, Business and Product Design, Financial Market and Economic Scenario, Comunicación Y Cultura de los Países Hispanohablantes, Foreign Affairs, Globalización y Integración Latinoamericana, Principles of Finance, Revolution, The Science of Well Being, e Industry 4.0.*

Webinars Internacionais

Esse projeto visa o desenvolvimento de webinars internacionais a distância (online) em parceria com as instituições internacionais. Esses programas possibilitam que os alunos, professores e funcionários, possam se capacitar através de seminários com palestrantes e temas globais que estão em destaque no momento.

Foram ofertados cinco webinars internacionais até Janeiro de 2019, são eles:

- *How technology is changing medicine* – Ministrado pelo Profº Robson Capasso, da Stanford University;
- *How to create a successful app* – Ministrado por David Brittain, empreendedor e cientista da computação e CEO da TopHatch;
- *A journey to understand automated vehicles* – Apresentado por Dajiang Suo, assistente de pesquisa do MIT;
- *Inside the day to day of a real scientist* – Apresentado pelo PhD Richard Zhang, cientista de dados do MIT;
- *How entrepreneurship reventing healthcare in Africa* – Ministrado por Oluwasoga Oni, co-fundador e CEO da MdaaS;

Plataforma de Inglês Online

Essa iniciativa busca incentivar e elevar a proficiência linguística de alunos, professores e colaboradores, através da oferta do curso de inglês online. A plataforma foi desenvolvida de forma personalizada para a Ânima Educação, e suas instituições de ensino, em parceria com a *National Geographic Learning*. São ofertadas três modalidades de curso: Auto Aprendizado, Aprendizado Online e Inglês Acadêmico. O valor dos cursos foi negociado para que seja abaixo do mercado e acessível a todos. Plataforma: www.eenglishusa.com

Eventos Acadêmicos Internacionais

Uma das iniciativas do projeto de *Internationalization at Home* visa apoiar a criação de eventos acadêmicos internacionais dentro das instituições de ensino Ânima, a fim de proporcionar a troca de conhecimento sobre temas relevantes, inovadores e de importância mundial. Esses eventos trazem palestrantes internacionais das instituições parceiras no exterior, e são acessíveis para todos os alunos, professores e funcionários.

- Evento de Direito na São Judas e UniSociesc: Prof. Michael Wilds, doutor em Justiça Criminal e Estudos Jurídicos, professor da *Northeastern State University* em Oklahoma. Palestra sobre Justiça Criminal e Constituição dos Estados Unidos;
- Evento de Tecnologia na São Judas: Prof. Dr. Shahram Taj e o Prof. Dr. Mustafa Ilhan Akbas, professores da *Florida Polytechnic University* em Lakeland. Palestras e workshops sobre Nanotecnologia e Inteligência Artificial.
- Congresso ACINNET no UnibH: O UnibH é sede do quinto Congresso Acadêmico da rede ACINNET, a ser realizado em Belo Horizonte - MG. O evento tem como tema a Inovação Acadêmica vinculada ao mundo social e produtivo em âmbito local e global, e visa criar espaços de debates e construção de conhecimentos que desvelem ações inovadoras dentro das universidades, com foco na identificação de adversidades da vida contemporânea, assim como na superação de obstáculos que imperam no cotidiano, a partir da criação de oportunidades criativas e inovadoras. O evento é direcionado para gestores acadêmicos, professores e estudantes de graduação e pós-graduação.

Atendimento e Comunicação

Todas as iniciativas internacionais são divulgadas através das cinco páginas "Intercâmbio" nos websites das instituições de ensino Ânima. São elas: www.usjt.br/intercambio, www.unimonte.br/intercambio, www.unibh.br/intercambio, www.una.br/intercambio e www.unisociesc.com.br/intercambio.

Além de serem feitas campanhas específicas, desenvolvidas pelo setor de marketing, que buscam alavancar o *mindset* internacional das instituições. Para que a comunicação aconteça de forma eficaz e correta, são feitas reuniões periódicas com todos os setores que têm contato direto com os alunos. Esses setores são responsáveis por divulgar e orientar discentes e docentes interessados em participar das iniciativas internacionais.

O contato a respeito das iniciativas de internacionalização é feito através dos e-mails international@usjt.br, international@unimonte.br, international@unibh.br, international@una.br e international@unisociesc.com.br. E os atendimentos presenciais acontecem através da Central de Atendimento ao Aluno, assim como a entrega de certificados e documentos relacionados a internacionalização.

A julgar pelas atividades desenvolvidas, acredita-se que avanços significativos foram alcançados na internacionalização das instituições de ensino pertencentes a Ânima Educação, assim como na estratégia internacional da empresa. A cultura de internacionalização, por meio do estímulo e envolvimento de todos na elaboração de projetos internacionais, vem influenciando e se destacando de forma crescente no cenário corporativo.

Controle de Qualidade

Tendo como objetivo obter o reconhecimento por meio de práticas inovadoras de aprendizagem e gestão, consideramos quatro pilares que controlam a qualidade do ensino por nós ofertado: o currículo, o nivelamento adaptativo – Adapti, as matrizes de referência dos cursos e seus processos de avaliação de aprendizagem e, a inovação acadêmica.

1. Currículo

Os Currículos Ânima são desenvolvidos por equipes de profissionais qualificados que atendem às exigências legais das diretrizes curriculares do MEC, com foco na inserção do profissional na área de formação e no desenvolvimento das competências necessárias ao século XXI.

Além de propor currículos enxutos, propostas sólidas de formação do perfil do Egresso e mais próximo das necessidades do mercado, o modelo traz uma eficiência operacional significativa, permitindo a maximização do número de alunos por sala de aula e a otimização da carga horária de nossos docentes, sem prejuízo à integralização das disciplinas, dos conteúdos curriculares exigidos e da carga horária total de cada curso. Assim, a qualidade acadêmica, a sustentabilidade financeira e a padronização de processos do Grupo vêm se consolidando. Atualmente, 100% dos cursos tem seus currículos padronizados, destes, 70% são compostos por disciplinas convergentes dentre as grandes áreas do conhecimento, e os outros 30% da matriz curricular representam a nossa flexibilidade acadêmica que respeita a regionalização, a identidade institucional e a perspectiva comercial dos cursos. Além da oferta convergente das disciplinas 20% EAD nos currículos.

2. Nivelamento Adaptativo - Adapti

O programa Adapti, oferecido aos alunos ingressantes, tem o objetivo de nivelar o aprendizado a partir do desenvolvimento de conhecimentos relativos ao ENEM através de uma plataforma de atividade adaptativa individual, que propõe tarefas diferentes para cada aluno a partir dos índices de acerto e erro às tarefas de aprendizagem. O Programa Adapti propõe trilhas de acordo com as habilidades necessárias para que cada discente possa ter um melhor rendimento no curso escolhido. Com isso, é possível garantir acesso ao conteúdo que favoreça o sucesso acadêmico no curso universitário escolhido pelo aluno.

3. As Matrizes de Referência e os novos processos de controle de qualidade

Um bom dispositivo de avaliação deve estar a serviço de uma pedagogia diferenciada capaz de dar resposta aos interesses e dificuldades de cada aluno. Para tal, deve contribuir para o equilíbrio entre o desenvolvimento de habilidades/capacidades e a aprendizagem dos conhecimentos mínimos necessários ao exercício profissional, cidadão e ético.

A Matriz de Referência é constituída por um conjunto de descritores que mostram as habilidades que são esperadas dos alunos em diferentes etapas do curso. Assim, cada tópico ou tema de uma Matriz de Referência é constituído por elementos que descrevem as habilidades que serão avaliadas nos itens. Esses elementos são os Descritores. Essa metodologia de avaliação garante a qualidade dos itens de prova elaborados pelo corpo docente do Grupo que elevam, de forma homogênea, o nível de conhecimento dos alunos.

As matrizes são o principal referencial de competências, que, vinculadas ao componente curricular, trabalham as técnicas avaliativas que serão utilizadas para a sistematização das avaliações aplicadas aos alunos, de acordo com a escala de proficiência das competências e habilidades previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nas DCNs do MEC. Com avaliações referenciadas em competências é possível medir os níveis de aprendizagem, ao longo da formação do aluno, tornando possível assim um processo contínuo de controle de qualidade e ações corretivas ao longo da graduação.

As IES Ânima conduzem suas práticas avaliativas orientadas pela compreensão da avaliação como uma experiência de aprendizagem. Entendê-la dessa forma significa utilizá-la para oferecer feedback construtivo tanto para alunos quanto para professores, motivar os alunos a aprender, e diagnosticar seus pontos fortes e fracos, fornecendo-lhes meios para a obtenção de indicadores de seu progresso/desenvolvimento.

A proposta se torna tangível através de avaliações institucionais (integradora e global) que constituem em avaliações multidisciplinares que pretendem, de maneira sistêmica: diagnosticar as dificuldades e as possibilidades dos discentes; aprimorar e auxiliar o percurso das ações didático-pedagógicas em todas as etapas do processo; corrigir distorções, aperfeiçoando ações corretivas; indicar novas possibilidades corretivas e/ou modificar estratégias; e identificar necessidade de investimentos acadêmico-pedagógicos. Seus resultados oferecem, ainda, indicadores referentes aos discentes que servirão de subsídio para análise dos docentes, por curso, contribuindo para a melhoria constante da qualidade do ensino.

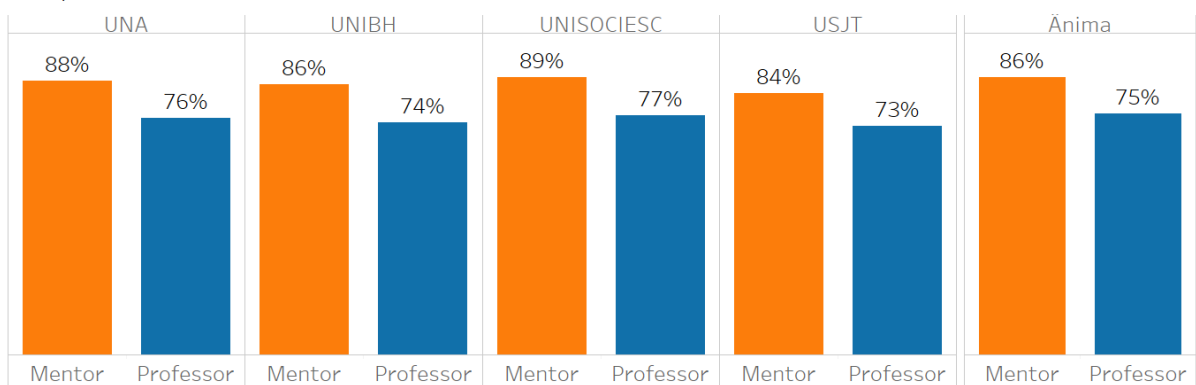
4. Inovação Acadêmica

Na inovação acadêmica, destacamos o avanço do Projeto de Vida como importante elemento componente dos nossos currículos. Trata-se de um conjunto de ações pedagógicas que abordam conteúdos essenciais para o desenvolvimento do protagonismo social do contexto do século XXI, em diálogo com os desafios do mundo contemporâneo e com os propósitos de formação expressos no Projeto Acadêmico Ânima e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Nesse sentido, a qualidade acadêmica mais uma vez se consolida, na medida em que a Ânima se propõe a incorporar ao Design Curricular o Projeto de Vida de cada um dos estudantes.

Para que o Projeto de Vida consiga endereçar a formação integral dos estudantes estruturou-se um complexo temático configurado por um conjunto de 7 (sete) temas capazes de captar dimensões significativas de determinados fenômenos extraídos da realidade e da prática social e profissional: **Identidade, Diversidade, Comunicação, Colaboração; Criatividade, Pensamento Crítico e Resolução de Problemas**. Esses itinerários foram organizados numa plataforma para proporcionar um ambiente virtual gamificado e multimídia de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal, social e profissional, assentado sob o princípio de que a experiência formativa deve ser personalizada e com elementos de motivação que garantam um espaço onde provocamos nossos alunos para uma reflexão sobre seus sonhos e objetivos de vida, além de trazer de forma efetiva o desenvolvimento de competências comportamentais, os chamados “soft skills”, para dentro dos currículos. Em 2019, 61,4 mil alunos (em 88 diferentes cursos) e 287 mentores já passaram por esta experiência.

Abaixo podemos ver a evolução dos resultados da avaliação institucional dos mentores responsáveis pelo desenvolvimento desta disciplina, Laboratório de Aprendizagem Integrada, em comparação aos demais professores:

LAI | Percepção dos Alunos Professores x Mentores



Fonte: #FALA_IES, Avaliação Institucional (2018)

Fonte: Avaliação Institucional, 2018-1 e 2018-2.

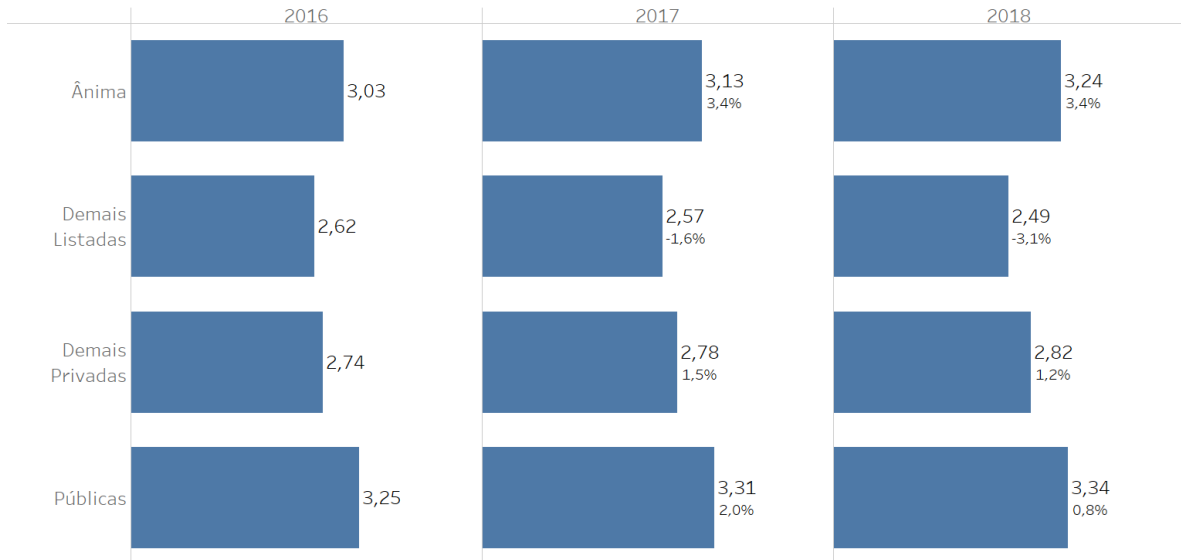
Um dos eixos fundamentais para inovação acadêmica é o docente. A Ânima em 2016 desenvolveu programas de capacitação docente e de mérito docente para consolidar os princípios acadêmicos que sustentam o nosso modelo.

Nossa próxima fronteira de desenvolvimento está na evolução de nossos cursos e campi para um uso cada vez mais intensivo de tecnologia e de metodologias ativas de aprendizagem, com foco no desenvolvimento de competências.

5. Os Indicadores Externos de Qualidade Acadêmica

Os resultados dos indicadores externos reforçam a efetividade do nosso modelo acadêmico, e nosso compromisso em manter foco na melhoria contínua da qualidade do ensino oferecido aos nossos alunos.

Evolução do IGC ponderado por total de matrículas (2016-2018)

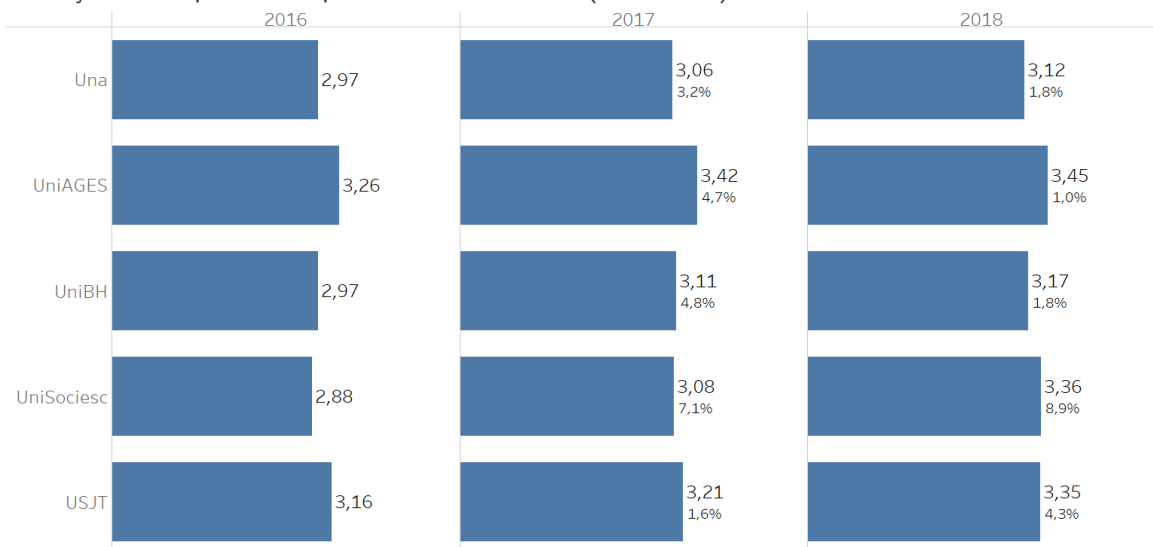


Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: IGC (2018)

Ao analisarmos este último ciclo do IGC ponderado pelo número total de matrículas, a Ânima apresentou uma nota de 3,24 e um crescimento de 3,4% no triênio, ampliando ainda mais a distância em relação à média das IES Privadas (2,82) e alcançando o patamar das IES públicas (3,34).

Neste ciclo de avaliação, comemoramos a consolidação e avanço consistente nos resultados do IGC em todas as nossas instituições. No gráfico abaixo, apresentamos a evolução do IGC das IES da Ânima.

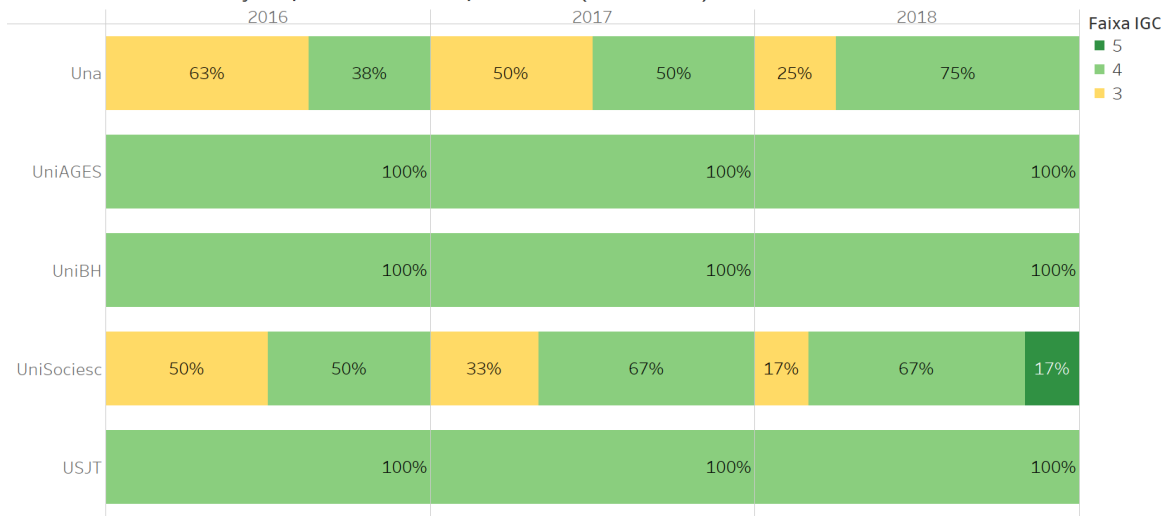
Evolução do IGC ponderado por total de matrículas (2016-2018)



Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: IGC (2018)

Destacamos, primeiramente, o resultado obtido nos dois últimos triênios que reafirmam o padrão conceito 4 do IGC em todas nossas marcas, segundo a ponderação por total de matrículas.

Percentual de Instituições por Faixa do IGC por Marca (2016-2018)

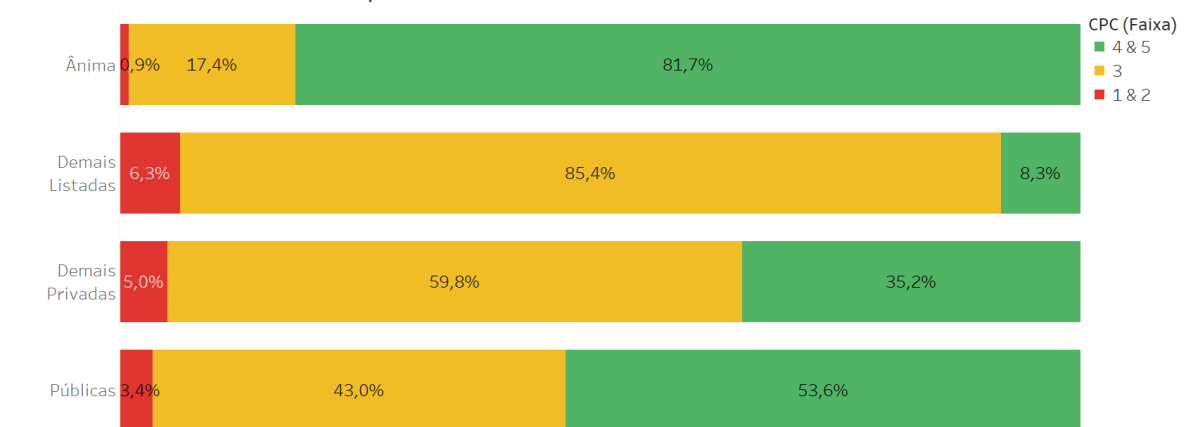


Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: IGC (2016-2018)

Os resultados da mostram uma evolução grande da Una e da UniSociesc, que levaram quase todas as IES ao patamar faixa 4. Resultado já obtido pela Una na região metropolitana de Belo Horizonte, bem como pelas IES das demais marcas. A UniSociesc também alcançou a faixa 5 com uma de suas instituições, patamar este alcançado por apenas 2% das instituições do país, tornando-se a mais bem avaliada no estado de SC.

O posicionamento diferenciado de qualidade da Ânima fica evidente ao olharmos a distribuição dos cursos nas três faixas em comparação com as demais IES no Brasil. Enquanto 82% dos CPC's dos nossos cursos estão nas faixas 4 e 5, nas IES Privadas este número é de apenas 28,5%. Neste ciclo apresentamos também um percentual bem acima das instituições públicas.

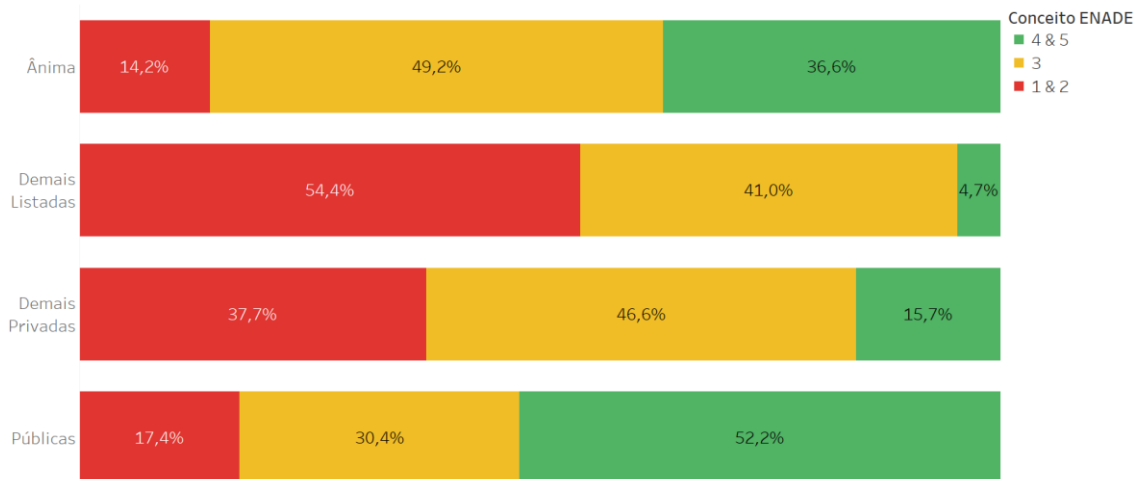
Percentual do total de matrículas por faixas CPC no Triênio 2016-2018



Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: CPC (2016-2018)

Um dos componentes do CPC é a avaliação ENADE. Esta avaliação comprova a qualidade da formação recebida pelo aluno nas IES do grupo, pois indica o domínio de conhecimentos necessários para o exercício de cada profissão.

Percentual do total de matrículas por Conceito ENADE do curso (2016-2018)



Fonte: Inep. Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: ENADE (2016-2018)

Na Ânima, 36% dos cursos foram avaliados com nota 4 e 5 no Enade 2018, em comparação a 4,7% nas empresas listadas e 15,7% das demais IES privadas. Sendo assim, consistentemente, a Ânima lidera os mais elevados padrões de qualidade no ensino superior brasileiro, inclusive em relação às instituições públicas do país.

6. Os Indicadores Internos de Qualidade Acadêmica

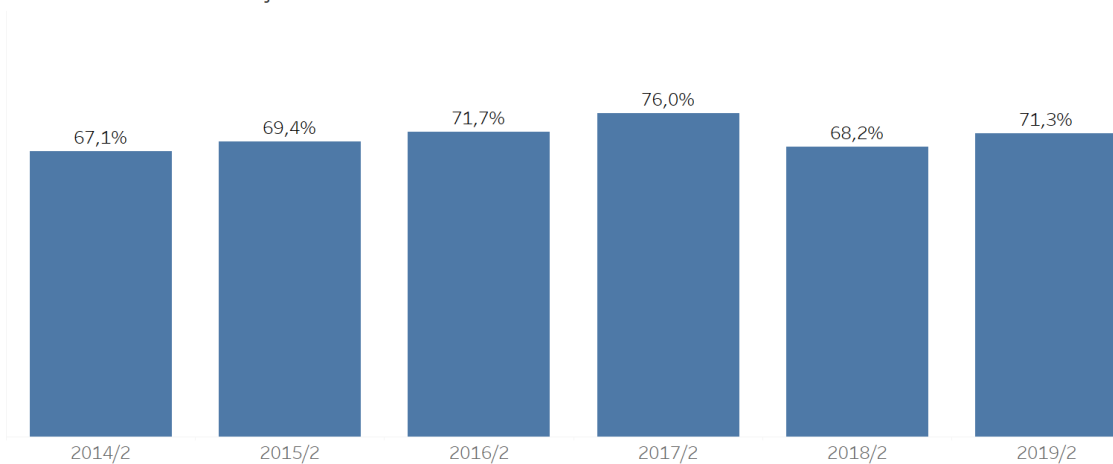
Outro importante balizador da qualidade dos serviços prestados pela Ânima é a avaliação interna ou auto-avaliação. O processo de autoavaliação institucional é conduzido pelas CPAs – Comissões Própria de Avaliação, instituídas e atuantes em nosso Grupo desde a publicação da Lei do SINAES nº 10.861, de 14 de abril de 2004. São integradas por membros representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada e tem como finalidade instruir e acompanhar processos avaliativos em nossas instituições de ensino superior. Além disso, estas CPAs são responsáveis por constituir importantes instrumentos de avaliação e ferramentas para o planejamento educacional, em busca da melhoria da qualidade da formação, da produção do conhecimento e da extensão. Essas ferramentas permitem, ainda, que sejam identificadas áreas problemáticas ou que requerem melhorias.

O segundo momento, o da avaliação *in loco*, é aquele em que a auto avaliação é discutida por uma comissão externa, nomeada pelo INEP/MEC nos atos de autorização, reconhecimento e renovação reconhecimento de cursos, credenciamento e credenciamento de instituições. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação na medida em que discutem a visão que a Instituição tem de si mesma e apresentam recomendações para seu desenvolvimento. Deste processo surge outra métrica importante de avaliação da qualidade dos nossos cursos: o Conceito de Curso (CC). Em 2019, 100% dos cursos e IES do Grupo foram avaliados com conceito de curso maior ou igual a 3, dos quais 78% obtiveram conceitos 4 ou 5.

Além dos indicadores de qualidade do MEC, acompanhamos a evolução do índice de satisfação de nossos alunos através dos resultados de nossa pesquisa interna. Avaliamos três importantes dimensões de satisfação: curso, docentes e serviços ao aluno, que nos ajudam a entender e desenhar planos de ação internos para melhorar a qualidade dos nossos serviços.

A última pesquisa ocorreu entre julho e novembro de 2019 com a participação de aproximadamente 25 mil alunos ou cerca de 20% da nossa base total de alunos da graduação presencial. Destacamos um aumento no índice geral de satisfação dos alunos em relação às avaliações dos anos anteriores (+2,9 p.p vs 2018-2). Importante ressaltar que esse indicador já se apresenta num patamar bastante elevado, com 56,37% dos alunos respondentes nos avaliando com notas 8, 9 e 10 em escala de 1 a 10.

Índice Geral de Satisfação dos Alunos



Fonte: Avaliação Institucional (2014/2-2019/2)

7. A qualidade como elemento central

Os resultados são consequência de um projeto acadêmico sério, obcecado pela qualidade e que valoriza a sala de aula, o docente e sua relação com os alunos. O projeto vem sendo implantado e evolui, ano após ano, desde 2008, contando com um trabalho incansável de todas as nossas equipes.

A discussão de qualidade ainda deverá evoluir para a avaliação do que chamamos internamente Definição Proprietária de Qualidade, que incluirá não somente os indicadores do MEC, mas também métricas relacionadas à satisfação dos alunos e ao sucesso de nosso egresso (empregabilidade, renda etc.), possibilitando, ao final, aferirmos o tão sonhado "ROI" do estudante, cujos resultados traremos ao longo do ano de 2020. Entendemos que nossa responsabilidade vai para além de permitir que nosso aluno obtenha seu certificado de conclusão de ensino superior: engloba também – e principalmente – o modo como nossos estudantes estarão alocados no mercado de trabalho, ao longo de seu curso, quando da conclusão.

8. Núcleo de Avaliação e Indicadores (NAVI)

Identificamos a importância dos dados na gestão de nosso negócio e criamos, em 2017, o Núcleo de Avaliação e Indicadores – NAVI. Com mais de um milhão de pessoas interagindo com vários pontos de dados todos os anos, o dever do Núcleo de Avaliação e Indicadores (Navi) da Ânima é garantir que aproveitemos ao máximo nossos dados. Por meio de uma ampla variedade de conjuntos de dados, públicos e institucionais, construímos soluções de big data para (i) fornecer informações relevantes em tempo real aos líderes de negócios por meio de nossa plataforma de Business Intelligence no nível da empresa e (ii) automatizar os processos de tomada de decisão com aprendizagem profunda e modelos econométricos. Nosso *data lake* reúne informações dos alunos antes e depois da graduação, marcações de alimentação, preços, retenção e modelos acadêmicos.

Atualmente, novos modelos estão sendo desenvolvidos para permitir uma experiência de aprendizado melhor e mais personalizada, como: aprendizado adaptável, *feedback* instantâneo do exame, avaliação pelo corpo docente, entre outros.

1. Modelo de Gestão

A partir de 2014 a Ânima instituiu uma área para a inovação, a quem coube estabelecer eixos prioritários, que guiassem os processos de implementar a cultura de inovação, assentada em novos paradigmas identitários, de organização e de gestão.

Para a Ânima, a inovação e o alinhamento com a dinâmica e transformações, que afetam a educação para o século 21, fortalecem e ampliam o alcance de nossa missão, visão e valores institucionais. Em termos curriculares, a estruturação dos eixos de inovação e dos projetos estão alinhados com a perspectiva acadêmica de aprendizagem baseada na competência, potencializada pelo modelo *blended*

learning (ensino híbrido). A aprendizagem baseada em competências assume que o aluno deve tanto desenvolver capacidades relacionadas ao saber de base cognitiva, isto é, do domínio do construir, articular e aplicar conhecimentos, quanto ao saber de base socioemocional, isto é, do domínio do ser e do conviver, cabendo ao ensino híbrido ampliar as possibilidades de construção e de aquisição desses saberes, por meio da integração do ensino presencial ao ensino online, que tanto pode ocorrer simultaneamente em sala de aula, como recurso didático para o professor, quanto como ferramenta de suporte e de apoio ao presencial, em espaços distintos da sala de aula.

Assumir essa perspectiva significa construir, no contexto da gestão, um modelo de ensino híbrido adequado às IES Ânima, que se paute pela abordagem pedagógica estabelecida nas diretrizes institucionais do Projeto Acadêmico, provendo, para sua implementação, os insumos tecnológicos e de gestão de pessoas necessários, bem como a definição clara dos papéis dos estudantes, dos professores, da tecnologia digital e das equipes de apoio. Dessa forma, como o foco está na aprendizagem baseada em competências, torna-se possível organizar o planejamento de experiências de aprendizagem que combinem atividades presenciais e de ensino online que atendam aos alunos de maneira personalizada.

Quando a Ânima se propõe a incorporar ao Design Curricular o Projeto de Vida de cada um dos estudantes, dá um passo decisivo na direção desse ensino personalizado não só do ponto de vista da inovação acadêmica, mas também do ponto de vista da inovação de sua imagem mercadológica. Ao se sustentar essa diferenciação individualizada no percurso formativo, cria-se um estreitamento entre a Marca das IES e os alunos que nelas estudam, ou que venham a estudar, permitindo, em escala, a construção de nova relação com o público real e potencial.

Para dar sustentação a essa proposta de personalização de relacionamento, uma nova lógica mercadológica também passa a ser construída. Com apoio das novas tecnologias, o foco das atividades de atendimento aos discentes, antes centrado nos agentes que proviam os serviços, volta-se para os usuários, apostando no desenvolvimento da autonomia deles para realizar as atividades corriqueiras e protocolares da vida institucional e acadêmica, por meio dos pontos de autoatendimento e de outras facilidades virtuais para gerenciar processos, que antes dependiam exclusivamente do atendimento presencial.

Além disso, novas e amplas interações e relacionamentos internos, envolvendo escola-aluno-docente, precisarão ser implementadas, o que significa repensar os processos de recrutamento e de seleção, promover estímulo à inovação e a programas de valorização e de capacitação para colaboradores e docentes. Em outras palavras, significa implementar uma gestão totalmente focada no ser humano (Human-centered), em que processos, papéis e responsabilidades são redefinidos de modo a fazer com que os humanos atuem da melhor forma para gerar melhores interações com outros seres humanos. Nesse sentido, o foco do novo modelo de gestão institucional não estaria no estudante, ou no professor, ou nos demais colaboradores. O foco estaria nos processos de gestão guiados pela melhoria das relações humanas em seu todo, para que o resultado dessas ações reflita na melhor qualidade do aprendizado.

Assim, ao se otimizar os processos de negócios, focar no *design* centrado no ser humano, construindo profunda empatia com as pessoas que estão envolvidas, o que se obtém é o engajamento e mobilização de professores e colaboradores, como agentes de mudança. O novo modelo de gestão, no âmbito da Universidade como um Ecossistema, traduz-se, assim, na capacidade de conectar e interconectar esses agentes, dentro e fora dela, com o objetivo de promover a troca, empoderá-los com conhecimentos e ferramentas para o processo da transformação, inspirando-os para a ação de gerir, com eficiência, os recursos físicos e financeiros disponíveis, em prol de implementar a cultura de inovação nos respectivos espaços de atuação.

Vantagens Competitivas

Oferecer um ensino de alta qualidade e uma formação superior, em todos os níveis.

Entendemos que o nosso projeto acadêmico valoriza o desenvolvimento da autonomia de nossos estudantes, através de uma formação ampla do profissional, do indivíduo e do cidadão, buscando garantir que nossos alunos tenham acesso a um ensino de qualidade. De acordo com estudos da Hoper, 65,0% dos motivos analisados pelos alunos no processo de escolha da instituição de ensino superior

estão relacionados à qualidade¹, enquanto que apenas 16,0% tem relação à localização das instituições.

Por meio de metodologia própria, nosso currículo traz uma abordagem modular e interdisciplinar, permitindo ao estudante conectar-se com as diferentes disciplinas de cada curso, agregando valor ao seu processo de aprendizado. Isto vai muito além da padronização de currículos, calcada na visão anacrônica, adotada por diversas instituições de ensino no Brasil, de simples repasse de conteúdo.

Nossos alunos são incentivados a realizar o seu projeto de vida, ainda dentro da faculdade. Por isso, eles recebem o acompanhamento de consultores, que orientam a vida acadêmica de cada um deles e indicam os melhores caminhos para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A disciplina Projeto de Vida, também incorporada à grade curricular, incentiva o pensamento empreendedor dos alunos e abre um leque de possibilidades para que eles possam planejar a carreira que mais combina com o seu perfil profissional.

Reconhecendo que, com o advento da tecnologia, o acesso a conteúdo está praticamente universalizado, nosso foco está no desenvolvimento de competências perenes que permitam maior autonomia e uma atuação mais abrangente dos estudantes no exercício de suas profissões.

A preparação dos nossos professores reforça a nossa capacidade em proporcionar um ensino superior de alta qualidade, sendo que 87% do nosso corpo docente possui titulação em mestrado ou doutorado.

Modelo de negócios diferenciado que nos permite um posicionamento privilegiado para aproveitar o potencial de crescimento do setor de educação brasileiro.

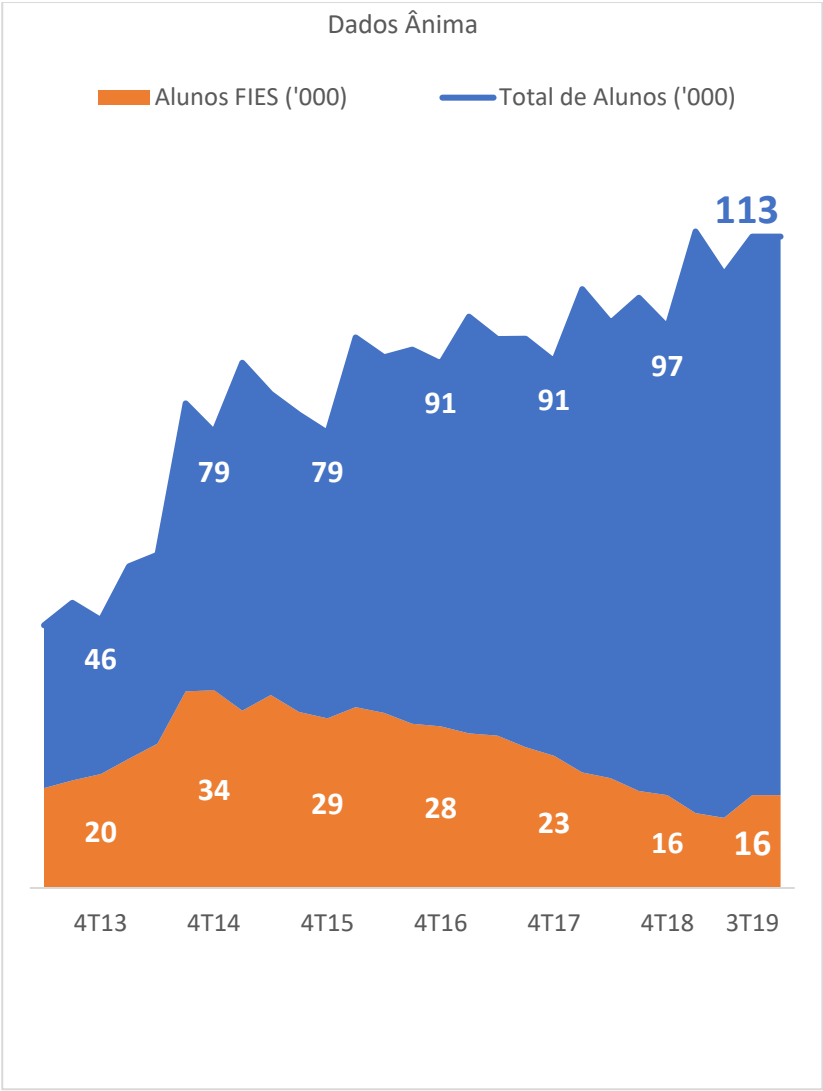
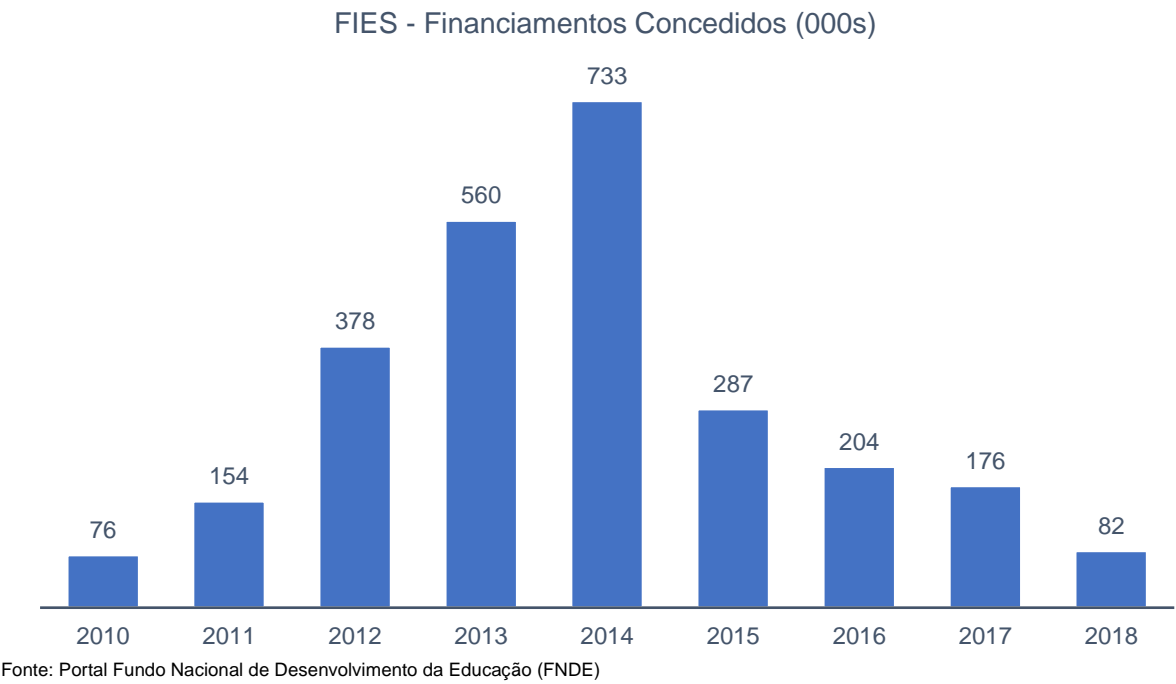
Nosso modelo de negócios é capaz de proporcionar um alto padrão de qualidade acadêmica, aliado a uma forte cultura empresarial. Isso nos leva a resultados positivos e sustentáveis ao longo do tempo. Além disso, acreditamos que existe uma demanda crescente (pelo MEC, pelo mercado de trabalho e também pelos estudantes) por mais qualidade no setor de educação no Brasil, o que nos coloca em uma posição diferenciada se comparados a outros grupos educacionais privados.

Essa tendência vem sendo confirmada, na medida em que mesmo com a redução relevante do volume de estudantes que utilizam financiamento estudantil (de 733 mil contratantes em 2015 para 82 mil em 2018¹), nossa base de alunos continua crescendo, especialmente com alunos não financiados.

¹ Foram considerados como motivos relacionados à qualidade os seguintes itens do estudo da Hoper (Análise Setorial da Educação Privada 2018, 11ª edição): qualidade, reconhecimento de mercado, recomendação de amigos, tradição e reconhecimento da marca, resultados no Enade e infraestrutura.

¹ Fonte: Portal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

<https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fies-graduacao/mantenedora-e-ies/financiamentos-concedidos>



Desta forma, acreditamos possuir uma vantagem competitiva em relação aos nossos concorrentes que operam no setor privado por estarmos prontos para acompanhar o crescimento do setor de educação superior, capturando, com isso, mais valor para nossos acionistas.

Tradição e qualidade. É assim que nossas marcas são vistas e reconhecidas no mercado.

Acreditamos que as marcas de educação no Brasil são essencialmente locais/regionais, salvo exceções normalmente restritas às instituições generalistas de massa ou de nicho, com atuação em uma ou poucas áreas de ensino. Una, UniBH, Unimonte, São Judas e SOCIESC são marcas tradicionais, algumas com mais de 50 anos de história nas regiões em que atuam.

Essa capacidade de criar identidades próprias nos permite, por exemplo, gerenciar duas instituições de ensino na mesma cidade (Una e UniBH), de forma bastante sinérgica, atraindo estudantes com diferentes perfis e ampliando a participação de mercado de ambas as instituições, simultaneamente.

Buscamos um posicionamento independente e único de nossas marcas, introduzindo elementos modernos e inovadores do Ecossistema Ânima, que faz a sala de aula ser um ambiente de grande transformação, onde os alunos são estimulados a se tornarem profissionais independentes, dotados de autoestima e conhecimento para transformar o mundo a sua volta.

Desta forma, a marca Ânima funciona como uma importante amálgama, principalmente para o mundo corporativo, fortalecendo o conceito de rede, absorvendo e transferindo credibilidade para as nossas instituições de ensino.

No início de 2013, agregamos ao nosso portfólio mais uma marca tradicional, a HSM, com mais de 25 anos de atuação na organização de eventos de gestão empresarial e forte presença no meio corporativo. Com uma atuação focada na área de educação em negócios e gestão, vemos na HSM o potencial de tornar-se uma marca referência nesse nicho de mercado, com alcance nacional. Isso não só potencializa a percepção de qualidade de nosso portfólio e de nossas marcas, como também nos permite ganhar escala por meio de sinergias entre nossa rede.

Acreditamos que nossa reputação e posicionamento no mercado contribuíram decisivamente para o sucesso das aquisições que fizemos nos últimos anos, bem como para a integração das instituições adquiridas, e que serão fundamentais em nossa estratégia de crescimento futuro.

Com o setor de educação ainda bastante pulverizado e com várias marcas regionais fortes, acreditamos que a estratégia de preservação das marcas adquiridas potencializa os benefícios decorrentes da reputação regional destas marcas e do reconhecimento dos princípios e valores do nosso modelo de negócios, uma vez integradas à nossa rede.

Valorizamos o que mais importa em uma organização: as pessoas.

Acreditamos que nosso crescimento está diretamente vinculado às pessoas com as quais nos relacionamos, uma vez que o sucesso de uma instituição depende do desenvolvimento de uma cultura organizacional própria e autêntica, baseada em princípios e valores praticados no dia a dia. Desta forma, incentivamos o desenvolvimento de nossos colaboradores e professores por meio de iniciativas específicas para cada um dos públicos.

Criamos programas permanentes de desenvolvimento para lideranças, sendo o primeiro, “Líderes Inspiradores Ânima”, que reúne 74 colaboradores em cargos de executivos e de gestão. Esse grupo atua como propagador de nossa cultura para cerca de 8.300 colaboradores e professores, e ainda contribui para a formação de um grupo de potenciais gestores para ocupar novas posições dentro do grupo. O parceiro principal para este programa é a HSM, Educação Executiva, que proporciona acesso aos eventos, plataforma digital e revista HSM.

Para as lideranças intermediárias do Grupo Ânima, foi estruturada uma trilha de desenvolvimento atendendo aos GAPs apresentados na avaliação de desempenho. Com módulos dinâmicos e

conectados aos atuais desafios do negócio as ações de desenvolvimento têm como objetivo o desenvolvimento técnico e comportamental deste público.

Para os líderes acadêmicos, especificamente nossos coordenadores de cursos, estruturamos o Programa de Capacitação de Gestores Acadêmicos (PDGA), ferramenta essencial para o desenvolvimento de futuros líderes, capazes de conciliar princípios acadêmicos com uma dinâmica empresarial, contemplando módulos ligados a pessoas, marketing, financeiro e acadêmico.

Os demais colaboradores, criamos programas específicos, compostos por trilhas presenciais e à distância (Ulif), de treinamento, visando o contínuo aprimoramento, tanto de habilidades técnicas específicas para o nosso setor quanto de habilidades comportamentais, como trabalho em equipe, inovação, relacionamento e comunicação.

Estes programas são ofertados na escola de desenvolvimento organizacional do Grupo Ânima (Ws2) que tem como pilar a formação dos nossos colaboradores como seres humanos integrais, ou seja, formamos os nossos colaboradores para serem melhores cidadãos, profissionais e seres humanos.

Finalmente, mantemos um programa de formação continuada nosso corpo docente por meio de um programa denominado Sala Mais, focado no desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para a prática docente, tendo como ponto central a promoção da aprendizagem dos estudantes. Esse programa é eixo estruturante do currículo da Ânima, o Ecossistema Anima de Aprendizagem (E2A). O programa inclui conteúdos à distância, oficinas presenciais e o Simpósio dos Professores, que acontecem no início de cada semestre.

Além destas ações, no decorrer do semestre outras oportunidades de desenvolvimento são disponibilizadas. Outro destaque é a presença das instituições Ânima, em rankings, locais e nacionais do GPTW, *Great Place to Work Institute®*, pesquisa que sinaliza as Melhores Empresas para se trabalhar.

Acreditamos na integração destes aspectos, pessoas, qualidade, reputação, imagem, eficiência e de outros elementos de gestão como força propulsora da educação como eixo transformador, das vidas de nossos alunos, comunidades e finalmente, contribuindo para a transformação do nosso país.

Não paramos de crescer: forte perfil de rentabilidade no mercado.

Entendemos que nossas operações possuem grande rentabilidade e relevante retorno sobre o capital investido. Além disso, ao adquirirmos uma instituição, buscamos maximizar sinergias e eficiência operacionais e, consequentemente, traduzir essas ações em aumento da rentabilidade de suas operações. Acreditamos que a nossa proposta de valor diferenciada e a sólida reputação de nossas marcas nos permitem praticar mensalidades superiores à média de mercado, que se traduzem em um EBITDA por estudante também maior do que as demais companhias abertas do setor de educação, que têm foco no ensino padronizado, nos permitindo continuar com crescimento consistente e realizando investimentos em qualidade.

Administração experiente, focada em resultados e apoiada por um parceiro estratégico renomado.

Nossa Administração é composta por um time de gestão alinhado, com mais de 10 anos de trabalho em equipe e profundo conhecimento e experiência no setor de educação. A maioria de nossos executivos, incluindo os fundadores de nossa Companhia, faz parte também do bloco de controle, reforçando o alinhamento de interesses entre os acionistas e o nosso time de gestão.

O nosso time de gestão vem construindo um histórico de sucesso e de crescimento, tanto orgânico como por meio de aquisições. Destacamos, ainda, a presença do Dr. Ozires Silva, fundador da Embraer, ex-presidente da Petrobras e ex-ministro da infraestrutura, como presidente de nosso Conselho Estratégico e Reitor da Unimonte. Procuramos garantir o alinhamento dos nossos interesses com os de nossos gestores e administradores por meio de uma estrutura de remuneração variável atrelada aos resultados alcançados.

Nossa Estratégia de Expansão

Nossas frentes de expansão se dividem em 4 (quatro) pilares principais:

Crescimento orgânico. Pretendemos continuar crescendo a nossa base de estudantes e a nossa participação de mercado com base na reputação de nossas marcas e, assim, incrementar os nossos resultados financeiros, por meio de iniciativas que incluem:

- **Gestão do portfólio de cursos voltada à ampliação e renovação de sua oferta:** Avaliamos constantemente as necessidades de profissionais no mercado de trabalho e desenvolvemos cursos com o objetivo de suprir essas demandas. Somos capazes de reagir rapidamente às mudanças de comportamento na demanda por novos cursos e/ou novas vagas em novas unidades.
- **Expansão multicampi:** Nossa experiência indica que o fator conveniência nos grandes centros urbanos é uma importante variável no processo decisório do estudante que, por vezes, pode se ver impedido de cursar sua instituição de preferência devido a dificuldades de deslocamento. Acreditamos que, uma vez atendido o pré-requisito da localização, o principal fator de escolha é a qualidade acadêmica. Nesse sentido, seguimos trabalhando para ampliar ainda mais nossa área de cobertura nos municípios onde atuamos, por meio da abertura de novas unidades em uma estratégia multicampi. Nossa equipe de expansão avalia constantemente novas oportunidades para cobrir áreas que não são plenamente atendidas ou que têm forte potencial de expansão e desenvolvimento, com base em indicadores demográficos e socioeconômicos.
- **Expansão de unidades no interior:** Pretendemos continuar a promover a abertura de novas unidades em regiões localizadas fora das grandes capitais com demanda por ensino superior de qualidade. A partir de nossa experiência na Una e na SOCIESC, percebemos que, uma vez consolidadas em seu município base, nossas marcas têm potencial e alcance para funcionarem como âncoras regionais. Hoje já temos 12 unidades da Una localizadas fora da região metropolitana de Belo Horizonte (Betim, Sete Lagoas, Divinópolis, Pouso Alegre, Bom Despacho, Uberlândia, Nova Serrana, Itabira e Conselheiro Lafaiete em Minas Gerais, além de Catalão, Jataí e Itumbiara em Goiás) e 5 unidades da SOCIESC localizadas fora de Joinville/SC, Florianópolis/SC e Curitiba/PR (Balneário Camboriú, Blumenau, São Bento do Sul, Itajaí e Jaraguá do Sul em Santa Catarina).

Criação de um programa diferenciado de Ensino a Distância. O segmento de Ensino a Distância apresenta relevante potencial de mercado, principalmente em razão dos valores mais atraentes de mensalidade, do maior alcance geográfico (devido à redução na necessidade de deslocamento do estudante) e da alta taxa de crescimento histórico. Em julho de 2014 obtivemos junto ao MEC o credenciamento do nosso programa de Ensino a Distância, com nota máxima nas três dimensões avaliadas, quais sejam credenciamento institucional, autorização do curso e avaliação dos polos. Acreditamos que o ensino a distância caminhe cada vez mais para um modelo híbrido que seja capaz de conciliar a maior conveniência e capilaridade, próprias do EAD, com um a interação presencial. Nos propomos a ser um impulsionador desta modalidade de ensino, mantendo sempre nosso posicionamento de alta qualidade.

Aproveitamento de oportunidades de consolidação do setor. Parte da nossa estratégia de crescimento está fundamentada em fusões e aquisições junto a outras instituições de ensino. Buscamos identificar ativos capazes de agregar valor e competitividade ao nosso grupo e que, ao mesmo tempo, possam fazer uso de nossa tecnologia curricular, de nossos processos centralizados e de nossas estruturas corporativas. Para isso, temos um rigoroso processo de seleção para possíveis aquisições, incluindo instâncias formais como o Comitê de M&A, além do Conselho de Administração.

Nossa análise considera duas grandes vertentes: (i) a atratividade do mercado e seu ambiente competitivo, avaliada por meio de análises qualitativas e quantitativas que comparam diversos aspectos sociais, demográficos e mercadológicos; e (ii) a atratividade da instituição, avaliada com base em critérios como sua força institucional, riscos e potencialidades em relação a: (a) marca, (b) equipe / capital humano, (c) gestão e potenciais sinergias, (d) aderência ao nosso posicionamento, valores, princípios e cultura organizacional e (e) performance financeira e operacional.

Nosso CSC, ferramenta desenvolvida para nos proporcionar uma plataforma administrativa, financeira e acadêmica integrada mais eficiente, capaz de catalisar as melhores práticas de cada uma de nossas instituições e o padrão de qualidade oferecido em todas as nossas unidades, nos permite fazer com que a integração de novas instituições e unidades de negócio se torne mais ágil e eficaz, possibilitando a redução de custos incrementais e gerando relevantes ganhos de escala. Acreditamos que esses fatores nos permitem integrar aquisições de maneira rápida, eficiente e rentável.

Ampliação de nosso mercado de atuação mediante uso das verticais do conhecimento. As verticais do conhecimento são unidades de negócio com marcas reconhecidas nacionalmente por sua expertise em determinadas áreas do saber capazes de potencializar as operações locais por meio de uma chancela às marcas locais (*co-branding*) e desenvolvimento de novos produtos e serviços escalonáveis por meio da nossa rede.

Mais que uma frente de expansão, acreditamos que as verticais do conhecimento poderão representar um importante diferencial competitivo para nós. Essa estratégia já tem sido implementada com relação à HSM. Essa unidade de negócios, adquirida em março de 2013, cumpre objetivos estratégicos múltiplos, uma vez que alavanca nossa atuação no segmento de educação corporativa, ao mesmo tempo em que funciona como um vetor de gestão dentro da nossa rede.

Continuando a estratégia de ampliação do portfólio de marcas verticais de conhecimento, em março de 2016, anunciamos a formação de uma sociedade em joint venture com o tradicional grupo Le Cordon Bleu, através do qual a Ânima e o grupo Le Cordon Bleu detêm participação de 50% cada, em uma sociedade constituída sob a denominação "Le Cordon Bleu Ânima Educação Ltda." ("LCB Ânima"). A LCB Ânima, que iniciou suas atividades no fim do primeiro semestre de 2018, conta com a combinação das experiências, conhecimentos e know-how de suas sócias desenvolvendo e operando cursos pós-graduação e extensão em gastronomia, hospitalidade e afins.

Em julho de 2016 lançamos a EBRADI - Escola Brasileira de Direito passando a atuar no mercado de cursos a distância na área jurídica, incluindo cursos de pós-graduação, preparatórios para a OAB e extensão. Reunimos um renomado e conceituado time de profissionais do Direito formado por advogados, professores e pesquisadores, comprometidos em produzir conteúdo atualizado do Direito, seja para aprimorar o aprendizado dos alunos, seja para oferecer nova dimensão de atuação aos profissionais da área.

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente não ocorreram aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadrem como operação normal nos nossos negócios, nem alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios e nem contratos relevantes celebrados por nós ou nossas controladas com terceiros, não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais, salvo aqueles mencionados no item 15.7 do presente Formulário de Referência.

Nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente, não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.

Nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente, não possuíamos contratos relevantes celebrados entre nós e nossas controladas, que não sejam relacionados com as nossas atividades operacionais.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 8 foram descritas nos itens acima.

O nosso ativo imobilizado é composto por terrenos, móveis e utensílios, acervos de biblioteca, instalações, equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, refletindo principalmente a operação dos campi.

Abaixo tabela resumo da abertura do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2019, 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Composição do Ativo Imobilizado em R\$ mil	30/09/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Terrenos	28.396	28.396	28.396	28.396
Edificações	39.200	43.640	42.655	46.738
Direito de uso (imóveis)	541.305	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	135.593	101.593	73.627	63.363
Máquinas e equipamentos	31.910	28.181	23.973	22.136
Móveis e utensílios	33.174	23.239	17.677	15.401
Computadores e periféricos	18.751	15.290	12.570	12.887
Biblioteca e videoteca	23.932	19.959	20.250	19.443
Imobilizado em andamento	14.564	16.363	10.217	4.190
Outros	44.225	25.162	16.754	10.976
Total	911.050	301.823	246.119	223.530

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terrenos Unimonte	Brasil	SP	Santos	Própria
Imóveis Unimonte	Brasil	SP	Santos	Própria
Benfeitorias em imóveis	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Benfeitorias em imóveis	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Biblioteca e Videoteca	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Biblioteca e Videoteca	Brasil	SP	Santos	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	SP	Santos	Própria
Computadores e Periféricos	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Computadores e Periféricos	Brasil	SP	Santos	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	Santos	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos de Audiovisual	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Equipamentos de Audiovisual	Brasil	SP	Santos	Própria
Terrenos PGP	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Imóveis PGP	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Benfeitorias em Imóveis	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Máquinas e Equipamentos	Brasil	SC	Joinville	Própria
Computadores e Periféricos	Brasil	SC	Joinville	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SC	Joinville	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Benfeitorias em imóveis	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Biblioteca e Videoteca	Brasil	SP	Santos	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	SP	Santos	Própria
Computadores e Periféricos	Brasil	SP	Santos	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Em razão da limitação de caracteres do sistema Empresa.Net, as informações referentes ao quadro 9.1 (b) foram prestadas no item 9.2 deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Ages Empreendimentos Educacionais Ltda.	03.732.265/0001-72	-	Controlada	Brasil	BH	Paripiranga	A sociedade tem por objeto social manter estabelecimento particular de educação básica do segundo grau, graduação e pós-graduação, promovendo o desenvolvimento da educação, da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura, coerentes com os objetivos que venham a ser estabelecidos com ênfase na criação e funcionamento da faculdade e de outros de diferentes níveis que venha a manter.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	18.638.000,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.								
Brasil Educação S.A.	05.648.257/0001-78	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Administração de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de pesquisa, consultorias e assessorias às empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo a cultura.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-3,131342	0,000000	27.971.000,00	Valor contábil	30/09/2019	464.332.000,00		
31/12/2017	-0,987129	0,000000	56.893.000,00					

31/12/2016	8,243677	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.								
CESUC Educação Ltda	01.067.420/0001-58	-	Controlada	Brasil	GO	Catalão	A sociedade tem por objeto social promover atividades educacionais e culturais, diretamente, sobretudo, através da manutenção de entidades de ensino ou por meio de contratos com terceiros, tendo em vista a promoção do ensino superior ou outros níveis escolares, de acordo com a legislação aplicada em casa caso, podendo, também, dedicar-se a outras atividades culturais e treinamento de qualquer nível e grau, pesquisas e assessorias especiais e aperfeiçoamento profissional, diretamente ou através de convênio e colaboração com terceiros em geral.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	1.529.000,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A CESUC Educação Ltda é nossa controlada indireta por meio da Brasil Educação S.A., que detém 99,99% de participação. A Ânima Holding S/A é sócia da CESUC Ltda com 00,01%. A aquisição da CESUC se deu em agosto de 2018 e a manutenção dessa controlada está de acordo com nossas expectativas de expansão.								
FACEB Educação Ltda.	03.099.921/0001-41	-	Controlada	Brasil	MG	Bom Despacho	A sociedade tem por objeto social promover atividades educacionais e culturais, diretamente, sobretudo através da manutenção de entidades de ensino ou por meio de contratos com terceiros, tendo em vista a promoção do ensino superior ou outros níveis escolares, de acordo com a legislação aplicada em cada caso, podendo, também, dedicar-se a outras atividades culturais e treinamento de qualquer nível e grau, pesquisas, assessorias especiais e aperfeiçoamento profissional, diretamente ou através de convênio e colaboração com terceiros em geral.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	24,187036	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	28.692.000,00		
31/12/2017	42,095061	0,000000	0,00					
31/12/2016	100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A FACEB Educação Ltda é nossa controlada indireta por meio da PGP – Posse Gestão Patrimonial S/A, que detém 99,99% de participação, e desenvolve atividades relacionadas a educação superior. A Ânima Holding S/A é sócia da FACEB Ltda com 00,01%. A aquisição e a manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão, notadamente no interior de Minas Gerais.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
HSM do Brasil S/A	01.619.385/0001-32	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Edição e impressão de livros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão e serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-5,744576	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	51.684.000,00		
31/12/2017	153,479911	0,000000	0,00					
31/12/2016	86,223226	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A BR Educação Executiva S/A, que detinha 100% da participação da HSM do Brasil S/A, foi cindida em 01 de novembro de 2017. Em razão disso, a HSM do Brasil S/A passou a ser controlada direta da Ânima Holding S/A. A HSM do Brasil S/A desenvolve atividades ligadas à edição, impressão de livros e realização de congressos, exposições e feiras.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S.A.	08.446.503/0001-05	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Criar e manter estabelecimento de ensino em nível fundamental, médio e superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação; a participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista, consorciada ou quotista, independente do seu respectivo ramo de atuação e objetivos sociais; a prestação de serviços de assessoramento a empresas, consultoria e gestão a empresas; e realizar atividades acadêmicas e pedagógicas com atendimento à comunidade, nas áreas de nutrição, psicologia, medicina, farmácia, cosmetologia, enfermagem, fisioterapia e veterinária.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,536467	0,000000	96.612.000,00	Valor contábil	30/09/2019	104.432.000,00		
31/12/2017	3,237001	0,000000	0,00					
31/12/2016	20,300743	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Essa controlada foi adquirida em alinhamento às nossas expectativas de expansão.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S/A	44.952.711/0001-31	-	Controlada	Brasil	SP	Santos	A Companhia tem por objeto a administração de atividade de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias à empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura. A companhia poderá realizar, além disso, atividades acadêmicas e pedagógicas com atendimento à comunidade, nas áreas de nutrição, psicologia, medicina, farmácia, cosmetologia, enfermagem, fisioterapia e veterinária.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	7,601894	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	56.880.000,00		
31/12/2017	7,603429	0,000000	0,00					
31/12/2016	-5,634496	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Essa controlada foi adquirida em alinhamento às nossas expectativas de expansão.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
Instituto Politécnico de Ensino Ltda	03.387.092/0001-00	-	Controlada	Brasil	MG	Uberlândia	A sociedade tem por objeto social a prestação de serviços educacionais em todos os níveis e graus e objetivará desenvolver o ensino e a pesquisa para cooperar com o progresso científico e tecnológico, buscando formar profissionais competentes e habilitados para contribuírem ao desenvolvimento econômico, social, cultural e científico do país.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-18,807386	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	5.094.000,00		
31/12/2017	1346,540881	0,000000	0,00					
31/12/2016	100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O Instituto Politécnico de Ensino Ltda é nossa controlada indireta por meio da PGP – Posse Gestão Patrimonial Ltda., que detêm 100% de participação, e desenvolve atividades relacionadas a educação superior. A aquisição e a manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão, notadamente no interior de Minas Gerais.								
PGP Educação S/A	11.408.980/0001-82	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Ofertar cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	13,762117	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	89.512.916,67		
31/12/2017	123,036105	0,000000	0,00					
31/12/2016	753,196696	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A BR Educação Executiva S/A, que detinha 100% da participação da PGP Educação S/A, foi cindida em 01 de novembro de 2017. Em razão disso, a PGP Educação S/A passou a ser controlada direta da Ânima Holding S/A. A PGP Educação S/A desenvolve atividades relacionadas à educação superior.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
PGP Posse Gestão Patrimonial S.A.	14.693.005/0001-51	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Elaboração e oferta de cursos de preparação para concurso público, capacitação e atualização profissional, cursos pré-vestibular, cursos livres e cursos regulares em geral; gestão de marcas, produtos e/ou serviços para educação à distância; filmagem e edição de conteúdo próprio e/ou de terceiros; licenciamento de marcas, serviços e/ou produtos, próprios e/ou de terceiros; gestão patrimonial; criar e manter estabelecimento de ensino em nível fundamental, médio e superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como na realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais, visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação; participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista, consorciada ou quotista, independente do seu respectivo ramo de atuação e objetivos sociais.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	5,731024	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	47.482.000,00		
31/12/2017	52,040895	0,000000	0,00					
31/12/2016	368785,714300	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Essa controlada foi adquirida em alinhamento às nossas expectativas de expansão, estando pronta para assumir novas operações.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Sobepe - Sociedade Brasileira de Educação, Cultura, Pesquisa e Extensão S/A	09.241.131/0001-35	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	A sociedade tem por objeto social criar e manter estabelecimento de ensino em nível fundamental, médio, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos a distância, bem como na realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação; na participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista, consorciada ou quotista, independente do seu respectivo ramo de atuação e objetivos sociais; e, na prestação de serviços de assessoramento a empresas, consultoria e gestão de empresas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	93.637.000,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão								
Sociedade Catalana de Educação Ltda.	05.373.130/0001-93	-	Controlada	Brasil	GO	Catalão	A sociedade tem por objeto social a prestação de serviços educacionais: ensino de nível superior; ensino de nível fundamental e médio; cursos de extensão universitários e sequenciais; pesquisa de desenvolvimento à cultura.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	2.499.000,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00
------------	----------	----------	------

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Sociedade Catalana de Educação Ltda é nossa controlada indireta por meio da Brasil Educação S.A., que detém 99,99% de participação. A Ânima Holding S/A é sócia da Sociedade Catalana Ltda com 00,01%. A aquisição da Sociedade Catalana se deu em agosto de 2018 e a manutenção dessa controlada está de acordo com nossas expectativas de expansão.

Sociedade de Educação Superior e Cultura – SOCIESC S.A.	84.684.182/0001-57	-	Controlada	Brasil	SC	Joinville	Educação e promoção de cultura e, para tanto, envia esforços dentro de suas especialidades e possibilidades em oferecer e desenvolver a educação básica, educação infantil, ensino fundamental e médio, ensino técnico profissional e profissionalizante, educação superior, cursos de especialização, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, mestrado, doutorado e outros previstos em lei, promover pesquisa científica e tecnológica, realizar atividades na área de inovação tecnológica, prestar assessoria e consultoria, editoração, produção e distribuição de livros e materiais didáticos, realizar serviços de telecomunicações por satélite, testes e análises incluindo laboratório de calibração e ensaios elétricos, de metrologia, materiais, tratamento térmico, de fundição, ferramentaria e organização e execução de serviços públicos.	100,000000
---	--------------------	---	------------	--------	----	-----------	--	------------

Valor mercado

31/12/2018	34,776548	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	-51.501.465,81
31/12/2017	65,333191	0,000000	0,00			
31/12/2016	100,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A SOCIESC é nossa controlada indireta por meio da PGP Educação S/A, que detém 100% de participação. A manutenção dessa controlada está de acordo com nossas expectativas de expansão, notadamente na área de inovação, pesquisa e cultura.

UNA Gestão Patrimonial S.A.	17.248.634/0001-60	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	A Companhia tem por objeto a administração de bens ou ativos que lhe pertencem.	100,000000
-----------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	----------------	---	------------

Valor mercado

31/12/2018	111,353482	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	3.882.000,00
31/12/2017	0,688013	0,000000	0,00			
31/12/2016	-7,536090	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A UNA Gestão Patrimonial S.A. é nossa controlada indireta por meio da Brasil Educação S.A. que detém 100% de participação. A manutenção dessa controlada está de acordo com nossas expectativas de expansão.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
VC Network Educação S/A	04.011.351/0001-59	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	A sociedade tem por objeto social a administração e atividade de instituições de terceiro e quarto grau, educação profissional, podendo dedicar-se ainda as atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos a distância, bem como atividades relacionadas a produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo a cultura.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	3,658537	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	85.000,00		
31/12/2017	6,493506	0,000000	0,00					
31/12/2016	10,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.								
Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda.	18.867.222/0001-71	-	Controlada	Brasil	BH	Paripiranga	A sociedade tem por objeto social manter estabelecimento particular de educação básica do segundo grau, graduação e pós-graduação, promovendo o desenvolvimento da educação, da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura, coerentes com os objetivos que venham a ser estabelecidos com ênfase na criação e funcionamento da faculdade e de outros de diferentes níveis que venha a manter.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2019	-5.321.000,00		

31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.

Desenho Industrial**HSM**

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
Desenho industrial	Configuração em capa e páginas de revista. Classe: 19.03 – Nº do pedido: DI 5701838-3.	Nacional	24/10/2022	São causas de extinção: (i) a expiração do prazo de vigência, (ii) a renúncia de seu titular, (iii) a falta de pagamento da retribuição, e (iv) a declaração de nulidade no caso do registro ter sido concedido em desacordo com a lei. Já que o INPI não realiza exame de mérito na concessão, é aconselhável a Companhia requerer o exame, a fim de obter-se o pronunciamento oficial do INPI que poderá servir como (1) revogação do registro já concedido, tornando-o, portanto, extinto, OU (2) caracterizará a real proteção conferida com a concessão do registro, com o propósito de auxiliar em eventuais demandas contra o uso indevido de terceiros.	Possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem a venda ou venderem produtos com a mesma forma ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.

Patentes**IMEC**

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
Patente	Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 22/03/2016. Nº do pedido: BR 20 2016 006278 6 U2	Nacional	22/03/2016 (Data do depósito) 26/09/2017 (Data da Publicação do Pedido de Patente) (12/03/2019)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteados

			<p>6.6.1 Exigência Formal - art. 38 (I) da Lei 13.123/2015</p> <p>Suspensão do andamento do pedido de patente para que seja informado se houve acesso ao patrimônio genético nacional, conforme o art. 38 (I) da Lei 13.123/2015. Para Declaração Positiva de Acesso, gerar uma Guia de Recolhimento da União (GRU) de código 264. Caso a exigência não seja cumprida em até 60 (sessenta) dias, será considerado pelo INPI que não houve acesso ao patrimônio genético nacional.</p>		
Patente	Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 20/08/2015.	Nacional	<p>20/08/2015 (Data do depósito)</p> <p>02/05/2017 (Data da Publicação do</p>	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

	Nº do pedido: BR 10 2015 020028 5 A2.		Pedido de Patente)	vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	
Patente	Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 21/11/2014. Nº do pedido: BR 10 2014 029014 1.	Nacional	21/11/2014 (Data do depósito) 07/06/2016 (Data da Publicação do Pedido de Patente)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

BRASIL EDUCAÇÃO

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
Patente	Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 24/02/2015. Nº do pedido: BR 20 2015 003915 3 U2.	Nacional	24/02/2015 (Data do depósito) 30/08/2016 (Data da Publicação do Pedido de Patente)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Patente	Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 08/01/2018. Nº do pedido: BR 20 2018 000355 6.	Nacional	08/01/2018 (Data do depósito)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

SOCIESC

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
Patente	Máquina automatizada de corte de abas de boné em sistema multicamadas, compreendendo um sistema de alimentação (10) chapas de material extrudado (30), constituído de uma pluralidade de bobinas (11) posicionadas em série e sobrepostas de modo a formar multicamadas de chapas (30), sendo ditas bobinas (11) convenientemente instaladas em uma estrutura (20) de modo a promover o giro das bobinas (11) através de mancais (12) para alimentação de multicamadas de chapas extrudadas (30) em processo contínuo para atividade de corte. A presente invenção compreende ainda um conjunto de atuadores que prendem, deslocam e efetuam o corte das multi-camadas (30) de forma automatizada, com o auxílio de um controlador lógico programável, que gerencia os movimentos de forma sincronizada. Nº do pedido : BR 10 2012 021973 5 A2	Nacional	31/08/2012 (Data do depósito) 07/10/2014 (Data da Publicação do Pedido de Patente)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Patente	Configuração aplicada em mouse ergonômico.	Nacional	22/03/2017	São causas de extinção: (i) a expiração do prazo de vigência, (ii) a renúncia de seu titular,	Possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem à venda ou venderem produtos com a mesma forma

			(Data da próxima retribuição)	(iii) a falta de pagamento da retribuição, e (iv) a declaração de nulidade no caso do registro ter sido concedido em desacordo com a lei. Já que o INPI não realiza exame de mérito na concessão, é aconselhável a Companhia requerer o exame, a fim de obter-se o pronunciamento oficial do INPI que poderá servir como (1) revogação do registro já concedido, tornando-o, portanto, extinto, OU (2) caracterizará a real proteção conferida com a concessão do registro, com o propósito de auxiliar em eventuais demandas contra o uso indevido de terceiros.	ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.
Patente	Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 24/02/2017. Nº do pedido: BR 10 2017 003981 1.	Nacional	24/02/2017 (Data do depósito)	São causas de extinção: (i) a expiração do prazo de vigência, (ii) a renúncia de seu titular, (iii) a falta de pagamento da retribuição, e (iv) a declaração de nulidade no caso do registro ter sido concedido em desacordo com a lei. Já que o INPI não realiza exame de mérito na concessão, é aconselhável a Companhia requerer o exame, a fim de obter-se o pronunciamento oficial do INPI que poderá servir como (1) revogação do registro já concedido, tornando-o, portanto, extinto, OU (2) caracterizará a real proteção conferida com a concessão do registro, com o propósito de auxiliar em eventuais demandas contra o uso indevido de terceiros.	Possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem a venda ou venderem produtos com a mesma forma ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.
Patente	Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 16/04/2013. Equipamento para Regeneração Térmica de Areia com Resina. Nº do pedido: BR 10 2013 009223 1 A2.	Nacional	16/04/2013 (Data do depósito) 25/11/2014 (Data da Publicação do Pedido de Patente)	São causas de extinção: (i) a expiração do prazo de vigência, (ii) a renúncia de seu titular, (iii) a falta de pagamento da retribuição, e (iv) a declaração de nulidade no caso do registro ter sido concedido em desacordo com a lei. Já que o INPI não realiza exame de mérito na concessão, é aconselhável a Companhia requerer o exame, a fim de obter-se o pronunciamento oficial do INPI que poderá servir como (1) revogação do registro já concedido, tornando-o, portanto, extinto, OU (2) caracterizará a real proteção conferida com a concessão do registro, com o propósito de auxiliar em eventuais demandas contra o uso indevido de terceiros.	Possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem a venda ou venderem produtos com a mesma forma ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.

Patente	<p>Estação de tratamento unifamiliar compacta. A presente patente de invenção refere-se a uma estação de tratamento unifamiliar compacta, que permita o tratamento do esgoto sanitário de uma residência unifamiliar, condomínios, especialmente aqueles implantados em áreas isoladas, rurais ou de difícil acesso para a instalação de redes de coleta. A estação de tratamento é constituída por compartimentos posicionados de tal forma que permitam realizar as etapas de peneiramento, filtragem, tratamento anaeróbico, aeróbico e facultativo, decantação e secagem de lodos, desinfecção final, em uma única estação de tratamento, formada por uma estrutura (2) única, compreendida por câmaras (3) associadas entre si, permitindo dessa forma o tratamento do esgoto sanitário por uma estação que contemple todas as etapas de tratamento, desde a entrada (4) até a saída (5) do esgoto tratado, conferindo assim uma maior eficiência durante o tratamento do esgoto.</p>	Nacional	31/05/2016 (Data da concessão)	<p>São causas de extinção: (i) a expiração do prazo de vigência, (ii) a renúncia de seu titular, (iii) a falta de pagamento da retribuição, e (iv) a declaração de nulidade no caso do registro ter sido concedido em desacordo com a lei. Já que o INPI não realiza exame de mérito na concessão, é aconselhável a Companhia requerer o exame, a fim de obter-se o pronunciamento oficial do INPI que poderá servir como (1) revogação do registro já concedido, tornando-o, portanto, extinto, OU (2) caracterizará a real proteção conferida com a concessão do registro, com o propósito de auxiliar em eventuais demandas contra o uso indevido de terceiros.</p>	<p>Possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem a venda ou venderem produtos com a mesma forma ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.</p>
---------	--	----------	-----------------------------------	--	--

	Nº do pedido: BR 10 2014 029457 0 B1				
--	---	--	--	--	--

MARCAS

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca FIGURATIVA registro nº 830155120 e nº 901657018, apresentação Figurativa, depositada nas classes de serviços nº 36 e nº 41	Brasil	11/06/2023 na classe Ncl(9) 36 e 25/09/2022 na classe Ncl(9) 41	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a cinco anos, contados da data da concessão do registro ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas ou, ainda, nulidade decretada pelo INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca "HSM ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO", pedido de registro n. 831098244, apresentação nominativa, depositada na classe de serviços 41.	Brasil	25/11/2024	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca "UNIVERSO HSM", pedido de registro n. 840047770, apresentação nominativa, depositada na classe de serviços 35	Brasil	03/03/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca "UNIVERSO HSM", pedido de registro n. 840047746, apresentação nominativa, depositada na classe de serviços 41.	Brasil	03/03/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca ÂNIMA registro nº 830225145, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 36	Brasil	11/06/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca ÂNIMA EDUCAÇÃO pedido de registro nº 900716924, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	Marca ÂNIMA EDUCAÇÃO pedido de registro nº 900716932, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
				semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. Ademais, este pedido de registro encontra-se sobrestado, até que uma decisão definitiva seja proferida em pedidos de registro para marcas anteriores e que o INPI considera conflitantes/semelhantes. Há chances deste pedido de registro ser indeferido nos termos do artigo 124, XIX da Lei de Propriedade Industrial.	
Marca	Marca BELO HORIZONTE registro nº 811103609, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41/10	Brasil	17/07/2024.	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca CENTRO MONTE UNIVERSITÁRIO SERRAT pedido de registro nº 820559539, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41/10	Brasil	N/A - por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. Este pedido de registro foi indeferido pelo INPI em razão de um registro anterior para marca semelhante e o exame do recurso apresentado encontra-se sobrestado até que uma decisão final seja proferida nos autos da ação judicial nº 2000.61.10.000092-8 em trâmite na Justiça Federal.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	Marca GRADUS Unimonte registro nº 830414630, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	07/08/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca KRATO registro nº 828179441, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	23/08/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA registro nº 006178308, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41/10	Brasil	10/12/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA registro nº 826981232, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	23/10/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA registro nº 826981240, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 42	Brasil	23/10/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA registro nº 828127972, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	11/03/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA registro nº 828127999, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	11/03/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA pedido de registro nº 904183688, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 16	Brasil	16/12/2024	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA-LEX registro nº 006539521, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 11/10	Brasil	25/03/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNATEC registro nº 826130151, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	07/08/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca UNATEC registro nº 902388622, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	14/05/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH registros nºs 200044370 e 821049500, apresentação Nominativa, depositada nas classes de serviços nº 35 e 38.	Brasil	02/03/2024	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH UNIVERSIDADE DE BELO HORIZONTE registro nº 819409197, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	14/10/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH registro nº 818417897, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41/10	Brasil	15/07/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH registro nº 900830174, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 16	Brasil	21/09/2020	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH registro nº 900830220, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 35	Brasil	21/09/2020	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH registro nº 900940689, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 42	Brasil	14/12/2020	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Unimonte registro nº 820559547, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	07/11/2020	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Unimonte registro nº 901656933, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	25/09/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca VESTIBULARMG registro nº 830378464, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	11/06/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca VESTIBULARMG registro nº 830378472, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 35	Brasil	11/06/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM – Mista – Registro nº 815385200 – Classe: 41\40	Brasil	15/06/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Expomanagement – Nominativa – Registro nº 200011138 e nº. 820371378 – Classe: 35\41	Brasil	05/03/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM – Nominativa – Registro nº 815385196 – Classe: 41\40	Brasil	07/04/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Business School – Nominativa – Registro nº 830261176 e 830261184 – Classe: 41\38	Brasil	28/02/2022 24/12/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Educação Executiva – Nominativa – Registros nº909576092, nº. 909576149, nº. 909576165 – Classe: 16\35\41	Brasil	02/10/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Educação Executiva – Mista – Registros nº909598924, nº. 909598967, nº. 909598975 – Classe: 16\35\41	Brasil	30/10/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Escola De Negócios – Nominativa – Registro nº 830261150 e 830261168 – Classe: 38\41	Brasil	24/12/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Experience – Nominativa – Registro nº 9083880980 – Classe: 38	Brasil	14/08/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca HSM Inspiring Ideas & You – Mista – Registro nº 829125825, nº. 829125833, 829125841, 829125850 – Classe: 16\35\38\41	Brasil	03/05/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Knowledge Circle – Nominativa – Registro nº 830699082 – Classe: 41	Brasil	14/05/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Omni Learning – Nominativa – Registro nº 912814705 – Classe: 41	Brasil	27/11/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Omni Learning – Nominativa – Registro nº 912814810 – Classe: 41	Brasil	01/06/2017 (Data do depósito) 04/09/2018 (Sobrestamento do exame de mérito)	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	Marca HSM Management Review – Nominativa – Registro nº 819359831 e 819451410 – Classe: 11/10 e 09/40	Brasil	16/03/2029 06/04/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM School Of Management – Nominativa – Registro nº 830261141 e 830261192 – Classe: 38/41	Brasil	24/12/2023 21/08/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Solutions – Nominativa – Registro nº 830277412 – Classe: 41	Brasil	28/02/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Education – Mista – Registro nº 823370062 – Classe: 38	Brasil	26/02/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca HSMOnline – Mista – Registro nº 823094600 e 823094618 – Classe: 38\35	Brasil	24/03/2029 19/05/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Intermanagers – Nominativa – Registro nº 829684280 – Classe: 38	Brasil	08/11/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca MANAGEMENTV – Mista – Registro nº 828936676 – Classe: 38	Brasil	14/08/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca MITS – Nominativa – Registro nº 840065019 – Classe: 41	Brasil	09/06/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM INSPIRING IDEAS – Mista – Registro nº 829125868 – Classe: NCL (9) 16	Brasil	26/04/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM INSPIRING IDEAS – Mista – Registro nº 829125876 – Classe: NCL (9) 35	Brasil	16/10/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM INSPIRING IDEAS – Mista – Registro nº 829125884 – Classe: NCL (9) 41	Brasil	03/05/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM INSPIRING IDEAS mista – registro 829125892 – Classe: NCL (9) 38	Brasil	26/04/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM MANAGEMENT – Mista – registro nº 819579653 – Classe: 11.10	Brasil	13/07/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM MANAGEMENT – Mista – registro nº 819579661 – Classe: 09.40	Brasil	06/07/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM MANAGEMENTV – Mista – pedido de registro nº 827774630 – Classe: NCL (8) 41	Brasil	23/02/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120. Este pedido de registro foi indeferido pelo INPI em razão de processos anteriores para marcas semelhante. Aguarda-se análise do recurso apresentado.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca MAXIMAILING – nominativa – registro nº	Brasil	16/11/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
	816689580, depositado na Classe: 38\10				
Marca	Marca HSM EDITORA – Mista – pedido de registro nº 840005679 – Classe: NCL (10) 09	Brasil	24/02/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM EDITORA – Mista – pedido de registro nº 840005687 – Classe: NCL (10) 41	Brasil	24/02/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM EDITORA – Mista – pedido de registro nº 840011113– Classe: NCL (10) 16	Brasil	10/03/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM EDITORA – Mista – pedido de registro nº 840011130 – Classe: NCL (10) 35	Brasil	10/03/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM EDUCAÇÃO – Mista – pedido de registro nº 831121025 – Classe: NCL (9) 41	Brasil	25/11/2024	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca ADAPTI – PROGRAMA DE APRENDIZAGEM ADAPTATIVA INDIVIDUAL – Mista - registro nº 908275935, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	14/03/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca AMPLIAR – Nominativa, registro nº 910842884, depositada na classe de serviços nº 36.	Brasil	10/04/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca U-LIFE – Nominativa, registro nº 908276052 e nº 908276109, depositada nas classes de serviços nº 35 e 41.	Brasil	24/07/2028 17/04/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca EBRADI – ESCOLA BRASILEIRA DE DIREITO – Nominativa, registro nº 912604441 e nº 912604522, depositada nas classes de serviços nº 16 e 41.	Brasil	13/11/2028 13/11/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNIPARANÁ – mista, registro nº 911238689, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	05/06/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA VIRTUAL – Nominativa, registro nº 908368925, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	24/04/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNAVIRTUAL – Mista, registro nº 908369131, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	24/04/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca “CINTEC” – Nominativa, registro nº 822003058, depositada na classe de serviços nº 41/10.40.	Brasil	16/05/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca SOCIESC	Marca "COLÉGIO TUPY" – Mista, registro nº 825940923, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	24/07/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "COT COLÉGIO TUPY" – Nominativa, registro nº 825940931, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	24/07/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "ESCOLA TÉCNICA TUPY" – Nominativa, registro nº 817905669, depositada na classe de serviços nº 41/10.	Brasil	03/09/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "ETT ESCOLA TÉCNICA TUPY" – Mista, registro nº 817905707, depositada na classe de serviços nº 41/10.	Brasil	03/09/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "FUTURONOTA10" – Mista, registro nº 840561733, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	03/05/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca SOCIESC	Marca "IST" – Nominativa, registro nº 905926102, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	26/01/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "IST INSTITUTO SUPERIOR TUPY" – Mista, registro nº 825940893, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	05/07/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "IST INSTITUTO SUPERIOR TUPY" – Nominativa, registro nº 825940940, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	16/08/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA" – Nominativa, registro nº 817905731 e nº 817905693, depositadas nas classes de serviços nº 37/25.56 e nº 41/10.	Brasil	17/09/2026 30/12/2027	e Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "SOCIESC" – Nominativa, registro nº 817905685 e nº 817905723, depositadas nas classes de serviços nº 41/10 e nº 37/05.25.56.	Brasil	03/09/2026 17/09/2026	e Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca SOCIESC	Marca "TUPY" – Nominativa, registro nº 825989779, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	24/07/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "UNISOCIESC" – Nominativa, registro nº 906746612, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	05/07/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "UNISOCIESC" – Mista, registro nº 906746922, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	05/07/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "UNITUPY – CENTRO UNIVERSITÁRIO TUPY" – Nominativa, registro nº 825940915, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	24/07/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca UNISOCIESC	Marca UNISOCIESC – Mista, registro nº 913523534, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	08/01/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca UNISOCIES C – Palácio Avenida	Marca UNISOCIESC – Mista, registro nº 913996815, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	12/03/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca IBES	Marca "IBES" – Mista, registro nº 823281647, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	27/02/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca SÃO JUDAS TADEU – Nominativa – Registro nº 006148891 – Classe: 41:10	Brasil	25/10/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca CSJT – Mista – Registro nº 750102810 – Classe: 41:10.	Brasil	18/01/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca SÃO JUDAS – Mista – Registro nº 817192778 – Classe: 41:10	Brasil	18/04/2025.	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca CSJT COLÉGIO SÃO JUDAS TADEU – Mista – Registro nº 818871423 – Classe: 41:10	Brasil	11/08/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca SÃO JUDAS UNIVERSIDADE – Mista – Registro nº 904973964 – Classe: NCL(10) 41	Brasil	23/06/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca RÁDIO E TV UNIVERSITÁRIA – Nominativa – Registro nº 818485930 – Classe: 38	Brasil	24/01/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca USJT – Nominativa – Registro nº 824219490 – Classe: 41	Brasil	17/04/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNIVERSIDADE SÃO JUDAS – Mista – Registro nº 824219473 – Classe: NCL(10) 41	Brasil	20/03/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU – Nominativa – Registro nº 824219481 – Classe: (8)41 e Registro nº. 904974022 – Classe: (9) 41	Brasil	20/03/2028 e 23/06/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU – Nominativa – Registro nº 825240735 – Classe: 41	Brasil	20/03/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNIVERSO SUSTENTÁVEL – Mista – Registro nº 830786635 – Classe: NCL(9) 41	Brasil	05/04/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca TV SÃO JUDAS – Mista – Registro nº 908523513 - Classe: NCL(10) 41	Brasil	15/05/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca CAMPUS ESTAÇÃO SÃO JUDAS – Nominativa – Registro nº 911692665 - Classe: NCL(10) 41	Brasil	07/08/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca FIGURATIVA – Registro nº 820046450 – Classe: 41	Brasil	16/11/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca Instituto Ânima	Marca INSTITUTO ÂNIMA – Nominativa, registros nº 913111953, 913383414 e 913383449 depositada nas classes de serviços nº 45, 42 e 41.	Brasil	22/10/2029 18/12/2028 Aguardando fim de sobrestamento	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120 para as marcas já registradas 913111953 e 913383414 e, para o pedido de registro nº 913383449, o mesmo descrito acima para pedido da Marca NOMINATIVA registro nº 912814810	Os mesmos descritos acima.

Domínios

Em 30 de setembro de 2019, nós e nossas controladas detínhamos direitos sobre vários nomes de domínio. Seguem abaixo os nomes de domínio mais relevantes:

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
Domínio	ACADEMIKRATO.COM.BR	Nacional	28/3/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. Tendo em vista que o registro do nome de domínio pode ser prorrogado por prazos iguais e sucessivos, indefinidamente, as únicas hipóteses que podem levar à perda dos direitos relativos a esse ativo são: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
Domínio	AELIS.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	AMELHORPOS.COM.BR	Nacional	30/5/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

Domínio	AMPLIARSEUESTUDOS.COM.BR	Nacional	20/11/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	anima.qa	Internaconal	Renovação automática	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ANIMACOMUNICACA.COM.BR	Nacional	28/5/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	animacomunicacao.com	Internaconal	Renovação automática	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ANIMADAY.COM.BR	Nacional	8/9/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ANIMAEDUCACAO.COM.BR	Nacional	6/6/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	animalab.net	Internaconal	Renovação automática	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ANIMALABS.COM.BR	Nacional	26/4/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	BLOGDOOZIRE.COM.BR	Nacional	28/11/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	BLOGHSM.COM.BR	Nacional	21/6/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	CASAUNA.COM.BR	Nacional	27/8/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	CENTROUNIVERSITARIO TUPY.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	COLEGIOTUPY.COM.BR	Nacional	5/9/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	COMUNICACAOUNA.COM.BR	Nacional	26/7/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	COMUNICACAO UNIBH.COM.BR	Nacional	26/7/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	COMUNICACAO UNIMONTE.COM.BR	Nacional	26/7/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	COMUNICACAO UNISOCIESC.COM.BR	Nacional	30/3/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	COMUNICACAO USJT.COM.BR	Nacional	26/7/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	COMUNICA UNISOCIESC.COM.BR	Nacional	31/8/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	EBEMED.COM.BR	Nacional	1/8/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	EBRADI.COM.BR	Nacional	18/5/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	EDUCACAO PRAQUEM.COM.BR	Nacional	23/10/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ESCOLABRASILEIRA DODIREITO.COM.BR	Nacional	18/5/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ESCOLADAS CONEXOES.COM.BR	Nacional	8/5/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	escolameddis.com	Internaconal	Renovação automática	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ESCOLAMEDDIS.COM.BR	Nacional	10/10/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ESCOLATECNICATUPY.COM.BR	Nacional	23/1/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ESTUDE INSPIRALLE.COM.BR	Nacional	18/11/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	estudemedis.com	Internaconal	Renovação automática	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ESTUDEMEDDIS.COM.BR	Nacional	10/10/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ESTUDENASAO JUDAS.COM.BR	Nacional	16/10/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ETT.COM.BR	Nacional	15/5/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	EXPOMANAGEMENT.COM.BR	Nacional	10/11/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	FACED.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	FACPOLI.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	FACULDADE POLITECNICA GOIAS.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	FLC.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	FORUMHSM.COM.BR	Nacional	2/7/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

Domínio	FPU.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	GESTAOQUEDACERTO.COM.BR	Nacional	22/6/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	HSM.COM.BR	Nacional	4/7/2027	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	HSMEDUCACAOEXECUTIVA.COM.BR	Nacional	20/10/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	hsmexperience.com	Internacional	Renovação automática	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	HSMEXPERIENCE.COM.BR	Nacional	28/3/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	hsmexperience.info	Internacional	Renovação automática	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	hsmexperience.net	Internacional	Renovação automática	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	HSMEXPERIENCE.NET.BR	Nacional	28/3/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	HSMEXPOMANAGEMENT.COM.BR	Nacional	18/10/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	HSMGLOBAL.COM.BR	Nacional	7/12/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	HSMGROUP.COM.BR	Nacional	9/12/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	HSM-GROUP.COM.BR	Nacional	9/12/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	HSMMANAGEMENT.COM.BR	Nacional	5/12/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	HSMUNIVERSITY.COM.BR	Nacional	16/2/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	INSPIRALE.COM.BR	Nacional	18/11/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	INSPIRALEEDUCACAO.COM.BR	Nacional	18/11/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	INSPIRALESAUDE.COM.BR	Nacional	18/11/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	INSPIRALLE.COM.BR	Nacional	18/11/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	INSPIRALLEEDUCACAO.COM.BR	Nacional	18/11/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	INSTITUTOANIMAEDUCACAO.COM.BR	Nacional	7/8/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	IST.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ITABIRAMERECEOMELHOR.COM.BR	Nacional	28/6/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	LECORDONBLEUSAOPAULO.COM.BR	Nacional	25/7/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	MANAGEMENTV.COM.BR	Nacional	14/5/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	MEDHIS.COM.BR	Nacional	27/9/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	MESTRADOEMADM.COM.BR	Nacional	3/2/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	MESTRADOEMGSEDL.COM.BR	Nacional	18/8/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	MKTANIMAEDUCACAO.COM.BR	Nacional	6/9/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	MSERRAT.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	MUDEPARASAOJUDAS.COM.BR	Nacional	23/1/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	MUDEPRASAOJUDAS.COM.BR	Nacional	20/10/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	NETSCHOOL.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	NOSSOINSTITUTOANIMA.COM.BR	Nacional	25/8/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	NUCLEOEAD.COM.BR	Nacional	2/8/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ORBITAMENTORIA.COM.BR	Nacional	12/9/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	PACARVALHOADV.COM.BR	Nacional	20/1/2029	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	PORTALHSM.COM.BR	Nacional	21/6/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	POSFGV.COM.BR	Nacional	5/9/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

Domínio	POSGRADUACAOUNA.COM.BR	Nacional	20/5/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	POSGRADUACAOUNIBH.COM.BR	Nacional	20/5/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	POSGRADUACAOUNIMONTE.COM.BR	Nacional	20/5/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	POSGRADUACAOUNISOCIESC.COM.BR	Nacional	20/5/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	POSGRADUACAOUSJT.COM.BR	Nacional	20/5/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	QUEROMEUFIES.COM.BR	Nacional	22/1/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	RELACIONAMENTOUNA.COM.BR	Nacional	25/4/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	RELACIONAMENTOUNIBH.COM.BR	Nacional	25/4/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	RELACIONAMENTOUNIMONTE.COM.BR	Nacional	25/4/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	RELACIONAMENTOUNISOCIESC.COM.BR	Nacional	25/4/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	RELACIONAMENTOUSJT.COM.BR	Nacional	25/4/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ROTADOSISU.COM.BR	Nacional	11/1/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	RTP.ORG.BR	Nacional	11/10/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	SAOJUDAS.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	SELIGANOVESTIBULAR.COM.BR	Nacional	25/3/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	SIGMA.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	SOCIESC.COM.BR	Nacional	9/9/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	SOCIESC.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	SOCIESC.ORG.BR	Nacional	6/9/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	SUAINSCRICAONOUNIBH.COM.BR	Nacional	22/3/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	SUSTENTABILIDADEANIMA.COM.BR	Nacional	23/1/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ULIFE.COM.BR	Nacional	6/8/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	U-LIFE.COM.BR	Nacional	6/8/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ULIFECARREIRAS.COM.BR	Nacional	1/10/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	ULIFEMAIL.COM.BR	Nacional	31/10/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNA.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNA.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNACONTAGEM.COM.BR	Nacional	23/10/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNACONTAGEM.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNATEC.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNAVIRTUAL.COM.BR	Nacional	19/10/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNIBH.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNIJJOINVILLE.COM.BR	Nacional	2/12/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNIMONTE.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNIMONTE.COM.BR	Nacional	20/9/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNIMONTE.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNISOCIESC.COM.BR	Nacional	22/10/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNISOCIESC.EDU.BR	Nacional	Não expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNISOCIESC.ORG.BR	Nacional	10/8/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	universidadedocotidiano.com	Nacional	Renovação automática	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	UNIVERSOHSM.COM.BR	Nacional	22/12/2020	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

Domínio	VESTIBULARCOMUNICACAO.COM.BR	Nacional	21/10/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	VESTIBULARNAUNA.COM.BR	Nacional	22/3/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	VESTIBULARPRAVOCE.COM.BR	Nacional	22/3/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	VESTIBULARSANTOS.COM.BR	Nacional	21/10/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	VESTIBULARSAOJUDAS.COM.BR	Nacional	27/6/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
Domínio	VESTIBULARSAOPAULO.COM.BR	Nacional	29/10/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

Softwares

Utilizamos sistemas de informação exclusivos e desenvolvidos por terceiros. Esses sistemas permitem a automatização e controle dos processos acadêmicos, como cobrança de recebíveis, matrículas, dentre outros, e são utilizados no gerenciamento da contabilidade, contas a pagar, compras, folha de pagamento, etc, são utilizados pelos nossos alunos para gestão de suas atividades educacionais e dão suporte aos nossos gestores e diretores por meio de plataformas de BI.

Softwares sob gestão do grupo:

- SIAF – ERP acadêmico legado
- SOL – Sistema complementar ao SIAF
- Ulife – AVA
- Conjunto de microsistemas desenvolvidos internamente e conectados ao SIAF
- Aplicativos mobile para vestibular e Ulife
- Portais Intranet
- Blogs em geral
- Sysclass – Sistema de gestão da grande horária de professores
- SBPL – Sistema de gestão e planejamento de orçamento
- Mastersaf – Sistema de gestão fiscal
- Datasul Totvs – ERP corporativo
- Paradigma – Sistema de gestão de compras
- RH Online – Sistema de gestão de recursos humanos
- Softtrade - Sistema de gestão de folha de pagamento
- Vestib – Sistema de gestão do processo de vestibular
- Salesforce – CRM
- EBRADI / HSMU – Sites e ecommerce
- SGD – Sistema de gestão do corpo docente
- SGS – Sistema legado de gestão de segurança, para troca de senha
- Oracle / SqlServer – Banco de dados
- Microsoft Windows / Linux – Sistemas Operacionais
- Reserva recursos – Sistemas de reserva de equipamentos e auditórios
- FilaH – Sistema para gestão de senhas de atendimento
- Abaris – Sistema de gestão eletrônica de documentos em nuvem
- KACE – Gestão de ativos de TI e Help Desk
- Dotproject – Sistema legado de Help Desk
- Callbox – Sistema de URA e PABX, usado para atendimento do público geral

- PABCOM – Sistema de gestão de telefonia usado pelo Help Desk
- Tableau – BI
- Pergamum – Gestão de bibliotecas
- Office 365 – Suite Microsoft usada para gestão de e-mails e documentos
- Teams – Plataforma Microsoft usada para comunicação interna e repositório de documentos
- Sharepoint – Suite Microsoft usada para controle de processos e repositório de documentos
- Workplace – Aplicativo do Facebook para comunicação interna em empresas
- Netlex – Sistema que apoia na elaboração e gestão de documentos jurídicos
- Orquestra – Ferramenta de BPM usada no controle e automação de processos
- Smartshare – GED e BP
- Ábaris – GED
- Ronda – Sistema de registro e controle de catracas, portas e relógio de ponto
- Nexxera – Solução para integração bancária
- Netadmin – Sistema de controle de acessos
- Citrix
- Symantec – Segurança
- Autocad Educacional
- Adobe Educacional
- Adobe Enterprise
- Cognos Controller – Relatórios CDN
- Nagios – Monitoramento de rede

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas informações contábeis intermediárias consolidadas relativas ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 e das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de educação no Brasil registradas na CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso *website* (<https://ri.animaeducacao.com.br/>) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Nossa receita bruta consolidada passou de R\$1.376,0 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018 para R\$1.593,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, representando um crescimento de 15,8%. Nosso EBITDA ajustado no mesmo período de 2019 foi de R\$232,3 milhões, ou uma margem EBITDA de 27,0%, versus R\$141,7 milhões (17,6% de margem EBITDA ajustada sobre a receita líquida) no mesmo período do ano anterior, impactado pela nova norma contábil do IFRS-16.

Com relação aos exercícios sociais anteriores, a nossa receita bruta consolidada passou de R\$1.408,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.637,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e, em seguida, para R\$1.855,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 16,3% e 13,3%, respectivamente. Nosso EBITDA ajustado, nos mesmos períodos, cresceu 13,2% e caiu 2,4%, respectivamente passando de R\$152,2,6 milhões (16,0% de margem EBITDA ajustada sobre a receita líquida) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e R\$173,9 milhões (15,8% de margem EBITDA ajustada sobre a receita líquida) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$169,9 milhões (15,4% de margem EBITDA ajustada sobre a receita líquida) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 30 de setembro de 2019 era negativo em R\$100,9 milhões, sofrendo impacto de um empréstimo ponte (empréstimo de curtíssimo prazo) no valor de R\$100,0 milhões, que foi amortizado no quarto trimestre com a emissão de uma debênture e dos passivos de arrendamento sobre direito de uso. Em 31 de dezembro de 2018, nosso capital de giro operacional era equivalente a R\$176,6 milhões, em 31 de dezembro de 2017 R\$ 188,6 milhões e em 31 de dezembro de 2016 R\$ 165,8 milhões, o que reflete a nossa capacidade de gerir adequadamente os nossos relacionamentos com fornecedores, estudantes e credores.

Na opinião de nossa Diretoria, nosso capital de giro reflete adequadamente nossa capacidade de gerenciamento dos nossos negócios e atende às nossas necessidades de caixa, além de permitir a gestão de nossas relações com fornecedores e credores, e nos proporcionar o financiamento necessário para o atendimento à nossa estratégia de expansão. Nossos indicadores de liquidez confirmam que temos liquidado nossos compromissos financeiros tempestiva e integralmente.

A tabela a seguir evidencia determinadas informações financeiras relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhões de Reais)	2019	2018	2018	2017	2016
Receita bruta consolidada	1.593,6	1.376,0	1.855,3	1.637,9	1.408,7
EBITDA ¹	201,2	87,4	93,0	137,6	98,2
EBITDA Ajustado ²	232,3	141,7	169,9	173,9	152,2
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS-16 ³	165,4	n/a	n/a	n/a	n/a
Dívida Líquida ⁴	894,3	147,8	208,6	167,4	218,8
Dívida Líquida sem o efeito IFRS-16 ⁵	338,8	n/a	n/a	n/a	n/a
Liquidez corrente ⁶	0,8	1,9	1,8	1,9	1,6
Índice de endividamento ⁷	0,7	0,5	0,5	0,5	0,5
Rentabilidade ⁸	2,2%	2,5%	0,2%	8,1%	2,2%

¹ Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

³ Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado sem os efeitos do IFRS 16, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁴ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁵ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida sem os efeitos do IFRS 16, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁶ Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. O índice de liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁷ Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁸ Calculado pela divisão entre o lucro e a receita operacional líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

b. Estrutura de capital

Nossa estrutura de capital em 30 de setembro de 2019 era composta de 32% de capital próprio e 68% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017	2016
			(em R\$ milhões)	
Capital próprio				
Capital Social	496,4	496,4	496,4	496,4
Reservas de capital	5,7	5,9	6,6	6,5
Ágio em transações de capital	-69,6	-69,6	-69,6	-69,6
Ações em tesouraria	-15,6	-15,6	-14,2	-9,9
Reservas de lucros	248,1	248,1	277,2	212,3
Prejuízos acumulados	0,0	0,0	0,0	0,0
Lucros acumulados	18,7	0,0	0,0	0,0

Participação dos acionistas não controladores	0,0	0,0	0,0	0,0
Patrimônio líquido	683,8	665,2	696,4	635,7
Capital de terceiros				
Passivo circulante	470,7	231,6	221,5	268,3
Passivo não circulante	1.006,5	549,6	420,2	483,9
Total do passivo	1.477,2	781,2	641,7	752,2
Total do passivo e patrimônio líquido	2.160,9	1.446,4	1.338,1	1.387,9

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$683,8 milhões em 30 de setembro de 2019. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$665,2 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$18,5 milhões.

O principal fator que explica essa variação é: o aumento de R\$18,7 milhões referentes ao lucro do período.

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$665,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$696,4 milhões, apresentamos uma redução no patrimônio líquido no valor de R\$31,2 milhões.

Os principais fatores que explicam essa variação são:

a) Redução de R\$29,1 milhões no saldo de reserva de lucros explicado principalmente pelo cancelamento de 2.388.556 ações em tesouraria.

b) Aumento de R\$1,4 milhões nas ações em tesouraria, referente a recompras de ações ordinárias.

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$696,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, que totalizou R\$635,7 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$ 60,7 milhões.

Os principais fatores que explicam essa variação são:

a) Aumento de R\$64,9 milhões no saldo de reserva de lucros explicado principalmente pelo lucro líquido do exercício no valor de R\$85,1 milhões, deduzidos do valor de R\$20,2 milhões referente aos dividendos a serem distribuídos.

b) Aumento de R\$4,3 milhões nas ações em tesouraria, referente a recompras de ações ordinárias.

Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos)

O nosso capital de terceiros está representado pelo nosso endividamento financeiro, registrados em nosso passivo nas contas de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para financiar nossos planos de expansão e investimentos em melhoria de qualidade, além de suprir eventuais necessidades de capital de giro.

Em 30 de setembro de 2019, apresentávamos um endividamento financeiro composto por empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante no valor de R\$1.006,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, apresentávamos um endividamento financeiro composto por empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 396,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, apresentávamos um endividamento financeiro composto por empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 275,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, apresentávamos um endividamento financeiro composto por empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 377,6 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Na opinião de nossa Diretoria temos plena capacidade de honrar com todos os nossos compromissos financeiros, fato que tem se constatado ao longo dos últimos anos. Nossas necessidades têm sido acomodadas por meio, principalmente, de nossa própria geração de caixa operacional e recursos de financiamento de terceiros.

Em 30 de setembro de 2019, contávamos com uma dívida líquida de R\$894,3 milhões, composta por uma dívida bruta de R\$786,4 milhões (já considerando o valor líquido ajustado pelo swap) e o caixa somado ao equivalente de caixa correspondente a R\$28,0 milhões.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face os compromissos assumidos para as datas e períodos indicados.

	Período de nove meses findo 30 de setembro de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2018	2017	2016
	(em R\$ milhões)				
Endividamento¹	1002,2	394,0	394,0	283,3	400,3
Caixa e disponibilidades de caixa	107,9	246,2	185,4	115,9	181,5
Disponibilidade (Dívida) Líquida	(894,3)	(147,8)	(208,6)	(167,4)	(218,8)

¹Todos os empréstimos, financiamentos, debêntures líquidos dos derivativos

Embora nossa Diretoria acredite que a atual estrutura de capital e perfil de endividamento sejam adequados às nossas operações e compromissos financeiros assumidos, se surgir a necessidade de novos financiamentos, acreditamos que não teremos dificuldades em contrair empréstimos adicionais a taxas de juros e condições competitivas.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados.

No período compreendido entre os anos de 2016 a 2019 realizamos uma série de investimentos em ativos imobilizados focados na expansão e melhoria de qualidade de nossos *campi*, bem como na infraestrutura utilizada por nossos professores e estudantes. Dentre os principais investimentos destacamos a reforma e/ou inauguração de diversos *campi*, atualização de nosso acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para salas de aula e laboratórios, e ainda a constante atualização de nossa infraestrutura de tecnologia de informação, incluindo a compra de computadores, equipamentos de informática e o desenvolvimento de sistemas de *softwares*. Nossa fonte de capital de giro para investimentos em ativos não circulantes têm sido nossa geração própria de caixa e captação de recursos de terceiros. Junto a terceiros, buscamos sempre linhas de financiamento de longo prazo, conciliando o prazo de pagamentos com o fluxo de caixa incremental esperado relacionado aos investimentos realizados por nós.

Nossa Diretoria avalia constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, comparando a rentabilidade do capital com as taxas oferecidas pelo mercado financeiro.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 10.1(f) do Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento de nossas necessidades, sendo a geração própria de caixa a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena de nossas operações e cumprimento integral de nossas obrigações. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, nossa Diretoria entende que temos condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas. Em 30 de setembro de 2019, nossa posição de caixa correspondia a R\$107,9 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

De acordo com nossa Diretoria, nossos níveis de endividamento são condizentes com nosso fluxo de caixa e têm se mantido em patamares considerados satisfatórios por nossa administração. As principais características de nossos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (sem os passivos de arrendamento IFRS 16) estão indicadas na tabela abaixo:

Modalidade	Moeda	Taxa % a.a. ¹	Ano de Vencimento ²	Saldo em 30 de setembro 2019	Saldo em 31 de dezembro de		
					2018	2017	2016
		CDI + 0,95%					
Capital de giro	R\$	a 2,20%	2026	152,6	49,2	66,7	93,1
Capital de giro	US\$	USD + 2,4%	2020	31,0	49,8	66,4	139,2
IFC	R\$	CDI + 1,49%	2024	114,2	142,3	142,7	145,3
Debêntures	R\$	CDI + 1,00%	2023	152,9	155,6	-	-
				450,7	396,8	275,8	377,6

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de *spread* ao ano

² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

Nosso endividamento em 30 de setembro de 2019, bem como em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debêntures.

Dentre os contratos celebrados e vigentes, encontram-se descritos abaixo os mais relevantes:

Em 24 de agosto de 2015, celebramos em favor do Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional nº AGE870048/1, no valor de moeda estrangeira US\$ 28.089.888,00 (vinte e oito milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito dólares americanos), a uma taxa cambial de R\$ 3,5600 perfazendo o total de R\$ 100.000.001,28 (cem milhões e um reais e vinte e oito centavos), a ser pago em 15 parcelas trimestrais, acrescidas dos respectivos encargos. O valor contratado é ajustado multiplicando-o pelo fator de ajuste, que é a taxa/ índice/ moeda estrangeira da data de abertura, dividida pela taxa/ índice/ moeda estrangeira da data efetiva. Os valores são corrigidos a taxa de juros exponencial de 2,40% ao ano, mais CDI. Trimestralmente, a partir da data de contratação, os juros são amortizados. O valor do principal é amortizado trimestralmente sendo que a primeira parcela venceu em 01 de março de 2017.

Em 29 de maio de 2013, constituímos em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. uma cédula de crédito bancário de nº 00333476300000008000 no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser paga em 48 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 29 de maio de 2014 e a última vencerá em 29 de maio de 2023. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros à taxa efetiva anual de 2,20% acrescido de 100% do CDI.

Em 11 de abril de 2016, celebramos contrato de empréstimo nº 37083-00 com o *International Finance Corporation* (IFC), no montante de até US\$40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), com uma taxa efetiva de (CDI + 1,49%) e com os juros sendo pagos a cada 6 (seis) meses, bem como com o principal em 11 (onze) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 15 de março de 2019 e

a última em 15 de março de 2024. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária de ações da Brasil Educação S.A. e garantias fidejussórias.

Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, ao valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$150,0 milhões, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um spread equivalente a 1,00% a.a. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses. O pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após este período será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 29 de maio de 2020. O pagamento dos juros ocorrerá anualmente em 29 de maio de 2019 e 29 de maio de 2020. A partir de 29 de maio de 2020, o pagamento de juros será realizado trimestralmente.

Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, ver extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a 1,3500% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. O pagamento de principal ocorrerá semestralmente, iniciando-se em 11 de novembro de 2021 e encerrando-se em 11 de novembro de 2024, ou seja, na data de vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 11 de maio de 2020, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a data de vencimento.

Além das debêntures de sua 2ª emissão, a Companhia está atualmente negociando a contratação de um financiamento junto à *International Finance Corporation (IFC)* no montante de até US\$ 112,0 milhões, com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia.

i. **Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.**

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Número Contrato	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(% a.a.) Taxa efetiva
Anima Holding	Banco Santander	333476300000008000	29/05/2013	R\$ 30.000.000,00	29/05/2023	Capital de Giro	Avalista	2,20% a.a. + 100% CDI
Anima Holding	Banco Itaú	1098150000000000	26/08/2015	R\$ 100.000.001,28	26/08/2020	Capital de Giro-SWAP	i)avalistas; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de duplicatas de titularidade (a) da emitente depositados na conta vinculada de nº 1926-01866-60; (b) do Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNIBH S.A. depositados na conta vinculada de nº 1926-00263-02; e (c) de Minas Gerais Educação S.A. depositados na conta vinculada de nº 1926-00226-25	2,4000% a.a + 100% CDI
Anima Holding	IFC	37083-00	12/05/2016	R\$ 139.080.000,00	15/03/2024	Capital de Giro	aval de todas as subsidiárias, atuais e futuras ; compromiss o dos acionistas Daniel, Romulo, Marcelo, Mauricio, Gabriel e Ignacio de manter sempre pelo menos 4 destes no grupo de controle e nunca deixarem de ter participação de menos de 25% do capital da Anima de hoje	1,49% a.a. + 100% CDI
Anima Holding	Banco Bradesco		21/05/2018	R\$ 150.000.000,00	29/05/2023	Debêntures		1,00% a.a. + 100% CDI

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Em 30 de setembro de 2019, exceto pelo disposto no item (i) acima, não mantínhamos nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Considerando a totalidade dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures circulante e não circulante da Companhia, sem considerar os passivos de arrendamento IFRS 16, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras individuais:

	Em 30 de setembro de			Em 31 de dezembro de					
	2019 (em milhões)	R\$	(%)	2018 (%)	2017 (em milhões)	R\$	(%)	2016 (em milhões)	R\$ (%)
Obrigações com garantia real	229,8		51,4	296,3	75,2	110,9	40,2	171,1	45,3
Obrigações quirografárias	217,7		48,6	97,7	24,8	164,9	59,8	206,5	54,7
Total dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*	447,5		100,0	394,0	100,0	275,8	100,0	377,6	100,0

**Sem os passivos de arrendamento IFRS 16*

As garantias reais relacionadas aos contratos de crédito acima referidos, e com saldo em aberto em 30 de setembro de 2018, são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e de créditos oriundos de aplicação financeira.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do nosso passivo circulante e não circulante, vide item 3.8 do Formulário de Referência.

iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

✓ Contrato do IFC

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,2. (Em 30 de setembro de 2019, essa relação era de 1,4).
- EBITDA Ajustado / (Dívida Bruta - Caixa Mínimo de R\$100,0 milhões) – não superior a 2,75 (Em 30 de setembro de 2019, essa relação era de 1,5)
- Geração de caixa dos últimos doze meses/ Dívida Bruta Futura – não inferior a 1,3 (Em 30 de setembro de 2019, essa relação era de 2,6)

✓ Demais Contratos

- EBITDA Ajustado/Despesa Financeira Líquida – não inferior a 1,3 (Em 30 de setembro de 2019, essa relação era de 1,1);
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado– não superior a 2,75 (Em 30 de setembro de 2019, essa relação era de 2.0); e
- Índice de Liquidez Corrente– não inferior a 1,2 (Em 30 de setembro de 2019, essa relação era de 1,1, ocasionado por uma rodada de um empréstimo ponte no valor de R\$100 milhões).

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa o resultado acumulado do ano fiscal antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários;

“Despesa Financeira Líquida” significa o somatório de todas as despesas de juros, variação cambial e outras despesas referentes às suas obrigações financeiras menos receita de juros, variação cambial ou qualquer receita decorrente de suas aplicações financeiras;

“Dívida Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Índice de Liquidez Corrente” significa o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. “Ativo Circulante” significa todos os bens e direitos cuja realização ocorra dentro do prazo de 12 meses. “Passivo Circulante” significa todas as obrigações a serem cumpridas dentro do prazo de 12 meses.

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

Para maiores informações sobre os índices financeiros mínimos que devemos observar, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 16 de dezembro de 2015, firmamos um Contrato de Financiamento com a FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, relativo ao financiamento de projeto de inovação e pesquisa no valor de R\$23,6 milhões, representativos de 70% do valor total do projeto. Deste valor, R\$4,7 milhões foram liberados em dezembro

de 2018, R\$5,4 foram liberados em março de 2017 e R\$ 3,5 milhões em março de 2016. O principal da dívida mencionada deve ser pago à FINEP em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, nos termos do contrato. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de janeiro de 2019, e as demais em iguais dias dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15 de janeiro de 2026.

Todos os demais financiamentos contratados e vigentes em 30 de setembro de 2019 não possuem qualquer limite ou restrição de utilização e foram recebidos integralmente.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

A discussão sobre os resultados apresentados nesta seção sobre a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, e suas respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às da seção 3 e demais subitens desta seção 10.

Receita Líquida

A nossa receita líquida é majoritariamente oriunda de serviços de ensino, relacionados a cursos de graduação, pós-graduação, extensão e ensino básico, incluídos em nosso segmento de Ensino. Este segmento respondeu por 96,0% das receitas do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. A HSM, instituição de educação corporativa, o GIT (UniSociesc), consultoria em serviços de engenharia, a EBRADI, escola brasileira de direito, formam o segmento de Outros Negócios, que representa 4,0% das receitas no referido período. Nossas receitas são 100% denominadas em reais e são reconhecidas por competência de acordo com o período letivo de cada curso, seminário ou venda de produto efetuada.

No Ensino a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), cursos de ensino técnico através do Pronatec, pós-graduação e cursos de extensão. Passamos a oferecer em 2015 cursos de graduação e pós-graduação à distância. Nossa receita bruta é uma função direta entre o número de alunos matriculados e o valor de nossas mensalidades para cada um dos cursos ofertados por nossas instituições. No caso dos cursos de graduação, os contratos de prestação de serviços preveem um compromisso abrangendo cada semestre letivo. A cada semestre os alunos devem assinar aditivos aos contratos de prestação de serviço para se matricular no próximo período letivo, sendo que deverão adimplentes com suas obrigações financeiras e acadêmicas para que isto ocorra. Para os cursos de pós-graduação e extensão, os contratos são firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar desde poucos dias letivos a até 18 meses.

Compõem ainda nossa receita bruta outras taxas cobradas diretamente de nossos alunos, como taxa de inscrição de vestibular, taxas de serviços de secretaria e biblioteca, entre outras.

Nossa política de cancelamento de matrículas prevê um reembolso de até 100% da primeira mensalidade, mas somente se o cancelamento ocorrer antes do primeiro dia de aula do período letivo em questão. Caso o período letivo já esteja em curso, a contratada está autorizada a reter, no máximo, 10% (dez por cento) do valor da mensalidade vigente à ocasião do cancelamento da matrícula.

Nossa receita é apresentada líquida de descontos e bolsas, além de certos tributos que incidem sobre os serviços prestados. Entre as principais bolsas estão:

- **PROUNI** - O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, isenção de tributos federais. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Em nossas instituições de ensino a optamos por oferecer bolsas integrais e parciais, sendo obrigatório oferecer no mínimo uma bolsa integral para cada 10,7 vagas oferecidas e, em contrapartida, somos isentos dos impostos federais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os descontos decorrentes do PROUNI totalizaram, R\$214,2 milhões e R\$241,2 milhões respectivamente, o que deduzimos de nossas receitas brutas ao apresentar a receita líquida em nossas demonstrações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 tivemos o valor de R\$226,4 milhões referente a estes mesmos descontos decorrentes do PROUNI. Em 30 de setembro de 2019, os descontos decorrentes do PROUNI totalizaram R\$169,1 milhões. O aditamento do termo de adesão ao programa é semestral e depende de regularidade fiscal de cada instituição, sendo que o aditamento semestral das nossas instituições é realizado regularmente desde 2005, a partir de quando aderimos ao PROUNI.
- **Descontos concedidos pela mantenedora** - São descontos concedidos pela mantenedora dos Centros Universitários que operamos, sem regra específica e avaliados caso a caso de acordo com a situação particular de cada estudante (incluindo seu histórico acadêmico e situação socioeconômica).

- Pagamento no prazo - São descontos condicionados ao pagamento até a data de vencimento da mensalidade.
- Captações de alunos - São descontos específicos para novos alunos com o objetivo de reforço na captação.
- Convênios com empresas - São descontos relacionados a convênios de parceria com empresas, que por sua vez divulgam internamente nossos cursos e instituições.
- Pós graduação - São descontos oferecidos durante o processo de captação de alunos de cursos da pós-graduação.
- Parentesco - São descontos oferecidos a parentes de alunos.
- Acordos - São descontos oferecidos a ex-alunos que não conseguiram prosseguir seus estudos por questões financeiras. Esses alunos são cobrados por empresas terceirizadas e esses descontos são variáveis, de acordo com o tempo de existência das dívidas.
- Desempenho acadêmico - São descontos oferecidos a alunos com desempenho acadêmico destacado.
- Segundo curso - São descontos oferecidos a ex-alunos que voltam para a instituição de ensino para cursar um segundo curso.
- Devoluções - São devoluções de valores devido a acertos ou cancelamentos de matrícula.
- Bolsa de estudos - São descontos para funcionários da instituição.

A Receita dos Outros Negócios se divide em eventos e seminários, prestação de serviços de educação customizados para empresas e prestação de serviços de educação *In Company*, consultorias tecnológicas à empresas, além da venda de produtos como o HSM Performance e o HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão. Temos também a EBRADI, uma start-up de ensino e capacitação jurídica on-line.

No caso de eventos e seminários, nossa receita bruta é proveniente da venda direta de ingressos para cada um dos eventos e pela venda de patrocínios e parcerias para empresas em troca de exposição de suas marcas em nossos eventos. Desta forma, a receita bruta de eventos é uma função direta entre o volume de participantes em nossos eventos e o valor do ingresso vendido, bem como pelo volume de quotas de patrocínios vendidas às empresas parceiras. O sucesso de cada evento depende de nossa capacidade de montar eventos com conteúdo, formatos e palestrantes de relevância, bem como de nossa capacidade de gestão de relacionamento com empresas e indivíduos que historicamente consomem este tipo de evento. As receitas de eventos e seminários são reconhecidas quando o evento acontece. Dado que o planejamento dos eventos varia de ano a ano, e que normalmente são concentrados em poucos dias, isto pode gerar um efeito relevante de sazonalidade.

Para cursos *In Company* customizados e consultorias tecnológicas para empresas, são firmados contratos pelo valor completo trabalho ofertado, que também pode variar bastante de acordo com a carga-horária e formatos pactuados com os contratantes. As receitas são reconhecidas de acordo com o período em que o serviço é efetivamente prestado.

No caso do HSM Performance são firmados contratos anuais no qual as receitas são reconhecidas mensalmente no decorrer da implementação do produto. O HSM Performance se enquadra assim na implantação de um ambiente de gestão estratégica e de capital humano focado principalmente em empresas de pequeno e médio porte que buscam a sua estruturação e consolidação no mercado. Já o HSM Experience, que é a plataforma digital com conteúdo em educação executiva, tem sua receita diretamente relacionada a quantidade de usuários multiplicado pelo preço da licença para a plataforma. O aumento na receita está diretamente relacionado com a divulgação e parcerias existentes para o crescimento da plataforma sendo utilizada por executivos de várias instituições.

Para as receitas de serviços de metrologia, ferramentaria e fundição, são firmados contratos e vendas de maneira razoavelmente constante ao longo do ano, cujas receitas são reconhecidas na medida em que os serviços são prestados e/ou os produtos são entregues aos clientes.

No caso da Ebradi, oferecemos ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão

Para as receitas dos cursos de graduação, uma vez que aderimos ao PROUNI, temos isenção fiscal sobre tributos federais, incluindo PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para os demais cursos ofertados, incidem além do ISS, com uma alíquota de 2% a 5%, PIS e COFINS com uma alíquota total de 0,65% e 3,00% respectivamente. Os serviços de consultoria são tributados por ISS, PIS e Cofins. O resultado das atividades não provenientes de cursos de graduação, caso lucrativas, estão sujeitas a IRPJ e CSLL.

Custos Operacionais

Com um modelo acadêmico desenvolvido internamente e uma forte cultura orçamentária e de resultados, nos esforçamos para conciliar uma eficiente estrutura de custos com uma entrega de alta qualidade em nossos serviços prestados.

Os principais custos de nossa atividade de ensino superior estão concentrados em custos com pessoal, prestadores de serviço, aluguel e ocupação. Nosso maior custo operacional é com pessoal e inclui salários, benefícios e encargos sociais, que no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, representavam cerca de 60,8% do total de custos operacionais. Além do custo com professores, que representa a maior parte dos custos com pessoal, incluímos os gastos com pessoal de apoio acadêmico (diretores de campus e coordenadores de curso) e infraestrutura (manutenção, limpeza, segurança etc.). Oferecemos para nossos colaboradores uma série de benefícios que incluem, entre outros, bolsas de estudo, plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Os custos com professores variam de acordo com o número de turmas ofertadas, o valor de hora-aula pactuado com os professores de acordo com nosso plano de carreira docente e os reajustes salariais, que estão vinculados aos acordos coletivos firmados entre os sindicatos de mantenedores e de professores de cada estado.

Outro grande grupo de custos são os gastos diretamente vinculados à infraestrutura física de nossos *campi*. Com somente dois *campi* próprios, temos contratos de aluguel de longo prazo (que vão até 20 anos de contrato) em todos os nossos outros 49 *campi*. As despesas de aluguel, junto com os custos de ocupação (que incluem energia, água, IPTU etc.), representaram cerca de 3,5% dos custos totais do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 de nosso segmento de Ensino Superior.

Todos os outros custos operacionais, que individualmente são de menor expressão, e que englobam manutenção dos *campi*, viagens técnicas, licenças de software acadêmicos, prestadores de serviço externos (que nos auxiliam em diversas atividades, desde ministrar parte de uma disciplina ou curso, até consultorias e serviços de apoio e planejamento vinculados a nossa atividade fim), entre outros. Todos estes outros custos responderam juntos por cerca de 14,2% dos custos apurados no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

Praticamente a totalidade dos nossos custos no segmento de ensino superior estão denominados em reais, e não possuem nenhum tipo de exposição material a outras moedas. No entanto, mais de 90% destes custos (principalmente salários, contratos de aluguel e utilidades) são contratualmente corrigidos por uma *proxy* de inflação, seja através dos dissídios coletivos ou por um índice de inflação previsto em contrato.

Despesas Operacionais

As nossas despesas comerciais compreendem as despesas com publicidade e propaganda, materiais e outras despesas de *marketing*, com exceção das despesas de pessoal. Estão incluídas também nas despesas comerciais as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As nossas despesas gerais e administrativas estão relacionadas às despesas incorridas no suporte das nossas atividades operacionais. Uma das principais despesas é composta por despesas com pessoal, incluindo respectivos salários, encargos e benefícios. Entre os principais benefícios oferecidos a nossos colaboradores estão, entre outros, bolsas de estudos, plano de saúde, auxílio transporte e

vale refeição. As despesas com pessoal incluem, além do pessoal administrativo alocado às diferentes unidades de negócio, também todo o pessoal alocado no centro de serviço compartilhado, e nas áreas funcionais da *holding*, incluindo as áreas de planejamento acadêmico, recursos humanos, *marketing*, planejamento financeiro, novos negócios e jurídico, que atuam para todas as unidades de negócio. Acreditamos que esta estrutura matricial nos permite continuar crescendo através de abertura de novos *campi* e/ou aquisições com ganhos de escala ao mesmo tempo em que estabelecemos padrões de qualidade e de processos. As despesas gerais e administrativas incluem ainda os prestadores de serviços que atendem às áreas meio (como firmas de auditoria, escritórios de advocacia, consultores e assessores, entre outros), despesas de viagem, manutenção e licenças de *software* administrativos, assim como despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso. Com relação às receitas de multa e juros sobre mensalidade em atraso é importante destacar que somente as reconhecemos quando de fato se materializam através do efetivo pagamento pelo aluno do principal em atraso, acrescido das multas e dos juros. Acreditamos que este item seja de natureza recorrente devido uma particular dinâmica do nosso negócio, onde cerca de um terço dos alunos recorrentemente paga suas mensalidades em atraso. No grupo de despesas financeiras incluímos todos os juros relacionados a empréstimos e financiamentos, programa de parcelamento de tributos, ajustes de variação monetária e ainda multa e juros sobre pagamentos de títulos em atraso.

Imposto de renda e contribuição social

Exceto pelos resultados da graduação, isenta de impostos federais em virtude de nossa adesão ao PROUNI, com relação às demais atividades, o IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. As empresas de Ensino Superior estão inseridas no PROUNI, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Análise das variações de resultado no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 em comparação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018

	30/09/2019	AV (%)	30/9/2018	AV (%)
<i>(Em milhões de Reais)</i>				
RECEITA LÍQUIDA	861,6	100,00%	806,8	100,00%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(478,8)	-55,6%	(498,2)	-61,7%
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	382,8	44,4%	308,6	38,3%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(272,3)	-31,6%	(261,4)	-32,4%
Comerciais	(76,0)	-8,8%	(63,9)	-7,9%
Gerais e administrativas	(197,6)	-22,9%	(196,0)	-24,3%
Resultado da equivalência patrimonial	(1,9)	-0,2%	(1,3)	-0,2%
Outras (despesas) operacionais	3,2	0,4%	(0,2)	0,0%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	110,5	12,8%	47,3	5,9%
Receita financeira	20,1	2,3%	23,2	2,9%
Despesa financeira	(108,2)	-12,6%	(44,7)	-5,5%
Resultado financeiro	(88,1)	-10,2%	(21,5)	-2,7%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	22,4	2,6%	25,8	3,2%
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(3,7)	-0,4%	(5,4)	-0,7%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	18,7	2,2%	20,3	2,5%

*A partir do início de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas. Por estarem impactados pela regra do IFRS-16, os valores de 2019 nesta tabela não são comparáveis com os valores de 2018.

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 no valor de R\$861,6 milhões, representando um aumento de 6,8% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Expansão de 10,3% da base de alunos, com destaque para um crescimento de 12,2% na base de alunos da Graduação;
- ii) Repasse médio do aumento médio nos custos, especialmente referente à inflação, repassado aos alunos por meio de aumento de mensalidades e um ganho com melhor mix dos nossos cursos; e
- iii) Início da consolidação dos resultados referentes às aquisições da CESUC (julho de 2018), Faculdade Jangada (julho de 2018), Faced (janeiro de 2019) e AGES (agosto de 2019).

O aumento da receita foi parcialmente compensado por um aumento de nossos descontos médios, concentrados principalmente nas primeiras mensalidades do curso.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, nossos custos totalizaram R\$478,8 milhões, o que representa uma queda de R\$19,4 milhões, ou -3,9%, em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 61,7% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018 para 55,6% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Essa melhora se deve principalmente aos ganhos de produtividade docente (a capacidade de colocar o maior número possível de alunos na mesma classe) e de apoio acadêmico (por meio da redução de coordenadores de cursos e aumento da capacidade dos laboratórios).

LUCRO BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$382,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, o que representa um aumento de R\$74,2 milhões, ou +24,0%, em relação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018. Em relação à receita líquida, tivemos nesse período um aumento em relação a 30 de setembro de 2018, chegando a um Lucro Bruto que representa 44,4% da receita líquida em 30 de setembro de 2019, comparado a 38,3% em 30 de setembro de 2018. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica (aumento do número médio de alunos por sala) e infraestrutura (utilização da capacidade instalada de nossos campi).

DESPESAS COMERCIAIS

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$76,0 milhões, ou 8,8% sobre a Receita Líquida, enquanto que no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018 totalizaram R\$63,9 milhões ou 7,9% da receita líquida. Essa elevação se deu em virtude do plano de expansão orgânica, principalmente pela abertura de 8 novas unidades no início de 2019, e de iniciativas de fortalecimentos das nossas marcas, especialmente das regiões de maior competitividade.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$197,6 milhões em 30 de setembro de 2019, o que representa 22,9% da receita líquida. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$196,0 milhões, ou 24,3% da receita líquida. Essa evolução está principalmente relacionada à nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas a partir do início de 2019, não havendo outros fatores relevantes que sejam relacionados à referida variação.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, passou de -R\$1,3 milhão em 30 de setembro de 2018 para -R\$1,9 milhão em 30 de setembro de 2019, resultado em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais totalizaram R\$3,2 milhões positivo em 30 de setembro de 2019, enquanto no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018 essas totalizaram -R\$0,2 milhão. A variação é explicada, principalmente, pelo aumento da receita resultante de sublocação de salas a terceiros.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, tivemos um resultado financeiro líquido negativo de R\$88,1 milhões, ante um resultado negativo de R\$21,5 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018.

Essa variação pode ser explicada principalmente pela nova norma contábil referente ao IFRS-16, assim como pelo incremento das despesas de juros com empréstimos decorrente de captações destinadas a viabilizar nossas recentes aquisições.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, reportamos imposto de renda e contribuição social no valor de -R\$3,7 milhões, comparado a -R\$5,4 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018, sendo que tal redução se explica em razão da diminuição da representatividade dos cursos de pós-graduação, a qual está sujeita a tributação do IR e CSLL.

RESULTADO LÍQUIDO

Em razão dos fatores acima evidenciados, em especial o efeito do IFRS-16, que passou a ter impacto no ano de 2019, o resultado líquido acumulado no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 totalizou R\$18,7 milhões, ou R\$1,6 milhões abaixo do valor reportado no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018.

Análise das variações de resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com 31 de Dezembro de 2017

<i>(Em milhões de Reais)</i>	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	Var. 2018 / 2017
RECEITA LÍQUIDA	1.102,5	100,0%	1.045,7	100,0%	5,4%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(707,1)	-64,1%	(646,5)	-61,8%	9,4%
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO	395,4	35,9%	399,1	38,2%	-1,0%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(356,7)	-32,4%	(313,0)	-29,9%	14,0%
Comerciais	(96,7)	-8,8%	(84,2)	-8,1%	14,8%
Gerais e administrativas	(259,3)	-23,5%	(228,2)	-21,8%	13,6%
Resultado da equivalência patrimonial	(2,5)	-0,2%	(0,4)	0,0%	530,7%
Outras (despesas) operacionais	1,8	0,2%	(0,2)	0,0%	-1232,5%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	38,7	3,5%	86,2	8,2%	-55,1%
Receita financeira	40,0	3,6%	38,2	3,6%	4,8%
Despesa financeira	(74,7)	-6,8%	(76,0)	-7,3%	-1,8%
Resultado financeiro	(34,7)	-3,1%	(37,9)	-3,6%	-8,4%
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS	4,0	0,4%	48,3	4,6%	-91,8%
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(1,7)	-0,2%	36,8	3,5%	-104,7%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2,3	0,2%	85,2	8,1%	-97,4%

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$1.102,5 milhões, representando um aumento de 5,4% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Passamos a consolidar os resultados referentes às aquisições da UniSociesc, Faceb e Instituto Politécnico, a partir de fevereiro, julho e outubro de 2016, respectivamente.
- ii) Repasse médio referente à inflação sobre as mensalidades e um ganho com melhor mix dos nossos cursos;
- iii) Expansão de 9,9% da base de alunos, com destaque para aumento da base de alunos na Graduação de 83.045 alunos em 31 de dezembro de 2017 para 88.406 alunos em 31 de dezembro de 2018;
- iv) Aumento de nossos descontos médios, principalmente devido a uma nova política comercial, e pela transferência do custo com agentes financeiros do FIES de 2% do governo para as instituições de ensino superior (IES).

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossos custos totalizaram R\$707,1 milhões, o que representa um acréscimo de R\$60,6 milhões, ou 9,4%, em relação ao mesmo período de 2017. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 61,8% em 2017 para 64,1% no exercício social de 2018. O aumento dos custos decorreu, principalmente, das novas unidades abertas em 2018, da operação integral das unidades abertas em 2017 e as aquisições da CESUC e da Faculdade Jangada (em julho de 2018).

LUCRO BRUTO

Reportamos, dessa forma, um lucro bruto de R\$395,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representa uma redução de R\$3,8 milhões, ou 1,0%, em relação ao mesmo período de 2017. Em relação à receita líquida o lucro bruto representou 35,9% da receita líquida em 2018. Apesar dos ganhos de produtividade docente e de apoio acadêmico, notamos uma piora em custos de aluguel e ocupação, decorrente principalmente das novas unidades inauguradas no início de 2018 e da revisão contratual das unidades da São Judas (Mooca e Butantã), acordada quando da aquisição em 2014, e de serviços de terceiros, explicado pela decisão de terceirizar os serviços de limpeza e segurança em nossas unidades.

DESPESAS COMERCIAIS

Em 2018 as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$96,7 milhões, ou 8,8% sobre a Receita Líquida, enquanto que no mesmo período do ano anterior totalizaram R\$84,2 milhões ou 8,1% da receita líquida. O incremento nas despesas de marketing pode ser explicado principalmente pelo nosso posicionamento centrado nas forças das nossas marcas (visando o reposicionamento da marca UNIBH no segmento *premium*) aliado ao nosso plano de expansão orgânica (com a abertura das 7 novas unidades em 2018 e o lançamento de 8 novos *campi* para 2019, foi necessário um incremento de verba de *marketing* para refletir na captação de 2018 e 2019, o que surtiu efeito direto em nossa captação de alunos).

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$259,3 milhões em 2018, o que representou um incremento de R\$31,1 milhões comparado com 2017. Com relação à receita líquida, essas despesas representaram 23,5% da receita líquida em 2018, e 21,8% em 2017. O aumento decorreu, principalmente, pelas novas unidades abertas em 2018, pela operação integral das unidades abertas em 2017 e as aquisições da CESUC e Faculdade Jangada (julho de 2018), além de gastos da abertura dos novos *campi* de 2019.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O nosso resultado de equivalência patrimonial passou de R\$0,4 milhão em 2017 para R\$2,5 milhões em 2018. Esse resultado reflete os resultados da sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais totalizaram R\$1,8 milhão positivo em 2018 (versus -R\$0,2 milhão em 2017) e representaram 0,2% da receita líquida. A variação é explicada, principalmente, pelo aumento da receita resultante de sublocação de salas a terceiros.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tivemos um resultado financeiro líquido negativo de R\$34,7 milhões, ante um resultado negativo de R\$37,9 milhões no mesmo período de 2017.

Essa variação pode ser explicada principalmente pela redução das despesas de juros com empréstimos em decorrência de amortizações realizadas, além da queda na taxa básica de juros (SELIC) do Brasil no período.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No acumulado do ano de 2018, reportamos imposto de renda

e contribuição social no valor de R\$1,7 milhão. Em 2017, reportamos imposto de renda e contribuição social no valor de R\$36,8 milhões. Tal variação é explicada, principalmente, por créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais decorrentes de reestruturação societária implementada no quarto trimestre de 2017 e no quarto trimestre de 2018.

RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido no acumulado do ano de 2018 totalizou R\$2,3 milhões, ou 97,4% abaixo do valor reportado em 2017. Isso representou uma perda de 7,9pp da margem sobre a Receita Líquida (0,2% em 2018 versus 8,1% em 2017), principalmente pelas despesas de natureza não recorrente reportadas anteriormente.

Análise das variações de resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado com 31 de Dezembro de 2016

(Em milhões de Reais)

	31/12/2017	AV (%)	31/12/2016	AV (%)	Var. 2017 / 2016
RECEITA LÍQUIDA	1.045,7	100,00%	960,4	100,00%	8,88%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(646,5)	-61,82%	(611,5)	-63,67%	5,72%
LUCRO BRUTO	399,2	38,18%	348,9	36,33%	14,42%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(313,0)	-29,9%	(292,8)	-30,5%	6,9%
Comerciais	(84,2)	-8,05%	(75,4)	-7,85%	11,67%
Gerais e administrativas	(228,2)	-21,82%	(191,2)	-19,91%	19,35%
Resultado de equivalência patrimonial	(0,4)	-0,04%	-	0,00%	0,00%
Outras (despesas) operacionais	(0,2)	-0,02%	(26,2)	-2,72%	-99,24%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	86,2	8,2%	56,1	5,8%	53,5%
Receita financeira	38,2	3,7%	100,6	10,5%	-62,0%
Despesa financeira	(76,0)	-7,3%	(137,3)	-14,3%	-44,6%
Resultado financeiro	(37,8)	-3,6%	(36,7)	-3,8%	3,0%
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS	48,4	4,6%	19,4	2,0%	148,9%
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	36,8	3,5%	1,5	0,2%	2353,3%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	85,2	8,1%	20,9	2,2%	306,8%

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$1.045,7 milhões, representando um aumento de 8,9% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Passamos a consolidar os resultados referentes às aquisições da UniSociesc, Faceb e Instituto Politécnico, a partir de fevereiro, julho e outubro de 2016, respectivamente.
- ii) Repasse médio referente à inflação sobre as mensalidades, representando um acréscimo de 9,0% além de um ganho com melhor mix dos nossos cursos;
- iii) Expansão da base de alunos na Graduação;
- iv) Aumento de nossos descontos médios, principalmente devido a uma nova política comercial, e pela transferência do custo com agentes financeiros do FIES de 2% do governo para as IES.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossos custos totalizaram R\$646,5 milhões, o que representa um acréscimo de R\$35,0 milhões, ou 5,7%, em relação ao mesmo período de 2016. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 63,7% em 2016 para 61,8% no exercício social de 2017. Essa variação decorre, principalmente, das novas unidades abertas em 2017, bem como dos demais gastos para abertura de 8 novos campi para 2018.

LUCRO BRUTO

Reportamos, dessa forma, um lucro bruto de R\$399,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representa um aumento de R\$50,3 milhões, ou 14,4%, em relação ao mesmo período de 2016. Em relação à receita líquida, tivemos nesse período um ganho de 1,9pp em relação a 2016, chegando a um lucro bruto que representa 38,2% da receita líquida em 2017. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica (ensalamento médio) e infraestrutura (utilização da capacidade instalada de nossos campi).

DESPESAS COMERCIAIS

Em 2017 as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$84,2 milhões, ou 8,1% sobre a receita líquida, enquanto que no mesmo período do ano anterior totalizaram R\$75,4 milhões ou 7,9% da receita líquida. Tivemos um aumento nas despesas de marketing de 0,5 pp quando comparado com o exercício encerrado em 2016, como esforço de captação dos novos campi abertos em 2017, e processo de captação para 2018 dos campi inaugurados em 2018 e, adicionalmente, a provisão para devedores duvidosos (PDD) também apresentou um ganho de 0,3pp., explicado principalmente pelo processo de matrícula antecipada, com renegociação dos contratos em atraso.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$228,2 milhões em 2017, o que representou uma piora de 19,3% em relação à 2016, já considerando o efeito das aquisições. Houve uma melhora nas despesas de pessoal, serviços de terceiros e de ocupação, em relação à receita líquida (+0,7pp, +0,2 pp e +0,5 pp respectivamente), devido principalmente aos nossos esforços de redução de despesas, às integrações das unidades adquiridas e aos movimentos de centralização nas despesas corporativas, que foram parcialmente neutralizados por uma piora nas outras despesas (-0,4pp).

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Esta equivalência está relacionada a nossa Joint Venture Le Cordon Blue, que começou sua operação em 2017.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais totalizaram R\$0,2 milhões em 2017 (R\$26,2 quando comparado com o exercício social encerrado em 2016) e representaram 0,00% da receita líquida (contra 2,7% no exercício social encerrado em 2016). Esta redução refere-se principalmente à provisão ao valor recuperável de ativos realizada em 2016 para a UGC HSM, no valor de R\$19,0 milhões, sem correspondente em 2017.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, tivemos um resultado financeiro líquido negativo de R\$37,9 milhões, ante um resultado negativo de R\$36,8 milhões no mesmo período de 2016.

Essa variação pode ser explicada por uma menor receita com aplicações financeiras e reconhecimento da correção sobre o saldo do contas a receber de FIES, e por uma redução das despesas de juros com empréstimos, decorrente da quitação de dívida bancária, que gerou uma redução do saldo devedor.

Uma vez feita a quitação de dívida bancária com aplicações de curto prazo, reduzimos tanto a receita financeira das aplicações, quanto a despesa financeira da dívida. Desta forma obtivemos uma compensação da variação.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No acumulado do ano, reportamos um crédito de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$36,8 milhões, comparado a R\$1,5 milhão em 2016. Em 2017 foi utilizado o montante de R\$15,1 milhões e R\$ 2,3 milhões, respectivamente para quitação de parcelamentos tributários (PRT - Programa de Regularização Tributária - MP 766 – IN 1.687) e PERT (Programa Especial de Regularização Tributária – Lei 13.496). Além da utilização dos créditos tributários utilizados para quitação do PRT acima, em 31 de dezembro de 2017 registramos imposto de renda diferido ativo nos montantes de R\$ 13.793 milhões, sendo R\$ 4.625 milhões sobre diferenças temporárias e R\$ 9.168 milhões sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, o qual foi limitado a 30% do imposto de renda diferido passivo registrado.

RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido no acumulado do ano de 2017 totalizou R\$85,2 milhões, ou 308,5% acima do valor reportado em 2016. Isso representou um ganho de 5,9pp da margem sobre a receita líquida (8,1% em 2017 comparado com 2,2% em 2016), explicada pelo ganho de eficiência na margem bruta, queda das outras despesas operacionais e um maior crédito de imposto de renda e contribuição social.

Análise das variações patrimoniais de 30 de setembro de 2019 comparado com 31 de dezembro de 2018

<i>(Em milhões de Reais)</i>	30/09/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	Var. 30/09/19 / 31/12/2018
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	28,0	1,3%	99,5	6,9%	-71,9%
Aplicações financeiras	79,9	3,7%	85,9	5,9%	-7,0%
Contas a receber	224,4	10,4%	174,1	12,0%	29,0%
Adiantamentos diversos	17,4	0,8%	31,6	2,2%	-44,9%
Outros ativos circulantes	9,7	0,5%	5,6	0,4%	73,9%
Impostos e contribuições a recuperar	6,2	0,3%	9,7	0,7%	-35,6%
Derivativos	4,1	0,2%	1,9	0,1%	120,8%
Total dos ativos circulantes	369,7	17,1%	408,2	28,2%	-9,4%
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Adiantamentos diversos	0,0	0,0%	7,2	0,5%	-100,0%
Depósitos judiciais	57,8	2,7%	50,3	3,5%	14,9%
Créditos com partes relacionadas	10,0	0,5%	9,5	0,7%	4,7%
Impostos e contribuições a recuperar	12,1	0,6%	12,2	0,8%	-0,8%
Derivativos	0,0	0,0%	0,9	0,1%	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1,6	0,1%	1,6	0,1%	0,00%
Outros ativos não circulantes	39,7	1,8%	37,3	2,6%	6,4%
Investimentos	0,0	0,0%	0,2	0,0%	-100,0%
Imobilizado	911,1	42,2%	301,8	20,9%	201,9%
Intangível	759,0	35,1%	617,2	42,7%	23,0%
Total dos ativos não circulantes	1.791,2	82,9%	1.038,3	71,8%	72,6%
TOTAL DOS ATIVOS	2.161,0	100,0%	1.446,5	100,0%	49,4%

Ativos Circulantes

O valor do ativo circulante totalizou R\$369,7 milhões em 30 de setembro de 2019 e representava 17,1% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 apresentava um valor de R\$408,1 milhões e representava 28,2% do ativo total. A principal variação se deu pelo Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de um valor de R\$99,5 milhões em 2018 para R\$28,0 milhões em 30 de setembro de 2019.

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$1.791,2 milhões em 30 de setembro de 2019 e representava 82,9% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$1.038,3 milhões e representava 71,8% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

- a) Aumento do ativo imobilizado no valor de R\$609,3 milhões, passando de um saldo de R\$301,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$911,1 milhões em 30 de setembro de 2019.
- b) Aumento do ativo intangível no valor de R\$141,9 milhões, passando de um saldo de R\$617,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$759,0 milhões em 30 de setembro de 2019.

(Em milhões de Reais)		AV (%)	31/12/2018	AV (%)	Var. 30/09/2019/30/12/2018
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	31,9	2,2%	31,0	4,0%	2,9%
Empréstimos e financiamentos	227,0	15,4%	80,5	10,3%	181,8%
Salários e encargos sociais	96,3	6,5%	69,5	8,9%	38,6%
Obrigações tributárias	14,3	1,0%	18,8	2,4%	-23,8%
Adiantamentos de clientes	30,0	2,0%	16,9	2,2%	77,7%
Parcelamento de impostos e contribuições	-	0,0%	0,0	0,0%	-
Titulos a pagar	70,0	4,7%	13,3	1,7%	425,3%
Dividendos a pagar	-	0,0%	0,6	0,1%	-100,0%
Derivativos	0,2	0,0%	-	0,0%	-
Outros passivos circulantes	0,9	0,1%	0,9	0,1%	-1,5%
Total dos passivos circulantes	470,7	31,9%	231,5	29,6%	103,2%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	779,3	52,8%	316,3	40,5%	146,4%
Titulos a pagar	76,3	5,2%	85,7	10,9%	-10,97%
Derivativos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-
Débitos com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Parcelamento de impostos e contribuições	2,6	0,2%	2,7	0,3%	-2,9%
Imposto de renda e contribuição social diferido	48,6	3,3%	44,5	5,7%	9,2%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	96,2	6,5%	97,9	12,5%	-1,7%
Outros passivos não circulantes	1,9	0,1%	2,5	0,3%	-24,9%
Provisão para perdas em investimento	1,7	0,1%	-	0,0%	-
Total dos passivos não circulantes	1.006,5	68,1%	549,6	70,4%	83,1%
TOTAL DOS PASSIVOS	1.477,2	100,00%	781,2	100,0%	89,1%

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$470,7 milhões em 30 de setembro de 2019 e representava 31,9% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$231,5 milhões, representando 29,6% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido a:

- Aumento dos empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 146,4 milhões passando de um saldo de R\$ 80,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 227,0 milhões em 30 de setembro de 2019.
- Aumento dos títulos a pagar no valor de R\$ 56,7 milhões passando de um saldo de R\$13,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 70 milhões em 30 de setembro de 2019.

Passivos Não Circulantes

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$1.006,5 milhões em 30 de setembro de 2019 e representava 68,1% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$549,6 milhões e representava 70,4% do nosso passivo. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao aumento dos empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 463,0 milhões passando de um saldo de R\$ 316,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 779,2 milhões em 30 de setembro de 2019.

(Em milhões de Reais)

	30/09/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital Social	496,4	23,0%	496,4	34,3%
Reserva de capital	5,7	0,3%	5,9	0,4%
Reserva de lucros	248,1	11,5%	248,1	17,1%
Agio em transação de capital	-69,6	-3,2%	-69,6	-4,8%
ações em tesouraria	-15,6	-0,7%	-15,6	-1,1%
Lucros acumulados	18,7	0,9%	0,0	-
	<u>683,7</u>	<u>31,6%</u>	<u>665,2</u>	<u>45,9%</u>
Participação dos acionistas não controladores	0,0		0,0	
Obrigações por compra de investimento	0,0		0,0	
Total do patrimonio liquido	<u>683,7</u>	<u>31,6%</u>	<u>665,2</u>	<u>45,9%</u>
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVOS	<u>2.160,9</u>	<u>100%</u>	<u>1.446,4</u>	<u>100%</u>

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$683,7 milhões em 30 de setembro de 2019. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$665,2 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$18,5 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$18,7 milhões referente aos lucros acumulados no período findo em 30 de setembro de 2019.

Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2018 comparado com 31 de dezembro de 2017

<i>(Em milhões de Reais)</i>	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	Var. 2018 / 2017
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	99,5	6,9%	33,9	2,5%	-193,5%
Aplicações financeiras	85,9	5,9%	82,0	6,1%	4,8%
Contas a receber	174,1	12,0%	246,9	18,5%	-29,5%
Adiantamentos diversos	31,6	2,2%	30,5	2,3%	3,6%
Outros ativos circulantes	5,6	0,4%	7,7	0,6%	-27,3%
Impostos e contribuições a recuperar	9,7	0,7%	9,0	0,7%	7,7%
Derivativos	1,9	0,1%		0,0%	0,0%
Total dos ativos circulantes	408,2	28,2%	410,0	30,6%	-0,5%
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	-	0,0%	0,1	0,0%	-100,0%
Adiantamentos diversos	7,2	0,5%	11,6	0,9%	-38,4%
Depósitos judiciais	50,3	3,5%	47,4	3,5%	6,1%
Créditos com partes relacionadas	9,5	0,7%	0,3	0,0%	3066,7%
Impostos e contribuições a recuperar	12,2	0,8%	16,2	1,2%	-24,7%
Derivativos	0,9	0,1%			0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1,6	0,1%	1,6	0,1%	0,0%
Outros ativos não circulantes	37,3	2,6%	30,0	2,2%	24,3%
Investimentos	0,2	0,0%	2,7	0,2%	-92,6%
Imobilizado	301,8	20,9%	246,1	18,4%	22,6%
Intangível	617,1	42,7%	572,1	42,8%	7,9%
Total dos ativos não circulantes	1.038,1	71,8%	928,1	69,4%	11,9%
TOTAL DOS ATIVOS	1.446,5	100,0%	1.338,1	100,0%	8,1%

Ativos Circulantes

O valor do ativo circulante totalizou R\$408,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 28,2% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 apresentava um valor de R\$410,0 milhões e representava 30,6% do ativo total. A principal variação se deu pelo aumento de R\$65,6 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixas e redução de R\$72,9 milhões no saldo do contas a receber que passou de um valor de R\$246,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um valor de R\$ 174,0 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$1.038,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 71,8% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$928,1 milhões e representava 69,4% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

a) Aumento do ativo imobilizado no valor de R\$55,7 milhões, passando de um saldo de R\$246,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$301,8 milhões em 31 de dezembro de 2018.

b) Aumento do ativo intangível no valor de R\$45,0 milhões, passando de um saldo de R\$572,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$617,1 milhões em 31 de dezembro de 2018

<i>(Em milhões de Reais)</i>	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	Var. 2018 / 2017
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	31,0	4,0%	33,8	5,3%	-8,3%
Empréstimos e financiamentos	80,5	10,3%	52,5	8,2%	53,4%
Salários e encargos sociais	69,5	8,9%	62,6	9,8%	11,0%
Obrigações tributárias	18,8	2,4%	17,5	2,7%	7,5%
Adiantamentos de clientes	16,9	2,2%	17,5	2,7%	-3,5%
Parcelamento de impostos e contribuições	0,0	0,0%	0,1	0,0%	-100,0%
Titulos a pagar	13,3	1,7%	11,1	1,7%	19,6%
Dividendos a pagar	0,6	0,1%	20,2	3,1%	-97,3%
Derivativos		0,0%	5,0	0,8%	-100,0%
Outros passivos circulantes	0,9	0,1%	1,2	0,2%	-25,0%
Total dos passivos circulantes	231,5	29,6%	221,5	34,52%	4,6%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	316,3	40,5%	223,3	34,8%	41,6%
Titulos a pagar	85,7	11,0%	61,1	9,5%	40,3%
Derivativos	0,0	0,0%	2,6	0,4%	-100,0%
Débitos com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Parcelamento de impostos e contribuições	2,7	0,3%	3,0	0,5%	-9,9%
Imposto de renda e contribuição social diferido	44,5	5,7%	38,4	6,0%	16,0%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civeis	97,9	12,5%	88,3	13,8%	10,8%
Outros passivos não circulantes	2,5	0,3%	3,5	0,5%	-27,2%
Total dos passivos não circulantes	549,6	70,4%	420,2	65,5%	30,8%
TOTAL DOS PASSIVOS	781,2	100,0%	641,7	100,0%	21,7%

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$231,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 29,6% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$221,5 milhões, representando 34,5% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido à:

- a) Aumento de R\$ 28,0 milhões nos empréstimos e financiamentos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2017 era R\$ 52,5 milhões, e R\$ 80,5 milhões em 31 de dezembro de 2018.
- b) Redução da conta dividendos a pagar em R\$ 19,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2017 foi R\$ 20,2 milhões, e em 31 de dezembro de 2018 R\$ 0,6 milhões.

Passivos Não Circulantes

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$549,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 70,4% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$420,2 milhões e representava 65,48% do nosso passivo. Esse aumento ocorreu principalmente devido à:

- a) Aumento da conta de empréstimos e financiamentos em R\$ 93,0 milhões
- b) Aumento dos títulos a pagar em R\$ 24,6 milhões.

(Em milhões de Reais)

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital Social	496,4	34,3%	496,4	37,1%
Reserva de capital	5,9	0,4%	6,6	0,5%
Reserva de lucros	248,1	17,2%	277,2	20,7%
Agio em transação de capital	-69,6	-4,8%	-69,6	-5,2%
ações em tesouraria	-15,6	-1,1%	-14,2	-1,1%
Lucros acumulados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
	<u>665,2</u>	<u>46,0%</u>	<u>696,4</u>	<u>52,0%</u>
Participação dos acionistas não controladores	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Obrigações por compra de investimento	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total do patrimonio liquido	<u>665,2</u>	<u>46,0%</u>	<u>696,4</u>	<u>52,0%</u>
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVOS	<u>1.446,4</u>	<u>100%</u>	<u>1.338,1</u>	<u>100%</u>

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$665,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$696,4 milhões, apresentamos uma redução no patrimônio líquido no valor de R\$ 31,2 milhões. Os principais fatores que explicam essa variação são:

a) Redução de R\$29,2 milhões no saldo de reserva de lucros explicado principalmente pelo cancelamento de 2.388.556 ações em tesouraria.

b) Aumento de R\$1,4 milhões nas ações em tesouraria, referente a recompras de ações ordinárias.

Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2017 comparado com 31 de dezembro de 2016

(Em milhões de Reais)

	31/12/2017	AV (%)	31/12/2016	AV (%)	Var. 2017 / 2016
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	33,9	2,5%	39,6	2,9%	-14,4%
Aplicações financeiras	82,0	6,1%	141,9	10,2%	-42,2%
Contas a receber	246,9	18,5%	195,7	14,1%	26,2%
Adiantamentos diversos	30,5	2,3%	37,4	2,7%	-18,4%
Outros ativos circulantes	7,7	0,6%	8,3	0,6%	-7,2%
Impostos e contribuições a recuperar	9,0	0,7%	11,2	0,8%	-19,6%
Derivativos		0,0%	0,0	0,0%	
Total dos ativos circulantes	410,0	30,6%	434,0	31,3%	-5,6%
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	0,1	0,0%	89,9	6,5%	-99,9%
Adiantamentos diversos	11,6	0,9%	12,4	0,9%	-6,5%
Depósitos judiciais	47,4	3,5%	36,3	2,6%	30,6%
Créditos com partes relacionadas	0,3	0,0%	0,1	0,0%	0,0%
Impostos e contribuições a recuperar	16,2	1,2%	6,0	0,4%	170,0%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1,6	0,1%	0,0	0,0%	0,0%
Outros ativos não circulantes	30,0	2,2%	16,4	1,2%	82,9%
Investimentos	2,7	0,2%	0,0	0,0%	0,0%
Imobilizado	246,1	18,4%	223,5	16,1%	10,1%
Intangível	572,1	42,8%	569,1	41,0%	0,5%
Total dos ativos não circulantes	928,1	69,4%	953,8	68,7%	-2,7%
TOTAL DOS ATIVOS	1338,1	100,0%	1387,9	100,0%	-3,6%

Ativos Circulantes

O valor do ativo circulante totalizou R\$410,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 e representava 30,64% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2016 apresentava um valor de R\$434,0 milhões e representava 31,27% do ativo total. A principal variação se deu pelo aumento de R\$51,2 milhões no saldo das contas a receber líquido que passou de um valor de R\$195,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para um valor de R\$246,9 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$928,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 e representava 69,36% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2016 totalizou um valor de R\$953,8 milhões e representava 68,73% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

a) Redução do contas a receber no valor de R\$ 89,80 milhões, passando de um saldo de R\$ 89,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 0,1 milhões em 31 de dezembro de 2017.

b) Aumento do ativo imobilizado no valor de R\$22,6 milhões, passando de um saldo de R\$223,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$246,1 milhões em 31 de dezembro de 2017.

(Em milhões de Reais)

	31/12/2017	AV (%)	31/12/2016	AV (%)	Var. 2017 / 2016
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	33,8	5,3%	23,7	3,2%	42,6%
Empréstimos e financiamentos	52,5	8,2%	124,1	16,5%	-57,7%
Salários e encargos sociais	62,6	9,8%	58,4	7,8%	7,2%
Obrigações tributárias	17,5	2,7%	14,8	2,0%	18,2%
Adiantamentos de clientes	17,5	2,7%	19,2	2,6%	-8,9%

Parcelamento de impostos e contribuições	0,1	0,0%	0,6	0,1%	-83,3%
Títulos a pagar	11,1	1,7%	9,1	1,2%	21,5%
Dividendos a pagar	20,2	3,2%	4,9	0,7%	312,2%
Derivativos	5,0	0,8%	13,1	1,7%	-61,8%
Outros passivos circulantes	1,2	0,2%	0,4	0,1%	200,0%
Total dos passivos circulantes	221,5	34,5%	268,2	35,7%	-17,4%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	223,3	34,8%	253,5	33,7%	-11,9%
Títulos a pagar	61,1	9,5%	64,6	8,6%	-5,4%
Derivativos	2,6	0,4%	9,6	1,3%	-72,9%
Débitos com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Parcelamento de impostos e contribuições	3,0	0,5%	4,5	0,6%	-33,3%
Imposto de renda e contribuição social diferido	38,4	6,0%	52,2	6,9%	-26,4%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	88,3	13,8%	98,5	13,1%	-10,4%
Outros passivos não circulantes	3,5	0,6%	1,1	0,1%	218,2%
Total dos passivos não circulantes	420,2	65,5%	483,9	64,3%	-13,2%
TOTAL DOS PASSIVOS	641,7	100,0%	752,0	100,0%	-14,7%

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$221,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 e representava 34,5% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2016 totalizou um valor de R\$268,2 milhões, representando 35,7% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido à:

- Redução de R\$ 71,6 milhões nos empréstimos e financiamentos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2016 era R\$ 124,1 milhões e R\$ 52,5 milhões em 31 de dezembro de 2017.
- Aumento da conta dividendos a pagar em R\$ 15,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2016 foi R\$ 4,9 milhões, e em 31 de dezembro de 2017 foi R\$ 20,2 milhões.

Passivos Não Circulantes

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$420,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 e representava 65,48% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2016 totalizou um valor de R\$483,9 milhões e representava 64,34% do nosso passivo. Essa redução ocorreu principalmente devido à:

- Redução da conta de empréstimos e financiamentos em R\$ 30,2 milhões.
- Redução do imposto de renda e contribuição social diferido em R\$ 13,8 milhões.
- Redução da conta provisão para riscos em R\$ 10,2 milhões.

(Em milhões de Reais)

	31/12/2017	AV (%)	31/12/2016	AV (%)
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital Social	496,4	37,1%	496,4	35,8%
Reserva de capital	6,6	0,5%	6,5	0,5%
Reserva de lucros	277,2	20,7%	212,3	15,3%
Agio em transação de capital	-69,6	-5,2%	-69,6	-5,0%
ações em tesouraria	-14,2	-1,1%	-10,0	-0,7%
Lucros acumulados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
	696,4	52,0%	635,7	45,8%
Participação dos acionistas não controladores	0,0	0,0%	0,0	0,0%

Obrigações por compra de investimento	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total do patrimonio liquido	696,4	52,0%	635,7	45,8%
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVOS	1338,1	100,0%	1387,7	100,0%

Nosso patrimônio líquido totalizou R\$696,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, que totalizou R\$635,7 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$ 60,7 milhões. Os principais fatores que explicam essa variação são:

- a) Aumento de R\$64,9 milhões no saldo de reserva de lucros explicado principalmente pelo lucro líquido do exercício no valor de R\$ 85,2 milhões, deduzidos do valor de R\$20,2 milhões referente aos dividendos a serem distribuídos.
- b) Redução de R\$4,2 milhões devido a recompra de ações mantidas em tesouraria.

Análise das principais variações do fluxo de caixa do período findo em 30 de setembro de 2019 comparado ao do período findo em 30 de setembro de 2018

(Em milhões de Reais)

	30/09/2019	30/09/2018	Var. 30/09/19 / 30/09/18
Resultado Líquido	18,7	20,3	-1,6
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30,9	30,5	0,4
Atualização depósitos judicial	-2,0	-0,1	-1,9
Depreciação & amortização	90,7	40,2	50,5
Baixa de valor de Imobilizado e intangível	0,8	0,2	0,6
Baixa IFRS 16	0,7	0,0	0,7
Equivalencia patrimonial	1,9	1,3	0,6
Despesas com juros e atualização monetária	20,9	16,2	4,7
Constituição e atualização de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	0,8	5,5	-4,7
Despesas de ajuste a valor presente e correção monetária	57,7	8,1	49,6
Atualização de empréstimos a terceiros	-2,4	-1,6	-0,8
Remuneração baseada em ações	1,0	0,0	1,0
Valor justo com derivativos	1,5	2,5	-1,0
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária FIES	-0,7	-3,1	2,4
IR e CS correntes e diferidos	3,7	5,4	-1,7
Geração de Caixa Operacional Bruta	224,2	125,4	98,8
Δ Contas a receber	-79,5	17,9	-97,4
Δ Adiantamentos diversos	12,7	14,1	-1,4
Δ Depósitos judiciais	-5,7	0,2	-5,9
Δ Adiantamento de clientes	13,1	17,5	-4,4
Δ Outras contas de capital de giro operacional	19,3	30,0	-10,7
Δ Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-5,9	-5,6	-0,3
Δ Outros ativos/passivos	-43,6	-10,4	-33,2
Variação nos ativos e passivos operacionais	-89,6	63,7	-153,3
Juros pagos	-15,9	-17,7	1,8
Total de pagamentos de provisões, juros e IR e CSLL	-15,9	-17,7	1,8
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	118,7	171,4	-52,7
Mútuos com partes relacionadas	0	-0,2	0,2
Aquisição de controladas líquidas dos caixas adquiridos	-45,1	-12,7	-32,4
Aquisição / Rendimento de aplicações financeiras	6	-140,9	146,9
Investimento de imobilizado e intangível	-94,8	-75,4	-19,4
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-133,9	-229,2	95,3
Empréstimos e financiamentos	-55,9	99,7	-155,6
Ações em tesouraria	0	-32,2	32,2
Dividendos Pagos	-0,5	-20,2	19,7
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	-56,4	47,3	-103,7
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-71,6	-10,5	-61,1
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	99,5	33,9	65,6
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	27,9	23,3	4,6

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 30 de setembro de 2019 foi negativa em R\$71,6 milhões. Começamos o ano de 2019 com um saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$99,5 milhões, e em 30 de setembro de 2019, tínhamos um saldo de R\$27,9 milhões.

Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 30 de setembro de 2019 somavam R\$79,9 milhões, totalizava R\$107,9 milhões em disponibilidades. Abaixo estão as principais variações com relação ao fluxo de caixa para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais diminuiu R\$52,7 milhões, passando de uma geração de R\$171,4 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018 para uma geração de caixa de R\$118,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. A variação se deve principalmente pelo aumento no contas a receber (principalmente pelo ingresso de alunos no semestre com parcelamento das primeiras mensalidades, pelas novas unidades inauguradas em 2019 e por alunos com financiamento direto com a instituição - AGES) e redução das aplicações financeiras (devido ao pagamento da aquisição da AGES).

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$133,9 milhões em 30 de setembro de 2019 e aumentaram R\$95,3 milhões em relação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2018. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras, em razão de captação de recursos realizada pela Companhia.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: Em 30 de setembro de 2019, as atividades de financiamento geraram R\$56,4 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$47,2 milhões no mesmo período de 2018, explicado principalmente pela manutenção de ações em tesouraria e pela captação de recursos realizados em 2019.

Análise das principais variações do fluxo de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao do período findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhões de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017	Var. 18 / 17 (\$)
Resultado Líquido	2,3	85,1	-82,8
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46,3	46,2	0,1
Atualização depósito judicial	-0,6	-2,1	1,5
Depreciação & amortização	54,3	51,3	3,0
Baixa de valor de Imobilizado e intangível	0,8	0,4	0,4
Equivalencia patrimonial	2,5	0,4	2,1
Perda com provisão impairment	0,0	0,0	0,0
Despesas com juros e atualização monetária	23,1	28,5	-5,4
Constituição e atualização de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	5,9	7,2	-1,3
Despesas de ajuste a valor presente e correção monetária	10,8	8,3	2,5
Atualização de empréstimos a terceiros	-2,2	-1,7	-0,5
Remuneração baseada em ações	-0,7	0,0	-0,7
Valor justo com derivativos	3,2	11,6	-8,4
Baixa de estoque e acervo líquido	0,0	1,2	-1,2
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária FIES	-2,5	-6,1	3,6
IR e CS correntes e diferidos	1,7	-36,8	38,5
Geração de Caixa Operacional Bruta	145,1	193,5	-48,4
Δ Contas a receber	30,9	-1,4	32,3
Δ Adiantamentos diversos	5,4	7,7	-2,3
Δ Depósitos judiciais	-3,6	-13,3	9,7
Δ Adiantamento de clientes	-1,4	-1,6	0,2
Δ Outras contas de capital de giro operacional	18,4	19,2	-0,8
Δ Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-6,3	-13,7	7,4
Δ Outros ativos/passivos	-3,3	-0,3	-3,0
Variação nos ativos e passivos operacionais	40,2	-3,4	43,6
Juros pagos	-19,5	-32,8	13,3
Imposto de renda e contribuição social pagos	0	0,0	0,0
Total de pagamentos de provisões, juros e IR e CSLL	-19,5	-32,8	13,3
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	165,7	157,3	8,4
Mútuos com partes relacionadas	-9,1	-0,2	-8,9
Aumento de capital em controlada	0,0	-3,1	3,1
Aquisição de controladas liquidas dos caixas adquiridos	-12,7	0,0	-12,7
Aquisição / Rendimento de aplicações financeiras	-3,9	59,9	-63,8
Investimento de imobilizado e intangível	-113,8	-73,1	-40,8
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-139,7	-16,5	-123,2
Empréstimos e financiamentos	92,1	-137,2	229,3
Ações em tesouraria	-32,3	-4,3	-27,9
Dividendos Pagos	-20,2	-4,9	-15,3
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	39,6	-146,4	186,1
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	65,6	-5,7	71,2
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	33,9	39,6	-5,7
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	99,5	33,9	65,6

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$65,6 milhões. Começamos o ano de 2018 com um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$33,9 milhões, e terminamos o ano com um saldo de R\$99,5 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2018 somavam R\$95,6 milhões, totalizava

R\$185,4 milhões em disponibilidades. Abaixo estão as principais variações com relação ao fluxo de caixa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

- a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$8,4 milhões, passando de uma geração de R\$157,3 milhões no período de 2017 para uma geração de caixa de R\$165,7 milhões relativos ao mesmo período de 2018. A variação se deve principalmente pela variação dos ativos e passivos operacionais que passaram de um valor negativo de R\$ 3,4 milhões em 2017 para um valor positivo de R\$40,2 milhões no mesmo período de 2018, principalmente pela diminuição do saldo de contas a receber (em função de antecipação de matrícula e renegociação de contratos).
- b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: nossas atividades de investimento consumiram R\$139,7 milhões e aumentaram R\$123,2 milhões em relação a 2017. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras decorrente de captação realizada pela Companhia.
- c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: As atividades de financiamento geraram R\$ 39,6 milhões em 2018 e R\$ 146,4 milhões de aplicações em 2017. Esta variação está relacionada e obtenção de novos empréstimos em 2018.

Análise das principais variações do fluxo de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao do período findo em 31 de dezembro de 2016

<i>(Em milhões de Reais)</i>	31/12/2017	31/12/2016	Var. 17 / 16 (\$)
Resultado Líquido	85,1	20,8	64,3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46,2	45,6	0,6
Atualização depósito judicial	-2,1	-1,7	-0,4
Depreciação & amortização	51,3	42,1	9,2
Baixa de valor de Imobilizado e intangível	0,4	4,5	-4,1
Equivalencia patrimonial	0,4	0,0	0,4
Perda com provisão impairment		19,0	-19,0
Despesas com juros e atualização monetária	28,5	60,7	-32,2
Constituição e atualização de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	7,2	12,0	-4,8
Despesas de ajuste a valor presente e correção monetária	8,3	8,7	-0,4
Atualização de empréstimos a terceiros	-1,7	-1,1	-0,6
Remuneração baseada em ações	0,0	5,3	-5,3
Valor justo com derivativos	11,6	0,0	11,6
Baixa de estoque e acervo líquido	1,2	0,0	1,2
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária FIES	-6,1	-16,3	10,2
IR e CS correntes e diferidos	-36,8	-1,5	-35,3
Geração de Caixa Operacional Bruta	193,5	198,1	-4,6
Δ Contas a receber	-1,4	-5,7	4,3
Δ Adiantamentos diversos	7,7	-25,2	32,9
Δ Depósitos judiciais	-13,3	-8,6	-4,7
Δ Adiantamento de clientes	-1,6	-4,0	2,4
Δ Outras contas de capital de giro operacional	19,2	5,7	13,5
Δ Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-13,7	-14,4	0,7
Δ Outros ativos/passivos	-0,3	2,2	-2,5
Variação nos ativos e passivos operacionais	-3,4	-50,0	46,6
Juros pagos	-32,8	-25,6	-7,2
Imposto de renda e contribuição social pagos	0,0	-0,4	0,3
Total de pagamentos de provisões, juros e IR e CSLL	-32,8	-26,0	-6,9
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	157,3	122,1	35,2
Mútuos com partes relacionadas	-0,2	0,0	-0,2
Aumento de capital em controlada	-3,1	0,0	-3,1
Aquisição de controladas líquidas dos caixas adquiridos	0,0	-8,0	8,0
Aquisição / Rendimento de aplicações financeiras	59,9	17,2	42,7
Investimento de imobilizado e intangível	-73,1	-51,6	-21,5
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-16,5	-42,4	25,9
Empréstimos e financiamentos	-137,2	-22,6	-114,6
Ações em tesouraria	-4,3	-27,6	23,3
Dividendos Pagos	-4,9	-15,2	10,3
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	-146,4	-65,5	-80,9
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-5,7	14,1	-19,8
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	39,6	25,5	14,1
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	33,9	39,6	-5,7

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foi negativa em R\$5,7 milhões. Começamos o ano de 2017 com um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$39,6 milhões, e terminamos o ano com um saldo de R\$33,9 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2017 somavam R\$81,9 milhões, totalizava R\$115,9 milhões em disponibilidades. Abaixo estão as principais alterações com relação ao fluxo de caixa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$35,2 milhões, passando de uma geração de R\$122,1 milhões no período de 2016 para uma geração de caixa de R\$157,3 milhões relativos ao mesmo período de 2017. A variação se deve principalmente pela variação dos ativos e passivos operacionais que passaram de um valor negativo de R\$50,0 milhões em 2016 para um valor negativo de R\$3,4 milhões no mesmo período de 2017, principalmente pela diminuição do saldo de adiantamentos diversos (decorrente de redução do aluguel adiantado para as unidades da MGE, IMEC e Sociesc).

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: nossas atividades de investimento consumiram R\$16,5 milhões e aumentaram R\$25,9 milhões em relação a 2016. Esta variação pode ser explicada pela redução das aplicações financeiras em função das aquisições realizadas no período.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: As atividades de financiamento consumiram R\$146,4 milhões em 2017 principalmente pela amortização de recursos realizados em 2017 de R\$114,6 milhões. Em 2016 o caixa gerado nas atividades de financiamento somou R\$ 65,5 milhões.

a. Resultado das nossas operações:**h. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Nossa receita bruta é composta principalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes nos cursos ministrados em nossas controladas, bem como pelas taxas de inscrição de participantes nos eventos promovidos pela HSM, pela prestação de serviços de educação e treinamento customizados para empresas. Também integram nossa receita bruta taxas acadêmicas por diversos serviços prestados aos estudantes, tais como venda de material didático, impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, provas de segunda chamada, requerimento de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, entre outros.

i. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2016, foram realizadas mais 3 aquisições. Passamos a consolidar os resultados da SOCIESC a partir de 01 de Fevereiro, da Faceb (Faculdade Faceb de Bom Despacho e a Faculdade de Educação de Bom Despacho) a partir de 01 de Julho e do Instituto Politécnico (Faculdade Politécnica de Uberlândia e com a Faculdade Politécnica de Goiás) a partir de 01 de Outubro de 2016. Em 2018, foram realizadas mais 2 aquisições, e passamos a consolidar os resultados da Faculdade Jangada e da CESUC a partir de agosto de 2018. No mesmo ano, adquirimos os direitos de manutenção da FACED (Faculdade Divinópolis), por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda. Em 2019, por sua vez, adquirimos os direitos de manutenção das instituições Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – Epp, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A; o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (UNISUL), após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE; bem como a aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda (AENA), mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, por meio de sua subsidiária integral VC Network Educação S.A. (VC), também após a aprovação pelo CADE.

Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram nossos resultados operacionais no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018. Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, são os números de estudantes matriculados em nossos cursos e o valor das respectivas mensalidades.

O número de estudantes decorre diretamente dos processos seletivos conduzidos por nossas controladas (vestibulares) e da retenção dos estudantes matriculados desde o início até o fim dos cursos. Por sua vez, nossa capacidade de captação de estudantes depende de nossa oferta de cursos, de sua duração e do número de vagas oferecidas em cada curso. Existe ainda um volume de evasão de estudantes entre a matrícula e o início do curso, impactada diretamente por questões pessoais e pela capacidade de pagamento por parte do aluno do valor do curso.

Nossas mensalidades são definidas tomando como base a estrutura de custos e necessidades de investimentos (incluindo estrutura física necessária, corpo docente e uso de material, dentre outros fatores) de cada curso bem como pela atratividade dos cursos, notadamente influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 7,9% em 30 de setembro de 2019 em relação ao mesmo exercício social encerrado em 30 de setembro de 2018 explicado pelo aumento médio das mensalidades ocorrido no início do ano, além do ganho com o melhor mix dos nossos cursos e

expansão da base de alunos na Graduação. Além disto vemos um aumento de nossos descontos médios, principalmente devido a uma nova política comercial. Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram significativamente nossas receitas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Inflação

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser impactado pela variação da inflação na medida em que nossos custos e despesas operacionais sofrem reajustes inflacionários. Na hipótese de uma aceleração excessiva dos índices inflacionários, o consequente aumento expressivo nos custos de nossas operações (sobretudo salários de nossos funcionários) poderia fazer com que não conseguíssemos repassar a elevação das taxas de inflação que suportamos em nossos custos para nossos serviços (mensalidades), prejudicando as nossas margens e resultados líquidos.

No período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram repassados às mensalidades, equilibrando-se assim nossos resultados e neutralizando os efeitos da inflação.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Nossos principais insumos são os salários de nossos funcionários e professores, que não sofreram alterações significativas no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 que pudessem impactar materialmente nossos resultados. Já na rubrica de alugueis e custos de ocupação, em 2016 fomos impactados pela ociosidade das novas unidades que não estavam 100% operacionais no interior de Minas Gerais, em parte compensada pela redução do número de campi. Por outro lado, o resultado de 2017 e 2018 foi impactado pela abertura de novas unidades acadêmicas e pela revisão dos contratos de aluguel da USJT, unidades Mooca e Butantã, conforme acordado quando de sua aquisição.

Câmbio

Não auferimos receita atrelada a moedas estrangeiras. Desta forma, as oscilações do câmbio não interferiram nem provocaram qualquer impacto em nossos resultados operacionais. Somente na HSM, onde temos exposição cambial relacionada ao custo dos palestrantes internacionais que são contratados em moeda estrangeira, mantivemos operações de “compra” de moeda à termo (NDF – Non Deliverable Forward) em dólares, com objetivo de proteção contra a variação cambial.

Taxa de Juros

A maior parte do nosso endividamento junto a instituições financeiras em 30 de setembro de 2019, no montante de R\$420,2 milhões, era indexada à variação do CDI. Um eventual aumento significativo das taxas de juros geraria um risco de aumentos sobre o nosso endividamento, impactando de forma adversa nossas despesas financeiras. Podemos não ter condições de compensar esses aumentos com elevação dos preços de nossos serviços, o que poderia impactar negativamente, assim, nossa situação financeira, margens e resultados líquidos.

As rigorosas políticas monetárias adotadas pelo Governo Federal, inclusive com altas taxas de juros, podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia nos afetar negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Para maiores informações sobre os impactos da variação das taxas de juros sobre a nossa situação financeira, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

Financiamento a Estudantes

De acordo com o MEC, o FIES (Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Mudanças adotadas no programa a partir de 2015 impactaram negativamente nosso resultado. Porém, para não haver dependência do financiamento do governo, mantemos desde 2006 uma opção privada, o PRAVALER, em parceria com a Ideal Invest. Além disso, a Ânima lançou em 2015 o AMPLIAR, um canal de atendimento, com espaços dedicados em todas as nossas instituições, focado na assessoria, oferta e suporte completo para contratação das diversas opções de crédito estudantil, privadas ou pública. Com o Ampliar, a Ânima também aumentou as opções de financiamento a seus alunos, incluindo novas modalidades do PraValer e a garantia educacional, que permite a ele continuar estudando mesmo que fique temporariamente desempregado. Essas iniciativas ajudaram a minimizar o impacto adverso causado em função das alterações no FIES. Para maiores informações sobre o FIES, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

A partir do 2º trimestre de 2016, com a consolidação da SOCIESC, passamos a segmentar nossos negócios em:

- Ensino – que inclui, além do Ensino Superior presencial (graduação e pós-graduação), o Ensino a Distância, o Ensino Básico e o Ensino Técnico.
- Outros Negócios – que inclui a nossa vertical de gestão, HSM, e a EBRADI, Escola Brasileira de Direito.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 23 de março de 2013 adquirimos, por meio de nossa controlada BR Educação Executiva S.A., uma participação de 50,0% do capital social da HSM do Brasil S.A. e de 50,0% do capital social da HSM Educação S.A., as quais possuem 100,0% de participação no capital social da HSM Editora S.A. e da HSM Marcas Ltda. A HSM tem atuação focada na área de negócios e gestão. Nossos Diretores acreditam que a HSM possui potencial de tornar-se uma marca referência nesse setor de atividade, com alcance nacional. Acreditamos que esse potencial não só eleva a percepção de qualidade de nosso portfólio e de nossas marcas individualmente, como também nos permite ganhar escala por meio da exploração de sinergias entre nossos produtos, inclusive com a marca HSM em nossa rede. Nossos Diretores acreditam que a HSM apresenta condições (marca, *know-how*, conteúdo e produtos) para potencializar nossos negócios e portfólio de produtos, ao oferecê-los localmente em nossos centros universitários (como programas de pós-graduação e cursos livres oferecidos pela nossa rede). Além disso, nossos centros universitários, faculdade e a Universidade São Judas Tadeu poderão incluir novos elementos de diferenciação em seus cursos, contar com o *know-how* da HSM na área de gestão no desenvolvimento e atualização de seus projetos pedagógicos e agregar a seus cursos de graduação ou pós-graduação conteúdos educacionais diferenciados (como transmissão de grandes eventos, acesso a conteúdo proprietários, *workshops* e desenvolvimento de *soft skills*).

Reforçando este posicionamento, em 17 de dezembro de 2014 foi assinado Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Acionária, Distrato do Acordo de Investimento e do Acordo de Acionistas, Transação e Outras Avenças (“Contrato”) através do qual a BR Educação Executiva S.A. (“BREE”), subsidiária integral da Ânima Educação, adquiriu a totalidade das ações das HSM, com o que as HSM tornaram-se subsidiárias integrais da BREE. O comprometimento da HSM com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos líderes brasileiros reforça e se constitui em um dos pilares de sustentação da missão da Ânima Educação de Transformar o País pela Educação.

Em 01 de julho de 2014 adquirimos 100% dos direitos da Universidade São Judas Tadeu com dois campi localizados em São Paulo. A USJT é uma instituição de grande tradição, reconhecida por seu forte rigor acadêmico, alta qualidade de seus cursos e um corpo docente e técnico administrativo altamente capacitados. No período da aquisição a Instituição contava com aproximadamente 25,8 mil alunos matriculados em 35 cursos, oferecidos em dois Campi: Mooca e Butantã. A solidez acadêmica da USJT pode ser comprovada em diversos indicadores, entre eles: IGC de 2,79 em 2012, 48% dos cursos com CPC 4 ou 5 aprovação no Exame da OAB 51% maior que a média Brasil, ficando, na cidade de São Paulo, em terceiro lugar entre os aprovados da instituições privadas, além de mais de 88% de satisfação por parte de seus alunos.

Em 23 de setembro de 2014 os acionistas controladores firmaram acordo de acionistas com o Península – fundo de Investimento em Participações, cujo teor está detalhado no item 15.5 deste Formulário de Referência.

Em 18 de dezembro de 2015 anunciamos mais um passo importante em nosso processo de crescimento inorgânico, com a aquisição da SOCIESC. A partir de uma posição de liderança em Joinville, principal polo econômico do estado de Santa Catarina, a SOCIESC já iniciou um processo de expansão para o Sul do país que foi bastante intensificado com a Ânima. Com presença ainda em Florianópolis, Blumenau, Balneário Camboriú e Curitiba, e um mix de receita diversificado, desde jul’16

abrimos mais 4 unidades no Estado de Santa Catarina (São Bento do Sul, Itajaí, Jaraguá do Sul e Florianópolis continente).

Em junho de 2016 a Ânima anunciou a aquisição da Faceb, um passo importante na expansão para o interior de Minas Gerais e com um processo de expansão para outras cidades de MG e também para a região Centro-Oeste do país. Sediada na cidade de Bom Despacho (MG), a agora denominada Una Bom Despacho já se transformou em Centro Universitário e conta com uma excelente infraestrutura, práticas inovadoras de ensino e atrai estudantes de várias cidades do entorno.

Em outubro de 2016 mais uma aquisição foi anunciada: o Instituto Politécnico. Presente em Uberlândia (MG) e Catalão (GO), a Politécnica foi uma grande oportunidade de entrada para o mercado da segunda maior cidade do estado de Minas Gerais, com potencial de crescimento via ampliação de portfólio de cursos e maturação da operação de Catalão (GO).

Em julho de 2018 a Ânima anunciou a aquisição do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC), em Catalão (GO) com aproximadamente 2,5 mil alunos, e da Faculdade Jangada, em Jaraguá do Sul (SC) com aproximadamente 0,7 mil alunos. No mesmo ano, em dezembro, adquirimos os direitos de manutenção da FAGED (Faculdade Divinópolis) uma das principais instituições de ensino superior de Divinópolis (MG), com aproximadamente 0,8 mil alunos matriculados e 5 cursos de graduação, por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda.

Em 2019, foram realizadas três operações: em agosto celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 6 unidades, sendo um centro universitário (Paripiranga), quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim, Tucano e Jeremoabo) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contam com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. Em novembro, se deu a assinatura de Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Por fim, em dezembro foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., negócio jurídico que resultará na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possui cerca de 5.200 estudantes, também após a aprovação pelo CADE.

c. Eventos ou operações não usuais.

Tivemos alguns eventos não usuais e de natureza não recorrente que impactaram o resultado de nossas controladas:

(em R\$ milhões)		Exercício encerrado em 30 de setembro de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2018	2017	2016
- Despesas de Reestruturação	(a)	(20,5)	(34,2)	(52,2)	(24,4)	(18,7)
- Baixa Ativo não operacional	(a)					(4,5)
- Ajuste de Contas a Receber FIES	(b)		1,1	1,2	3,0	3,6
- Baixa Perda de Estoques	(c)				(1,2)	

- Pré Pagamento Contingências Tributárias	(d)				(2,5)	
- Remuneração baseada em ações	(e)					(5,1)
- Teste impairment HSM	(f)					(19,0)
- GIT	(g)	(1,6)	(6,1)	(8,0)		
- Ajuste de provisão para contingências	(h)		(3,8)	(3,8)		
TOTAL DE AJUSTES NÃO RECORRENTES		(22,1)	(43,0)	(62,8)	(25,1)	(43,7)

(a) Em 2016, o valor das despesas com reestruturação de natureza não recorrente foi de R\$23,2 milhões. Assim como em 2015, tivemos um aumento nas rescisões de professores e funcionários administrativos decorrente da redução de nossa base de alunos no valor de R\$15,9 milhões. Os outros R\$8,7 milhões são compostos por R\$2,8 milhões de despesas com integração das aquisições realizadas nos últimos 12 meses, e R\$4,5 milhões de custos incorridos com a entrega de três campi na região metropolitana de Belo Horizonte e um em Joinville (R\$3,9 milhões sem efeito caixa uma vez que se referem a baixa de ativos fixos).

Em 2017, apresentamos um valor de R\$24,4 milhões de despesas de reestruturação de natureza não recorrente, devido às rescisões de professores e funcionários administrativos decorrente do processo de reestruturação e da integração de novas unidades.

Em 2018, enquanto no primeiro semestre os gastos de rescisão de pessoal estavam relacionados à decisão de terceirizar as atividades de limpeza em nossos campi, no segundo semestre do ano os gastos de rescisão estão relacionados ao Projeto Censo e a reestruturação docente em algumas unidades. O Projeto Censo foi executado ao longo do 2S18 para eliminar as redundâncias existentes entre as estruturas corporativas e as unidades, em decorrência do processo de centralização e padronização previamente executados. As aquisições realizadas em julho de 2018, CESUC e Jangada, tiveram despesa de rescisão de pessoal no valor R\$0,4 milhão entre agosto de dezembro.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, apresentamos valor de itens não recorrentes em patamares inferiores aos observados no mesmo período em 2018. Dentro dos esforços de gestão que temos promovido em busca de anos adicionais de eficiência, o que implica, em um primeiro momento, em gastos não recorrentes com despesas de reestruturação, no terceiro trimestre de 2019 promovemos a unificação da gestão das nossas marcas na Regional Minas Gerais/Goiás, além da junção de 4 campi (Una Barro Preto, Una Uberlândia, Una Catalão e UniSociesc Jaraguá do Sul), com a redistribuição dos alunos nas mesmas cidades ou regiões.

(b) Realizamos um ajuste em nosso Contas a Receber de FIES de R\$7,8 milhões, em função do acordo firmado em fevereiro de 2016 com o Governo, prevendo que as mensalidades de FIES referentes à competência 2015 e ainda não pagas, sejam quitadas nos próximos 3 anos, sendo 25% do saldo até junho de 2016, 25% até junho de 2017, e os 50% remanescentes até junho de 2018. O acordo estabelece, ainda, que os saldos a receber sejam corrigidos pela inflação (IPCA). Desta forma, realizamos um ajuste em nosso Contas a Receber de FIES refletindo o spread entre a taxa de juros base (SELIC) e a inflação (IPCA). Seguindo recomendação de nossos auditores externos, este ajuste impactou negativamente nossa receita operacional bruta de 2015. Em 2016, 2017 e 2018, excluímos o impacto positivo deste ajuste, que representou uma receita de R\$3,6 milhões, R\$3,0 milhões e R\$1,2 milhão, respectivamente, também sem efeito em caixa.

(c) Em 2017, realizamos uma baixa no valor de R\$ 1,2 milhão no estoque da HSM referente a revistas de edições antigas que não seriam mais comercializadas.

(d) Em 2017, o Governo Federal publicou duas medidas provisórias que possibilitaram a quitação antecipada de parcelamentos tributários utilizando créditos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou da base de cálculo negativa da CSLL. Através desse benefício liquidamos parcelamentos fiscais, gerando um

ganho de R\$14,8 milhões em nosso resultado líquido. Este valor é composto pela constituição de uma provisão para riscos de R\$2,5 milhões (realizado no 2T17), acompanhada pela constituição de créditos fiscais diferidos no valor de R\$17,3 milhões.

(e) A estrutura da transação da aquisição da SOCIESC prevê uma possível bonificação de até 900 mil ações da Ânima Educação mediante o atingimento de determinadas metas. Em 2016 realizamos uma provisão de R\$5,1 milhões, ou 56% do montante total, reconhecendo os bons resultados do primeiro ano da integração. Faremos ajustes anuais a esta provisão de acordo com o atingimento parcial das metas pactuadas. Este ajuste não tem efeito em caixa no trimestre uma vez que as ações para fazer jus à totalidade da bonificação já se encontram em tesouraria.

(f) Ao longo de 2016 executamos um profundo processo de reestruturação das operações da HSM. Este processo incluiu uma redução de suas linhas de negócio, focando somente nos eventos e produtos mais relevantes. Isto possibilitou uma simplificação de suas operações e consequente redução de custos. Este processo vem sendo executado com bastante disciplina e estamos cumprindo com praticamente todas as metas estabelecidas até o momento. No entanto, revisando o plano de negócio, adotamos premissas mais conservadoras com relação ao crescimento futuro. Com isto registramos no 4T16 um valor de R\$19,0 milhões na HSM, a título de perda por redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment Test*). Por se tratar de uma provisão reconhecida nas demonstrações financeiras, não representa um desembolso de caixa.

(g) No início de 2018 decidimos simplificar as atividades desempenhadas pelo GIT, descontinuando os setores de ferramentaria e análise laboratorial, e transferir as atividades remanescentes, de consultoria e fundição, para o Instituto Ânima. Dessa forma, o GIT deixa de ser consolidado em nossos resultados e reduzimos suas respectivas estruturas de gestão. Os contratos ainda em vigor destas áreas, além dos gastos com demissão de funcionários, geraram uma receita de R\$8,1 milhões e um resultado operacional negativo de R\$8,0 milhões em 2018, que estamos excluindo de nossos resultados gerenciais.

(h) Em 2018 tivemos uma provisão para contingência no valor de R\$3,8 milhões relacionada a um processo judicial de um distrado de aquisição de imóvel junto a um terceiro, anterior a aquisição da UNA (2003).

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 houve alteração de prática contábil referente a norma IFRS 16 / CPC 06 (R2), aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2019, houve alteração de prática contábil referente a norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) que foi aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta norma possui o objetivo de unificar o modelo de contabilização dos arrendamentos, onde os arrendatários reconhecem os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento que apresente as características que estão ao alcance da norma.

A Sociedade e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada. Esta abordagem não impacta em lucros acumulados, cálculo de dividendos e patrimônio líquido na data da adoção inicial uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos a valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

A Sociedade e suas controladas adotaram taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de riscos em termos nominais de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de utilização do ativo.

Os impactos trazidos pela adoção do IFRS 16 para 30 de setembro de 2019 foram: a) aumento no endividamento de R\$ 555,5 milhões; b) aumento no imobilizado de R\$ 541,3 milhões; C) impacto negativo no resultado do período de R\$ 25,7 milhões.

Não houve efeitos por alteração de prática contábil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017, 2018 e do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2019 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

No entendimento de nossos Diretores, as nossas principais políticas contábeis críticas são apresentadas logo abaixo, sendo que essas foram aplicadas de modo consistente e de forma uniforme para todos os períodos e exercícios sociais apresentados, salvo disposição em contrário.

- Caixa e equivalentes de caixa - São representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.
- Aplicações financeiras – São representadas pelos valores mantidos em fundos de investimento de renda fixa e CDBs com remuneração geralmente atrelada ao CDI os quais a Sociedade não pretende aplicar em sua atividade operacional. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.
- Contas a receber – São representadas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base pro rata temporis, deduzidos da provisão para perdas estimadas, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e pelo ajuste a valor presente calculado com base no saldo de contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevante.
- Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
- Investimentos nas demonstrações financeiras individuais - Representados por investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.
- Imobilizado - São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimada dos bens.
- Intangível - São demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes, licenças e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.
- Provisões - São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como

despesa financeira. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

- Créditos e débitos com partes relacionadas - Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de empréstimos de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas.
- Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.
- Capital social - É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.
- Custo de captação na emissão de títulos - os custos de transação incorridos na captação de recursos obtidos com a emissão de títulos patrimoniais são contabilizados em conta redutora de patrimônio líquido, deduzindo os eventuais efeitos fiscais. Na emissão de títulos de dívida, (debêntures), são contabilizados em conta redutora, sendo apropriado no resultado no mesmo prazo das debêntures.
- Transações de capital - Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Controladora são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.
- Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.
- Remuneração baseada em ações - A Sociedade e suas controladas instituem programas que incentivam seus colaboradores a adquirir ações da Sociedade. Caso os colaboradores mantenham as ações pelo período determinado no programa a Ânima concede 20% das ações, em bonificação pelas ações adquiridas e mantidos pelo colaborador. Este programa foi ofertado inicialmente em 2013 (já liquidado) e em 2016. Também são reconhecidos como remuneração baseada em ações, contratos pactuados com executivos sujeitos ao atingimento de metas financeiras, operacionais, etc.
- Lucro/prejuízo básico e diluído por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.
- Reconhecimento da receita - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. As receitas relacionadas com a prestação de serviços são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente. Logo os adiantamentos recebidos são registrados no passivo e reconhecido como receita no momento da prestação de serviços. A receita de venda de produtos é reconhecida quando são transferidos os riscos e os benefícios relacionados à propriedade dos

produtos. Os valores das receitas podem ser estimados com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Sociedade e suas controladas.

- Receita e despesa financeiras – As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, Cédula de Crédito Bancário - CCB, encargos sobre impostos parcelados, encargos de financiamentos concedidos a alunos e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.
- Combinações de negócios - Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, estes valores forem superiores à soma da contrapartida transferida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade. Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC – 09 (R1), a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.
- Ágio - O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.
- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o

montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

- Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e, (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do período.
- Demonstração de valor adicionado ("DVA") - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.
- Instrumentos financeiros - São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.
- Estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não possuímos ativos ou passivos que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

a. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

a. Investimentos, incluindo:**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Nossos investimentos são destinados principalmente à manutenção e expansão de nossas atividades operacionais, tendo como principal fonte de capital o caixa gerado por nossas operações. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, nossos investimentos totalizaram R\$94,8 milhões. Nossos investimentos envolvem a abertura de novas unidades, renovação de nossos campi, aquisição de bibliografia, ampliação e renovação de laboratórios acadêmicos, salas de aula e investimento em tecnologia de informação, envolvendo desde a aquisição e desenvolvimento de softwares como compra de computadores e outros equipamentos. Além dos investimentos de manutenção e expansão, continuamos alocando recursos em tecnologia aplicada à educação. Entre os principais projetos estão os relacionados ao desenvolvimento de conteúdo e evolução das plataformas tecnológicas para nosso ensino híbrido, modelo acadêmico (E2A) e dos nossos projetos de Inovação, dentro do nosso contexto de transformação digital. Esperamos também crescer via aquisições.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para financiamento de nossos investimentos, utilizamos principalmente os recursos provenientes do próprio caixa gerado por nossas atividades operacionais, bem como pelos financiamentos em curso e eventuais novos empréstimos captados em bancos de primeira linha, bancos de fomento ou ainda junto ao mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2017 e 2018, não fizemos desinvestimentos relevantes e também não temos desinvestimentos previstos, dado o crescimento da nossa base de alunos e abertura de novas unidades acadêmicas. Já em 2016, com a redução no número de novos ingressantes, fizemos adequações em algumas unidades reduzindo parcialmente suas respectivas capacidades instaladas, além da entrega de três campi na região metropolitana de Belo Horizonte e um em Joinville.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em junho de 2016 a Anima anunciou a aquisição da Faceb, um passo importante na expansão para o interior de Minas Gerais e com um processo de expansão para outras cidades de MG e também para a região Centro-Oeste do país. Sediada na cidade de Bom Despacho (MG), a agora denominada Una Bom Despacho já se transformou em Centro Universitário e conta com uma excelente infraestrutura, práticas inovadoras de ensino e atrai estudantes de várias cidades do entorno.

Em outubro de 2016 mais uma aquisição foi anunciada: o Instituto Politécnico. Presente em Uberlândia (MG) e Catalão (GO), a Una Uberlândia foi uma grande oportunidade de entrada para o mercado da segunda maior cidade do estado de Minas Gerais, com potencial de crescimento via ampliação de portfólio de cursos e maturação da operação de Catalão (GO).

Em julho de 2018 a Anima anunciou a aquisição do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC), em Catalão (GO) com aproximadamente 2,5 mil alunos, e da Faculdade Jangada, em Jaraguá do Sul (SC) com aproximadamente 0,7 mil alunos. No mesmo ano, em dezembro, adquirimos os direitos de manutenção da FAGED (Faculdade Divinópolis) uma das principais instituições de ensino superior de Divinópolis (MG), com aproximadamente 0,8 mil alunos matriculados e 5 cursos de graduação, por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda.

Em 2019, foram realizadas três operações: em agosto celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em

6 unidades, sendo um centro universitário (Paripiranga), quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim, Tucano e Jeremoabo) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contam com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. Em novembro, se deu a assinatura de Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Por fim, em dezembro foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., negócio jurídico que resultará na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possui cerca de 5.200 estudantes, também após a aprovação pelo CADE.

Nossos Diretores acreditam que as aquisições mencionadas continuarão a influenciar positiva e materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não está em curso, atualmente, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

Além dos fatores mencionados no item 10.8 deste Formulário de Referência, não existem outros fatores com influência relevante.

A Companhia está atualmente negociando a contratação de um financiamento junto à *International Finance Corporation (IFC)* no montante de até US\$ 112 milhões (cento e doze milhões de dólares), com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia.

Não aplicável, vez que não divulgamos projeções.

Não aplicável, vez que não divulgamos projeções.

a. Atribuições de cada órgão e comitê:

Nossa Administração é composta por um Conselho de Administração de 7 a 9 membros, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, dos quais, no mínimo, 2 (dois) ou 20,0% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser membros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e por uma Diretoria com, no mínimo, 4 e, no máximo, 6 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações Institucionais, um Diretor de Novos Negócios e um Diretor de Relações com Investidores e os demais membros cujas funções e denominações específicas serão definidas pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos.

Nosso Estatuto Social prevê, ainda, um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, que, quando instalado será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e seus respectivos suplentes, e um Conselho Estratégico destinado a aconselhar os Administradores em relação às questões estratégicas da Companhia, em especial as relativas às áreas de inovação, tecnologia, reputação e cultura organizacional, composto por, no mínimo, 7 e, no máximo, 15 membros efetivos, bem como por eventuais membros suplentes.

Conselho de Administração:

Nosso Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes dos nossos negócios, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nosso desempenho.

Nosso Estatuto Social prevê, especificamente, as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

- i. deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- ii. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- iii. eleger, aceitar renúncia, deliberar sobre pedido de licença temporária, designar substitutos e destituir os Diretores da Companhia, bem como fixar-lhes as atribuições específicas, observando o disposto no Estatuto Social;
- iv. fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- v. manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, demonstrações financeiras e as contas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral, bem como sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
- vi. determinar os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos diretores estatutários da Companhia;
- vii. distribuir a remuneração global dos administradores fixada anualmente pela Assembleia Geral dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia;
- viii. deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

- ix. determinar o levantamento de balancetes em períodos inferiores a um exercício social e deliberar sobre o pagamento aos acionistas de dividendos intercalares ou intermediários, nos termos do Estatuto Social;
- x. deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo quarto, do artigo 5º do Estatuto Social, com a emissão de novas ações ordinárias, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou de títulos com direito de subscrição, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- xi. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado, assim como deliberar sobre as respectivas condições referidas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- xii. deliberar sobre a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, de uso comum no mercado, incluindo, mas não se limitando, a emissão de notas promissórias;
- xiii. dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- xiv. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- xv. deliberar sobre a aquisição e alienação de participação societária em outras sociedades, bem como sobre a constituição de subsidiárias, sempre tendo em vista os objetivos sociais;
- xvi. deliberar sobre a alteração da política de dividendos das controladas e/ou subsidiárias da Companhia;
- xvii. deliberar sobre a alteração dos direitos, preferências ou vantagens atribuídos a quaisquer valores mobiliários de emissão das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- xviii. aprovar a transformação do tipo societário, cisão, fusão, incorporação das sociedades nas quais a Companhia detenha participação ou a incorporação de qualquer destas em outra;
- xix. deliberar sobre requerimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- xx. deliberar sobre a alteração das práticas contábeis das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, salvo se exigido por lei;
- xxi. aprovar atos de transferência de tecnologia, venda, licenciamento ou renúncia de patentes, marcas registradas, informações técnicas e know-how que envolvam valor excedente, individualmente, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- xxii. deliberar sobre a celebração de qualquer negócio jurídico com terceiros, inclusive a celebração de contratos de financiamento, empréstimos ou assunção de qualquer dívida que, individualmente considerada, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) cada ou, em valor agregado ao longo de um mesmo exercício social, superior a 50% do patrimônio líquido da Companhia. No caso de contratos locatícios, o valor total

do contrato será considerado como o resultado da multiplicação do valor mensal do aluguel por 12 (doze), acrescido de todas e quaisquer outras despesas ou multas (rescisórias ou não) contidas no contrato aplicável;

- xxiii. deliberar sobre a realização, pela Companhia e/ou pelas sociedades nas quais a Companhia detenha participação, de qualquer negócio com quaisquer dos administradores e/ou Acionista Controlador desde que, em qualquer caso, realizado em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas. Não serão vedadas (a) operações comerciais diretamente relacionadas ao objeto social da Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias (b) prestação de serviços realizada pela Companhia às empresas em que tiver participação;
- xxiv. deliberar sobre a aquisição, constituição ou alienação de sociedade, alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, conforme o caso, que, em um mesmo exercício social, superem 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação, conforme o caso, apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, por seus auditores independentes, relativas obrigatoriamente ao último exercício social, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;
- xxv. deliberar sobre a aprovação da aquisição de ativos (i) que não sejam relacionados ao setor de educação; (ii) que, ainda no setor de educação, sejam relacionados ao setor de educação básica; ou (iii) imobiliários, ainda que relacionados ao setor de educação, salvo aqueles já pertencentes à instituição de ensino que vier a ser adquirida;
- xxvi. deliberar sobre a aprovação de investimentos que excedam, em um mesmo exercício social, 3,5% (três vírgula cinco por cento) da receita operacional líquida da Companhia apurada no período de 12 (doze) meses que anteceder à data da aprovação, conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;
- xxvii. deliberar sobre a celebração, pela Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias, de acordos de acionistas, de quotistas ou de instrumentos análogos relativos à participação societária por elas detidas, ou alterações a tais instrumentos vigentes;
- xxviii. deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- xxix. aprovar a outorga de procuração para a prática de qualquer um dos atos contidos no artigo 14 do Estatuto Social;
- xxx. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- xxxi. deliberar sobre a elaboração e aprovação de seu Regimento Interno; e

xxxii. deliberar sobre a aprovação do orçamento anual e plano quinquenal ou plurianual de negócios.

Além disso, o Conselho de Administração poderá instituir comitês com funções técnicas e/ou consultivas, sendo sua competência definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês.

A Companhia não possui uma política formalizada de contratação de serviços de extra-auditoria com auditores independentes. Todavia, o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos recomenda ao Conselho de Administração a escolha ou a destituição, quando aplicável, de Auditores Independentes da Companhia. Adicionalmente, compete ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, monitorando a efetividade dos processos relacionados a relatórios financeiros e preservando sempre sua relação de independência para com a Companhia.

Nosso Conselho de Administração reúne-se a cada trimestre, de forma ordinária, e, de forma extraordinária, sempre que necessário, mediante convocação por seu Presidente, ou, na falta deste, pelo Vice-Presidente, ou por qualquer de seus membros (neste último caso, exclusivamente caso o presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, não tenham convocado, por qualquer motivo, uma reunião solicitada por tal Conselheiro em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da respectiva solicitação), com antecedência mínima de 5 dias em primeira convocação e de 2 dias em segunda convocação, devendo a convocação estar acompanhada da ordem do dia e dos documentos que deem suporte às deliberações a serem tomadas.

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da nossa Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, ressalvado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, com a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, observado o caso de empate nas deliberações em reuniões do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de minerva.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos por Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

Nosso Conselho de Administração possui Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 08 de novembro 2018, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Diretoria:

Compete à nossa Diretoria, além de outras funções previstas em Lei ou no Estatuto Social, representar a nossa Companhia na prática de quaisquer negócios, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de quaisquer documentos ou prática de atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a nossa Companhia

Nossa Diretoria reunir-se-á (i) anualmente para elaborar as demonstrações financeiras e respectivo relatório a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração, nos termos da alínea “(iv)” do artigo 14 do nosso Estatuto Social; e (ii) periodicamente, quando necessário, por convocação por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, devendo constar da convocação a ordem do dia.

As reuniões são instaladas com a presença da maioria dos membros da Diretoria, em primeira convocação, e com qualquer quórum, em segunda convocação. As deliberações serão tomadas por

maioria de votos, sendo que, em caso de empate, o Diretor Presidente ou o Diretor que o substituir na reunião terá o voto de qualidade.

A Diretoria da Companhia não possui Regimento Interno.

Conselho Estratégico:

O Conselho Estratégico tem função técnica e consultiva, e destina-se a aconselhar os Administradores da Companhia em relação às questões estratégicas da Companhia, em especial as relativas às áreas de inovação, tecnologia, reputação e cultura organizacional, contribuindo, ainda, no desenvolvimento do projeto acadêmico das instituições de ensino por nós controladas.

Nosso Conselho Estratégico se reunirá, ordinariamente, ao menos uma vez a cada bimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário, apresentando suas contribuições, a cada trimestre, à Diretoria e, a cada semestre, ao Conselho de Administração.

O Conselho Estratégico da Companhia não possui Regimento Interno.

Comitês:

Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos:

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, com mandato similar ao do Conselho de Administração. O Comitê será preferencialmente composto por membros do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deve ser Conselheiro Independente da companhia, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM, que dispõe sobre o registro e o exercício de atividade de auditoria independente. O mesmo membro do Comitê pode acumular ambas as características referidas acima. É vedada a participação, como membros do comitê, de seus diretores, de diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.

Compete ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) analisar e emitir recomendações sobre o funcionamento do modelo de governança corporativa adotado pela Companhia, sua adequação e eficácia, propondo eventuais alterações necessárias ao Conselho de Administração;
- (iii) analisar e emitir recomendações acerca da adoção de melhores práticas de governança corporativa, bem como acompanhar o processo de implementação e manutenção das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia;
- (iv) analisar e emitir recomendações sobre o Estatuto Social, as políticas institucionais, a estrutura, regulamentos e funcionamento dos Comitês de Assessoramento do Conselho, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia;
- (v) acompanhar a contínua aderência da Companhia, conforme aplicável, à legislação de direito societário, de mercado de capitais e regulatória dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários, bem como às melhores práticas de governança corporativa, com o apoio da Diretoria Jurídica e áreas de Governança Corporativa da Companhia;
- (vi) analisar e emitir recomendações sobre a adequação das transações entre partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse ("Política de Transações com Partes

Relacionadas"); fazer recomendações de alterações e atualizações dessa Política, se necessário;

(vii) analisar e acompanhar o cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas e, em caso de violação ao disposto nessa política, recomendar ao Conselho de Administração a adoção das providências cabíveis;

(viii) avaliar e monitorar as políticas, procedimentos e sistemas de Gerenciamento de Riscos da Companhia;

(ix) avaliar e monitorar a elaboração e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia (Compliance);

(x) supervisionar atividades de implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do código de conduta e do canal de denúncias, bem como da condução de apurações e propositura de medidas corretivas relativas às eventuais infrações ao código de conduta e aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia;

(xi) garantir o funcionamento e idoneidade do canal de denúncias em todos os níveis e para todos os públicos da organização, assim como supervisionar a apuração e resolução adequada de todos os casos de desvios comprovados, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

(xi) recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição dos serviços de auditoria independente;

(xii) supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos;

(xiii) conhecer, discutir e acompanhar o planejamento e escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela auditoria independente e pela auditoria interna;

(xiv) analisar e avaliar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias, demonstrações financeiras consolidadas e quaisquer outros relatórios e documentos contábeis elaborados para atender as regras legais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;

(xv) acompanhar as questões legais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou quaisquer outras contingências que possam ter impacto nas demonstrações financeiras, em conjunto com a área jurídica;

(xvi) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos possui Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de fevereiro de 2018, e com alterações aprovadas em 17 de setembro de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê de Finanças e M&A:

O Comitê de Finanças e M&A da Companhia é composto por no mínimo, 03 (três) membros efetivos.

Os membros deverão ser eleitos pelo Conselho de Administração, para mandato similar ao dos membros do Conselho. Compete ao Comitê de Finanças e M&A :

(i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;

(ii) referendar e submeter à aprovação do Conselho elaboração e alterações das políticas financeiras de Gestão de Riscos e suas políticas complementares propostas pela Diretoria da

Companhia;

- (iii) acompanhar a implantação das políticas listadas no item anterior, aprovadas pelo Conselho, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas pelo Conselho;
- (iv) analisar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, os orçamentos e planos de investimentos anuais, bem como acompanhar as suas execuções;
- (v) assessorar o Conselho de Administração e suportá-lo na análise do cenário macroeconômico e seus impactos para a Companhia;
- (vi) assessorar o Conselho de Administração na análise e supervisão dos relatórios gerenciais de desempenho e das demonstrações financeiras da Companhia;
- (vii) analisar os relatórios periódicos enviados aos órgãos regulatórios do mercado de capitais, bem como as correspondências trocadas com os mesmos;
- (viii) propor recomendações ao Conselho Administração sobre políticas financeiras e de relacionamento da Companhia com o mercado de capitais;
- (ix) analisar financeiramente as políticas de ICP (Incentivo de Curto Prazo) e ILP (Incentivo de Longo Prazo) da diretoria;
- (x) monitorar a liquidez, o fluxo de caixa e o endividamento da Companhia;
- (xi) analisar e propor operações de captação e aplicação de recursos no mercado financeiro;
- (xii) analisar e propor operações de emissão de ações e títulos junto ao mercado de capitais;
- (xiii) monitorar e analisar o desempenho da Companhia em comparação a outras empresas do setor de atuação;
- (xiv) analisar e propor a otimização das estruturas societária e tributária do conglomerado de empresa;
- (xv) analisar, previamente ao Conselho de Administração e suportar o Conselho de Administração em processos de M&A;
- (xvi) acompanhar o desempenho do atual portfólio (e cada um dos negócios que o compõe individualmente) com base em sua contribuição ao core business, atratividade intrínseca, e/ou potencial de disrupção;
- (xvii) garantir a alocação de recursos da companhia visando uma distribuição adequada entre a maximização do core business, o desenvolvimento do portfólio de negócios correlatos e exploração de novos negócio com potencial de transformação e/ou disrupção;
- (xviii) acompanhar a evolução dos planos da companhia relacionados a estratégias de acesso e financiamento estudantil;
- (xix) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração

O Comitê de Finanças e M&A possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê de Pessoas:

O Comitê de Pessoas é composto por no mínimo, 03 membros membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato similar ao dos membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Pessoas:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) acompanhar as políticas de pessoal adotadas pela Companhia e recomendar ao Conselho de Administração as estratégias, critérios e níveis de remuneração e benefícios de seus funcionários e administradores, em especial relacionadas à Gestão do Clima Organizacional e

Gestão de Cultura e Ativos intangíveis;

(iii) assessorar o Conselho na análise e apuração dos planos de remuneração, fixa e variável, dos administradores e funcionários da Companhia e suas Controladas;

(iv) recomendar os critérios para outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e funcionários da Companhia e suas Controladas;

(v) emitir recomendações relacionadas às estratégias de desenvolvimento de pessoas, cultura organizacional, políticas de remuneração e planos de sucessão de posições chave da Companhia e suas controladas;

(vi) assessorar o Conselho de Administração em processos específicos de recrutamento de pessoas chave, em especial o do CEO;

(vii) acompanhar Feedback anual ao CEO pelo Conselho de Administração;

(viii) estabelecer regras operacionais complementares para o seu funcionamento, que deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração;

(ix) recomendar ações para a manutenção da Cultura Anima, bem como a incorporação dos Princípios da Companhia;

(x) recomendar ações para que o professor seja o centro do posicionamento estratégico e dos processos de gestão;

(xi) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Pessoas possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê Acadêmico:

O Comitê Acadêmico é composto por no mínimo, 03 membros.

Os membros deverão ser eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato similar ao do Conselho de Administração, podendo ser reeleitos. Compete ao Comitê:

(i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;

(ii) auxiliar o Conselho de Administração a zelar pelo constante aprimoramento dos padrões de qualidade das atividades de ensino, de avaliação, de extensão universitária e de pesquisa conduzidas em todas as instituições mantidas pela Companhia e suas controladas;

(iii) avaliar candidatos recomendados pela Diretoria a cargos de reitores ou equivalente nas instituições mantidas, especialmente naquelas que forem Centro Universitário e Universidade e reportar os resultados ao Conselho de Administração;

(iv) avaliar e recomendar ao Conselho de Administração as diretrizes que deverão estar presentes nos regulamentos, regimentos internos, e políticas institucionais das instituições de ensino mantidas pela Companhia e suas controladas;

(v) orientar e organizar amplas pesquisas de métodos e práticas de ensino, e reportar o resultado ao Conselho de Administração, de modo a manter as instituições controladas pela Companhia, sempre atualizadas e em consonância com as melhores práticas mundiais;

(vi) auxiliar o Conselho de Administração a analisar propostas e supervisionar projetos de colaboração acadêmica e científica entre as instituições mantidas e outras instituições ou institutos de fomento à pesquisa, nacionais e internacionais;

(vii) recomendar ao Conselho de Administração o desenvolvimento de projetos que se proponham a aportar inovações acadêmicas aos cursos oferecidos pelas instituições mantidas;

(viii) recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da concessão de títulos

honoríficos propostas por quaisquer das instituições mantidas;

(ix) auxiliar o Conselho de Administração na análise de cenários no setor de educação superior e de possíveis impactos nos cursos e/ou nas instituições mantidas pela Companhia, em decorrência de alterações regulatórias promovidas, ou em discussão, pelo Ministério da Educação;

(x) rever propostas de definições ou de alterações nos regulamentos internos que tratem de questões relacionadas à conduta ética nas atividades de pesquisa científica por parte de toda a comunidade acadêmica pertencente a quaisquer instituições mantidas e submeter o resultado à análise do Conselho de Administração;

(xi) auxiliar o Conselho de Administração da Companhia na análise dos resultados dos principais processos regulatórios a que estejam submetidas as instituições mantidas pela Companhia, bem como na recomendação de estratégias para obtenção de melhores avaliações futuras nesses processos;

(xii) auxiliar o Conselho de Administração na implementação de políticas e diretrizes para formação do corpo docente das instituições mantidas, especialmente aquelas de grande impacto (ex. plano de carreira, programas de formação, etc.);

(xiii) auxiliar o Conselho de Administração no acompanhamento de projetos prioritários e de alto impacto acadêmico para a Companhia;

(xiv) assessorar o Conselho de Administração a criar critérios de avaliação e avaliar de forma sistemática e consistente os indicadores de qualidade acadêmica da Companhia;

(xv) acompanhar a implementação dos projetos curriculares;

(xvi) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê Acadêmico possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na Reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê de Transformação Digital:

O Comitê de Transformação Digital é composto por no mínimo, 03 membros membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato similar ao dos membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Transformação Digital:

(i) auxiliar o Conselho de Administração na aprovação do plano estratégico de tecnologia, na avaliação da qualidade do serviço tecnológico, arquitetura, gestão da cibersegurança e adequação a leis de proteção de dados;

(ii) analisar e monitorar as tendências tecnológicas e potenciais cenários que possam criar ou destruir valor no setor de educação;

(iii) recomendar ao Conselho de Administração uma Visão Estratégica para Inovação (Alvos de Inovação) que esteja alinhada e contribua para a estratégia geral da Companhia;

(iv) recomendar os veículos e ações a serem implantados para execução da visão da Inovação. Ex: Parcerias, Ecossistema, Incubação/aceleração, Corporate Venture, Innovation Labs, etc.;

(v) recomendar KPIs (Key Performance Indicator) e monitorar a execução da inovação;

(vi) recomendar ações para transformar a cultura organizacional para uma "Learning Organization", com a definição de novas competências necessárias para alcançar a visão estratégica;

(vii) recomendar ações para encarar a experiência digital como parte da identidade da empresa e fazer com que a tecnologia deixe de ser uma atribuição de um departamento para ser uma competência core da empresa e das áreas;

(viii) acompanhamento da implementação dos métodos ágeis em toda a organização;

- (ix) recomendar ao Conselho de Administração um desenho de governança capaz de focar no negócio atual e ao mesmo tempo possibilite a atuação em negócios como plataforma;
- (x) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Transformação Digital possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Área de Gestão de Riscos e Compliance:

A área de Gestão de Riscos e Compliance (“Diretoria de Risco e Compliance”), a qual responde diretamente ao Presidente do Conselho de Administração e relaciona-se também com o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, sendo dirigida por um Diretor de Risco e Compliance. Ainda, esta diretoria conta com a Área de Auditoria Interna descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência. A Companhia pretende, em breve, aprovar uma Política de Gestão de Risco. A área de Auditoria Interna está inserida na Diretoria de Risco e Compliance e tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. Ainda, realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

b. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

Diretoria

Nossos diretores são responsáveis pelo desempenho dos nossos negócios em geral e de todos os atos necessários ou adequados, assim como pela execução das deliberações do nosso Conselho de Administração. Sendo que compete ao:

a. Diretor Presidente, além de exercer constante coordenação das atividades dos Diretores, dirigir a execução das atividades relacionadas com o nosso planejamento geral e nos representar institucionalmente: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as nossas atividades; (ii) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração e Diretoria; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iv) traçar as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das nossas atividades; (v) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; e (vi) exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais diretores e os que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração.

b. Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar, coordenar, organizar e supervisionar as atividades relativas às nossas operações de natureza financeira, incluindo a gestão das áreas de tesouraria, aplicação e captação de recursos, controle de recebíveis e de contas a pagar, de orçamento e controle das operações e de planejamento (incluindo a preparação do nosso orçamento), a elaboração de proposta para distribuição de nossos lucros e dividendos (a ser submetida ao Conselho de Administração); (ii) planejar, coordenar, organizar e supervisionar as atividades de nossa representação perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais, no Brasil e no exterior; (iii) exercer outros poderes e atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração; e (iv) elaborar as demonstrações financeiras e notas explicativas da nossa Companhia e de nossas controladas.

c. Diretor de Relações Institucionais, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) dirigir, liderar e coordenar as relações institucionais da Companhia e de suas subsidiárias com organismos públicos e privados; (ii) sugerir políticas e diretrizes, no âmbito da Companhia e de suas subsidiárias, relacionadas à aplicação e ao desenvolvimento de estratégias referentes aos assuntos regulatórios corporativos, bem como realizar o conjunto de atividades decorrentes; e (iii) exercer outras atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração, auxiliando, sempre que necessário, o Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

d. Diretor de Novos Negócios, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a nossa Companhia; (ii) analisar e avaliar atividades a serem desenvolvidas e/ou realizadas por nós, inclusive a partir do exame da viabilidade econômico-financeira das novas oportunidades de negócios; e (iii) exercer outras atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração, auxiliando, sempre que necessário, o Diretor Presidente e os demais diretores da nossa Companhia.

e. Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) nos representar, privativamente, perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre nós e nossos investidores, a CVM e as entidades onde os nossos valores mobiliários sejam admitidos à negociação; (iii) propor diretrizes e normas para as relações com os nossos investidores; (iv) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre nós e nossos negócios, na forma requerida em lei; (v) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (vi) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; (vii) zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; e (viii) seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de nossa gestão.

Os Diretores têm responsabilidades pessoais e são nomeados pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte.

Adicionalmente, a Companhia possui, atualmente, 4 diretores não estatutários, sendo um Vice-Presidente de Educação Continuada e Marketing, um Vice-Presidente Acadêmico, um Vice-Presidente de Operações; e um Vice-Presidente de Pessoas e Transformação Digital.

c. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

O nosso Conselho Fiscal é de caráter não permanente, podendo ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de nossos acionistas, como descrito abaixo.

Sempre que instalado, o Conselho Fiscal será constituído por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, que terão as atribuições previstas em lei. O prazo de mandato dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária subsequente à qual houve a respectiva eleição, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal reunir-se-á nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as

demonstrações financeiras e essas reuniões serão válidas quando contarem com a presença da maioria de seus membros então em exercício.

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não é permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela assembleia geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10,0% das ações ordinárias, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária seguinte à sua instalação. Este percentual pode ser reduzido para até 2,0% do capital social votante dependendo do nosso capital social, nos termos da Instrução CVM nº 324, de 19 de janeiro de 2000.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal não pode ter membros que (i) sejam do nosso Conselho de Administração ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo; (ii) sejam nossos diretores; (iii) sejam nossos empregados ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo; (iv) sejam cônjuge ou parente, até terceiro grau, de qualquer de nossos administradores. Além disso, a mesma lei exige que os membros do Conselho Fiscal recebam uma remuneração de, pelo menos, 10% da média do montante pago para cada diretor, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

Considerando que na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2019, mais de 2% dos acionistas com direito a voto requereram a instalação do Conselho Fiscal e considerando o disposto na Instrução Normativa CVM nº 324 de 19/01/2000, referido órgão foi instalado nesta data.

Em 07 de dezembro de 2018, foi criada pelo Conselho de Administração nova estrutura geral dos Comitês de Assessoramento com a constituição dos Comitês Acadêmico; Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Finanças e M&A; Pessoas; e Transformação Digital, bem como a aprovação de seus Regimentos Internos. Os Comitês foram instalados efetivamente no início de 2019.

d. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

A Companhia, fortalecida em seu comprometimento com as melhores práticas de governança, consolidando os padrões éticos e aprimorando continuamente a transparência, remodelou em 2019, as suas práticas de Governança Corporativa e com o apoio do Comitê de Pessoas definiu os mecanismos de avaliação de desempenho de cada um dos seus órgãos e comitês, bem como de seus respectivos membros, os quais serão aplicados a partir de 2020, após o primeiro ano de funcionamento.

a. Prazos de convocação:

As assembleias gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, em 1ª (primeira) e 2ª (segunda) convocações, tendo em vista a adoção voluntária, pela Companhia, do sistema de voto à distância, conforme detalhado ao longo deste item 12.2 do Formulário de Referência.

b. Competências:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

- (i) tomar as contas dos nossos administradores relativas ao último exercício social;
- (ii) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, e outros documentos, nos termos da regulamentação aplicável;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela nossa Administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) eleger e destituir os membros do nosso Conselho de Administração e do nosso Conselho Fiscal, quando instalado;
- (v) fixar a remuneração global anual dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como a dos membros do nosso Conselho Fiscal, se instalado;
- (vi) deliberar acerca da correção monetária do capital social;
- (vii) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e no nosso Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;
- (viii) reformar o nosso Estatuto Social;
- (ix) deliberar acerca da redução do dividendo obrigatório;
- (x) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, bem como de suas sociedades controladas, ou ainda a indivíduos que prestem serviços à nossa Companhia ou às nossas sociedades controladas;
- (xi) deliberar acerca de aumento do capital social, além do limite do capital autorizado, ou sua redução;
- (xii) deliberar acerca da avaliação de bens destinados à integralização de aumento de nosso capital;
- (xiii) deliberar acerca da fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações nos envolvendo;
- (xiv) deliberar acerca da nossa dissolução e liquidação, nomeação e destituição dos liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (xv) deliberar acerca da cessação do estado de liquidação;

- (xvi) autorizar a emissão de debêntures, salvo no caso de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado, cujas emissões, em ambas as hipóteses acima previstas, serão autorizadas pelo Conselho de Administração;
- (xvii) deliberar acerca do resgate, amortização, desdobramento, grupamento, recompra ou negociação de ações nós mesmos ou de quaisquer outros valores mobiliários de nossa emissão, exceto conforme disposto no parágrafo 8º, do artigo 5º do nosso Estatuto Social;
- (xviii) deliberar sobre a nossa recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de nossa falência;
- (xix) deliberar acerca do nosso pedido de cancelamento do registro de companhia aberta, bem como nossa adesão e saída do Novo Mercado;
- (xx) escolher a instituição ou empresa especializada para determinação do nosso valor econômico, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou nossa saída do Novo Mercado; e
- (xxi) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Os documentos relativos à assembleia geral estão disponíveis na nossa sede social, localizada na Rua Natingui, nº 862, 1º andar, Vila Madalena, CEP 05443-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou no endereço eletrônico www.animaeducacao.com.br.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses:

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se as regras constantes na legislação brasileira e em nosso Estatuto Social, caso ocorra qualquer conflito de interesses.

Seguimos regras para contratação com partes relacionadas, conforme descritas no item 16.1 deste Formulário de Referência.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

Não possuímos regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela nossa Administração para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais.

O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o respectivo instrumento de mandato deverá ter sido depositado em nossa sede social em até 48 horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia, porém, caso o procurador ou representante legal do acionista compareça à Assembleia Geral munido dos documentos referidos, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procuração outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral acompanhado de todos os documentos comprobatórios de sua legitimidade.

Não há previsão no nosso Estatuto Social, de aceitação de procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

A Companhia exige o reconhecimento de firma, notariação e consularização dos instrumentos de procuração.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização:

A Companhia exige o reconhecimento de firma, notariação e consularização para aceitação do boletim de voto a distância.

h. Disponibilização sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância:

A Companhia não disponibiliza sistema apartado para recebimento do boletim de voto a distância, mas utiliza o sistema disponível da B3.

i. Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância:

O boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia contempla campos específicos para permitir que o acionista ou grupo de acionistas incluam propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração.

j. Disponibilização de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

Não mantemos, atualmente, fóruns e páginas na *internet* para receber comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância:

A Companhia decidiu adotar, voluntariamente, o voto a distância já para o exercício de 2016. Com isso, as assembleias da Companhia de que trata a ICVM 561 são realizadas na modalidade de voto a distância. A decisão tomada reforçou o compromisso da Companhia de exercer as melhores práticas de governança corporativa, facilitando e incentivando o exercício do voto a todos os seus acionistas. As informações necessárias aos acionistas que queiram exercer o voto a distância encontram-se disponíveis nos editais de convocação de nossas assembleias, mais especificamente no modelo de boletim de voto a distância disponibilizado nos referidos editais de convocação, bem como no sistema da B3.

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social:

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em primeira convocação e de 2 (dois) dias úteis em segunda convocação, devendo a convocação ser acompanhada da ordem do dia e de documentos relacionados que deem suporte às deliberações a serem tomadas.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019, o Conselho de Administração realizou 12 (doze) reuniões ordinárias e extraordinárias. Em 2018, o Conselho de Administração realizou 18 (dezoito) reuniões ordinárias e extraordinárias.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Possuíamos dois acordos de acionistas, um celebrado entre os Srs. Daniel Faccini Castanho, Marcelo Battistella Bueno, Maurício Nogueira Escobar, Átila Simões da Cunha, Ignácio Dauden Martinez, Rodrigo Rossetto Dias Ramos, Ricardo Cançado Gonçalves de Souza, Fabrício Ghinato Mainieri, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Leonardo Barros Haddad e Rômulo Faccini Castanho (em conjunto, "Acionistas Originais") em 23 de agosto de 2013 e outro celebrado entre os Acionistas Originais e a Península Fundo de Investimento em Participações em 23 de setembro de 2014.

Em 14 de fevereiro de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações ("Península FIP"), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais (o "Acordo de Acionistas com o Península FIP").

Nos termos dos acordos de acionistas, as partes se reunirão em Reunião Prévia e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os membros do Conselho de Administração por eles indicados.

Para maiores informações, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

Consoante ao Estatuto Social da Companhia, ao Regimento Interno dos órgãos da Companhia (inclusive regimento interno do Conselho de Administração), ao disposto na Política de Partes Relacionadas da Companhia, e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a nossa Companhia. A Lei das Sociedades por Ações proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe notificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Adicionalmente, ao identificar-se conflitado, o Administrador deve ausentar-se de qualquer discussões sobre o tema em questão.

Nos termos do nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigamo-nos a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº. 6.385/76, na Lei nº. 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
André Tavares Andrade	26/03/1978	Pertence apenas à Diretoria	19/03/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
776.948.133-34	Administrador	19 - Outros Diretores	24/04/2019	Sim	0%
Membro do Comitê Executivo da Companhia		Diretor Financeiro			
Marcelo Battistella Bueno	30/07/1974	Pertence apenas à Diretoria	19/03/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
171.266.448-41	Advogado	10 - Diretor Presidente / Superintendente	24/04/2019	Sim	0%
Membro dos seguintes Comitês: Executivo, Finanças e M&A e Comitê de Pessoas					
Marina Oehling Gelman	08/02/1973	Pertence apenas à Diretoria	19/03/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
251.164.408-85	Advogada	19 - Outros Diretores	24/04/2019	Sim	0%
Não se aplica		Diretora de Relações com Investidores e Diretora de Relações Institucionais			
Átila Simões da Cunha	13/02/1973	Pertence apenas à Diretoria	19/03/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
178.893.298-65	Administrador	19 - Outros Diretores	24/04/2019	Sim	0%
Não se aplica		Diretor de Novos Negócios			
GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO	06/03/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
043.580.888-56	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/04/2019	Sim	100%
Membro dos seguintes Comitês: Finanças e M&A e Comitê de Transformação Digital					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Maurício Nogueira Escobar	04/07/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
179.933.738-32	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/04/2019	Sim	100%
Membro dos seguintes Comitês: Acadêmico, Pessoas e Transformação Digital					
Daniel Krepel Goldberg	23/12/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	3
278.636.858-85	Investidor	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	25/04/2019	Sim	91.67%
Membro do Comitê de Transformação Digital					
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves	05/03/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
882.494.845-68	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25/04/2019	Sim	91.67%
Membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos					
Daniel Faccini Castanho	04/05/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	4
177.268.508-92	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	25/04/2019	Sim	100%
Membro dos seguintes Comitês: Acadêmico, Finanças e M&A e Comitê de Pessoas.					
Sílvio José Genesini Júnior	27/10/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
607.689.408-34	Engenheiro de Produção	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25/04/2019	Sim	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Membro do Comitê de Transformação Digital					
Guillermo Oscar Braunbeck	08/12/1972	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	3
106.627.498-39	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	25/04/2019	Sim	100%
Não se aplica					
Carla Alessandra Trematore	30/10/1975	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	3
248.855.668-86	Contadora	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	25/04/2019	Não	100%
Não se aplica					
Reginaldo Pepe Ragucci	02/03/1957	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	0
899.755.298-87	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	25/04/2019	Sim	0%
Não se aplica					
Sandra Carusi Guida de Souza	16/12/1978	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	1
215.531.748-44	Advogada	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	25/04/2019	Sim	0%
Não se aplica					
Bruno Meirelles Salotti	05/04/1997	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	0
278.948.878-97	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	25/04/2019	Sim	0%
Não se aplica					
Luciana Doria Wilson	14/02/1996	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	0
268.475.448-99	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	25/04/2019	Não	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Não se aplica

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

André Tavares Andrade - 776.948.133-34

André Tavares graduou-se em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará. Possui MBA Executivo em Finanças Corporativas pela COPPEAD/UFRJ e Executive MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral. É especialista em Estratégia e Finanças (STC - Skills, Tools and Competences) pela Northwestern University - Kellogg School of Management. Atuou como Gerente Regional do Programa de Microcrédito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. de setembro de 2002 a dezembro de 2004. Foi Diretor de Finanças e Desenvolvimento no Banco do Estado de Sergipe - BANESE de janeiro de 2005 a janeiro de 2007. De maio de 2007 a dezembro de 2010 atuou como Diretor Financeiro do Grupo Tiradentes, liderando as áreas de contas a receber, contas a pagar, tesouraria e contabilidade, e de janeiro de 2011 a novembro de 2017 atuou como Diretor Superintendente Administrativo Financeiro do mesmo Grupo, liderando as áreas de Finanças, RH e Infra-Estrutura. É professor dos cursos de Finanças para Executivos de Instituições de Ensino Superior e Grupos Educacionais da Hoper Educação, foi comentarista Econômico do Jornal Bom dia Sergipe na TV Sergipe, afiliada da Rede Globo. Foi eleito Diretor Financeiro da Companhia em 25 de abril de 2018 e reeleito em 19 de março de 2019 para um novo mandato de 02 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021. Em 2016, o Sr. André, com fundamento na Circular 1.273, de 29.12.1987 (Cosif 1-1-2-5) e no artigo 44, parágrafo 4º, da Lei 4.595, de 31.12.64, na qualidade de Diretor de Finanças e Desenvolvimento no Banco do Estado de Sergipe – BANESE, em consequência de processo administrativo perante o BACEN, foi inabilitado por 2 (dois) anos, em caráter individual, para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do Banco Central do Brasil (prazo este já transcorrido), tendo sido absolvido em ação proposta pelo Ministério Público Federal para apuração de responsabilidades relativas aos mesmos fatos. Declara que exceto conforme exposto acima não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Andre Tavares não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Marcelo Battistella Bueno - 171.266.448-41

Marcelo Bueno é um dos fundadores da Ânima e o CEO da Companhia desde agosto de 2018. Além disso, atua como membro dos comitês de Finanças e M&A e de Pessoas. Anteriormente, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios, Diretor Vice-Presidente Executivo e atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia até 19/10/2018. Marcelo se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em São Paulo. Advogado, atuou como sócio-gerente da Santa Fé Portfólios e também acumulou experiência em gestão e reestruturação de empresas a partir da atuação como diretor executivo da incubadora de e-business Virtual Case. Trabalhou ainda como diretor administrativo e financeiro, além de vice-reitor executivo, no Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG). O Sr. Bueno não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Marcelo Bueno não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Marina Oehling Gelman - 251.164.408-85

Marina Gelman ingressou no Grupo Ânima Educação em 2013, inicialmente no cargo de Diretora Jurídica Adjunta. Desde 2016 atua como Diretora de Relações Institucionais do grupo e, desde outubro de 2018, exerce cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores. Anteriormente, ocupou o cargo de administradora da Companhia Melhoramentos de São Paulo, na função de Diretora Jurídica patrimonial até 2011. Marina graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1996 e fez Mestrado em Direito dos Negócios, Mercado de Capitais na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo em 2012, tendo sido premiada pelo IBGC e pela ANBIMA pelas pesquisas realizadas no período. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Marina Gelman não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Átila Simões da Cunha - 178.893.298-65

Átila graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) em 1996. Concluiu o mestrado Profissional em Administração de Empresas no Centro Universitário UNA em 2013. Atuou no ramo de auditoria independente na Arthur Andersen entre fevereiro de 1993 a agosto de 2002. Ocupou diversos cargos de Direção no Centro Universitário UNA, entre 2003 e 2016. Além disso, ele ocupa o cargo de diretor nas seguintes empresas: FACEB Educação Ltda., Brasil Educação S.A., CESUC Educação Ltda., IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S.A., Instituto Politécnico de Ensino Ltda., PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., Sociedade Catalana de Educação Ltda., Una Gestão Patrimonial S.A. e VC Network Educação S.A., todas pertencentes ao Grupo Ânima. Átila atuava desde junho de 2017 como Vice-Presidente de Expansão em nossa Companhia, e passou a exercer o cargo estatutário de Diretor de Novos Negócios, desde 19 de março de 2019, para complementar o mandato até 24 de abril de 2019, bem como reassumir, nesta mesma data, novo mandato de 02 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021. Além disso, é membro do Comitê Executivo da Companhia. O Sr. Átila não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Átila não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO - 043.580.888-56

Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter & Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na P&G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela P&G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Ânima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É o coordenador do comitê de Finanças e M&A e membro do Comitê de Transformação Digital de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente do Conselho de Administração da Corrêa Ribeiro Comércio e Indústria S.A., da qual é membro do Conselho de Administração desde abril de 2013. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014. O Sr. Ribeiro não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Maurício Nogueira Escobar - 179.933.738-32

O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Acadêmico, Pessoas e Transformação Digital. O Sr. Escobar não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Escobar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Daniel Krepel Goldberg - 278.636.858-85

Graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo. É mestre pela Harvard University e doutor pela Universidade de São Paulo. De 2003 a 2006 foi Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Passou a trabalhar, em fevereiro de 2007 no Banco Morgan Stanley S.A., tendo ocupado o cargo de presidente da referida instituição até julho de 2011. De julho de 2011 a janeiro de 2012 foi "Non-Executive Chairman" do mesmo Banco. Em agosto de 2011 fundou a FKG Capital, companhia de investimento privada, em sociedade com a Farallon Capital Management. Em novembro de 2013 alienou o controle da FKG Capital para a Farallon Capital Management LLC. A FKG Capital foi renomeada Farallon Latin America Investimentos Ltda. onde Daniel ocupa a posição de sócio e executivo-chefe. A Farallon é uma companhia global de gestão de ativos institucionais fundada em 1986, responsável pela gestão de capital para diversas instituições, incluindo fundações universitárias, fundações de caridade e fundos de pensão, além de indivíduos de relevante patrimônio líquido. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de Transformação Digital. O Sr. Goldberg não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Antônioaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68

Antonoaldo é o Chief Executive Officer da TAP Air Portugal, desde 01 fevereiro de 2018. Foi Presidente da Azul Linhas Aéreas de 2014 a 2017. Antonoaldo foi consultor e sócio global da McKinsey, onde atuou por 10 anos. Seu foco mais recente de atuação na consultoria foi em projetos de aviação e infraestrutura e em Governança Corporativa. Foi nomeado pelo BNDES e pela Secretária de Aviação Civil como membro do Conselho da Infraero entre 2011 e 2012. Antonoaldo tem experiência como Executivo no setor de construção como Diretor Corporativo da Cyrela, responsável por JVs, planejamento, backoffice e pessoas, e na Odebrecht, onde foi engenheiro de montagem de obras eletromecânicas. É formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, possui um MBA pela Darden Graduate School of Business Administration from the University of Virginia e um Mestrado em Finanças Corporativas pela PUC do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Antonoaldo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Daniel Faccini Castanho - 177.268.508-92

O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Acadêmico, Finanças e M&A e Comitê de Pessoas. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Castanho não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Castanho não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Silvio José Genesini Júnior - 607.689.408-34

Genesini é membro dos conselhos de administração do Grupo Algar, Cnova NV, Elemidia, CVC, Verzani & Sandrini e brMalls. É membro do Conselho Gestor de Inovação e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo, mentor da Endeavor, Conselheiro da Anjos do Brasil e conselheiro consultivo da ONG Gerando Falcões. É, também, investidor e consultor de startups de tecnologias. Foi presidente do Grupo Estado, que edita o jornal O Estado de S. Paulo; presidente da Oracle do Brasil e sócio-diretor da Accenture e Andersen Consulting. É Engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo. Foi eleito membro independente do Conselho de Administração da nossa companhia em 19/10/2018 e reeleito em 25/04/2019. Além disso é membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Genesini não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Guillermo Oscar Braunbeck - 106.627.498-39

O Sr. Guillermo Oscar Braunbeck é bacharel em Ciências Econômicas pela Unicamp e doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Atuou no ramo de auditoria independente na Arthur Andersen entre 1994 e 2001 e foi gerente de riscos da Votorantim Celulose e Papel S.A. (atual Fibria S.A.) entre 2002 e 2005, onde foi responsável pelo programa de gestão de riscos corporativos, pela auditoria interna e pela ouvidoria-geral, além de liderar diversos projetos corporativos como a adequação à Lei Sarbanes-Oxley. Foi sócio da Hirashima & Associados entre 2005 e 2009, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias e assuntos relacionados às Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS). Foi membro suplente do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) entre 2005 e 2010. Foi gerente de projetos no International Accounting Standards Board (IASB) em Londres entre 2011 e 2014, sendo responsável por iniciativas que visavam a aplicação coerente das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Participou de diversos projetos de promoção de relatórios financeiros de alta qualidade patrocinados pela Organização das Nações Unidas (UNCTAD), Banco Mundial, Conselho Federal de Contabilidade e Tesouro Nacional, entre outras entidades. Atualmente é professor-doutor do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP e professor convidado da FGV/EAESP, membro efetivo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e diretor financeiro da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC). Também atua como professor e consultor na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI e como conselheiro fiscal em outras entidades. Foi reeleito membro do Conselho Fiscal de nossa companhia em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Guilherme não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Carla Alessandra Trematore - 248.855.668-86

Carla Trematore é bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP e em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Atuou em auditoria independente na Arthur Andersen, Deloitte e EY entre 1996 e 2010 e foi gerente de auditoria interna na Confab, companhia aberta brasileira controlada pelo grupo ítalo-argentino Techint/Tenaris. Foi sócia da Hirashima & Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias e atuou como consultora da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI. De julho de 2014 a agosto de 2017, ocupou a posição de controller em empresas de geração de energia elétrica. Atualmente é presidente do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal e membro de Conselho Fiscal de companhias abertas. Sua experiência compreende auditoria de demonstrações financeiras de empresas de diversos segmentos, de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; auditoria de controles internos, em consonância com a Sarbanes-Oxley Act; gerenciamento de processos de aquisição, fusão e incorporação de empresas com foco financeiro-contábil; assessoria em processos de reestruturações societárias; assessoria em processos de abertura de capital; gerenciamento e monitoramento de riscos através do planejamento, execução e monitoramento de programas corporativos de auditoria interna; avaliação e diagnóstico de fraudes corporativas. Foi eleita membro do Conselho Fiscal de nossa companhia em 19/10/2018 e reeleita em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Carla não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Reginaldo Pepe Ragucci - 899.755.298-87

Reginaldo graduou-se em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e é bacharel em Turismo pela Anhembi Morumbi. Fez diversos outros cursos de especialização em administração, contabilidade e tributos. Sua carreira é focada em gestão de controladoria, contabilidade, finanças e administração geral, em empresas líderes nos setores de bens de capital, alimentos e serviços. Atuou como gerente de contabilidade do Grupo Villares de Junho/1973 a Novembro/1993. Atuou também como gerente de controladoria do J. Macêdo Alimentos de Dezembro/1993 a Novembro/1999. Foi gerente de planejamento financeiro da Copersucar S.A de Novembro/1999 a Agosto/2000, sendo responsável pelo planejamento financeiro de curto e longo prazo das 58 usinas cooperadas, responsáveis pela produção de açúcar e etanol. Atuou como Diretor Financeiro da InvestNews S.A. de Setembro/2000 a Junho/2003, sendo responsável pela administração e finanças de joint venture da Portugal Telecom voltada à distribuição online do conteúdo da Gazeta Mercantil. Foi sócio da Simonaggio Perícias Contábeis de Julho/2003 a Agosto/2010, onde era sócio líder no segmento de assistência técnica em provas periciais contábeis em tribunais arbitrais e processos administrativos tributários, sendo também o responsável pela área de tecnologia da informação. É sócio-fundador da Thoth Accounting Intelligence, onde atua na área de análise, diagnóstico e estruturação e implementação de instrumentos de apoio à gestão e de controle, com apoio instrumental da ciência contábil, investigação e produção de provas periciais em processos arbitrais e judiciais, quantificação de contingências e valoração de ativos ilíquidos. Atua como conselheiro fiscal desde 2015. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal de nossa companhia de 19/10/2018 a 25/04/2019. Foi eleito membro suplente do Conselho Fiscal de nossa companhia em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Reginaldo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Sandra Carusi Guida de Souza - 215.531.748-44

Sandra Guida é executiva da área de compliance, advogada, pós graduada em Direito Econômico Empresarial pela FGV LAW (SP). Certificada pela SCCE (Society of Corporate, Compliance and Ethics), título CCEP-I (Corporate, Compliance and Ethics Professional - Internacional). Certificada no ABP-W (Advanced Boardroom Program for Women), pós MBA na Saint Paul Business School, com extensão internacional na London School of Economics and Political Science (LSE). Membro do WCD (Women Corporate Directos), OAB e IBGC. Membro Fundador do Comitê de Compliance Financeiro da LEC (Legal, Ethic and Compliance School). Professora atuante da FGV-BH e LEC. Atuante nas áreas de Governança, Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos em Instituições Financeiras como Dresdner Bank AG, Citigroup, Banco Fibra, HSBC Bank e Banco Bradesco. Sua experiência compreende liderança e assessoramento em todas as frentes na implementação e monitoramento de um Programa de Compliance, tanto no aspecto Regulatório como nos Programas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate o Financiamento do Terrorismo, Sanções e Anticorrupção. Seu trabalho reforça as ações de ética, transparência, estar em conformidade com, as leis, regulamentações, auto- regulamentações, código de conduta ética, normas e políticas internas. Alguns projetos, resultados e conquistas: a) Implementação do "Global Standards Regulatory and Financial Crime Compliance Program" para o HSBC Brasil no Segmento Private Banking; b) Membro ativa do Grupo de Trabalho para a construção do Livro de Compliance do Bradesco; c) Coordenadora da Subcomissão de Compliance da FEBRABAN; d) Indicada entre os três nomes para o Prêmio "melhor profissional de Compliance no Mercado Financeiro de 2017; e) Participação como palestrante do Congresso Internacional de Compliance da LEC 2018 e 2019 (Legal, Ethic e Compliance). Foi eleita membro do Conselho Fiscal de nossa companhia em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Sandra não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Bruno Meirelles Salotti - 278.948.878-97

Bruno Meirelles Salotti. É membro do Conselho Fiscal da Fundação Bunge e do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A., graduado, mestre e doutor em Ciências Contábeis pela FEA/USP, atualmente Prof. Dr. do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, Coordenador do Laboratório de Contabilidade Internacional da FIPECAFI e Ex-Coordenador da Graduação em Contabilidade e Atuária da FEA/USP. Possui Certificação em IFRS emitido pelo ACCA - Association of Chartered Certified Accountants. Ex-Membro do Grupo de Trabalho do CFC para analisar os projetos de alterações das normas do IASB, Professor de diversos MBAs e Cursos de Pós-Graduação da FIPECAFI e diversos cursos in-company sobre IFRS para instituições como Banco Central, Banco Itaú, BNDES, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, ABBC, Petrobrás, Energias do Brasil, KPMG, Terco GT, Pinheiro Neto Adv, Bunge, Banco Fibra, Citibank, LinkLaters LLP, Algar, Furnas, Banco Bradesco, Porto Seguro, Fiat, CTEEP, entre outros. Parecerista em assuntos relativos à matéria contábil societária e internacional, experiência profissional anterior como auditor e analista contábil. Organizador e Co-autor do livro "IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais", editado pela Ed. Atlas em 2015. Co-autor do capítulo "Imobilizado", do livro "Manual de Contabilidade Internacional - vol.2", editado pela Ed. Atlas em 2010. Co-autor de 4 capítulos do livro "Manual de Contabilidade Internacional", lançado pela Ed. Atlas em 2009 e reeditado em 2010. Co-autor do capítulo "Compliance: Brazil", do livro "The Governance, Risk, and Compliance Handbook: Technology, Finance, Environmental, and International Guidance and Best Practices", editado pela Ed. John Wiley & Sons, 2008. Co-autor do Livro "Informação Contábil: estudos sobre a sua divulgação no Mercado de Capitais", editado pela Ed. Atlas, São Paulo, 2006. Co-autor do capítulo "Governança Corporativa", do livro "Mercado Financeiro - tópicos especiais", editado pela Ed. Atlas, São Paulo, 2006. Autor e co-autor de diversos artigos publicados em congressos e periódicos da área contábil. Foi eleito membro suplente do Conselho Fiscal de nossa companhia em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Bruno não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Luciana Doria Wilson - 268.475.448-99

Luciana Doria Wilson. Possui bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica (FEA-PUC), com mestrado em finanças pela Escola de Negócios (BSP) e educação executiva em Liderança e Inovação Corporativa na Escola de Graduação em Negócios de Stanford (Stanford LEAD GSB). Atualmente, é sócia da Managrow e membro do Conselho fiscal da EzTec e Grupo Camil Alimentos. Antes disso, atuou como Diretora Executiva da Saraiva. Doria tem ampla experiência em liderar transações de Private Equity, M&A, processos de due diligence, pré-IPO, IPOs (NYSE e BOVESPA), integração pré e pós-fusão, emissão de dívida, projetos de reestruturação, governança corporativa e avaliação de risco. Antes de ingressar no comitê executivo da Saraiva, Doria foi Head de Mercado de Capitais da Gafisa (investida GP Investments), e estrategista da corretora e da tesouraria do Banco Santander, analista de Real Estate pela Bear Stearns, JP Morgan, HSBC e Itaú Unibanco. Membro DELL Women Entrepreneurs Network, Women Corporate Directors (WCD), Stanford Entrepreneurs and Investors, Conselho Regional de Economia e Stanford Women of Impact Network. Foi eleita membro suplente do Conselho Fiscal de nossa companhia em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Luciana não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
André Tavares Andrade - 776.948.133-34	
Qualquer Condenação	Conforme descrito acima.
Marcelo Battistella Bueno - 171.266.448-41	
N/A	
Marina Oehling Gelman - 251.164.408-85	
N/A	
Átila Simões da Cunha - 178.893.298-65	
N/A	
GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO - 043.580.888-56	
N/A	
Maurício Nogueira Escobar - 179.933.738-32	
N/A	
Daniel Krepel Goldberg - 278.636.858-85	
N/A	
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68	
N/A	

Daniel Faccini Castanho - 177.268.508-92
N/A
Sílvio José Genesini Júnior - 607.689.408-34
N/A
Guillermo Oscar Braunbeck - 106.627.498-39
N/A
Carla Alessandra Trematore - 248.855.668-86
N/A
Reginaldo Pepe Ragucci - 899.755.298-87
N/A
Sandra Carusi Guida de Souza - 215.531.748-44
N/A
Bruno Meirelles Salotti - 278.948.878-97
N/A
Luciana Doria Wilson - 268.475.448-99
N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	05/03/1975	07/12/2018	Até AGO 2021
882.494.845-68	Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos	Engenheiro Civil		07/12/2018	0	100%
Membro independente do Conselho de Administração						
Daniel Faccini Castanho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/1975	07/12/2018	Até AGO 2021
177.268.508-92	Comitê Acadêmico	Administrador		07/12/2018	0	77.27%
Presidente do Conselho de Administração e membro dos seguintes Comitês: Comitê Acadêmico, Comitê de Finanças e M&A e Comitê de Pessoas.						
Daniel Krepel Goldberg	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/12/1975	07/12/2018	Até AGO 2021
278.636.858-85	Comitê de Transformação Digital	Advogado		07/12/2018	0	71.42%
Vice Presidente do Conselho de Administração						
Edgar Jabour	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	20/07/1955	23/04/2019	Até AGO 2021
839.554.458-87	Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos	Administrador		23/04/2019	0	100%
Não se aplica						
GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/03/1974	07/12/2018	Até AGO 2021
043.580.888-56	Comitê de Finanças e M&A	Administrador		07/12/2018	0	93.75%
Membro do Conselho de Administração e membro dos seguintes Comitês: Comitê de Finanças e M&A e Comitê de Transformação Digital						
Marcelo Battistella Bueno	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/07/1974	07/12/2018	Até AGO 2021
171.266.448-41	Comitê de Finanças e M&A	Advogado		07/12/2018	0	60%
Diretor Presidente da Companhia e membro dos seguintes Comitês: Comitê de Finanças e M&A e Comitê de Pessoas						
Marcelo Szekacs de Magalhães	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/01/1979	07/12/2018	Até AGO 2021
078.011.847-26	Comitê de Finanças e M&A	Economista		07/12/2018	0	88.88%
Membro independente do Conselho de Administração						
Maurício Nogueira Escobar	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/07/1975	07/12/2018	Até AGO 2021
179.933.738-32	Comitê Acadêmico	Administrador		07/12/2018	0	95%
Membro do Conselho de Administração e dos seguintes Comitês: Comitê Acadêmico, Comitê de Pessoas e Comitê de Transformação Digital						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Osvaldo Barbosa de Oliveira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/02/1958	07/12/2018	Até AGO 2021
954.171.848-53	Comitê de Transformação Digital	Administrador		07/12/2018	0	100%
Membro independente do Conselho de Administração						
Rodrigo Rossetto Dias Ramos	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	02/06/1974	15/06/2018	Indeterminado.
142.018.098-38	Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos	Administrador	Secretário	15/06/2018	0	100%
Diretor de Risco e Compliance						
Sílvio José Genesini Júnior	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	27/10/1952	07/12/2018	Até AGO 2021
607.689.408-34	Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos	Engenheiro de Produção		07/12/2018	0	100%
Membro independente do Conselho de Administração						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68

Antonoaldo é o Chief Executive Officer da TAP Air Portugal, desde 01 fevereiro de 2018. Foi Presidente da Azul Linhas Aéreas de 2014 a 2017. Antonoaldo foi consultor e sócio global da McKinsey, onde atuou por 10 anos. Seu foco mais recente de atuação na consultoria foi em projetos de aviação e infraestrutura e em Governança Corporativa. Foi nomeado pelo BNDES e pela Secretaria de Aviação Civil como membro do Conselho da Infraero entre 2011 e 2012. Antonoaldo tem experiência como Executivo no setor de construção como Diretor Corporativo da Cyrela, responsável por JVs, planejamento, backoffice e pessoas, e na Odebrecht, onde foi engenheiro de montagem de obras eletromecânicas. É formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, possui um MBA pela Darden Graduate School of Business Administration from the University of Virginia e um Mestrado em Finanças Corporativas pela PUC do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Antonoaldo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Daniel Faccini Castanho - 177.268.508-92

O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Acadêmico, Finanças e M&A e Comitê de Pessoas.. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Castanho não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Daniel Krepel Goldberg - 278.636.858-85

Graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo. É mestre pela Harvard University e doutor pela Universidade de São Paulo. De 2003 a 2006 foi Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Passou a trabalhar, em fevereiro de 2007 no Banco Morgan Stanley S.A., tendo ocupado o cargo de presidente da referida instituição até julho de 2011. De julho de 2011 a janeiro de 2012 foi “Non-Executive Chairman” do mesmo Banco. Em agosto de 2011 fundou a FKG Capital, companhia de investimento privada, em sociedade com a Farallon Capital Management. Em novembro de 2013 alienou o controle da FKG Capital para a Farallon Capital Management LLC. A FKG Capital foi renomeada Farallon Latin America Investimentos Ltda. onde Daniel ocupa a posição de sócio e executivo-chefe. A Farallon é uma companhia global de gestão de ativos institucionais fundada em 1986, responsável pela gestão de capital para diversas instituições, incluindo fundações universitárias, fundações de caridade e fundos de pensão, além de indivíduos de relevante patrimônio líquido. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de Transformação Digital. O Sr. Goldberg não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Edgar Jabour - 839.554.458-87

Graduado em Administração de Empresas pela FAAP em 1978 e em Ciências Contábeis pela PUC em 1984. Atendeu diversos cursos no exterior, incluindo cursos oferecidos pela Arthur Andersen em seu centro de treinamento em Saint Charles – Illinois e na Faculdade de Administração e Finanças da Whorton nos Estados Unidos, além de cursos na Holanda e Alemanha. Em 2015 ingressou no curso técnico em gastronomia da USF – Universidade São Francisco, Unidade Cambuí, em Campinas, com o objetivo de aprimorar-se em técnicas de administração de estabelecimentos alimentícios, incluindo foodservice, bem como receber instrução formal sobre gastronomia propriamente dita. Conta com mais de 40 anos de experiência em diversas áreas (auditoria, consultoria empresarial, M&A) na Arthur Andersen (1977 a 2002) e na Deloitte (2002 a 2017). Ingressou na Arthur Andersen em 1977 e foi promovido a sócio em setembro de 1991. Liderou a área de consultoria empresarial da Arthur Andersen em Campinas no período de 1987 a 1997. Em 1997 transferiu-se para o escritório da Arthur Andersen em São Paulo para liderar a área de M&A no Brasil, permanecendo nessa posição até maio de 2002, quando os profissionais da Arthur Andersen se integraram às operações locais da Deloitte. Devido a sua experiência em consultoria, participou ativamente da integração das operações da Arthur Andersen e Deloitte, notadamente nas seguintes áreas: controladoria, recursos humanos, tecnologia da informação e marketing. Durante 2003 a 2009 foi o sócio líder de desenvolvimento de mercado e atendimento a clientes da Deloitte, tendo liderado esta área também na América Latina em 2006, o que lhe permitiu participar de vários comitês internacionais da Deloitte. Atuou continuamente como membro de vários grupos internos, notadamente o Grupo Internacional de Agronegócio. Entre 2009 e 2016 foi o sócio gestor das operações da Deloitte no interior do Estado de São Paulo por meio dos escritórios de Campinas e Ribeirão Preto. Foi membro do Conselho de Administração da Deloitte entre 2004 e 2008. Foi líder de inúmeros projetos em consultoria, corporate finance e auditoria em diversos segmentos de negócio, dos quais destacam-se: Serviços – Educação, comunicação e mídia, turismo e hotelaria, hospitais e clínicas médicas, locação de bens móveis, 3º Setor (entidades sem fins lucrativos). Infraestrutura – Energia elétrica, telecomunicações, saneamento básico e concessões rodoviárias. Manufatura e Consumo – Automotiva, bens de capital, bens de consumo, agronegócio, vestuário, varejo, tintas e vernizes. Serviço público – Administração direta e indireta. Aposentou-se como sócio da Deloitte em maio de 2017. Associado à IBEF Campinas – Membro fundador (1985). Membro efetivo do Conselho Consultivo a partir de março de 2017. IBGC – Associado e Conselheiro Fiscal Certificado desde março de 2017 - IBRI – INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES – Membro desde 2006, tendo sido membro do Conselho Fiscal entre 2009 e 2010. Foi eleito membro especialista na área contábil-societária do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia em 23/04/2019. O Sr. Edgar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO - 043.580.888-56

Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter & Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na P&G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela P&G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Ânima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É o coordenador do comitê de Finanças e M&A e membro do Comitê de Transformação Digital de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente do Conselho de Administração da Corrêa Ribeiro Comércio e Indústria S.A., da qual é membro do Conselho de Administração desde abril de 2013. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014. O Sr. Ribeiro não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Marcelo Battistella Bueno - 171.266.448-41

Marcelo Bueno é um dos fundadores da Ânima e o CEO da Companhia desde agosto de 2018. Além disso, atua como membro dos comitês de Finanças e M&A e de Pessoas. Anteriormente, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios, Diretor Vice-Presidente Executivo e atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia até 19/10/2018. Marcelo se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em São Paulo. Advogado, atuou como sócio-gerente da Santa Fé Portfólios e também acumulou experiência em gestão e reestruturação de empresas a partir da atuação como diretor executivo da incubadora de e-business Virtual Case. Trabalhou ainda como diretor administrativo e financeiro, além de vice-reitor executivo, no Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG). O Sr. Bueno não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Marcelo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Marcelo Szekacs de Magalhães - 078.011.847-26

Marcelo Szekacs de Magalhães é formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Iniciou sua carreira em 2000 na Investidor Profissional, onde foi analista de investimentos em renda variável por sete anos, tendo tornado-se sócio da empresa em 2004. Em 2007, juntou-se à M Square, como sócio e chefe de análise de investimentos em renda variável. Em 2011, juntou-se à JGP, como sócio e gestor do JGP Explorer FIC FIA, fundo de investimento em ações iniciado em março de 2011. Atualmente é co-gestor dos fundos de investimentos em ações da JGP, sendo co-responsável pela gestão de um patrimônio de R\$4,3 bilhões (dado de março de 2017). Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de Finanças e M&A. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Marcelo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Maurício Nogueira Escobar - 179.933.738-32

O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Acadêmico, Pessoas e Transformação Digital. O Sr. Escobar não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Mauricio não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Osvaldo Barbosa de Oliveira - 954.171.848-53

Osvaldo Barbosa de Oliveira é sócio do A5 Open Growth Fund III, fundo Venture Capital voltado para investir em empresas maduras com forte DNA em tecnologia, que precisam de capital e experiência para expandir regionalmente ou globalmente, atualmente em fase de captação. De 2011-2016 atuou como Diretor Regional da América Latina do LinkedIn. Como CEO do LinkedIn América Latina, iniciou e cresceu com sucesso as operações no Brasil e LATAM. Liderando uma organização de 150 pessoas, a base de usuários aumentou de 6 para 26 milhões, atendendo 2 mil clientes corporativos em três linhas de negócios: Talentos, Marketing e Vendas. De 1989-2011 atuou na Microsoft, como General Manager Consumer & Online – Brasil (2008 a 2011), Country Manager Online Services Group – Brasil (1999 a 2008), Diretor de Marketing – Brasil (1996 a 1998), Internet Business Development Manager LATAM, (Ft. Lauderdale, USA) (1994 a 1996), Diretor de Vendas e Marketing – Brasil (1992 a 1994), Diretor de Negócios Networking - Brasil (1991 a 1992) e Gerente de Contas OEM (1989 a 1991). Foi membro do Comitê de Estratégia do Conselho Consultivo da Localiza, é Membro do Conselho Consultivo do Instituto Singularidades, e Membro do Comitê de Estratégia da DOCOL Metais Sanitários. Foi eleito membro do Conselho de Administração de nossa companhia em 19/10/2018 e reeleito em 25/04/2019. Além disso é membro do Comitê de Transformação Digital. Formação acadêmica: Graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (SP); Curso para Conselheiros de Administração (turma 65, IBGC, São Paulo – 2016); e, Executive Program (Singularity University, Silicon Valley, CA – USA (2017). Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Osvaldo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Rodrigo Rossetto Dias Ramos - 142.018.098-38

Rodrigo é Diretor de Risco e Compliance da Ânima educação desde 2018, tendo atuado também como Diretor de Planejamento Societário e Tributário (2018 a 2019) e como Diretor de Centro de Serviços Compartilhados (2010 a 2018). Atuou como presidente do Instituto Ânima de Inovação, Pesquisa e Cultura (2010 a 2017). Rodrigo foi Gerente Administrativo e Financeiro (2005 a 2009), Gerente de Controladora (2003 a 2005) e Professor de Contabilidade (2004 a 2007) do Centro Universitário UNA Ltda. Também atuou como Supervisor de Controladoria da Takano Indústria Gráfica Ltda. (2002 a 2003) e como assistente e supervisor de auditoria na Arthur Andersen S/C (1996 a 2002). Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Ramos não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Sílvio José Genesini Júnior - 607.689.408-34

Genesini é membro dos conselhos de administração do Grupo Algar, Cnova NV, Elemidia, CVC, Verzani & Sandrini e brMalls. É membro do Conselho Gestor de Inovação e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo, mentor da Endeavor, Conselheiro da Anjos do Brasil e conselheiro consultivo da ONG Gerando Falcões. É, também, investidor e consultor de startups de tecnologias. Foi presidente do Grupo Estado, que edita o jornal O Estado de S. Paulo; presidente da Oracle do Brasil e sócio-diretor da Accenture e Andersen Consulting. É Engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo. Foi eleito membro independente do Conselho de Administração da nossa companhia em 19/10/2018 e reeleito em 25/04/2019. Além disso é membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Silvio não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68	
N/A	
Daniel Faccini Castanho - 177.268.508-92	
Daniel Krepel Goldberg - 278.636.858-85	
Edgar Jabour - 839.554.458-87	
GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO - 043.580.888-56	
Marcelo Battistella Bueno - 171.266.448-41	
Marcelo Szekacs de Magalhães - 078.011.847-26	
Maurício Nogueira Escobar - 179.933.738-32	
Oswaldo Barbosa de Oliveira - 954.171.848-53	
Rodrigo Rossetto Dias Ramos - 142.018.098-38	
Sílvio José Genesini Júnior - 607.689.408-34	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Faccini Castanho	177.268.508-92	ANIMA HOLDING S/A	09.288.252/0001-32	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Membro do grupo de controle.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Rômulo Faccini Castanho	275.264.818-93	ANIMA HOLDING S/A	09.288.252/0001-32	
Membro do grupo de controle.				
<u>Observação</u>				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle.

Os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como de nossas empresas controladas, são cobertos por apólices de seguros para conselheiros e diretores (D&O), emitidas pela AXA Seguros S/A., com importância máxima de cobertura de R\$20.000.000,00, cobertura válida até 25 de agosto de 2020, com abrangência em todo o território nacional e Estados Unidos. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de relações da nossa atividade.

A Companhia declara que, na data deste Formulário de Referência, não celebrou qualquer prestação de compromisso de indenidade com seus administradores.

A Companhia entende ser do seu melhor interesse a contratação de cobertura securitária para pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros a título de custos de defesa e indenizações em decorrência de acordos celebrados na esfera administrativa no âmbito de reclamações contra seus administradores, visto que – diante da maior previsibilidade quanto às consequências pessoais a que estejam sujeitos em virtude do exercício de suas atribuições – espera atrair melhores profissionais para os cargos e conferir-lhes maior independência para o exercício de suas funções, dando-lhes os instrumentos necessários à tomada de decisões baseadas no melhor interesse da companhia.

As práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia valorizam a ética e a transparência no relacionamento com os acionistas e demais *stakeholders* da Companhia e estão devidamente evidenciadas na divulgação das informações ao mercado.

Essas práticas têm a finalidade de cooperar com a compreensão do real valor da Companhia, facilitar o seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade. As boas práticas da Companhia foram reforçadas com a aprovação, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de agosto de 2013.

A Companhia, ainda, possui as suas ações negociadas no segmento especial de governança corporativa do Novo Mercado da B3, destinado exclusivamente a companhias que atendam a requisitos mínimos e aceitem submeter-se a regras de governança corporativa diferenciadas, incluindo, entre outros:

- i. Manter uma estrutura de capital social composta exclusivamente de ações ordinárias;
- ii. Manter ações em circulação em percentual correspondente a, no mínimo, 25% do seu capital social;
- iii. Prever a composição do seu conselho de administração com, pelo menos, dois conselheiros independentes;
- iv. Elaborar e divulgar código de conduta aprovado pelo conselho de administração e aplicável a todos funcionários e administradores da Companhia;
- v. Elaborar e divulgar políticas de transações com partes relacionadas;
- vi. Instaurar canal que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do código de conduta, de políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia; e
- vii. Instaurar comitê de auditoria, estatutário ou não, que deve ser órgão de assessoramento vinculado ao conselho de administração da Companhia, com autonomia operacional.

Adicionalmente, a Companhia adota as práticas de governança corporativa recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa publicada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, ao qual é associada, e declara que aplica os princípios e as regras estabelecidas em tal código.

a) Informações sobre Assembleias de Acionistas realizadas nos últimos 03 (três) anos:

Data	25/10/2019
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Sim
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 86,24% (oitenta e seis virgula vinte e quatro por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	13/09/2019
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Sim
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 55,06% (cinquenta e cinco virgula seis por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	25/04/2019
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em segunda convocação	Sim
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 77,8% (setenta e sete virgula oito por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	19/10/2018
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Sim
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 74,58% (setenta e quatro virgula cinquenta e oito por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	25/04/2018
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Sim
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 84,57% (oitenta e quatro vírgula cinquenta e sete por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	22/02/2018
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Sim
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 69,33% (sessenta e nove vírgula trinta e três por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	26/04/2017
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Sim
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 76,09% (setenta e seis vírgula zero nove por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	21/03/2017
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Sim
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 80,32% (oitenta vírgula trinta e dois por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 12 foram descritas nos itens acima.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

Nossa política de remuneração para nossos administradores, incluindo os membros da Diretoria estatutária e não estatutária, está alinhada às melhores práticas de mercado, sempre com a visão de estimular o alinhamento dos nossos objetivos estratégicos à produtividade e à eficiência, mantendo a competitividade no mercado de atuação.

O objetivo da nossa política e prática de remuneração também busca alinhar os nossos interesses com os interesses dos nossos colaboradores, a fim de atrair e reter profissionais qualificados.

b. Composição da remuneração***b.i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*****(a) Conselho de Administração:**

Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem remuneração mensal fixa, no patamar de mercado para companhias de mesmo porte. Existe um plano de previdência de adesão voluntária (Itaú – Programa de Previdência complementar) mas nenhum membro do Conselho aderiu ao referido programa em 2018.

(b) Conselho Fiscal:

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponderá ao percentual mínimo previsto no §3º, do art. 162, da Lei nº 6.404/76.

(c) Diretoria Estatutária e Não Estatutária:

Os membros da Diretoria estatutária e não estatutária podem optar por receber benefícios diretos, tais como plano de saúde e/ou odontológico, plano de previdência complementar e vale refeição, assim como a remuneração fixa, acrescidos de remuneração variável vinculada ao alcance de metas por desempenho de suas atribuições e no desenvolvimento do negócio, compostos e mensurados igualmente da forma descrita no item (ii) abaixo.

Nossa política de remuneração fixa visa a estimular o alinhamento dos nossos objetivos, a produtividade e a eficiência dos membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária, bem como a manter a competitividade no mercado em que atuamos.

Nossa política de remuneração variável vigente, destinada aos membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária, tem como principais objetivos: (i) atrair executivos altamente qualificados, por meio de instrumentos em linha com as melhores práticas de mercado; (ii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais e econômicos; e (iii) incentivar o desempenho e favorecer a retenção dos nossos executivos.

Nossa política de concessão de benefícios aos membros de nossa Diretoria Estatutária e não estatutária tem por objetivo proporcionar uma maior segurança econômica e bem-estar social aos nossos executivos. Existe um plano de previdência de adesão voluntária (Itaú – Programa de Previdência complementar) mas nenhum membro da Diretoria aderiu ao referido programa em 2018.

(d) Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas; Comitê Acadêmico e Comitê de Transformação Digital:

Com exceção do membro especialista na área contábil-societária do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, que recebe remuneração mensal fixa, no patamar de mercado para companhias de mesmo porte, os demais membros dos nossos Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas; Comitê Acadêmico e Comitê de Transformação Digital não recebem qualquer remuneração para exercer suas atividades.

b.ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

Os membros do nosso Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa, não possuindo quaisquer benefícios nem bonificação ou qualquer tipo de remuneração variável.

Em 2008 foi lançado o projeto Compostella, cujo objetivo é implementar políticas de remuneração variável baseada no desempenho de nossos líderes. O projeto abrange nossos executivos, ou seja, coordenadores, gerentes, diretores, e prevê a possibilidade de pagamento de 2 a até 7 salários adicionais por ano, para um EBITDA de até 100% da meta. São considerados 3 critérios: EBITDA como gatilho da Ânima Educação e resultado operacional da unidade a qual está vinculado o executivo, cargo ocupado, e o percentual mínimo de 70% do atingimento de metas acordadas do Contrato de Gestão.

Os salários adicionais por alcance de metas podem superar os valores acima citados, caso o EBITDA seja superior a 100%. Assim, a cada ponto percentual superado, acrescenta-se 1 ponto percentual à premiação, podendo chegar à 8,4 salários adicionais por ano.

A proporção de cada elemento da remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária pode variar e ocorreu, em relação aos três últimos exercícios, da seguinte forma:

Ano	2018	2017	2016
Remuneração fixa	78,83%	94,33%	95,08%
Remuneração variável	0%	0%	0%
Benefícios	21,17%	5,67%	4,92%

b.iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

A remuneração fixa dos nossos Administradores é periodicamente comparada com as práticas de mercado, através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, avaliando-se a necessidade de ajuste nessa remuneração, bem como por meio dos índices de aumentos acordados anualmente nos acordos coletivos.

A remuneração variável possui como condição principal para seu pagamento aos membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária o atingimento global de pelo menos 80% das metas. Caso este seja atingido, parte do nosso resultado é destinado ao pagamento desta remuneração, cujos valores são distribuídos de acordo com o desempenho individual representado pelo percentual do resultado proporcional alcançado.

A remuneração indireta, ou seja, os benefícios concedidos aos membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária são revistos anualmente de forma a mantê-los dentro dos padrões de mercado de acordo com cada cargo e função.

Nosso Conselho de Administração não auferir remuneração variável.

b.iv. Razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração em parcelas fixa e variável são o incentivo à melhoria da nossa gestão e o estímulo a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de curto, médio e longo prazos, em consonância com as práticas observáveis em pesquisas de mercado.

b.v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável. Todos os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal da Companhia recebem remuneração no patamar de mercado para companhias de mesmo porte.

c. Principais indicadores de desempenho na determinação de cada elemento da remuneração

Anualmente são estabelecidas metas para os membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária elegíveis ao nosso programa de remuneração variável, Programa Compostella.

Tais metas são baseadas nos cinco pilares estratégicos Ânima Educação:

- (i) Inovação e Qualidade do Projeto Acadêmico
- (II) Identidade e Reputação
- (iii) Pessoas
- (iv) Eficiência Operacional
- (v) Expansão e novos negócios

O processo se dá seguinte forma: o Presidente e VP's alinham as metas do contrato baseados nos pilares estratégicos e discussão prévia com suas equipes e resultados qualitativos e quantitativos previsto. A partir destas inicia-se o processo de desdobramento formal das metas para os demais executivos. Este processo garante o total alinhamento de projetos estruturantes com as necessidades do negócio, pautadas nos pilares.

Caso tenha sido alcançado patamar mínimo o alcance dos gatilhos gerais, citados no item b.ii, é feita a análise do cumprimento das metas individuais.

São exemplos de metas individuais a serem atingidas pelos membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária: (i) aspectos financeiros, como por exemplo o fluxo de caixa livre, margem de contribuição, cumprimento do orçamento e aumento de volume de nossa receita; (ii) nível de satisfação de nossos alunos, com base no resultado da pesquisa de percepção e satisfação, para verificação do nível de qualidade dos serviços prestados em nossas instituições; e (iii) indicadores de aprendizado, que incluem aspectos relacionados à gestão de pessoas e a implantação de projetos de inovação, (iv) satisfação dos colaboradores, medida através da pesquisa de clima, (v) desenvolvimento dos colaboradores, sinalizado pelos indicadores de treinamentos, (vi) resultado da avaliação de desempenho e feedback com a equipe.

A combinação destas análises gera o montante individual de remuneração variável. Considerando que os membros de nosso Conselho de Administração não recebem remuneração variável, não estabelecemos indicadores de desempenho para esses administradores.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos nossos executivos baseia-se na *performance* desses indicadores ante às metas estabelecidas no curto, médio e longo prazos. Ressalta-se que a revisão de referidas metas ocorre anualmente.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Adotamos práticas de remuneração que alinham principalmente os interesses de curto, médio e longo prazos, valendo a referência aos elementos fixo, variável e benefícios descritos acima. Entendemos que prazos mais longos demandam novas práticas e, por isso, aprovamos um plano de *stock options* descrito no item 13.4, que tem como finalidade a mobilidade societária da Ânima Educação através de instrumentos que alinham e dividem os riscos do negócio entre empresa e executivos. Os mecanismos de incentivo de longo prazo, visam assim preservar o alinhamento anteriormente citado no variável, entendendo esta como incentivo de curto prazo pela medida e revisão anual.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não há remuneração suportada por nossas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário nos envolvendo.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,08	5,33	0,50	13,91
Nº de membros remunerados	2,50	5,33	0,50	8,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	574.666,66	4.531.176,13	32.259,72	5.138.102,51
Benefícios direto e indireto	0,00	266.054,77	0,00	266.054,77
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	114.933,33	1.171.930,61	6.451,94	1.293.315,88
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2018.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2018.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2018.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.328.476,90	0,00	1.328.476,90
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 03/2019.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 03/2019.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 03/2019.	
Total da remuneração	689.599,99	7.297.638,41	38.711,66	8.025.950,06

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,50	5,50	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	2,75	5,50	0,00	8,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	476.000,00	4.360.090,34	0,00	4.836.090,34
Benefícios direto e indireto	0,00	314.267,00	0,00	314.267,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	95.200,00	872.018,07	0,00	967.218,07
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2017.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2017.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 03/2019.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 03/2019.		
Total da remuneração	571.200,00	5.546.375,41	0,00	6.117.575,41

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,67	5,00	0,00	15,67
Nº de membros remunerados	1,08	5,00	0,00	6,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	182.000,00	3.905.411,64	0,00	4.087.411,64
Benefícios direto e indireto	0,00	242.726,84	0,00	242.726,84
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	36.400,00	781.082,33	0,00	817.482,33
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2016.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2016.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 03/2019.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 03/2019.		
Total da remuneração	218.400,00	4.929.220,81	0,00	5.147.620,81

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE (2019)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	3	16
Nº de membros remunerados	9	4	3	16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	0,00	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	0,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	0,00	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO (2018)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,08	5,33	0,50	13,92
Nº de membros remunerados	2,50	5,33	0,50	8,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO (2017)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,5	5,5	0	13
Nº de membros remunerados	2,75	5,5	0	8,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO (2016)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,67	5	0	15,67
Nº de membros remunerados	1,08	5	0	6,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

a. Termos e condições gerais

O nosso Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias ("Plano"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão ("Opções"), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com as disposições do Plano, são elegíveis a participar do Plano membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos de nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle ("Beneficiários").

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas neste instrumento. Ainda, será facultado ao Conselho de Administração delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto ("Comitê"). Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo 3 (três) membros, escolhidos entre os membros do Conselho de Administração, por maioria. Os membros desse Comitê não serão elegíveis como beneficiários do Plano.

Obedecidas as condições deste Plano, nosso Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos nossos diretores, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as Opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; (d) a emissão de novas ações da nossa Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; (e) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da nossa Assembleia Geral Extraordinária; (f) definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de Opções e a forma de distribuição destas entre os Beneficiários, o Preço de Exercício das Opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas; (g) decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração sujeitar-se-á apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano, razão pela qual o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle, bem como estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do nosso Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) têm força vinculante perante a nossa Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de competência do Conselho de Administração.

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga.

b. Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da nossa Companhia, com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

d. Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A combinação de períodos de carência diferenciados e a possibilidade de se estabelecer condições (tais como metas financeiras e empresariais) para aquisição do direito de exercício das Opções fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme descrito no item 'f' acima, as Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

h. Condições de aquisição de ações

As Opções poderão ser exercidas desde que integralmente atendidas as condições, exigências, assim como respeitados os períodos de carência e os cronogramas previstos no Plano e nos Termos de Adesão.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício ou compra de cada Ação a ser subscrita pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será fixado pelo Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) no momento de sua outorga ao respectivo Beneficiário mediante assinatura do Termo de Adesão, devendo esse preço ser fixado em moeda corrente nacional. O preço deverá estar vinculado às cotações das ações da Companhia, mas o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) terá liberdade para fixar os parâmetros para fixação dos valores ("Preços de Exercício").

j. Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários.

Nos termos do Plano, as Opções outorgadas poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê, caso a caso, na data da outorga da Opção, mas em nenhuma hipótese será superior a 7 (sete) anos, contado da data da outorga da Opção.

k. Forma de liquidação

O Beneficiário deverá realizar o pagamento em moeda corrente nacional, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso).

l. Restrições à transferência das ações

As Opções concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. É vedada a criação pelos Beneficiários de instrumentos financeiros de derivativos atrelados ou relacionados às Opções. As ações decorrentes do exercício da Opção não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano expirará, a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da nossa Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias em mercado de balcão, mercado organizado ou de bolsa de valores, em virtude de reorganização societária da nossa Companhia, (d) pela nossa dissolução e liquidação, ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação deste Plano.

Exceto pela extinção do Plano por deliberação dos nossos acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente

extintos. Caso extinção do Plano se dê por ocasião de reorganização societária da nossa Companhia, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos, salvo se as deliberações sobre a reorganização expressamente estabeleçam a permanência do Plano ou das Opções outorgadas com a substituição de tais Opções por outras.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para fins do Plano, o desligamento do Beneficiário significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário da Opção conosco ou com nossas controladas, exceto aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento ("Desligamento"). Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

Desligamento por Interesse da Companhia ou do Beneficiário. Em caso de Desligamento do Beneficiário, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data do Desligamento, e mediante pagamento à vista, independentemente se disposto de forma diversa no Termo de Adesão. Além disso, caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo de 90 (noventa) dias contados do Desligamento para efetuar o pagamento integral ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado. O Conselho de Administração poderá estender os prazos constantes neste item, desde que devidamente justificado, para adequar às circunstâncias específicas do caso.

Desligamento por Justa Causa. No caso do Desligamento do Beneficiário ocorrer em razão de justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento, exclusivamente nesta mesma data, e mediante pagamento à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário deverá efetuar o pagamento integral do valor restante na data do Desligamento, ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Opção de Compra da Companhia. Nós ou terceiros por nós indicados, teremos, por prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de Desligamento do Beneficiário, a opção de compra de todas as ações subscritas ou adquiridas pelo Beneficiário em virtude do Plano, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas após o Desligamento em virtude de Opções já exercíveis ou em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados no Plano, por valor correspondente à cotação média das nossas ações nos últimos 30 (trinta) pregões, contados da data de Desligamento.

Falecimento. Em caso de falecimento de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, e a Opção se estenderá aos herdeiros ou sucessores do Beneficiário, por sucessão legal ou por disposição testamentária até o término do prazo da Opção outorgada, podendo a Opção ser exercida no todo ou em parte pelos herdeiros e/ou sucessores do Beneficiário, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, os herdeiros e/ou sucessores terão o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias) contados do falecimento se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Invalidez Permanente ou Aposentadoria. Em caso de invalidez permanente ou aposentadoria de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo original de exercício da Opção (que será

automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados da invalidez permanente ou aposentadoria se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Não é possível preencher este item uma vez que, o plano de remuneração baseada em ações, descrito no item 13.4 do Formulário de Referência, conforme previsto, está sendo objeto de detalhamento pelo Conselho de Administração, motivo pelo qual até a data deste formulário suas bases ainda não foram definidas e nenhum executivo firmou contrato de remuneração baseada em ações com a Companhia.

Assim que definidas as bases do plano e assinado qualquer contrato que tenha por objeto a outorga de opções em ações, este item será preenchido.

Não é possível preencher este item uma vez que, o plano de remuneração baseada em ações, descrito no item 13.4 do Formulário de Referência, conforme previsto, está sendo objeto de detalhamento pelo Conselho de Administração, motivo pelo qual até a data deste formulário suas bases ainda não foram definidas e nenhum executivo firmou contrato de remuneração baseada em ações com a Companhia.

Assim que definidas as bases do plano e assinado qualquer contrato que tenha por objeto a outorga de opções em ações, este item será preenchido.

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos quaisquer opções de compra de ações de nossa emissão outorgadas no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

Em 31 de dezembro de 2018

Companhia						
Órgão	Ações (uni.)	ON (%)	Ações (uni.)	PN (%)	Total de Ações	%
Conselho de Administração	17.145.016	21,83	0	0	17.145.016	21,83
Diretoria	10.125.534	12,89	0	0	10.125.534	12,89
Conselho Fiscal	0	0	0	0		
Total de Ações	27.270.550	34,71	0	0	27.270.550	34,71

a.	Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b.	Número de Membros	8,00	5,00
c.	Número de Membros Remunerados ⁽¹⁾	0	0
d.	Nome do plano	Itaú – Programa de Previdência complementar	Itaú – Programa de Previdência complementar
e.	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	0
f.	Condições para se aposentar antecipadamente	Conforme legislação regulamentadora da Previdência complementar.	Conforme legislação regulamentadora da Previdência complementar.
g.	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2019 os membros não aderiam ao programa.	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2019 os membros não aderiam ao programa.
h.	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2019 os membros não aderiam ao programa.	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2019 os membros não aderiam ao programa.
i.	Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Carência de 60 dias. Resgate das contribuições realizadas de acordo com o regime tributário progressivo ou regressivo optado pelo colaborador	Carência de 60 dias. Resgate das contribuições realizadas de acordo com o regime tributário progressivo ou regressivo optado pelo colaborador

⁽¹⁾Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 03/2019.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	5,33	5,50	5,00	8,08	7,50	10,67	0,50	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	5,33	5,50	5,00	2,50	2,75	1,08	0,50	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	1.648.889,03	1.378.411,98	1.297.109,52	201.600,00	218.400,00	201.600,00	10.753,24	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	636.359,30	777.148,70	732.556,48	201.600,00	201.600,00	201.600,00	10.753,24	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	1.412.123,78	1.008.431,89	985.844,16	233.280,00	207.709,09	201.600,00	10.753,24	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	31/12/2018 O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº003/2019. De janeiro a julho a diretoria contava com 6 membros, agosto e setembro 5 membros e a partir de outubro passou a contar com 4 membros, sendo que 1 membro acumula duas diretorias.
31/12/2017	31/12/2017 O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/18. Até o mês de junho a Diretoria era composta por 5 membros, passando a contar com 6 membros a partir de julho.
31/12/2016	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2017.

Conselho de Administração	
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº003/2019. No mês de janeiro o Conselho era composto por 7 membros, passando a contar com 8 membros de fevereiro a agosto, 7 membros em setembro e a partir de outubro passou a contar com 9 membros.
31/12/2017	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 02/18. Até o mês de março o Conselho era composto por 6 membros, passando a contar com 8 membros a partir do mês de abril.
31/12/2016	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº001/2017. Até o mês de outubro o Conselho era composto por onze membros, passando a contar com nove membros a partir do mês de novembro.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº003/2019. O Conselho Fiscal foi instalado em outubro de 2018.

Não possuímos arranjos contratuais ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Exercício de 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾
Número de Membros	8,08	5,33	0,50
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	4,58	5,33	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	583.200,00	7.531.326,85	38.711,66
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	60.000,00	5.921.490,64	0,00
% da Remuneração total do órgão	10,29%	78,62%	0,00%

⁽¹⁾Conselho Fiscal instalado em outubro de 2018.**Exercício de 2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾
Número de Membros	7,5	5,5	N/A
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	5	5,5	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	571.200,00	5.546.375,41	N/A
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	218.400,00	5.546.375,41	N/A
% da Remuneração total do órgão	38,24%	100%	N/A

⁽¹⁾ Conselho Fiscal não instalado.**Exercício de 2016**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾
Número de Membros	10,67	5	N/A
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	9,67	5	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	218.400,00	4.929.220,81	N/A
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	14.000,00	4.929.220,81	N/A
% da Remuneração total do órgão	7,69%	100%	N/A

⁽¹⁾ Conselho Fiscal não instalado.

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, valores reconhecidos nos nossos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária, de nossa Diretoria não Estatutária ou do Conselho Fiscal.

No item 13.2 do Formulário de Referência informamos o número de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Conselho de Administração:

Previsão para 2019	
Mês	Número de membros
Janeiro	9
Fevereiro	9
Março	9
Abril	9
Maio	9
Junho	9
Julho	9
Agosto	9
Setembro	9
Outubro	9
Novembro	9
Dezembro	9
Total	108
Média (Total/Nº de meses)	9

Em 2018:	
Mês	Número de membros
Janeiro	7
Fevereiro	8
Março	8
Abril	8
Maio	8
Junho	8
Julho	8
Agosto	8
Setembro	7
Outubro	9
Novembro	9
Dezembro	9
Total	97
Média (Total/Nº de meses)	8,08

Em 2017:	
Mês	Número de membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	8
Maio	8
Junho	8
Julho	8
Agosto	8
Setembro	8
Outubro	8
Novembro	8
Dezembro	8
Total	90
Média (Total/Nº de meses)	7,5

Em 2016:	
Mês	Número de membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	72
Média (Total/Nº de meses)	6

Diretoria Estatutária:

Previsão para 2019	
Mês	Número de membros
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	48
Média (Total/Nº de meses)	4

Em 2018:	
Mês	Número de membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	64
Média (Total/Nº de meses)	5,33

Em 2017:	
Mês	Número de membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	66
Média (Total/Nº de meses)	5,5

Em 2016:	
Mês	Número de membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	60
Média (Total/Nº de meses)	5

Conselho Fiscal:

Previsão para 2019	
Mês	Número de membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	36
Média (Total/Nº de meses)	3

Em 2018:	
Mês	Número de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	3
Dezembro	3
Total	6
Média (Total/Nº de meses)	0,5

Em 2017:	
Mês	Número de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

Em 2016:	
Mês	Número de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

As informações abaixo se referem aos nossos números consolidados, incluindo as nossas controladas:

Número de empregados	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	30/09/2019
Por Grupos				
Docentes	3009	3108	3642	4380
Administrativos	3458	3582	3419	3650
Total	6647	6690	7061	8030

Localização Geográfica	2016	2017	2018	2019
Balneário Camboriú/SC	26	34	45	47
Barueri/SP	90	91	96	92
Belo Horizonte/MG	3103	3021	2686	2538
Betim/MG	70	78	86	79
Blumenau/SC	94	107	114	129
Bom Despacho/MG	299	306	318	297
Catalão/GO	12	17	218	173
Conselheiro Lafaiete/MG			7	30
Contagem/MG	151	163	191	191
Cubatão/SP	2	2	7	33
Curitiba/PR	71	59	100	126
Divinópolis/MG	33	55	83	119
Florianópolis/SC	79	99	133	164
Guarulhos/SP	1	1	9	38
Irece/BA				2
Itabira/MG		4	35	63
Itajaí/SC	4	13	34	42
Itumbiara/GO			6	25
Jacobina/BA				110
Jaraguá do Sul/SC		92	82	106
Jataí/GO		6	35	54
Jeremoabo/BA				21
Joinville/SC	585	539	546	545
Lagarto/SE				39
Nova Serrana/MG	8	28	39	59
Paripiranga/BA				443
Pouso Alegre/MG	9	45	88	117
Santos/SP	418	390	331	303
São Bento do Sul/SC	8	22	33	47
São Bernardo do Campo/SP	1	3	7	44
São Paulo/SP	1203	1300	1508	1619
Senhor do Bonfim/BA				59

Sete Lagoas/MG	19	38	60	80
Tucano/BA				34
Uberlândia/MG	181	177	164	162
Total Geral	6467	6690	7061	8030

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de empregados	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	30/09/2019
Por Grupos				
Aprendizes	69	81	96	126
Terceirizados	296	178	447	432
Total	189	259	543	558

Por Localização Geográfica	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	30/09/2019
Balneário Camboriú/SC	4	5	6	5
Barueri/SP	0	2	2	
Belo Horizonte/MG	130	35	183	192
Betim/MG	0	1	12	12
Blumenau/SC	7	7	11	9
Bom Despacho/MG	0	4	3	6
Conselheiro Lafaiete/MG				4
Contagem/MG	0	2	13	13
Catalão				12
Cubatão/SP	0	0	2	5
Curitiba/PR	10	13	18	15
Divinópolis/MG	0	1	0	2
Florianópolis/Sc	13	13	13	14
Guarulhos/SP	0	0	4	4
Itabira/MG	0	0	1	1
Itajaí/SC	1	1	6	5
Itumbiara				2
Jacobina/BA				3
Jaraguá do Sul/SC	0	0	4	5
Jataí/GO	0	0	8	7
Joinville/SC	69	39	54	46
Paripiranga/BA				14
Pouso Alegre				2
Santos/SP	5	7	29	21
São Bento do Sul/SC	1	1	2	2
São Bernardo do Campo/SP				3
São Paulo/SP	121	125	166	152
Sete Lagoas/MG	0	0	3	2
Uberlândia/MG	4	3	3	
Total	365	259	543	558

c. Índice de rotatividade

As informações abaixo se referem aos nossos números consolidados, incluindo as nossas controladas.

31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	30/09/2019
28,8%	24,6%	25,4%	24,6%

Em 2016, em função da aquisição da Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC, da Faceb Educação Ltda e do Instituto Politécnico Ltda, conforme descrito no item 6.3. deste Formulário de Referência, a base de colaboradores aumentou em 22,33%.

Em 2017 ocorreu a unificação da HSM/ACAD, a implantação da área comercial da Ânima Educação e reestruturação da Central de Relacionamento com o Aluno.

a. Política de salários e remuneração variável

A remuneração de nossos empregados é composta pela remuneração direta e pela remuneração variável.

Remuneração direta

A remuneração direta é definida a partir do enquadramento dos nossos empregados em faixas salariais, definidas conforme o grau de complexidade e os pré-requisitos inerentes a cada cargo. A segregação em faixas salariais visa proporcionar a equidade dos salários praticados pela nossa Companhia, propiciando maior flexibilidade de análise e adequação ao mercado, observando-se área geográfica, porte das instituições e práticas comumente utilizadas pelas instituições do mesmo segmento.

O enquadramento do colaborador no plano salarial poderá ser alterado por promoção, progressão, reenquadramento, alteração de cargo e demais casos previstos em acordo ou norma coletiva.

Os processos de promoção e progressão levam em conta a meritocracia, as necessidades de substituição de colaboradores ou aumento de quadro, sem prejuízo dos demais critérios de movimentação descritos no parágrafo acima.

Todo colaborador da Instituição será candidato em potencial a qualquer vaga em aberto, desde que atenda aos pré-requisitos necessários para a ocupação do cargo pretendido, conforme descrição formal do mesmo e aos critérios de movimentação que sejam aplicáveis.

Remuneração variável

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável foi revisto em 2019. São elegíveis ao programa executivos e gestores da Companhia: presidente, vice-presidentes, diretores, gerentes e coordenadores de curso que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. O programa é dividido em incentivos de curto e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de 95% da meta de EBITDA consolidado Ânima e atrelado a um Contrato de Performance Individual. É prevista a possibilidade de pagamento de até 1,2 salários (para coordenadores de curso e gerentes) e até 7,2 salários (para vice-presidentes), além de possibilidade do incentivo de longo prazo em ações ordinárias da Companhia. Em caso de superação da meta EBITDA, o valor de RV individual poderá até o dobro do valor inicialmente previsto. O valor total destinado ao programa pode chegar a 20 milhões de reais, com efeitos a partir 2020.

Foi elaborado em 2014 e lançado em 27/01/15 o Programa Mérito Docente, que proporcionou aos docentes o reconhecimento: acadêmico, honorífico e financeiro. Foram consideradas para o reconhecimento o diferencial dos docentes nas seguintes dimensões: pedagógica, envolvimento, mentoria e desempenho. Foram premiados 141 (cento e quarenta e um) docentes das seguintes IES: Unimonte, Una e UniBH. O projeto tem como objetivo principal, reconhecer os docentes alinhados com o perfil descrito através das dimensões citadas. Em 2017, o Programa Mérito Docente premiou 79 professores em todo o Grupo.

Na anual, o Prêmio Padre Magela, contempla todas as IES do grupo, e tem como objetivo incentivar métodos diferenciados e que auxiliem cada instituição do Grupo ÂNIMA a oferecer para seus alunos a maior qualidade em educação. Realizando esse tipo de reconhecimento, estimulamos nossos profissionais a participarem ativamente da concretização do Projeto Acadêmico ÂNIMA. O programa reconhece os docentes nas seguintes categorias: Práticas Inovadoras, Práticas premiadas nas edições anteriores do Prêmio Padre Magela, Metodologias ativas de aprendizagem – Pós Graduação, Metodologias Ativas de Aprendizagem – Graduação, Práticas inovadoras em Projeto Interdisciplinar. A premiação é composta fomento a projeto de pesquisa e iniciação científica; Prêmio em dinheiro; e Treinamento em uma metodologia ativa de ensino e aprendizagem.

Em 2016 iniciamos com a premiação destinada aos colaboradores da área comercial que atuarem diretamente em campanha fazendo a captação de alunos para os cursos de Graduação e Pós-Graduação na modalidade presencial, bem como:

- ✓ Promover maior abrangência do plano de remuneração variável da Instituição;
- ✓ Criar um senso de envolvimento e comprometimento com o negócio;
- ✓ Remunerar de forma diferenciada, valorizando a capacidade de gerar resultados e atingir metas;
- ✓ Oferecer oportunidade de uma remuneração mais competitiva, de maneira objetiva e justa.
- ✓ Para a empresa o objetivo é gerar *Leads*, trabalhando a divulgação e captação de alunos para os cursos de Graduação e Pós-Graduação, de forma proativa e planejada, visando aumento da receita e maior rentabilidade dos cursos.
- ✓ Para o colaborador, o objetivo é estimular o desempenho, produtividade e o envolvimento dos mesmos, premiando-os no caso da superação das metas estabelecidas pela instituição.

b. política de benefícios

Disponibilizamos aos nossos colaboradores (administrativos e professores) os seguintes benefícios, com subsídio total ou parcial das nossas empresas:

- *Assistência Médica*
- *Alimentação*
- *Vale Transporte*
- *Bolsas de Estudos para graduação e Pós-Graduação*
- *Celular corporativo*
- *Estacionamento*

Mantemos, ainda, convênios e parcerias com empresas prestadoras de serviços (clínicas odontológicas, farmácias, empresas de empréstimo consignado, escola de idiomas, livrarias, seguro de vida, seguro automóvel, previdência privada, grupo de corrida, outros) para disponibilização de benefícios e vantagens exclusivas para os nossos colaboradores, sem subsídio das nossas empresas.

Além disso, temos como política promover o bem-estar de nossos empregados, de modo que promovemos ações em datas comemorativas (aniversários, casamentos, formaturas, etc.).

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em 21 de agosto de 2013, aprovamos nosso Plano de Opção de Compra de Ações, do qual podem ser beneficiários os membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos de nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle. Até a data deste Formulário de Referência, ainda não houve outorga de opções a administradores ou a empregados não-administradores.

Aprovamos, em 2014, o Programa Sócios que contempla o Plano de Opção de Compra de Ações, estendido a todos os colaboradores, nas seguintes condições: incentivo de 20% das ações, inalienabilidade por 24 meses, limitado a dois salários. São elegíveis: colaboradores administrativos e professores, prestadores com vínculo há, pelo menos, 1 ano. Em caso de desligamento:

- Se por iniciativa do beneficiário, perde o direito
- Se por iniciativa da empresa, fica mantido o direito no mesmo prazo

Para informações adicionais sobre o nosso Plano de Opção de Compra de Ações para executivos e membros do Conselho, consulte o item 13.4 deste Formulário de Referência.

Em 2016, o Programa Sócios foi divulgado amplamente aos colaboradores e docentes do Grupo Ânima em dois períodos, de 25/abril a 25/maio, e de 17/novembro a 30/dezembro. Nas duas edições tivemos 48 adesões ao Programa.

Possuímos um relacionamento cordial, aberto e construtivo com os sindicatos de nossos empregados, reconhecendo-os como importantes atores na dinâmica das relações trabalhistas.

Os nossos empregados são representados pelos seguintes Sindicatos:

Sindicato	Cidade (s)	UF
Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO-MG)	Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Itabira, Nova Serrana, Pouso Alegre, Sete Lagoas	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais (SAAE-MG)	Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Itabira, Nova Serrana, Sete Lagoas	MG
Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (SINPRO-SP)	São Paulo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de São Paulo (SAAE-SP)	São Paulo	SP
Sindicato Empregados Administração Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo	Barueri	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar da Região Sul do Estado de Minas Gerais (SAAESUL)	Pouso Alegre	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar das Regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais	Uberlândia	MG
Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO-MG)	Uberlândia	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar da Grande Florianópolis (SAAE-FLORIANÓPOLIS)	Florianópolis	SC
Sindicato dos Professores de Florianópolis e Região (SINPRO-FLORIANÓPOLIS)	Florianópolis	SC
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Itajaí	Itajaí, Balneário Camboriú	SC
Sindicato dos Professores de Itajaí	Itajaí, Balneário Camboriú	SC
Sindicato dos Professores e Auxiliares nas Escolas Particulares de Blumenau e Região (SINPABRE)	Blumenau	SC
Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Particular e Fundações Educacionais do Norte do Estado de SC - SINPRONORTE	Jaraguá do Sul, Joinville e São Bento do Sul	SC
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Paraná (SAAEPAR)	Curitiba	PR

Sindicato dos Professores do Estado do Paraná (SINPES)	Curitiba	PR
Sindicato dos Professores do Estado de Goiás	Catalão, Itumbiara e Jataí	GO
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Goiás	Catalão, Itumbiara e Jataí	GO
Sindicato dos Bibliotecários do Estado do Paraná (SINDIB)	Curitiba	PR
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Guarulhos (SAAEG)	Guarulhos	SP
Sindicato dos Professores de Guarulhos (SINPRO-SP)	Guarulhos	SP
Sindicato dos Professores de Santos	Cubatão e Santos	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Santos	Cubatão e Santos	SP
Sindicato dos Professores de São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de Educação Superior em Estabelecimentos Privados de Ensino do Estado da Bahia (SEMESB)	Irecê, Jacobina, Jeremoabo, Paripiranga, Senhor do Bonfim, Tucano	BA
Sindicato dos Professores do Estado da Bahia (SINPRO-BA)	Irecê, Jacobina, Jeremoabo, Paripiranga, Senhor do Bonfim, Tucano	BA
Sindicato dos Professores e Trabalhadores da Educação da Rede Particular de Ensino do Município de Aracaju e do Estado de Sergipe	Lagarto	SE

Possuímos acordos e convenções coletivos com todas essas entidades, geralmente com prazo anual e mantemos relações regulares e respeitadas com tais sindicatos.

Nossa conduta perante os sindicatos de nossos empregados é pautada pelo tratamento transparente e ético. Acreditamos ser possível estabelecer um relacionamento saudável, harmonioso e construtivo, fundado no mútuo respeito e no interesse comum.

Temos, inclusive, líderes sindicais do SINPRO-MG, sem estabilidade, que atuam como docentes da casa.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 14 foram descritas nos itens acima.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOOURARIA - Data da última alteração: 30/05/2015						
5.939.716	5,371	0	0,000	5.939.716	5,371	
Átila Simões da Cunha						
178.893.298-65	brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013		
1.655.822	1,498	0	0,000	1.655.822	1,498	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.						
10.957.035/0001-77	Brasileira-RJ	Não	Não	19/01/2018		
7.566.639	6,844	0	0,000	7.566.639	6,844	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Daniel Faccini Castanho						
177.268.508-92	brasileira-SP	Sim	Sim	29/01/2020		
12.851.111	11,624	0	0,000	12.851.111	11,624	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Dynamo Administração de Recursos Ltda.						
72.116.353/0001-62	brasileira-RJ	Não	Não	03/02/2020		
4.351.071	3,935	0	0,000	4.351.071	3,935	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Dynamo Internacional Gestão de Recursos Ltda.						
07.880.927/0001-02	brasileira-RJ	Não	Não	03/02/2020		
4.230.314	3,826	0	0,000	4.230.314	3,826	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Fabrício Ghinato Mainieri						
752.322.510-15	brasileira-RS	Sim	Sim	28/10/2013		
415.008	0,375	0	0,000	415.008	0,375	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO						
043.580.888-56	brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013		
1.302.147	1,178	0	0,000	1.302.147	1,178	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ignácio Dauden Martinez						
213.279.458-86	espanhola-SP	Sim	Sim	28/10/2013		
1.801.895	1,630	0	0,000	1.801.895	1,630	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Leonardo Barros Haddad						
257.041.918-43	brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013		
20.000	0,018	0	0,000	20.000	0,018	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Marcelo Battistella Bueno						
171.266.448-41	brasileira-SP	Sim	Sim	29/01/2020		
8.266.670	7,477	0	0,000	8.266.670	7,477	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Maurício Nogueira Escobar						
179.933.738-32	brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013		
3.167.561	2,865	0	0,000	3.167.561	2,865	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
52.303.125	46,800	0	0,000	52.303.125	46,800	
Ricardo Cançado Gonçalves de Souza						
250.347.826-34	brasileira-MG	Sim	Sim	28/10/2013		
904.615	0,818	0	0,000	904.615	0,818	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rodrigo Rossetto Dias Ramos						
142.018.098-38	Brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013		
770.368	0,697	0	0,000	770.368	0,697	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Rômulo Faccini Castanho						
275.264.818-93	brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013		
5.576.873	5,044	0	0,000	5.576.873	5,044	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
111.122.935	100,000	0	0,000	111.122.935	100,000	

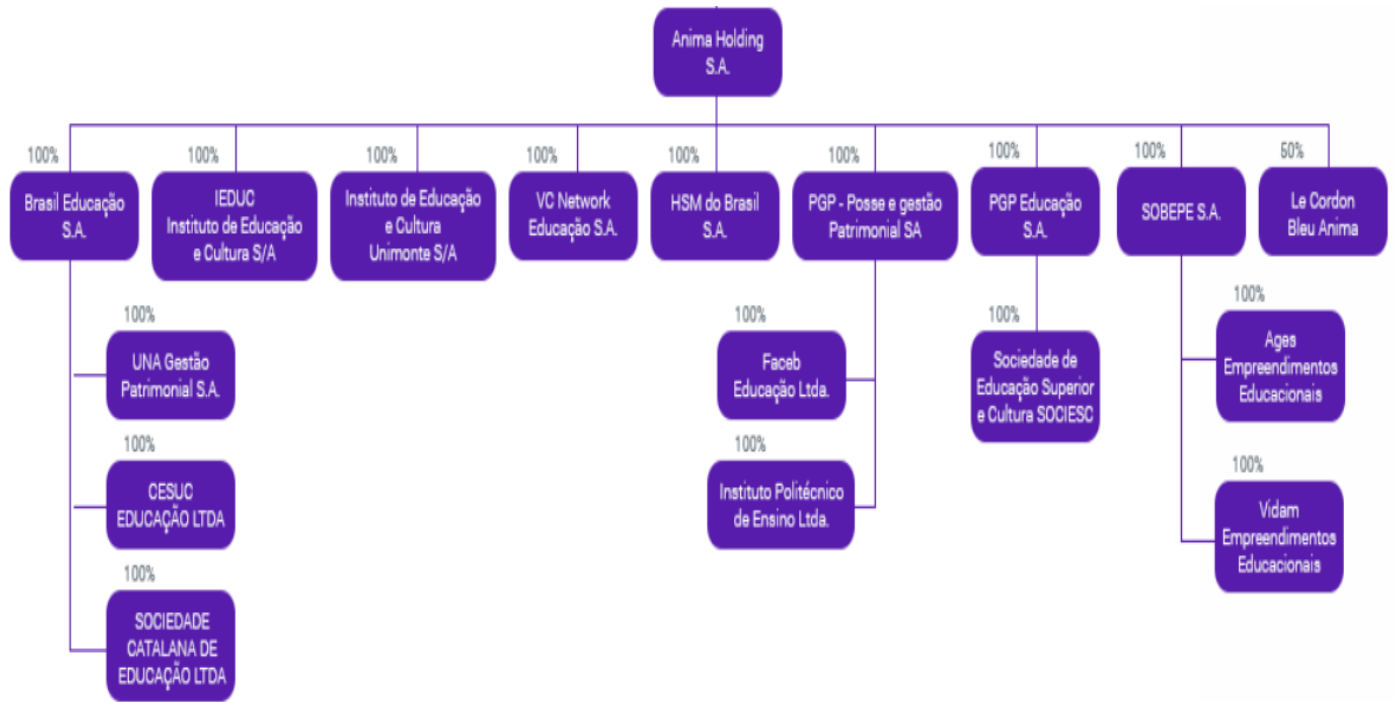
15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/01/2020
Quantidade acionistas pessoa física	6.811
Quantidade acionistas pessoa jurídica	425
Quantidade investidores institucionais	424

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	72.891.620	65,930%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	72.891.620	65,930%



- (1) IEDUC – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA S.A. é a nova denominação social de INSTITUTO MINEIRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNI-BH S.A.
- (2) BRASIL EDUCAÇÃO S.A. é a nova denominação social de MINAS GERAIS EDUCAÇÃO S.A.
- (3) PGP EDUCAÇÃO S.A. é a nova denominação social de HSM EDUCAÇÃO S.A.
- (4) A SOCIESC tem como únicas associadas a PGP EDUCAÇÃO S.A. e a PGP – GESTÃO PATRIMONIAL S.A

Possuímos atualmente um acordo de acionistas arquivado em nossa sede.

Trata-se do acordo celebrado em 23 de agosto de 2013 entre os Srs. Daniel Faccini Castanho, Marcelo Battistella Bueno, Maurício Nogueira Escobar, Átila Simões da Cunha, Flávio Korn, Ignácio Dauden Martinez, Rodrigo Rossetto Dias Ramos, Ricardo Cançado Gonçalves de Souza, Fabrício Ghinato Mainieri, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Leonardo Barros Haddad, Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto, Rômulo Faccini Castanho e Ryon Cássio Braga (em conjunto, “Acionistas Originais”) (o “Acordo de Acionistas Originais”).

Em 12 de maio de 2016, o sr. Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto desvinculou-se do “Acordo de Acionistas Originais”. Em 07 de abril de 2017, os srs. Flávio Korn e Ryon Cássio Braga também se desvincularam do “Acordo de Acionistas Originais”.

Os principais termos e condições do Acordo de Acionistas Originais celebrado entre nossos Acionistas Originais em 23 de agosto de 2013 estão descritos abaixo.

a. partes

São partes no acordo de acionistas: (i) Daniel Faccini Castanho; (ii) Marcelo Battistella Bueno; (iii) Maurício Nogueira Escobar; (iv) Átila Simões da Cunha; (v) Flávio Korn; (vi) Ignácio Dauden Martinez; (vii) Rodrigo Rossetto Dias Ramos; (viii) Ricardo Cançado Gonçalves de Souza; (ix) Fabrício Ghinato Mainieri; (x) Gabriel Ralston Correa Ribeiro; (xi) Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto; (xii) Romulo Faccini Castanho; (xiii) Leonardo Barros Haddad e (xiv) Ryon Cássio Braga (doravante designados, em conjunto, como “Acionistas” e, individual e indistintamente, como “Acionista”) e, ainda, a nossa Companhia e a RNE Gestão Patrimonial S.A. (“RNE”), como intervenientes anuentes.

b. data de celebração

23/08/2013

c. prazo de vigência

O prazo de vigência será de 15 (quinze) anos, condicionada à publicação do Anúncio de Início.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Sujeitam-se ao Acordo todas as ações detidas pelos Acionistas na data de sua celebração, bem como todas as ações que venham a ser subscritas ou adquiridas pelos Acionistas durante sua vigência (“Ações Vinculadas”).

Os Acionistas obrigam-se a exercer o seu direito de voto relativo às Ações Vinculadas em nossas assembleias gerais de maneira a cumprir com os termos e condições do Acordo de Acionistas, sempre no mesmo sentido e teor, fazendo, ainda, com que os membros por eles indicados ao nosso Conselho de Administração também exerçam seus direitos de voto em nossas Reuniões do Conselho, sempre no mesmo sentido e teor.

Os Acionistas se reunirão previamente a qualquer conclave (“Reunião Prévia”) e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os Acionistas e pelos membros do Conselho de Administração por eles indicados.

Além disso, a deliberação dos nossos aumentos de capital deverão ser aprovados pela maioria das Ações Vinculadas dos Acionistas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Todos os Acionistas poderão, nas Reuniões Prévias, indicar candidatos aos cargos de Conselheiros efetivos e suplentes da nossa Companhia, dos quais serão escolhidos pelos Acionistas, como candidatos efetivos, aqueles aprovados pelos Acionistas Originais que representem a maioria das Ações Vinculadas dos Acionistas. Após escolhidos os nomes nas Reuniões Prévias, todos os Acionistas Originais deverão votar de forma unânime, no dia da assembleia de eleição do Conselho de Administração, de maneira a eleger os candidatos escolhidos pelos Acionistas Originais nas Reuniões Prévias.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Observado o disposto no Acordo de Acionistas, na hipótese de um Acionista pretender transferir uma parte ou a totalidade das Ações Vinculadas, deverá notificar os demais Acionistas, se for o caso, informando sua intenção transferir uma parte de suas Ações Vinculadas. Quando os Acionistas receberem uma notificação, informando sua intenção do Acionista de transferir uma parte de suas Ações Vinculadas, os Acionistas notificados, terão o direito primário de preferência para aquisição, no prazo de 30 (trinta) dias úteis e nas mesmas condições.

Caso algum Acionista não exerça o direito de preferência primário a que faça jus, no prazo avençado, o mesmo será repassado proporcionalmente aos outros Acionistas, obedecida a proporção detida por cada qual no bloco composto por todos os demais Acionistas, para exercício no prazo de 15 (quinze) dias úteis, processo que se repetirá até que não reste mais participação a adquirir. Caso ainda reste participação a adquirir, aplicar-se-á o eventual direito de preferência concedido a acionista que não seja parte no Acordo.

Além do direito de preferência mencionado acima, os Acionistas outorgarão e concederão à RNE, empresa que controlam, opções de compra para a aquisição, pela RNE, da totalidade das Ações que cada Acionista detém em nossa Companhia. O exercício de cada opção de compra se dará no prazo de até 15 (quinze) anos, e poderá ser exercido apenas se e quando um ou mais Acionista(s) vier(em) a falecer.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Os Acionistas se reunirão em Reunião Prévia e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os membros do Conselho de Administração por eles indicados.

Acordo de Acionistas entre os Acionistas Originais e Península Fundo de Investimento em Participações

Em 23 de setembro de 2014 foi celebrado entre o Península Fundo de Investimento em Participações (“Península FIP”) e os nossos Acionistas Originais um acordo de acionistas.

Em 14 de fevereiro de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações (“Península FIP”), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais, passando a existir, portanto, apenas o Acordo de Acionistas Originais.

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia no período aplicável.

Evento	Aquisição da Faceb
Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade das quotas da FACEB Educação Ltda., pela PGP –Posse Gestão Patrimonial S.A., nossa subsidiária integral, por R\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais), sendo uma parcela única de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), que poderia ser ajustada conforme apuração dedvida ou caixa líquido, na data do fechamento da operação, e R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), em 10 (dez) parcelas anuais, corrigidas por uma média simples dos seguintes índices de correção monetária: IGP-M, IPC-A e INPC, cuja primeira parcela teria seu vencimento em 12 (doze) meses após a data do fechamento. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) de earn-out, a serem pagos entre 2018 e 2023, conforme cumprimento de metas financeiras e operacionais.
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., PGP –Posse Gestão Patrimonial S.A., e FACEB Educação Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve efeito no quadro societário da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.
Evento	Aquisição da Eurolatino Participações Ltda. e do Instituto Politécnico Ltda.

Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade das quotas da Eurolatino Participações Ltda. e do Instituto Politécnico Ltda., pela PGP –Posse Gestão Patrimonial S.A., nossa subsidiária integral, por R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatromilhões de reais), sendo uma parcela única de R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), que poderia ser ajustada conforme apuração de dívida ou caixa líquido, na data do fechamento da operação, e R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e quinhentos mil reais), a serem pagos em 74 prestações mensais, corrigidos à taxa de 12% a.a. (doze por cento ao ano) mais correção pela TR.
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., PGP –Posse Gestão Patrimonial S.A., Eurolatino Participações Ltda. e Instituto Politécnico Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve efeito no quadro societário da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição da CESUC Educação S.S. Ltda e da Sociedade Catalana de Educação S/C Ltda.
Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade das quotas da CESUC Educação S.S. Ltda e da Sociedade Catalana de Educação S/C Ltda., Brasil Educação S.A., nossa subsidiária integral, por R\$ 31.250.000,00 (trinta e um milhões, duzentos e cinquenta mil reais), sendo uma parcela de entrada de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a paga na data do fechamento da operação, e R\$ 21.250.000,00

	(vinte um milhões, duzentos e cinquenta mil reais), pagos em 5 prestações anuais, corrigidos por inflação (variação da média aritmética entre o IPCA, INPC e IGP-M), além de um contrato de locação de longo prazo dos imóveis onde estão instaladas as instituições. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais) de earn-out, a ser quitado entre 2019 e 2021, conforme cumprimento de metas para o resultado operacional.
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., Brasil Educação S.A., CESUC Educação S.S. Ltda e Sociedade Catalana de Educação S/C Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve efeito no quadro societário da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição da dos direitos de manutenção da Faculdade Jangada
Principais condições do negócio	Aquisição dos direitos de manutenção da Faculdade Jangada, pela nossa subsidiária integral PGP Educação S.A., por R\$ 7.600.000,00 (sete milhões e seiscentos mil reais), sendo uma entrada de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), paga na data do fechamento da operação, e R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais), pagos em 4 prestações anuais, corrigidas pela inflação (média aritmética simples entre o IPCA e o IGPM), além de um contrato de locação com prazo de 5 anos do imóvel que abriga o novo campus da instituição.
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., PGP Educação S.A. e Faculdade Jangada

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não se aplica.
Quadro societário antes e depois da operação	Não se aplica.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição dos direitos de manutenção da Faculdade Divinópolis
Principais condições do negócio	Aquisição dos direitos de manutenção da Faculdade Divinópolis, pela nossa subsidiária integral, SOCIESC Educação Ltda., por R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), com pagamento em cinco anos, sendo uma entrada de R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil de reais), paga na data do fechamento da operação, uma primeira parcela no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), 12 meses após o fechamento e mais 4 prestações anuais no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a serem todas corrigidas pela inflação (IPCA).
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., SOCIESC Educação Ltda. e Faculdade Divinópolis
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.

Quadro societário antes e depois da operação	Não houve efeito no quadro societário da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição da AGES Empreendimentos Educacionais Ltda e da Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP
Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade da participação societária da AGES Empreendimentos Educacionais Ltda e da Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, pela nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, nas seguintes condições: a) pagamento de R\$49,7 Milhões, relativos à aquisição de 74,03% das cotas das sociedades adquiridas, na data do fechamento, sendo R\$44,7 milhões 3 dias após a data do fechamento da transação, e R\$5 milhões em até 60 dias após a data de fechamento; b) aporte de capital nas sociedades adquiridas para pagar R\$65,3 milhões de dívidas das sociedades adquiridas, previamente definidas, aí considerados dividendos pretéritos devidos aos vendedores, dívidas bancárias e outros passivos; c) anuência com o aporte, pelos vendedores, no capital social da SOBEPE, de 25,97% das cotas que eles ainda deterão nas sociedades adquiridas, ao valor total de R\$35,0 milhões. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 50 milhões de earn-out, de acordo com o cumprimento de metas acordadas entre as partes, diretamente relacionadas a operação de medicina e ao crescimento da vertical de saúde.
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, AGES Empreendimentos Educacionais Ltda e Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do	Antes da operação a Companhia possuía 78.556.015 ações. Após a operação, tendo emitido 1.652.502 novas ações, a Companhia passou a ter 80.208.517 ações.

controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Nenhum acionista anterior à operação sofreu alterações no número de suas ações em virtude da operação, apenas sua participação foi diluída na proporção do aumento de capital.
Quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação, a participação societária da AGES Empreendimentos Educacionais Ltda e da Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP eram detidos por José Wilson dos Santos e Vitoria Melina Santana Ferreira dos Santos, passando, por sua vez, para o nosso controle indireto. Além disso, o Professor José Wilson dos Santos e a Vitoria Melina Santana Ferreira dos Santos passaram a deter cerca de 2,04% e 0,02% da Ânima Holding S.A., respectivamente.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição dos direitos de manutenção da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
Principais condições do negócio	Assinatura de contrato que concede direitos de aquisição da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Para a concessão do direito, a Ânima ou uma de suas subsidiárias obrigou-se a i) depositar, em favor da Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (“Fundação”), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação da operação, um valor equivalente a R\$20 milhões, a título de prêmio pela outorga da opção; e ii) conceder à Fundação empréstimos, até o fim de janeiro de 2020, ou fiança ou aval, para, consoante plano de reestruturação apresentado pela Fundação ao Ministério Público, contribuir no equacionamento das dívidas da Fundação e custear a execução do plano, tudo de forma escalonada e com limite máximo de R\$93 milhões. Caso sejam superadas as condições suspensivas e haja exercício da opção, em contra-partida à transferência de manutenção da UNISUL se compromete a Ânima a pagar à Fundação o valor da diferença entre o prêmio pago pela Opção e o valor global de R\$ 300 milhões, a ser quitado da seguinte forma: (i) deverão ser compensados os valores dos empréstimos não pagos até a data

	do fechamento; e (ii) deverão ser abatidos do saldo todos os valores necessários para quitação do saldo devedor, em pecúcia, relativo ao PROIES, a serem calculadas na data do fechamento, passando a ser de responsabilidade da Ânima as parcelas vincendas de referida dívida.
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	N.A.
Quadro societário antes e depois da operação	N.A.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda
Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade das quotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., pela nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., nas seguintes condições: (i) aquisição de 84,61538% das cotas pertencentes aos alienantes pelo valor R\$ 110 Milhões em dinheiro, sendo: a. R\$ 104,5 milhões na data do fechamento da transação; e b. R\$ 5,5 milhões em até 30 dias após a data de fechamento da operação, sujeito a um ajuste conforme a variação do endividamento líquido e do capital de giro da sociedade apurados no mês imediatamente anterior à data de fechamento; e (ii) anuência com o aporte, pelos alienantes, no capital social da VC Network Educação S.A., de 15,38462% das cotas que eles detêm na Administradora

	Educacional Novo Ateneu Ltda, a valor contábil, cujo valor de mercado é estimado em R\$20 milhões;
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., VC Network Educação S.A., Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	<p>A Companhia possui 80.208.517 ações. Após a aprovação pelo CADE da operação, a Companhia irá emitir uma quantidade de novas ações equivalente a R\$20 milhões, considerando a média aritmética do preço de fechamento das Ações da Ânima Educação nos pregões dos últimos 30 dias anteriores à Data de Fechamento, o que resultará em um novo total de ações da Companhia.</p> <p>Nenhum acionista anterior à operação sofrerá alterações no número de suas ações em virtude da operação, apenas sua participação será diluída na proporção do aumento de capital.</p>
Quadro societário antes e depois da operação	Não se aplica.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 15 foram descritas nos itens acima.

Temos por política realizar operações com partes relacionadas com estrita observância dos preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que estabelece o dever do acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, de se abster de votar nas deliberações relativas (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o nosso. A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Na reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 26 de julho de 2019, foi aprovado a Política de Transações com Partes Relacionadas. O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas quando da ocorrência de transações com partes relacionadas, assegurando a comutatividade e transparência das operações aos acionistas, investidores e outras partes interessadas, que as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas sejam conduzidas dentro dos parâmetros de mercado, priorizando os melhores interesses da Companhia, pautando-se no disposto nas melhores práticas de governança corporativa, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado.

No curso regular de nossos negócios, contratamos operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais, para afastar favorecimentos intercompanhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva de nossa Administração e observam as diretrizes especificadas em nossa Política de Transação com Partes Relacionadas.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S/A	07/02/2019	9.232.000,00	4.340.000,15	9.232.000,00	12 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo celebrado entre o Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A., na qualidade de mutuante e a nossa Companhia, na qualidade de mutuária, tendo em vista regularizar todo e qualquer empréstimo que a mutuária venha a contrair com a mutuante para fins de suprir necessidades de capital de giro. Nos termos do contrato, as partes convencionaram que os montantes mutuados não incidirão juros e que os valores e respectivas datas de vencimento dos empréstimos serão definidos posteriormente						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Regularizar todo e qualquer empréstimo que a mutuária venha a contrair com a mutuante para fins de suprir necessidades de capital de giro.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S/A	02/05/2019	10.140.000,00	10.140.000,00	10.140.000,00	12 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo celebrado entre o Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A., na qualidade de mutuante e a nossa Companhia, na qualidade de mutuária, tendo em vista regularizar todo e qualquer empréstimo que a mutuária venha a contrair com a mutuante para fins de suprir necessidades de capital de giro. Nos termos do contrato, as partes convencionaram que os montantes mutuados não incidirão juros e que os valores e respectivas datas de vencimento dos empréstimos serão definidos posteriormente						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Regularizar todo e qualquer empréstimo que a mutuária venha a contrair com a mutuante para fins de suprir necessidades de capital de giro.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Instituto Anima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura	18/10/2018	9.908.068,26	9.908.068,26	9.908.068,26	132 meses	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de Mútuo celebrado entre o Instituto Anima Sociesc, na qualidade de mutuária e a nossa Companhia na qualidade de mutuante para fomento de projetos de pesquisas do Instituto.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Tendo em vista a celebração de convênio para fomento de projetos de pesquisas do Instituto Ânima SOCIESC de Inovação, Pesquisa e Cultura que visam o desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino, os quais serão de co-propriedade da Mutuante como contrapartida do presente empréstimo.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

a) Medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse.

Adotamos em situações de conflitos de interesses as práticas de governança previstas pela legislação vigente, bem como as normas estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3. Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nossos acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a B3 obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em nosso Estatuto Social e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado.

Adicionalmente, nosso Estatuto Social prevê que deve ser previamente aprovada por nosso Conselho de Administração a realização, por nós e/ou nossas controladas ou subsidiárias, de qualquer negócio com quaisquer dos nossos administradores e/ou acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o acionista controlador tenham interesse, não sendo vedadas, entretanto (a) operações comerciais diretamente relacionadas ao nosso objeto social e/ou nossas controladas ou subsidiárias; (b) prestação de serviços realizada por nós às empresas em que tivermos participação; desde que, em qualquer caso, realizada em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

b) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições ou do pagamento compensatório adequado.

Nossas transações com partes relacionadas são celebradas em condições comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas.

Os contratos de empréstimos firmados com nossas partes relacionadas descritas no item 16.2 acima foram realizados com taxas equivalentes aos demais contratos de empréstimos firmados com terceiros. Mesmo que no momento da transação não tenha sido estipulado a incidência de nenhuma taxa de juros, normalmente liquidamos estas operações aplicando uma taxa de juros vinculada a indexadores, principalmente INPC ou CDI, nos mesmos termos utilizados amplamente para transações em geral no mercado.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 16 foram descritas nos itens acima.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2020	1.651.624.313,76		111.122.935	0	111.122.935
Tipo de capital	Capital Autorizado				
24/10/2013	0,00		6.121.141	0	6.121.141

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/10/2019	Assembleia	25/10/2019	34,999,992.36	Subscrição particular	1,652,502	0	1,652,502	7.05061176	21.18	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		A Relação de Substituição mencionada na Cláusula 2.1. do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da SOBEPE, anexo I da Proposta da Administração referente a AGE realizada em 25.10.2019 foi suportada pelos valores de mercado da ÂNIMA e da SOBEPE, observado os seguintes parâmetros: (i) o valor de mercado das ações da ÂNIMA foi apurado de acordo com o pregão do dia 02/08/2019 no valor de R\$ 21,18; e, (ii) o valor econômico das ações da SOBEPE foi apurado de acordo com a negociação realizada com os acionistas.								
Forma de integralização		As Ações emitidas pela ÂNIMA foram integralizadas com as ações ordinárias em que se divide o capital social da SOBEPE, atribuídas aos acionistas da SOBEPE, de acordo com a Relação de Substituição mencionada na Cláusula 2.1. do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da SOBEPE, anexo I da Proposta da Administração referente a AGE realizada em 25.10.2019.								
29/01/2020	Conselho de Administração	29/01/2020	1,100,213,600.00	Subscrição pública	30,350,720	0	30,350,720	37.83977205	36.25	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O Preço por Ação de R\$36,25 (trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil ("Investidores Institucionais Locais" e, em conjunto com Investidores Estrangeiros, "Investidores Profissionais"), realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, junto aos Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia ("Procedimento de Bookbuilding").								
Forma de integralização		Os valores mobiliários da Companhia subscritos foram integralizados à vista, em moeda corrente nacional.								
29/04/2020	Assembleia Geral	05/05/2020	20,000,005.04	Subscrição particular	563,698	0	563,698	1.22577268	35.48	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		A Relação de Substituição mencionada na Cláusula 2.1. do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da VC Network, anexo II da Proposta da Administração referente a AGOE realizada em 29.04.2020 foi suportada pelos valores de mercado da ÂNIMA e da VC Network, observado os seguintes parâmetros: (i) o valor de mercado das ações da ANIMA foi apurado de acordo com a a média aritmética do preço de fechamento dos pregões dos últimos 30 (trinta) dias anteriores a 10/02/2020, que equivale ao valor de R\$35,48 (trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos); e, (ii) o valor econômico das ações da VC foi apurado de acordo com a negociação realizada com os acionistas.								
Forma de integralização		A Relação de Substituição mencionada na Cláusula 2.1. do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da VC Network, anexo II da Proposta da Administração referente a AGOE realizada em 29.04.2020 foi suportada pelos valores de mercado da ÂNIMA e da VC Network, observado os seguintes parâmetros: (i) o valor de mercado das ações da ANIMA foi apurado de acordo com a a média aritmética do preço de fechamento dos pregões dos últimos 30 (trinta) dias anteriores a 10/02/2020, que equivale ao valor de R\$35,48 (trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos); e, (ii) o valor econômico das ações da VC foi apurado de acordo com a negociação realizada com os acionistas.								

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente, desdobramentos, grupamentos e/ou bonificações de ações da companhia.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente, reduções do capital social da Companhia.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 17 foram descritas nos itens acima.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Conforme a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído como dividendo mínimo obrigatório entre todas as ações. A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado, sendo tal reserva revertida no exercício em que deixar de existir razões que justifiquem sua manutenção. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que suspendamos a distribuição obrigatória de dividendos de qualquer exercício social caso o Conselho de Administração informe a AGO que tal distribuição seria inviável dada a nossa situação patrimonial.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Obedecido ao disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial das ações, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social nem as deliberações tomadas em Assembleia Geral podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos nossos lucros sociais, (ii) participar do nosso acervo, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar nossa gestão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição das ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se do quadro de nossos acionistas nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Nossas ações são listadas no segmento do Novo Mercado, da B3. Para informações sobre as regras que obriguem a realização de oferta pública, favor consultar o Item 18.2 abaixo.

Não há, em nosso Estatuto Social, regras que representam limitações ao exercício do direito de voto. Cada ação ordinária representa 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Com relação à obrigação de realização de oferta pública, o nosso Estatuto Social prevê:

Artigo 23 – *Qualquer terceiro, que, de forma direta ou indireta, adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos deste artigo (“OPA”).*

Parágrafo Primeiro – *A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) imutável após a publicação do seu edital, lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo segundo deste artigo 23 paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de ações de emissão da Companhia; e (vi) instruída com laudo de avaliação, elaborado por instituição que atenda o disposto neste Estatuto Social.*

Parágrafo Segundo – *O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre: (i) Valor Econômico definido em laudo de avaliação elaborado de acordo com os procedimentos previstos em lei e regulamentação aplicável; e (ii) valor da ação na última oferta pública de aquisição de ações da Companhia realizada e efetivada nos 24 (vinte e quatro) meses antecedentes à data do evento de que trata o caput do presente artigo, corrigido monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.*

Parágrafo Terceiro – *A realização da OPA mencionada no caput deste artigo 23 não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.*

Parágrafo Quarto – *A realização da OPA mencionada no caput deste artigo 23 poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:*

- (I) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número de acionistas;*
- (II) a dispensa de realização da OPA será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos acionistas presentes; e (iii) não serão computadas as ações detidas pelo terceiro adquirente para fins do quórum de deliberação, conforme item “(ii)” acima.*

Parágrafo Quinto - *O terceiro adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.*

Parágrafo Sexto - *Na hipótese do terceiro adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o terceiro adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do terceiro adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do terceiro adquirente*

por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo Sétimo - *Qualquer terceiro adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) Derivativos que deem direito a ações da Companhia representando 20% (vinte por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste artigo 23.*

Parágrafo Oitavo – *As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 22 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo terceiro adquirente das obrigações constantes deste artigo 23.*

Parágrafo Nono – *O disposto neste artigo 23 não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia ou da Companhia por outra sociedade; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) do resgate de ações; (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas; (vi) em decorrência da realização de OPA obrigatória nos termos deste Estatuto Social, do Regulamento do Novo Mercado ou da regulamentação emitida pela CVM; (vii) da aquisição de ações vinculadas a acordo de acionistas do qual participe o Acionista Controlador, as quais, enquanto perdurar esse vínculo, não são Ações em Circulação; e (viii) da alienação de ações detidas pelo Acionista Controlador, incluindo a Alienação de Controle pelo Acionista Controlador.*

Parágrafo Décimo - *Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.*

O nosso Estatuto Social não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social		31/12/2018									
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado	Valor maior cotação	Valor menor cotação	Fator cotação	Valor média cotação	
						Unidade	Unidade	Unidade		Unidade	
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	451.866.766	29,50	23,85	R\$ por Unidade	27,01	
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	283.806.961	25,00	15,04	R\$ por Unidade	19,96	
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	359.619.661	16,44	11,69	R\$ por Unidade	14,11	
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	281.409.560	18,09	13,17	R\$ por Unidade	16,39	
Exercício social		31/12/2017									
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado	Valor maior cotação	Valor menor cotação	Fator cotação	Valor média cotação	
						Unidade	Unidade	Unidade		Unidade	
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	87.972.680	14,38	12,81	R\$ por Unidade	13,66	
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	162.633.070	17,50	12,95	R\$ por Unidade	15,21	
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	188.960.471	23,10	15,53	R\$ por Unidade	18,41	
29/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	428.612.100	28,30	22,50	R\$ por Unidade	24,80	
Exercício social		31/12/2016									
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado	Valor maior cotação	Valor menor cotação	Fator cotação	Valor média cotação	
						Unidade	Unidade	Unidade		Unidade	
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	217.559.379	14,05	9,23	R\$ por Unidade	10,95	
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	160.081.991	14,39	9,45	R\$ por Unidade	10,80	
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	110.344.940	15,86	12,14	R\$ por Unidade	13,87	
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	94.531.053	14,83	11,69	R\$ por Unidade	13,16	

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	29/05/2018
Data de vencimento	29/05/2023
Quantidade	150.000.000
Valor total	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	150.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539" e "Investidores Profissionais", respectivamente), conforme disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a partir da Data de Integralização, inclusive, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade, e não menos do que a totalidade, das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo deverá ocorrer mediante envio de comunicado aos debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário e à B3 ou publicação de comunicado aos debenturistas nos termos da Escritura de Emissão. O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Ânima será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se for o caso, calculada pro rata temporis, desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, e acrescido de um prêmio incidente sobre tal montante equivalente a (i) 2,00% (dois por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre a Data de Integralização e 24 de maio de 2019, inclusive; (ii) 1,50% (cento e cinquenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 25 de maio de 2019, exclusive, e 18 de maio de 2020, inclusive; (iii) 1,00% (um por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 19 de maio de 2020, exclusive, e 13 de maio de 2021, inclusive; e (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 14 de maio de 2021, exclusive, e 03 de maio de 2023, inclusive calculado conforme disposto na Escritura de Emissão e de Encargos Moratórios (conforme definido) devidos e não pagos até a data do referido resgate.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático, sendo as principais: i. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Ânima e/ou de suas controladas e de suas coligadas (conforme definição prevista no artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das S/A), desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) da receita líquida da Ânima, com base nas demonstrações financeiras divulgadas relativas ao último exercício social da Ânima ("Controladas Relevantes" e "Coligadas Relevantes", respectivamente) e/ou da Companhia, independentemente do deferimento do pedido e/ou processamento; ii. extinção, liquidação, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Ânima e/ou de suas Controladas Relevantes e de suas Coligadas Relevantes e/ou da Companhia; iii. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures pela Ânima ou pela Companhia, na respectiva data de pagamento, desde que tal inadimplemento não seja sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data do respectivo vencimento; iv. protestos legítimos de títulos contra a Ânima, Controladas Relevantes e/ou Coligadas Relevantes e/ou contra a Companhia, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse: (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia, salvo, em qualquer caso, se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Ânima e/ou pela Companhia ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação de protesto, ou no prazo determinado na notificação, o que for menor; v. vencimento antecipado ou declaração de vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Ânima, de suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes ou da Companhia, no mercado local ou internacional, em valor agregado igual ou superior a (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia; vi. não cumprimento de qualquer decisão administrativa, decisão arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra a Ânima, suas Controladas Relevantes e/ou Coligadas Relevantes e/ou contra a Companhia, em valor agregado igual ou superior a (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia; vii. redução de capital social da Ânima e/ou da companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 30, da Lei das S/A; (viii) caso a Emissora esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão, distribuição ou pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora de dividendos ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações; e (ix) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos Artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações. (x) existência contra a Emissora e/ou contra a Garantidora de condenação judicial ou arbitral, relacionados a infrações ou crimes ambientais, atos que importem trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, ou proveito criminoso da prostituição.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas.

Identificação do valor mobiliário	2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	11/11/2019
Data de vencimento	11/11/2024
Quantidade	350.000

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor total	350.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	350.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539" e "Investidores Profissionais", respectivamente), conforme disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento das debêntures resgatadas, que será endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na escritura de emissão.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático, sendo elas: (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na Escritura de Emissão não sanada dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do inadimplemento; (b) inadimplemento de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora e/ou de quaisquer das Fiadoras no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior; (c) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras exceto para eventos de liquidação, dissolução ou extinção no âmbito de reorganização societária que não acarretem a perda do controle direto ou indireto dos atuais controladores da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme aplicável; (d) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira, no mercado de capitais local ou internacional, assumidas em quaisquer contratos (inclusive de natureza financeira, local ou internacional), da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; (e) redução de capital da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, sem o consentimento prévio dos debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na escritura de emissão), a ser deliberado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se os bens ou recursos que forem utilizados para quitar o capital reduzido exclusivamente da Fiadora for vertido para a Emissora e/ou para demais Fiadoras, caso em que não será configurado Evento de Inadimplemento; (f) transformação da Emissora em sociedade limitada ou, ainda, alteração no estatuto social da Emissora ou estatuto social ou contrato social de qualquer uma das Fiadoras, conforme o caso, que visem alterar as atividades principais da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme o caso; (g) a Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da escritura de emissão, sem a prévia anuência de 90% (noventa por cento) dos debenturistas; (h) cisão, fusão incorporação, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária, da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras que gere a versão de patrimônio para outra companhia não integrante do grupo econômico da emissora (inclusive por meio de incorporação de ações), sem o consentimento prévio dos debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, a ser deliberado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas; (i) constituição, pela Emissora, de qualquer nova dívida que tenha preferência na ordem de pagamento às debêntures em concurso entre credores (i.e., dívida sênior), excetuando-se endividamentos com garantias de qualquer modalidade, desde que as respectivas garantias sejam compartilhadas pari passu com os debenturistas; [continua em outras características relevantes]

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Outras características relevantes**

(j) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos documentos da Oferta e/ou qualquer de suas disposições, tornem-se inválidos ou ineficazes, em quaisquer dos casos desde que em virtude de decisão ou sentença judicial transitada em julgado; (k) não cumprimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras das normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção, conforme definido na escritura de emissão; ou (l) não cumprimento de leis e regras locais aplicáveis à Emissora e/ou às Fiadoras, especialmente trabalhistas que importem trabalho infantil (excetuado o menor aprendiz), trabalho análogo ao escravo ou proveito criminoso da prostituição e ambientais. Ademais, ressalta-se que, nos termos da escritura de emissão das debêntures, a emissão conta com garantia fidejussória, qual seja, fiança, em favor dos debenturistas.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	1

As ações de nossa emissão são admitidas a negociação na B3 – BRASIL, BOLSA, BALCÃO sob a sigla “ANIM3”.

As debêntures de nossa 1ª Emissão de Debêntures foram depositadas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento Cetip UTM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As debêntures de nossa 2ª Emissão de Debêntures foram depositadas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento Cetip UTM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não aplicável, vez que, até a data deste Formulário de Referência, os nossos valores mobiliários não são admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, vez que, até a data deste Formulário de Referência, não emitimos títulos no exterior.

Em 29 de maio de 2018 realizamos nossa 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.385, “de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e demais leis e regulamentações aplicáveis. O valor total da Emissão foi de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), ao valor unitário de R\$1,00 na data de emissão, correspondentes a 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) debêntures.

Por sua vez, em 11 de novembro de 2019 realizamos nossa 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários”, da Instrução CVM 476 e demais leis e regulamentações aplicáveis. O valor total da Emissão foi de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), ao valor unitário de R\$1.000,00 na data de emissão, correspondentes a 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures.

Além das operações descritas acima, nos últimos 3 exercícios sociais, não ocorreram outras ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros relativas a valores mobiliários do emissor.

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos oriundos da nossa 1ª (primeira) Emissão de Debêntures foram utilizados para reforço do capital de giro da Companhia e investimentos em bens de capital.

Os recursos oriundos da nossa 2ª (segunda) Emissão de Debêntures foram utilizados para a recomposição de caixa decorrente de aquisição de participações societárias.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

Até a data deste Formulário de Referência, não realizamos quaisquer ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiros.

OFERTA PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS

A Companhia está realizando uma oferta pública de distribuição primária de 30.350.720 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Oferta Restrita”, respectivamente).

A Oferta Restrita é realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Coordenador Líder” ou “XP Investimentos”), do Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI”), do Banco J.P. Morgan S.A. (“J.P. Morgan”) e do Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA”, e, em conjunto com o Coordenador Líder, Bradesco BBI e J.P. Morgan, “Coordenadores da Oferta”), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 476, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”) e demais disposições legais aplicáveis, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”, respectivamente), no Ofício Circular 87/2014-DP, emitido pela B3 em 28 de novembro de 2014 (“Ofício 87/2014”) e nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Anima Holding S.A.”, celebrado entre os Coordenadores da Oferta e a Companhia (“Contrato de Colocação”).

Simultaneamente, no âmbito da Oferta Restrita, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior pela XP Investments US LLC, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo J.P. Morgan Securities LLC e pelo Itaú BBA USA Securities, Inc. (em conjunto “Agentes de Colocação Internacional”) (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* (“SEC”), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado (“Securities Act”) e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que fossem considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores pertencentes às alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, “Investidores Estrangeiros”), que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 (“Resolução CMN 4.373”), e pela Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada (“Instrução CVM 560”), ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada (“Lei 4.131”), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do “Placement Facilitation Agreement”, celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional (“Contrato de Colocação Internacional”).

A quantidade de Ações inicialmente ofertada, foi, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em 35% do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em 7.868.705 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais foram destinadas a atender excesso de demanda constatado no momento em que foi fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo) (“Ações Adicionais”).

Não foi admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita.

A Oferta Restrita é realizada com a exclusão do direito de preferência dos Acionistas, nos termos do

artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e do artigo 5º, parágrafo 7º do estatuto social da Companhia. De forma a dar cumprimento ao disposto no artigo 9º-A, inciso I, da Instrução CVM 476, e de forma a assegurar a participação dos Acionistas na Oferta Restrita, foi concedida aos Acionistas a prioridade para subscrição de até a totalidade das Ações a serem alocadas por meio da Oferta Restrita (“Direito de Prioridade”), observado o limite da proporção de suas participações no capital social da Companhia. Os Acionistas puderam ceder, total ou parcialmente, os seus respectivos Direitos de Prioridade para subscrição das Ações no âmbito da Oferta Prioritária (conforme abaixo definido) para terceiros que fossem Acionistas, assim também identificados na Primeira Data de Corte (conforme abaixo definido), conforme procedimentos previstos no Fato Relevante da Oferta Restrita.

No âmbito da Oferta Restrita e de forma a cumprir com o disposto no artigo 9º-A, inciso I, da Instrução CVM 476, e de forma a assegurar a participação dos Acionistas na Oferta Restrita, foi concedida aos Acionistas a prioridade para subscrição de até a totalidade das Ações da Oferta Restrita (“Prioridade de Subscrição”), e observado o limite da proporção de suas participações no capital social da Companhia (“Oferta Prioritária”), nos termos do procedimento da Oferta Prioritária descrito no Fato Relevante da Oferta Restrita.

Os acionistas controladores da Companhia indicaram aos Coordenadores da Oferta que possuíam a intenção de participar da Oferta Restrita mediante a subscrição de Ações no âmbito da Oferta Prioritária, inclusive mediante a cessão, entre eles, do Direito de Prioridade, buscando manter, após a Oferta Restrita, a mesma proporção detida em conjunto por estes acionistas atualmente no capital social e votante da Companhia. Os Acionistas Controladores que exercessem seu Direito de Prioridade poderiam contratar instrumentos de financiamento para tanto perante os Coordenadores da Oferta e, no âmbito de tais instrumentos, puderam outorgar garantias sobre as ações de emissão da Companhia de sua titularidade que fossem adquiridas no âmbito da Oferta Prioritária.

Após o atendimento da Oferta Prioritária, a Oferta Restrita é destinada exclusivamente aos Investidores Profissionais. Nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, a procura de Investidores Institucionais Locais (conforme abaixo definido), no âmbito da Oferta Institucional, foi limitada a, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Institucionais Locais e a subscrição de Ações limitada a, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Institucionais Locais nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476. Os referidos limites não se aplicam às subscrições por Acionistas (conforme abaixo definido) no âmbito da Oferta Prioritária e à procura e subscrição por Investidores Estrangeiros, observadas eventuais restrições previstas na legislação vigente no país de domicílio de cada Investidor Estrangeiro.

O preço por Ação (“Preço por Ação”) foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, realizado junto aos investidores profissionais, conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (“Investidores Institucionais Locais”) e, em conjunto com Investidores Estrangeiros, “Investidores Profissionais”), no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional, tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Ações, coletadas junto a Investidores Profissionais (“Procedimento de Bookbuilding”). O Preço por Ação não é indicativo de preços que prevalecerão no mercado após a Oferta Restrita.

A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Profissionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta Restrita e a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado estabelecido no artigo 5º, parágrafo 4º do estatuto social da Companhia, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 5º, parágrafo 7º do estatuto social da Companhia, e a concessão aos Acionistas do direito de participação no âmbito da Oferta Prioritária,

bem como seus termos e condições, foram aprovados na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de janeiro de 2020, cuja ata foi submetida a arquivamento perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e foi publicada no jornal “Valor Econômico” e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”), em 25 de janeiro de 2020.

O Preço por Ação, a aprovação do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no artigo 5º, parágrafo 4º do estatuto social da Companhia, e a homologação do aumento de capital foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de janeiro de 2020, cuja ata será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no jornal “Valor Econômico” e no DOESP.

Não haverá procedimento de estabilização do preço das Ações após a realização da Oferta Restrita e, consequentemente, o preço das Ações no mercado secundário da B3 poderá flutuar significativamente após a colocação das Ações.

Apresentamos, abaixo, as seguintes informações selecionadas relacionadas à Oferta Restrita. Para maiores informações sobre a Oferta Restrita, bem como sobre os procedimentos da Oferta Restrita, vide fato relevante divulgado pela Companhia em 19 de janeiro de 2020:

Custos de Distribuição

As comissões devidas aos Coordenadores da Oferta, aos Agentes de Colocação Internacional e as despesas com auditores independentes, advogados, consultores, taxas, traduções e publicidade relacionadas à Oferta Restrita, serão pagas pela Companhia, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta Restrita:

Comissões e Despesas	Valor total ⁽¹⁾	% em relação ao Valor Total da Oferta Restrita	Custo unitário por Ação
	(R\$)		(R\$)
Comissões da Oferta Restrita			
Comissão de Coordenação ⁽²⁾	4.400.854,40	0,40%	0,15
Comissão de Colocação ⁽³⁾	13.202.563,20	1,20%	0,44
Comissão de Garantia Firme de Liquidação ⁽⁴⁾	4.400.854,40	0,40%	0,15
Comissão de Incentivo ⁽⁵⁾	16.503.204,00	1,50%	0,54
Total de Comissões	38.507.476,00	3,50%	1,27
Despesas da Oferta Restrita⁽⁶⁾			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	4.112.862,68	0,37%	0,14
Taxa de Registro B3	450.936,04	0,04%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA	32.401,29	0,00%	0,00
Total de Despesas com Taxas	4.596.200,01	0,42%	0,15
Despesas com Advogados ⁽⁷⁾	2.559.600,00	0,23%	0,08
Despesas com Auditores Independentes	2.300.000,00	0,21%	0,08
Outras Despesas ⁽⁸⁾	1.000.000,00	0,09%	0,03
Total de Outras Despesas	5.859.600,00	0,53%	0,19
Total de Despesas	10.455.800,01	0,95%	0,34
Total de Comissões e Despesas	48.963.276,01	4,45%	1,61

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$36,25.

⁽²⁾ Corresponde a 20% (vinte por cento) da remuneração base que é o Total de Comissões sem considerar a Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Colocação, a ser paga aos Coordenadores da Oferta relativamente aos serviços de coordenação da Oferta.

⁽³⁾ Corresponde a 60% (sessenta por cento) da remuneração base que é o Total de Comissões sem considerar a Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Colocação, a ser paga aos Coordenadores da Oferta relativamente aos serviços de colocação das Ações.

⁽⁴⁾ Corresponde a 20% (vinte por cento) da remuneração base que é o Total de Comissões sem considerar a Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Colocação, a ser paga aos Coordenadores da Oferta pela prestação de Garantia Firme de Liquidação.

⁽⁵⁾ A Comissão de Incentivo, conforme estabelecido pela Companhia e descrito pelo Contrato de Colocação, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, independe de parâmetros objetivos e paga a exclusivo critério da Companhia utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta Restrita. A Comissão de Incentivo é limitada a 1,5% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações ofertadas; e (ii) o Preço por Ação.

⁽⁶⁾ Despesas estimadas da Oferta Restrita assumidas pela Companhia.

⁽⁷⁾ Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

⁽⁸⁾ Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (roadshow).

No contexto da Oferta Restrita, não há outra remuneração devida pela Companhia aos Coordenadores da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Considerando-se o Preço por Ação de R\$36,25, os recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita, após a dedução das comissões e das despesas, são de R\$1.051.250.323,99. A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita para financiar novas aquisições estratégicas bem como a investimentos nas atuais linhas de negócio da Companhia.

Tais recursos serão destinados na proporção abaixo indicada:

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido⁽¹⁾⁽²⁾
Aquisições estratégicas	91,00%	956.637.794,83
Investimentos nas atuais linhas de negócio da Companhia	9,00%	94.612.529,16
Total	100%	1.051.250.323,99

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$36,25.

⁽²⁾ Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta Restrita.

A Companhia está sempre atenta às oportunidades dentro da sua estratégia de crescimento e está continuamente analisando potenciais operações que agreguem valor aos seus acionistas. Na data deste Formulário de Referência, não há uma posição definida sobre potenciais alvos a serem adquiridos pela Companhia, nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas, não tendo celebrado qualquer contrato ou documento vinculante para qualquer tipo de aquisição.

A destinação dos recursos da Oferta Restrita será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas pela Companhia, além de outros fatores que não se pode antecipar. Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos captados na Oferta Restrita poderão ser investidos em aplicações financeiras que a administração da Companhia acredita estarem dentro da sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha, que poderá incluir os Coordenadores da Oferta.

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Restrita quando de sua efetiva utilização, visando ao melhor interesse da Companhia. A aplicação dos recursos captados com a Oferta Restrita depende de vários fatores que a Companhia não pode garantir que venham a se concretizar, dentre os quais, o comportamento do mercado em que a Companhia atua, a habilidade de dar continuidade às atividades regulares da Companhia, desenvolver novos projetos.

Caso os recursos provenientes da Oferta Restrita não sejam suficientes para custear a Destinação dos Recursos acima descrita, a Companhia poderá buscar recursos adicionais, inclusive por meio de instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, realização de oferta de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados local e internacional ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de ações de emissão da Companhia. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta informações sobre a capitalização da Companhia em 30 de setembro de 2019, indicando a situação real naquela data e a posição ajustada para refletir os recursos líquidos captados por meio (i) da 2ª emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$350,0 milhões concluída em 21 de novembro de 2019; (ii) aumento de capital social no valor de R\$35,0 milhões aprovado pela assembleia geral da Companhia realizada em 25 de outubro de 2019; (iii) da Oferta Restrita, estimados em R\$1.051.250.323,99, após a dedução das comissões e despesas da Oferta Restrita e com base no Preço por Ação de R\$36,25.

As informações contidas na tabela abaixo, referentes à coluna "Efetivo em 30 de setembro de 2019", foram extraídas das informações trimestrais consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com demonstrações contábeis e informações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, além das seções 3 "Informações Financeiras Seleccionadas" e 10 "Comentários dos Diretores" deste Formulário de Referência.

	Efetivo em 30 de setembro de 2019	Ajustado⁽¹⁾ (em R\$ milhares)	Ajustado Pós Oferta Restrita⁽²⁾
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (passivo circulante)	226.953	226.953	226.953
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (passivo não circulante)	779.250	1.129.250	1.129.250
Total do patrimônio líquido	683.761	718.761	1.770.011
Capitalização Total⁽³⁾	1.689.964	2.074.964	3.126.214

⁽¹⁾ Ajustado para refletir (a) o recebimento de recursos de R\$350,0 milhões relativos à 2ª emissão de debêntures da Companhia, concluída em 21 de novembro de 2019; e (b) o aumento de capital social no valor de R\$35,0 milhões aprovado pela assembleia geral da Companhia realizada em 25 de outubro de 2019.

⁽²⁾ Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita, estimados em R\$1.051.250.323,99, com base no Preço por Ação e após a dedução das comissões e das despesas estimadas como devidas no âmbito da Oferta Restrita.

⁽³⁾ Capitalização total corresponde à soma total dos empréstimos, financiamentos e debêntures e do patrimônio líquido nas datas indicadas.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e instrumentos financeiros derivativos (Circulante e Não Circulante) contraídos após 30 de setembro de 2019.

Além da 2ª emissão de debêntures da Companhia, concluída em 21 de novembro de 2019, a Companhia está atualmente negociando a contratação de um financiamento junto à *International Finance Corporation (IFC)* no montante de até US\$ 112 milhões (cento e doze milhões de dólares), com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia.

DILUIÇÃO

Em 30 de setembro de 2019, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R\$683,8 milhões e o valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia, era de R\$8,81, representado pelo referido valor contábil total de nosso patrimônio líquido dividido pelo número total de ações ordinárias de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria, que em 30 de setembro de 2019 era de 77.633.499. Ajustando-se todos esses valores para refletir o aumento de capital social no valor de R\$35,0 milhões aprovado pela assembleia geral da Companhia realizada em 25 de outubro de 2019, temos que o valor do patrimônio líquido ajustado da Companhia passou a ser de R\$718,8 milhões e o valor patrimonial ajustado por ação ordinária de emissão da Companhia passou a ser de R\$9,07, representado pelo referido valor contábil total de nosso patrimônio líquido ajustado, após o referido ajuste feito em 25 de outubro de 2019, dividido pelo número total de ações ordinárias de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria, igualmente após o aumento de capital social de 25 de outubro de 2019, equivalentes a 79.286.001.

Após considerarmos a colocação das Ações, pelo Preço por Ação e após a dedução das comissões e das despesas estimadas da Oferta Restrita, o patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2019, ajustado pelo aumento de capital ocorrido em 25 de outubro de 2019, seria de R\$1.770.011,02, representando um valor de R\$16,14 por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de emissão da Companhia, conforme ajustado pelo aumento de capital ocorrido em 25 de outubro de 2019, para os acionistas existentes de R\$7,08 por ação e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de emissão da Companhia, conforme ajustado pelo aumento de capital ocorrido em 25 de outubro de 2019, para novos investidores e Acionistas que subscreverem Ações no âmbito da Oferta Restrita de 55,46%. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação ordinária de emissão da Companhia imediatamente após a Oferta Restrita.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2019 e considerando os impactos da realização da Oferta Restrita:

	Após a Oferta Restrita
	<i>(em R\$, exceto percentagens)</i>
Preço por Ação	36,25
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2019	8,81
Quantidade de ações em 30 de setembro de 2019 ⁽¹⁾	77.633.499
Valor patrimonial contábil ajustado por ação em 30 de setembro de 2019, antes da Oferta Restrita ⁽²⁾	9,07
Quantidade de ações ajustada em 30 de setembro de 2019, antes da Oferta Restrita ⁽³⁾	79.286.001
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2019 ajustado para refletir o aumento de capital de 25 de outubro de 2019 e a Oferta Restrita	16,14
Quantidade de ações em 30 de setembro de 2019, ajustada para refletir o aumento de capital de 25 de outubro de 2019 e a Oferta Restrita ⁽⁴⁾	109.636.721
Aumento do valor patrimonial contábil ajustado por ação em 30 de setembro de 2019 para os atuais acionistas ⁽⁵⁾	7,08
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os novos investidores ⁽⁶⁾	20,11
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta Restrita⁽⁷⁾	55,46%

⁽¹⁾ Quantidade de ações em 30 de setembro de 2019, excluindo as ações em tesouraria.

⁽²⁾ Valor patrimonial contábil por ação, ajustado com o aumento de capital realizado em 25 de outubro de 2019, excluindo as ações em tesouraria.

⁽³⁾ Quantidade de ações em 30 de setembro de 2019, excluindo as ações em tesouraria, ajustado com o aumento de capital realizado em 25 de outubro de 2019.

⁽⁴⁾ Quantidade de ações em 30 de setembro de 2019, excluindo as ações em tesouraria, ajustado com o aumento de capital realizado em 25 de outubro de 2019 e a Oferta Restrita.

⁽⁵⁾ Ajustado com o aumento de capital realizado em 25 de outubro de 2019.

⁽⁶⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta Restrita.

⁽⁷⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta Restrita não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e foi fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*.

PLANOS DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

A Companhia teve um plano de opção de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações ("Plano"), que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de sua emissão ("Opções"). Entretanto, não foram outorgadas quaisquer Opções, bem como não houve a deliberação pelo Conselho de Administração das condições de outorga e exercício, tais como: limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de Opções e a forma de distribuição destas entre os Beneficiários, o Preço de Exercício das Opções e as condições de exercício.

Acordo de Restrições à Venda de Ações (*Lock-up*)

A Companhia, seus Administradores, seus Acionistas Controladores se comprometeram, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, celebrando acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up Agreements*), por meio do qual, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordaram em, pelo período de 90 (noventa) dias contados da data do Fato Relevante do Preço por Ação, não: **(a)** emitir (no caso da Companhia), oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, ou registrar ou causar o registro, nos termos das leis do Brasil ou do *Securities Act*, de ações, opções de compra, recibos ou valores mobiliários conversíveis em ações ou que representem direito de seu titular a receber ações de emissão da Companhia; **(b)** realizar qualquer operação de derivativos ou qualquer outro acordo que transfira, no todo ou em parte, qualquer das consequências econômicas da propriedade sobre as ações ordinárias da Companhia ou sobre valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias da Companhia ou outros direitos de compra sobre as ações ordinárias da Companhia, seja a transação liquidada pela entrega de ações ordinárias da Companhia, outros valores mobiliários, dinheiro, ou por qualquer outro meio; e/ou **(c)** anunciar publicamente intenção de realizar qualquer transação especificada nos itens (a) e (b) acima. Findo tal prazo, para fins dos *Lock-up Agreements*, todas as ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Companhia, de seus Administradores, de seus Acionistas Controladores e de pessoa a eles vinculada estarão disponíveis para venda no mercado.

As vedações listadas acima não se aplicam a ações adquiridas pelos signatários no mercado após a data do Fato Relevante do Preço por Ação, bem como não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações sob *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Controladores e pelos Administradores: **(i)** decorrentes de doações; **(ii)** decorrentes de transferências para *trust* em benefício direto do signatário do *Lock-Up Agreement* ou sua família imediata seja beneficiário direto ou indireto, conforme aplicável; **(iii)** para qualquer de suas “Affiliates”, conforme definido no *Securities Act*; e **(iv)** com relação aos Acionistas Controladores e Administradores, em conexão com qualquer penhor, alienação fiduciária, arrendamento ou hipoteca das ações ordinárias da Companhia relacionados a financiamentos pessoais ou de empresas nas quais os Administradores ou Acionistas Controladores detenham uma participação societária, no qual as contrapartes de tais penhor, alienação fiduciária, arrendamento ou hipoteca sobre as ações ordinárias da Companhia possam, exercer ou de outra forma alienar direitos sobre as ações ordinárias da Companhia durante o Período de *Lock-up*, de acordo com os termos e condições do contrato segundo o qual tal penhor, alienação fiduciária, arrendamento ou hipoteca é concedida ou efetuada; **(v)** com relação aos Acionistas Controladores e Administradores, em conexão com qualquer penhor, alienação fiduciária, arrendamento ou hipoteca das ações ordinárias de emissão da Companhia detidos pelos Administradores ou Acionistas Controladores relacionado a financiamentos contratados pelos Administradores ou Acionistas Controladores ou empresas nas quais os Administradores ou Acionistas Controladores detenham uma participação acionária tendo como contraparte qualquer um dos Coordenadores da Oferta ou suas afiliadas com o objetivo financiar a subscrição de Ações no âmbito da Oferta Restrita, no qual as respectivas contrapartes de tais penhores, alienações fiduciárias, arrendamentos ou hipotecas das ações possam exercer ou de outra forma alienar direitos sobre tais Ações adquiridas no âmbito da Oferta Restrita durante o Período de *Lock-up*, de acordo com os termos e condições do contrato segundo o qual tal penhor, alienação fiduciária, arrendamento ou hipoteca é concedida ou efetuada; **(vi)** para fins de qualquer *swap* ou outro acordo entre os Administradores ou Acionistas Controladores ou empresas nas quais os Administradores ou Acionistas Controladores detenham uma participação acionária com os Coordenadores da Oferta ou suas afiliadas relacionados com o financiamento indicado em (v) acima para as Ações subscritas no âmbito da Oferta Restrita, o qual não pode ser liquidado pelos Administradores ou Acionistas Controladores ou suas afiliadas, conforme aplicável, durante o Período de *Lock-up*; ou **(vii)** com o consentimento prévio por escrito (tal consentimento não deve ser retido de forma irracional) dos Coordenadores da Oferta, respectivamente; desde que, no caso de (i), (ii) e (iii), antes de qualquer transferência, no caso de (iv) e (v), antes da liberação de qualquer penhor alienação fiduciária, o titular das ações liberadas concorde por escrito com os Coordenadores da Oferta de se comprometer com os termos do *Lock-up Agreement* e confirme que está em conformidade com os termos do *Lock-up Agreement*. Para os fins do *Lock-up Agreement*, “família imediata” significa qualquer relacionamento por sangue, casamento ou adoção, não mais remoto que o primo em primeiro grau dos Administradores ou Acionistas Controladores.

Formador de Mercado

Em 21 de dezembro de 2017, o BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A foi contratado pela Companhia como instituição devidamente autorizada a atuar como formadora de mercado em relação às ações ordinárias de emissão da Companhia.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
18/04/2017	18/04/2017 à 17/04/2018	204.000.000,00	Ordinária		2.602.530	10,000000	12.900	15,00	R\$ por Unidade	0,495672
Objetivo: maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.										
07/05/2018	07/05/2018 à 13/09/2018	233.000.000,00	Ordinária		2.401.661	10,000000	2.103.000	15,19	R\$ por Unidade	87,560000
Objetivo: maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.										
13/09/2018	13/09/2018 à 12/09/2019	277.000.000,00	Ordinária		2.443.870	10,000000	23.700	12,17	R\$ por Unidade	0,970000
Objetivo: maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.										

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Exercício social 31/12/2018**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R\$ por Unidade
Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação	
Quantidade Inicial	1.187.989		
Quantidade adquirida	2.126.700	15,37	
Quantidade alienada	2.372	12,75	
Quantidade cancelada	2.388.556		
Quantidade final	923.761		
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%		

Exercício social 31/12/2017

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R\$ por Unidade
Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação	
Quantidade Inicial	917.089		
Quantidade adquirida	270.900	15,38	
Quantidade alienada	0	0,00	
Quantidade cancelada	0		
Quantidade final	1.187.989		
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%		

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Exercício social 31/12/2016**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação R\$ por Unidade
Movimentação			
Quantidade Inicial		Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
		349.089	
Quantidade adquirida		2.489.800	10,71
Quantidade alienada		0	0,00
Quantidade cancelada		1.921.800	
Quantidade final		917.089	
Relação valores mobiliários em circulação		0,000000%	

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2016, foi aprovado o cancelamento de 1.921.800 (um milhão, novecentas e vinte e uma mil e oitocentas) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do valor do Capital Social.

As ações canceladas foram adquiridas no âmbito do programa de recompra aprovado em reunião realizada em 2 de outubro de 2015 e aditado em reunião realizada em 6 de outubro de 2016 e foram mantidas em sua tesouraria até esta data.

Em função do cancelamento de ações deliberado, o capital social da Companhia passará a ser dividido em 80.944.571 (oitenta milhões, novecentas e quarenta e quatro mil, quinhentas e setenta e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Administração ressalta que o plano de recompra de ações ora referido vigorou até 30 de março de 2017.

Considerando o encerramento do programa de recompra de ações de emissão da Companhia, o Conselho de Administração, aprovou em reunião realizada em 18 de abril de 2017, um novo programa de aquisição de ações de emissão da Companhia, nos termos do art. 14, inciso "viii" do Estatuto Social da Companhia, com limite de aquisição de até 2.602.530 (dois milhões, seiscentas e duas mil, quinhentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações"), respeitados os limites legais e já consideradas as ações em tesouraria, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado, ou, ainda, destinação ao Plano de Incentivo aprovado e a quaisquer planos aprovados pela Assembleia Geral da Companhia. O plano de recompra de ações ora referido vigorou até 17 de abril de 2018.

Considerando o encerramento do programa de recompra de ações de emissão da Companhia, o Conselho de Administração, aprovou em reunião realizada em 07 de maio de 2018, um novo programa de aquisição de ações de emissão da Companhia, nos termos do art. 14, inciso "viii" do Estatuto Social da Companhia, com limite de aquisição de até 2.401.661 (dois milhões, quatrocentas e uma mil, seiscentas e sessenta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações"), respeitados os limites legais e já consideradas as ações em tesouraria, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado, ou, ainda, destinação ao Plano de Incentivo aprovado e a quaisquer planos aprovados pela Assembleia Geral da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de setembro de 2018, foi aprovado o encerramento antecipado do programa de recompra de ações aprovado em 07/05/2018, bem como o cancelamento de 2.388.556 (dois milhões, trezentas e oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Ações"), sem redução do valor do Capital Social, e com a respectiva contabilização, na forma da lei, sendo reservadas em tesouraria 900.131 (novecentas mil, cento e trinta e uma) ações, que poderão ser utilizadas para cumprimento de Planos de Incentivo e/ou bonificação de executivos nas sociedades controladas, nos moldes aprovados.

As ações canceladas foram adquiridas pela Companhia no âmbito do referido programa de recompra e foram mantidas em sua tesouraria até esta data.

Em função do cancelamento das ações deliberado, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 78.556.015 (setenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e quinze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Considerando o encerramento do programa de recompra de ações de emissão da Companhia, o Conselho de Administração, aprovou, na mesma data (13.09.2018), um novo programa de aquisição de ações de missão da Companhia, nos termos do art. 14, inciso "vii" do Estatuto Social da Companhia, com limite de aquisição de até 2.443.870 (dois milhões, quatrocentos e quarente e três mil, oitocentos e setenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações"), respeitados os limites legais, e tendo em conta as ações que remanescem em tesouraria. As ações adquiridas no novo programa de recompra poderão ser mantidas em tesouraria, canceladas ou recolocadas no mercado, ou, ainda, ser destinadas aos Planos de Incentivo já aprovados e quaisquer

novos planos a serem aprovados pela Companhia. O novo programa de recompra ora aprovado poderá ser executado dentro do período de 12 (doze) meses, a partir de 13.09.2018.

Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Em complemento às informações constante do item 19.2 supra, informamos que não houve movimentações das ações mantidas em tesouraria após 30/09/2019.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação 22/08/2013

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função De acordo com a nossa Política de Negociação, sujeitam-se aos seus termos, juntamente com nossa Companhia: (i) nossos diretores; (ii) membros do nosso conselho de administração; (iii) membros do nosso conselho fiscal (caso instalado); (iv) os nossos acionistas controladores, diretos ou indiretos; (v) nossos executivos e empregados que tenham acesso a informação relevante; (vi) qualquer um que, em virtude de seu cargo, função ou posição em nossa Companhia e em nossas sociedades controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relevante ou privilegiada sobre nós ("Pessoas Sujeitas à Política"). As Pessoas Sujeitas à Política deverão assinar um termo de adesão à Política de Negociação.

Principais características

Nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Política de Negociação") visa regulamentar as operações com valores mobiliários de nossa emissão ("Valores Mobiliários"), estabelecendo as restrições, condutas e políticas de negociação a serem observadas pelas Pessoas Sujeitas à Política de Negociação. Neste sentido, nossa Política de Negociação estabelece (i) as regras para aquisição de Valores Mobiliários pelas Pessoas Sujeitas à Política de Negociação, dentro dos limites legais; e (ii) normas para coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo a nós ("Informações Privilegiadas" ou "Informações Relevantes"), em benefício próprio das Pessoas Sujeitas à Política de Negociação, por meio de negociação com Valores Mobiliários. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de nossos Valores Mobiliários.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM nº 358, a qual veda a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, por nós ou pelas Pessoas Sujeitas à Política de Negociação, de Valores Mobiliários, desde a data em que tomamos conhecimento de ato ou fato relevante ("Ato ou Fato Relevante"), até a sua divulgação ao mercado. Nos termos da Política de Negociação, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Sujeitas à Política de Negociação nas seguintes hipóteses: (a) sempre que tenham conhecimento de Informação Privilegiada ou Informação Relevante, até que divulguemos ao mercado Ato ou Fato Relevante; (b) sempre que existir nossa intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; (c) sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão por nós mesmos, nossas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum; (d) no período de 15 dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso: das nossas Informações Trimestrais e de nossas Demonstrações Financeiras; (e) em todos os períodos em que, por força de comunicação escrita do nosso Diretor de Relações com Investidores, haja determinação de vedação à negociação dos Valores Mobiliários e (f) no contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do art. 48 da Instrução 400, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento relativo à oferta pública em questão ("Períodos de Vedação").

Em razão da limitação de caracteres do Sistema Empresas.Net, segue abaixo o complemento das informações referentes ao item “20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários - Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização”.

Além disso: (i) nosso Conselho de Administração não poderá aprovar a aquisição ou a alienação de Valores Mobiliários enquanto não forem divulgadas ao público, se for o caso, por meio da publicação de Ato ou Fato Relevante, informações relativas à: (a) celebração de qualquer acordo ou contrato para a transferência do nosso controle acionário; (b) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do nosso controle acionário; ou (c) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que estejamos envolvidos; (ii) nossos administradores que se afastarem de nós, anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão, não poderão negociar Valores Mobiliários pelo prazo de até seis meses após seu afastamento ou até a divulgação do Ato ou Fato Relevante ao mercado; e (iii) é vedada a negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas, inclusive nos casos em que estas negociações se deem por intermédio de: (1) sociedade por elas controlada; (2) terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira de valores mobiliários ou de negócio fiduciário (*trust*); (3) Pessoas Ligadas ou quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada ou Relevante, por intermédio de qualquer das pessoas impedidas de negociar, sabendo que esta ainda não foi divulgada ao mercado ou (4) procuradores ou agentes. No que se refere à fiscalização da Política de Negociação, (i) nosso Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela execução e acompanhamento da Política de Negociação; (ii) nossa Diretoria analisará quaisquer hipóteses de possíveis violações à Política de Negociação; e (iii) nosso Conselho de Administração aplicará eventuais sanções por descumprimento à Política de Negociação. Outrossim, com vistas a fiscalizar e assegurar adequados padrões de negociação com Valores Mobiliários, todas as negociações envolvendo Pessoas Sujeitas à Política de Negociação deverão ser realizadas com a intermediação das corretoras credenciadas, as quais serão instruídas por escrito por nosso Diretor de Relações com Investidores a não registrar operações das Pessoas Sujeitas à Política de Negociação em todos os períodos de vedação ou restrição à negociação dos Valores Mobiliários.

Exceções aos Períodos de Vedação ao Plano Individual de Investimento

As Pessoas Sujeitas à Política poderão apresentar ao Diretor de Relações com Investidores política de negociação própria (Plano Individual de Investimento), o qual terá duração mínima de 6 (seis) meses e será arquivado em nossa Companhia 15 (quinze) dias antes da primeira negociação nele prevista. Essas pessoas observarão estritamente esse Plano Individual de Investimento.

Somente poderemos autorizar o arquivamento de Planos Individuais de Investimentos caso já tenhamos aprovado cronograma definindo as datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP.

Poderemos estabelecer um Plano Individual de Investimento regulando a execução das compras objeto de programa de recompra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, desde que observados os requisitos estipulados na Política de Negociação.

O Plano Individual de Investimento poderá permitir a aquisição de ações de nossa emissão nos Períodos de Vedação, desde que impeça o uso de Informação Privilegiada por parte do beneficiário do plano, devendo necessariamente estabelecer: (a) o compromisso irrevogável e irretroatável de seu participante de investir valores previamente estabelecidos, nas datas nele previstas; (b) a impossibilidade de adesão ao plano na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; (c) a obrigação de prorrogação do compromisso de compra, mesmo após o encerramento do período originalmente previsto de vinculação do participante ao plano, na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; (d) a obrigação de seu participante reverter à Companhia quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com ações de nossa emissão, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários ITR e DFP, apurados através de critérios razoáveis definidos no próprio

plano; e (e) a obrigação de seu participante comunicar ao nosso Departamento de Relações com Investidores, nos termos da Instrução 358, todas as negociações efetuadas no prazo de até 5 (cinco) dias da sua ocorrência.

Demais Exceções aos Períodos de Vedação

Serão permitidas negociações com Valores Mobiliários durante os Períodos de Vedação nas hipóteses que vierem a ser expressamente excepcionadas pela CVM.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, devemos cumprir e cumprimos com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as “Informações Relevantes”, conforme definido abaixo;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM e à B3, bem como ao mercado em geral, por meio da disponibilização da informação na rede mundial de computadores (Internet), no endereço www.Animaeducacao.com.br/ri, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Entidades do Mercado além de ser divulgado, no mínimo, em um dos seguintes canais de comunicação: (i) de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia; ou (ii) pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à B3 o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de 5,0%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Ademais, por fazermos parte do segmento especial de listagem “Novo Mercado” de governança corporativa da B3, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, observamos e cumprimos o Regulamento de Listagem no Novo Mercado, ou Regulamento do Novo Mercado, que amplia os direitos dos acionistas, visa a melhoria na prestação de informações ao mercado, com a dispersão acionária e, adicionalmente, com a adoção de um conjunto mais amplo de práticas de governança relativas aos direitos societários. O Regulamento do Novo Mercado, dentre as diversas obrigações que estabelece, impõe a obrigação, à companhia de capital aberto, de (i) divulgar as Demonstrações Financeiras traduzidas para o Inglês; (ii) realizar reunião pública anual com analistas; (iii) divulgar, até o final de janeiro de cada ano, um Calendário Anual para o ano civil seguinte, contendo, no mínimo, menção e respectiva data dos atos e eventos societários, da reunião pública com analistas; (iv) elaboração e divulgação da nossa política de divulgação de informações; e (v) adoção de um código de conduta, estabelecendo nossos valores e princípios.

Em observância às normas da CVM e da B3, em 22 de agosto de 2013, adotamos uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 ("Pessoas Vinculadas").

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a nossa Política de Divulgação, é considerada uma "Informação Relevante" qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberação de nossa Assembleia Geral ou dos órgãos de nossa Administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, que possa influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de nossa emissão; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de nossa emissão; ou (iii) na determinação dos investidores sobre o exercício de quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido referente à companhia, é vedada a negociação com ações de emissão da companhia: (i) pela companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos seus Diretores; (iv) pelos seus Conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado e consultores, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da companhia, sociedades controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção da companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

É também vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da companhia pelas pessoas acima mencionadas no período de 15 dias anterior a divulgação das nossas informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras.

Em 22 de agosto de 2013, nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Divulgação de Informação, nos termos da regulamentação vigente, de forma a garantir aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, as informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações.

Em 26 de fevereiro de 2014, nosso Conselho de Administração aprovou adequar nossa Política de Divulgação de Informação aos termos da Instrução CVM 547/14, que alterou a Instrução CVM 358/02, no sentido de permitir a disponibilização da informação objeto de ato ou fato relevante na rede mundial de computadores (Internet), no endereço www.Animaeducacao.com.br/ri, além de ser divulgado em pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade. Nosso Conselho de Administração aprovou e elegeu a página www.portalneo1.net, onde vimos publicando nossos fatos relevantes desde março de 2014.

Nossa Política busca, também, coibir o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e de nós mesmos.

O acionista controlador, os diretores, os membros do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, os gerentes e empregados que tenham acesso frequente a informações relevantes e outros considerados necessários ou convenientes deverão assinar o Termo de Adesão à nossa Política de Divulgação, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas.

Consta de nossa Política de Divulgação a lista exemplificativa de modalidades de Ato ou Fato Relevante expressamente prevista na Instrução 358, sendo que os Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros e Detentores de Informações Vinculadas (“Destinatários”) devem observar que (i) a ocorrência de qualquer das modalidades descritas na Política de Divulgação não se constitui necessariamente em um Ato ou Fato Relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em Valores Mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do Ato ou Fato Relevante.

Nossa Política de Divulgação prevê que os Destinatários devem guardar completo sigilo acerca de Ato ou Fato Relevante sobre nossos negócios ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a este difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação, incluindo-se seus subordinados e/ou terceiros de sua confiança, saibam de seu caráter confidencial e de sua forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação.

Quando tratarem de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada, os Destinatários, obrigatoriamente, devem, nos termos de nossa Política de Divulgação:

- (a) reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- (b) certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando nossos padrões sobre segurança de correspondência eletrônica;
- (c) encaminhar ao nosso Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se de seu conhecimento; e
- (d) comunicar imediatamente ao nosso Diretor de Relações com Investidores, sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

Nos termos de nossa Política de Divulgação, nosso Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante, devendo este dar pleno e eficaz cumprimento à difusão de Ato ou Fato Relevante, promovendo sua imediata divulgação e comunicação à CVM e ao(s) mercado(s) em que seja admitida a negociação dos valores mobiliários de nossa emissão.

Nossa Política de Divulgação prevê que o Ato ou Fato Relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar nossos legítimos interesses.

O Ato ou Fato Relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando nossos Acionistas Controladores e/ou os nossos Administradores entenderem que sua divulgação colocará em risco nosso interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

- (a) os Acionistas Controladores ou Administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em nosso benefício deverão cientificar imediata e formalmente nosso Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução 358;
- (b) nosso Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, nossos demais Administradores ou Acionistas Controladores – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao nosso Diretor de Relações com Investidores – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e
- (c) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Ato ou Fato Relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, nosso Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item (b) acima ou divulgar imediatamente o respectivo Ato ou Fato Relevante, caso que não eximirá nossos Acionistas Controladores e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores e conselheiros são obrigados a comunicar à nossa Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários por nós emitidos sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de nossa emissão e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários de nossa Política de Divulgação são responsáveis por não divulgar Ato ou Fato Relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de Ato ou Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao nosso Diretor de Relações com Investidores, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

A nossa Diretora de Relações com Investidores, Sra. Marina Oehling Gelman, é a responsável imediata pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação.

Até a data deste Formulário de Referência, não havia quaisquer informações relevantes adicionais às já apresentadas nesta Seção 21.